

ESTUDOS CONTEMPORÂNEOS SOBRE VIOLÊNCIA E AGRESSIVIDADE HUMANA

Lelio Moura Lourenço
Felipe Almeida Dias Mendes
Thiago Virgílio da Silva Stroppa
Daniel Alexandre Gouvêa Gomes
(Organizadores)

ESTUDOS CONTEMPORÂNEOS SOBRE VIOLÊNCIA E AGRESSIVIDADE HUMANA

Lelio Moura Lourenço
Felipe Almeida Dias Mendes
Thiago Virgílio da Silva Stroppa
Daniel Alexandre Gouvêa Gomes
(Organizadores)



Juiz de Fora

2021

© Editora UFJF, 2021

Este livro ou parte dele não pode ser reproduzido por qualquer meio sem autorização expressa da editora. O conteúdo desta obra, além de autorizações relacionadas à permissão de uso de imagens ou textos de outro(s) autor(es), são de inteira responsabilidade do(s) autor(es) e/ou organizador(es).



UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA

REITOR

MARCUS VINICIUS DAVID

VICE-REITORA

GIRLENE ALVES DA SILVA



DIRETOR DA EDITORA UFJF

RICARDO BEZERRA CAVALCANTE

CONSELHO EDITORIAL

RICARDO BEZERRA CAVALCANTE (PRESIDENTE)

ANDRÉ NETTO BASTOS

CHARLENE MARTINS MIOTTI

CLAUDIA HELENA CERQUEIRA MARMORA

CRISTINA DIAS DA SILVA

ILUSKA MARIA DA SILVA COUTINHO

JAIR ADRIANO KOPKE DE AGUIAR

MARCO AURELIO KISTEMANN JUNIOR

RAPHAEL FORTES MARCOMINI

REVISÃO E DIAGRAMAÇÃO

MALORGIO STUDIO DESIGN & COMMUNICATION



Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central da UFJF

Estudos contemporâneos sobre violência e agressividade humana /
Organização Lelio Moura Lourenço... [et. al.] – Juiz de Fora,
MG : Editora UFJF, 2021.
Dados eletrônicos (1 arquivo: 2,6 mb)

ISBN 978-65-89512-07-3

1. Violência. 2. Agressividade. 3. Pesquisa interdisciplinar. I.
Lourenço, Lelio Moura. II. Título.

CDU 316.48

Este livro obedece às normas do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa,
promulgado pelo Decreto n. 6.583 de 29 de setembro de 2008.



EDITORA UFJF

RUA BENJAMIN CONSTANT, 790

CENTRO - JUIZ DE FORA - MG - CEP 36015-400

FONE/FAX: (32) 3229-7646 / (32) 3229-7645

editora@ufjf.edu.br / distribuicao.editora@ufjf.edu.br

www.ufjf.br/editora

Filiada à ABEU



Associação Brasileira
das Editoras Universitárias

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	7
Lelio Moura Lourenço, Felipe Almeida Dias Mendes, Thiago Virgílio da Silva Stroppa, Daniel Alexandre Gouvêa Gomes	
CAPÍTULO 1	11
A VIOLÊNCIA FÍSICA ENTRE CASAIS AUMENTA COM O TEMPO? RESULTADOS INICIAIS DO ACOMPANHAMENTO DE AMOSTRA DOMICILIAR DE MULHERES Fernanda Monteiro de Castro Bhona, Carla Ferreira de Paula Gebara, Ana Regina Noto, Marcel de Toledo Vieira, Lelio Moura Lourenço	
CAPÍTULO 2	26
VIOLÊNCIA ENTRE PARCEIROS ÍNTIMOS: REFLEXÕES SOBRE A BIDIRECIONALIDADE DO FENÔMENO Júnia de Andrade Silveira, Carla Ferreira de Paula Gebara, Luciana Xavier Senra, Lelio Moura Lourenço	
CAPÍTULO 3	37
UMA PESQUISA QUALITATIVA SOBRE A PERCEPÇÃO SOCIAL DE HOMENS AUTORES DE VIOLÊNCIA ENTRE PARCEIROS ÍNTIMOS Fabiola Leandra Barbosa Cordeiro Raybolt, Pollyanna Santos da Silveira, Lelio Moura Lourenço, Carla Ferreira de Paula Gebara	
CAPÍTULO 4	48
A INFLUÊNCIA DAS CRENÇAS NO FENÔMENO DA VIOLÊNCIA POR PARCEIROS ÍNTIMOS SOB UMA PERSPECTIVA QUALITATIVA Monique Bernardes de Oliveira Ferreira, Karine Barbosa de Assis, Thaynara Barbosa, Lelio Moura Lourenço	
CAPÍTULO 5	61
FEMINICÍDIO E PSICOLOGIA SOCIAL: APONTAMENTOS A PARTIR DE UMA REVISÃO SISTEMÁTICA DA LITERATURA Julia de Oliveira Queiroz Mury, Luciana Xavier Senra, Carla Ferreira de Paula Gebara	

SUMÁRIO

CAPÍTULO 6	76
O SEXISMO COMO INSTRUMENTO DE LEGITIMAÇÃO DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER	
Monique Bernardes de Oliveira Ferreira, Patrícia Santa Rosa Lourenço Trindade, Vânia Maria Morais Nogueira, Lelio Moura Lourenço	
CAPÍTULO 7	89
VIOLÊNCIA ESCOLAR: ENTREVISTAS COM PROFESSORES DE UMA ESCOLA PÚBLICA DE JUIZ DE FORA	
Thiago Virgílio da Silva Stroppa, Clara Effgen Ladeira, Gabriele Santos de Amorim, Larissa dos Reis Mancini, Leonardo de Melo Guedes, Lelio Moura Lourenço	
CAPÍTULO 8	105
BATERIA DE ESCALAS DE VIOLÊNCIA ESCOLAR - BEVESCO: PROCEDIMENTOS DE CONSTRUÇÃO E ESTUDOS PSICOMÉTRICOS PRELIMINARES	
Luciana Xavier Senra, Thiago Virgílio da Silva Stroppa, Lelio Moura Lourenço, Makilim Nunes Baptista	
CAPÍTULO 9	123
<i>BULLYING</i> E TRANSTORNO DE ANSIEDADE SOCIAL: RELATOS RETROSPECTIVOS	
Francesca Stephan, Daniel Alexandre Gouvêa Gomes	
CAPÍTULO 10	138
PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS SOBRE O USO DE JOGOS ELETRÔNICOS VIOLENTOS E SUA RELAÇÃO COM O <i>BULLYING</i> EM ADOLESCENTES DE UMA ESCOLA PÚBLICA DA CIDADE DE JUIZ DE FORA	
Thiago Virgílio da Silva Stroppa, Clara Effgen Ladeira, Gabriele Santos de Amorim, Gabriel Henrique Velozo Gonçalves, Daniel Alexandre Gouvêa Gomes, Lelio Moura Lourenço	
CAPÍTULO 11	156
SEGURANÇA E PROTEÇÃO NA AMIZADE ENTRE ADOLESCENTES VÍTIMAS DE <i>BULLYING</i> E PRATICANTES DE KARATE	
Hugo Simões, Beatriz Pereira, Abel Figueiredo	

SUMÁRIO

CAPÍTULO 12	172
PERCEÇÃO DAS LUTAS E ARTES MARCIAIS EM RELAÇÃO À VIOLÊNCIA E AGRESSIVIDADE Felipe Almeida Dias Mendes, Andressa Helena Quirino	
CAPÍTULO 13	188
VIOLÊNCIA NO TRABALHO: QUANDO A AGRESSIVIDADE CONSTRÓI A DOENÇA Iracema Abranches, Lelio Moura Lourenço	
CAPÍTULO 14	203
DILEMAS DOS HOMICÍDIOS EM JUIZ DE FORA/MG: CONTRADIÇÕES DO AUMENTO E DA REDUÇÃO DAS TAXAS Letícia Paiva Delgado, Paulo Fraga, Douglas dos Reis Salazar	
CAPÍTULO 15	217
CLÍNICA TRANSDISCIPLINAR: A QUESTÃO DA RESISTÊNCIA NAS SUAS DIVERSAS FACETAS Luiz Gibier de Souza	
CAPÍTULO 16	227
A VISÃO DE JUNG PERANTE O MAL E A VIOLÊNCIA Ricardo Kamizaki	
SOBRE OS AUTORES ORGANIZADORES	238
SOBRE A(O)S AUTORA(E)S	239

APRESENTAÇÃO

O conceito de violência, em si, não é tema de uma só área, a mesma afeta de diversas formas e intensidades os indivíduos que a sofrem, seja lesões físicas, sofrimento emocional/psicológico ou mesmo a morte. Para compreender a violência e seu impacto sobre as pessoas, é preciso sempre buscar retratar, através de novos estudos, como os expostos aqui, a complexidade polissêmica e controversa do próprio fenômeno, para assim, assimilar o conjunto de disfunções relacionadas à realidade daqueles indivíduos, suas experiências de vida e a própria sociedade que, contribuem para a geração da violência.

Para compreender a discussão por trás deste trabalho, o Núcleo de Estudos em Violência e Ansiedade Social (NEVAS) dá voz para temáticas e questões que precisam ser debatidas. Com o propósito de expandir a divulgação de estudos empíricos ou teóricos que abordam a temática da violência e agressividade em diferentes contextos, trazemos para o debate questões atuais como jogos e luta, ainda pouco exploradas no contexto brasileiro, assim como a violência contra a mulher e violência escolar, dentre outras temáticas que fazem cada vez mais parte da realidade contemporânea.

Este livro apresenta, inicialmente o estudo de Bhona, Gebara, Noto, Vieira e Lourenço, “A violência física entre casais aumenta com o tempo? Resultados iniciais do acompanhamento de amostra domiciliar de mulheres”. Os autores destacam que a violência situacional de casal apresentaria uma maior variabilidade em termos de frequência e duração dos comportamentos agressivos no decorrer do tempo. O desenho da pesquisa investigou a violência recente, com um intervalo de cinco (5) anos, assim como destaca que outras importantes variáveis foram medidas, as quais se relacionam ao impacto destes eventos na saúde dos envolvidos e no sistema familiar de maneira ampla.

Sob o título “Violência entre parceiros íntimos: reflexões sobre a bidirecionalidade do fenômeno”, de Silveira, Gebara, Senra e Lourenço, destacam a bidirecionalidade da violência, ou seja, a prerrogativa de que tanto os homens quanto as mulheres podem sofrer e perpetrar violência em um relacionamento íntimo, partindo-se do pressuposto de que é necessário um olhar sobre a relação conjugal enquanto uma interação bidirecional. Busca-se, neste universo, realizar uma contextualização da literatura sobre o tema e as principais discussões sobre o fenômeno.

O capítulo escrito por Raybolt, Silveira, Lourenço e Gebara, “Uma pesquisa qualitativa sobre a percepção social de homens autores de violência entre parceiros íntimos”, dá voz aos homens autuados pela Lei Maria da Penha, que compareceram em grupos reflexivos nos Tribunais de Justiça de três municípios. Foi feita uma análise das suas motivações para efetuarem os episódios de violência, incluindo a possibilidade dessas condutas agressivas serem recíprocas, fenômeno conhecido como simetria de gênero.

Dando continuidade a estes questionamentos, no capítulo “A influência das crenças no fenômeno da violência por parceiros íntimos sob uma perspectiva qualitativa”, de Ferreira, Assis, Barbosa e Lourenço, são abordadas considerações teóricas e reflexões acerca da influência das crenças no fenômeno. Os principais conceitos são destacados, como a preponderância das crenças na estrutura e dinâmica sociocultural e a descrição do fenômeno da Violência entre Parceiros Íntimos (VPI) no que concerne às tipologias, consequências e dinâmica. Apresentando as descobertas da última década sobre crenças de diversas populações em relação à violência entre parceiros íntimos, divide-se em: percepções sobre identificação e prevalência; motivações e fatores de risco; prejuízos; e proteção e prevenção à VPI.

A violência contra a mulher possui seu espaço e valor singular neste livro, por se tratar de um tipo de violência específico, que gera inúmeras e severas consequências para quem sofre, o primeiro capítulo que aborda a temática “Feminicídio e Psicologia Social: apontamentos a partir de uma revisão sistemática de literatura”, de Mury, Senra e Gebara é dedicado ao relevante tema do feminicídio. Para tal, buscou-se levantar, através de uma revisão sistemática de literatura, estudos sobre feminicídio no Brasil, na perspectiva da Psicologia Social. Evidenciando, por exemplo, o quanto a disciplina tem a oferecer aos estudos sobre feminicídio e às intervenções frente a este tema, ao propor a promoção da saúde das mulheres.

Enquanto o trabalho “O sexismo como instrumento de legitimação da violência contra a mulher”, de Ferreira, Trindade, Nogueira e Lourenço, elucida reflexões acerca da legitimação e perpetuação da violência contra a mulher, sobretudo, aquela praticada pelo parceiro íntimo. Discutem-se aspectos como a estrutura de desigualdade de gênero, que diferencia homens e mulheres em termos de status, colocando muitas das vezes as mulheres como inferiores e submissas em relação aos homens. Neste mesmo capítulo, é apresentada a teoria do sexismo ambivalente, que trabalha uma dimensão sutil do sexismo e outra abertamente discriminatória e suas mediações na violência por parceiros íntimos.

No que diz respeito ao contexto escolar, tema este abordado pelo NEVAS desde os primórdios de sua formação, o capítulo de Stroppa, Ladeira, Amorim, Mancini, Guedes e Lourenço, denominado “Violência escolar: entrevistas com professores de uma escola pública de Juiz de Fora”, apresenta os resultados destas entrevistas, a investigação das experiências e perspectivas destes professores diante do fenômeno da violência escolar, questionando e analisando as tentativas de lidar com a mesma e as dificuldades encontradas e percebidas pelos professores.

Já no capítulo “Bateria de Escalas de Violência Escolar – BEVESCO: procedimentos de construção e estudos psicométricos preliminares”, Senra, Stroppa, Lourenço e Baptista enfatizam a importância da temática da violência escolar ao apresentar os estudos psicométricos preliminares composta por três subescalas (vítimas, perpetradores e observadores), visando, exatamente, o rastreamento do fenômeno da violência escolar nessas realidades.

Aprofundando no assunto anterior, o estudo “*Bullying* e Transtorno de Ansiedade Social: relatos retrospectivos”, de Stephan e Gomes, questiona a possível relação existente entre os eventos estressores sociais violentos, como o *bullying*, e o Transtorno de Ansiedade Social (TAS). Participaram do estudo, indivíduos que buscaram tratamento para o TAS no Departamento de Saúde Mental da cidade de Juiz de Fora. Foram aplicados questionários para mensurar o grau de ansiedade social apresentado pelos participantes, bem como a realização de entrevistas que tinham como objetivo o levantamento de informações sobre as situações de *bullying*, vivenciadas em sua infância e adolescência e como isso interferiu no processo de socialização ao longo de sua vida. .

Explorando o tema da dinâmica escolar, o capítulo “Principais características sobre o uso de jogos eletrônicos violentos e sua relação com o *bullying* em adolescentes de uma escola pública da cidade de Juiz de Fora”, feito por Stroppa, Ladeira, Amorim, Gonçalves, Gomes e Lourenço, se propõe a analisar a questão, atualmente abordada no meio acadêmico brasileiro, da relação entre a utilização de jogos eletrônicos considerados violentos, por jovens de 11 a 15 anos de idade, e o fenômeno do *bullying*, vivenciado no dia-a-dia destes adolescentes. O estudo aborda questões como os tipos de jogos mais frequentes, a quantidade de horas que eles dedicam a esta atividade, o monitoramento de seus responsáveis em relação à utilização de jogos violentos, bem como a relação existente entre estes e os perfis de agressor/vítima de *bullying*. O estudo foi realizado no município de Juiz de Fora, no estado de Minas Gerais, em uma escola da rede pública de ensino.

Ainda articulando a temática juventude, o capítulo de Simões, Pereira e Figueiredo, com seu trabalho “Segurança e proteção na amizade entre adolescentes vítimas de *bullying* e praticantes de karate”, almeja debater, a partir da realidade lusitana, as semelhanças e diferenças nas respostas psicossociais de vitimização entre pares, tendo por referência as relações de amizade de praticantes de karate. A pesquisa apresenta-se com um desenho descritivo-comparativo e transversal. A coleta de dados foi realizada na zona centro de Portugal Continental.

Enquanto Mendes e Quirino, com uma revisão intitulada “Percepção das lutas e artes marciais em relação a violência e agressividade”, exploraram a literatura dos últimos cinco (5) anos sobre lutas e artes marciais em relação a violência e agressividade, conceitos estes cercados de preconceitos e senso comum. a finalidade foi analisar a percepção acadêmica sobre o aumento da violência e prática de lutas e artes marciais e um possível efeito de causalidade desses elementos, relação esta a tempos convencionalizada, investigando a veracidade dessa associação.

Abranches e Lourenço, em “Violência no trabalho: quando a agressividade constrói a doença”, abordam o desenvolvimento e as consequências que, decorrentes da violência neste meio, provocam profundas mudanças na vida do trabalhador. As mudanças na dinâmica do trabalho são recorrentes, oriundas de acontecimentos, tanto pessoais quanto globais, como a atual pandemia do novo coronavírus (SARS-CoV-2); ou alterações dos valores, sejam eles culturais ou sociais, o que provoca reflexões sobre a temática e a necessidade de criação de novas formas de intervenção, discutidas no capítulo.

O capítulo de Delgado, Fraga e Salazar discute a violência, a partir do estudo intitulado “Dilemas dos homicídios em Juiz de Fora/MG: contradições do aumento e da redução das taxas”, retratando a realidade contabilizada por estudos nacionais sobre os índices de casos de homicídios na cidade mineira de Juiz de Fora. O estudo discute o percentual significativo das mortes violentas com causas indeterminadas, o planejamento de políticas públicas adequadas a esta realidade, assim como as desigualdades e comportamentos racistas, enraizados na sociedade brasileira, a possível conexão com as taxas de homicídios e o perfil de suas principais vítimas.

À medida que, Souza, em seu estudo “Clínica transdisciplinar: a questão da resistência nas suas diversas facetas” apresenta os resultados de um projeto de extensão, direcionado para homens que foram condenados, de acordo com a Lei Maria da Penha, e que tiveram como pena e medidas alternativas, a obrigatoriedade da participação em um grupo de reflexão. Os temas trabalhados nos grupos emanam da subjetividade dos próprios participantes e discorrem sobre os acontecimentos vivenciados em seu cotidiano, com a finalidade de auxiliar na evitação de futuros conflitos com suas parceiras.

Por fim, no capítulo de Kamizaki, intitulado “A visão de Jung perante o mal e a violência”, é trabalhada a temática da Teoria da Psicologia Analítica de Carl Gustav Jung e os seus desdobramentos relacionados à questão da violência. O texto reflete a visão de Jung ao destacar que o mal cabe unicamente ao homem e a necessidade de encarar nossa contraparte obscura enigmática, ou seja, a sombra, e certificar-se dela como é de fato, tomando devidos cuidados contra a mesma.

A diversidade das temáticas deste livro compõe o encontro de autores que atuam profissionalmente ou no meio acadêmico, através de aspectos teóricos e experiências que por motivos variados, possuem em seu cotidiano laboral, uma intensa e desafiante relação com o fenômeno da violência e agressividade. Os textos que compõem essa obra resultaram dessas experiências, sendo que os mesmos foram desenvolvidos a partir da intersecção entre experiências acadêmicas (pesquisa e extensão), clínicas e teóricas a respeito da temática em voga, explorando suas diversas representações e consequências.

Com isso espera-se que o leitor seja capaz de questionar e adquirir novas percepções acerca das temáticas aqui abordadas, estimulando o debate e a dedicação a novos estudos sobre violência e agressividade, valorizando tanto estudos práticos quanto teóricos no combate a violência de forma geral. Com o intuito básico e norteador de trazer conteúdo e conhecimento para aqueles interessados e, assim, contribuir para aproximação do meio acadêmico com a realidade.

Boa leitura!

Lelio Moura Lourenço
Felipe Almeida Dias Mendes
Thiago Virgílio da Silva Stroppa
Daniel Alexandre Gouvêa Gomes

A VIOLÊNCIA FÍSICA ENTRE CASAIS AUMENTA COM O TEMPO? RESULTADOS INICIAIS DO ACOMPANHAMENTO DE AMOSTRA DOMICILIAR DE MULHERES

FERNANDA MONTEIRO DE CASTRO BHONA

CARLA FERREIRA DE PAULA GEBARA

ANA REGINA NOTO

MARCEL DE TOLEDO VIEIRA

LELIO MOURA LOURENÇO

A prevalência da violência física entre parceiros no Brasil tem sido retratada em alguns estudos. Um levantamento realizado em 16 capitais das diversas regiões do país, indicou prevalência global de 34,4% de agressão física praticada por casais no ano anterior à pesquisa (Reichenheim *et al.*, 2006). Em duas localidades distintas do país, os índices de violência física sofrida por mulheres ao menos uma vez na vida foram de 27,2% e 33,7% (Schraiber, *et al.*, 2007). No município de São Paulo, 7,5% de homens/mulheres relataram envolvimento com esses episódios nos últimos dois anos (Oliveira *et al.*, 2009).

Em amostras populacionais, supõe-se a predominância de episódios de Violência Situacional de Casal (Johnson, 2006; 2011; Johnson *et al.*, 2014). Esse tipo de violência seria, predominantemente, causada por conflitos cotidianos, gerados por uma diversidade de estressores contextuais. Os comportamentos violentos adotados, nesses cenários, seriam menos frequentes e severos e, provavelmente, não tenderiam a aumentar com o tempo (Johnson & Ferraro, 2000; Johnson, 2006). As condutas agressivas seriam apresentadas tanto por homens quanto por mulheres (Johnson, 2006).

A Violência Situacional de Casal seria a mais prevalente das modalidades de violência entre parceiros. Além disso, apresentaria a maior variabilidade em termos de frequência e duração dos

comportamentos agressivos no tempo (Johnson, 2011). Entretanto, essa variabilidade ainda seria pouco explorada (Johnson *et al.*, 2014). Katerndahl *et al.* (2012) ao analisarem casos de violência entre parceiros, levantaram a hipótese de que essas dinâmicas podem apresentar variações com o tempo.

Essa violência, que costuma emergir das tensões do cotidiano, é qualitativamente diferente de situações que envolvem dominação, controle e poder, exercido numa relação de casal, casos chamados de Terrorismo Íntimo, nos quais se observa a maior prevalência de homens agressores. Nesse contexto, em que um parceiro costuma oprimir o outro, é possível que a vítima adote um comportamento de violência física, numa tentativa de cessar com a situação de dominação vivenciada, o que pode ser entendido como Resistência Violenta (Johnson, 2006; 2011; Johnson *et al.*, 2014).

A análise dos diferentes contextos nos quais ocorrem os comportamentos de violência entre parceiros, costuma indicar o tipo de violência existente numa relação conjugal, o que nem sempre se mostra acessível nas pesquisas, considerando-se as dificuldades de se abordar o assunto com vítimas e agressores. Por outro lado, a mensuração de comportamentos de violência física parece se constituir num indicador de mais fácil acesso, capaz de fornecer dados acerca desse importante problema.

A descrição da violência situacional de casal e sua distinção dos outros tipos de violência entre parceiros lança luz sobre a uma polêmica que pode ser observada na área acadêmica e na sociedade de forma geral. Trata-se da discussão de que as mulheres seriam agressoras de seus parceiros da mesma forma e frequência que os homens agrediriam suas parceiras, discussão que, em certa medida, é utilizada para esvaziar ou desqualificar agendas de combate à violência contra a mulher e à desigualdade de gênero. Contudo, é necessário ressaltar que o impacto e a gravidade da violência entre parceiros na vida e na saúde dos envolvidos não podem ser medidos somente pelo número de episódios de violência, unidade de medida que foi utilizada neste trabalho.

Vale destacar que a recorrência do comportamento violento é aspecto importante para uma adequada caracterização da violência entre parceiros íntimos, especialmente na identificação de casos com maiores impactos para a saúde (Woodin *et al.*, 2013). Hayes (2016) identificou uma correlação positiva entre severidade e frequência de episódios de violência entre parceiros. Daí a importância de estudos identificarem, além da prevalência, a frequência das condutas violentas (Straus & Gozjolko, 2014).

No que diz respeito a outras variáveis frequentemente associadas à violência entre parceiros, destacam-se aspectos relacionados à saúde, como a depressão e o consumo de álcool. Em revisão de estudos sobre violência entre parceiros íntimos e saúde da mulher, Dillon *et al.* (2013) apontaram achados que indicam uma associação entre aumento da frequência da violência, sua permanência no tempo e maior severidade de depressão. Estudo que acompanhou uma coorte por 30 anos, constatou associação significativa entre sintomas de abuso e dependência de álcool e perpetração de violência física contra o parceiro (Boden *et al.*, 2012). Diversas pesquisas indicam que um dos

parceiros estava sob o efeito do álcool no momento das agressões (Dossi *et al.*, 2008; Fonseca *et al.*, 2009; Zaleski *et al.*, 2010).

Além disso, o impacto dessas condutas junto aos que presenciam esses eventos, em especial os filhos, também tem sido documentado na literatura. Nesse sentido, achados indicam sobreposição da violência entre parceiros com a violência contra os filhos (Bhona *et al.*, 2014; Gebara, 2014), e que os casos de mutualidade das agressões indicariam situações com maior cronicidade e impacto negativo para os filhos (Straus & Gozjolko, 2014).

Diante desse cenário, foi realizada uma investigação longitudinal com amostra domiciliar de mulheres envolvidas em episódios de violência física com o parceiro. O objetivo geral do estudo foi identificar se houve alterações na frequência desses comportamentos de violência física com o passar do tempo. Especificamente, buscou-se também observar se, com o passar do tempo, houve alterações em indicadores de saúde (níveis de sintomas depressivos e de consumo de álcool) das mulheres envolvidas nesses episódios; e identificar se mudanças nos níveis de violência física entre parceiros relacionam-se a mudanças nos níveis de violência física contra os filhos.

1.1 A PESQUISA

Nos anos de 2011/2012 foram identificadas 905 mulheres em um levantamento domiciliar realizado em dois bairros com diferentes perfis de renda na cidade de Juiz de Fora/MG (Gebara, 2014; Gebara *et al.*, 2015). Dentre essas participantes, 144 mulheres declararam envolvimento em episódios de violência física entre parceiros. Nos anos de 2015/2016 buscou-se empreender nova coleta de dados junto a essas mulheres, visando identificar mudanças na frequência das condutas de violência e nas variáveis de saúde das participantes.

Participaram da primeira coleta de dados, mulheres moradoras de dois bairros selecionados aleatoriamente na cidade de Juiz de Fora/MG (um de baixa renda e outro com maior perfil de rendimentos). Os critérios de inclusão das participantes foram: ser mulher com idade entre 18 e 60 anos; ser alfabetizada; não apresentar comprometimento cognitivo evidente. Para participar da segunda coleta de dados, essas mulheres deveriam ter declarado na primeira coleta o envolvimento com, pelo menos, um comportamento de violência física ou injúria, através do autopreenchimento de uma escala de violência.

Os instrumentos utilizados na primeira e segunda coleta de dados foram: questionário sociodemográfico; *Alcohol Use Disorders Identification Test* – AUDIT; *Center for Epidemiologic Studies Depression Scale* - CES-D; *Revised Conflict Tactics Scales* - CTS2; *Parent-Child Conflict Tactics Scales* – CTSPC.

O questionário sociodemográfico abordou questões relativas à participante e ao companheiro. Investigou: grupo étnico, idade, escolaridade, religião, ocupação, caracterização socioeconômica, estado civil da mulher, tempo de relacionamento, idade e escolaridade do companheiro, quantidade e idade dos filhos.

O consumo de álcool das participantes foi medido através do AUDIT (*Alcohol Use Disorders Identification Test*). Ele engloba 10 questões que abordam frequência de uso, quantidade de doses, sintomas de dependência e consequências nocivas do consumo. Fornece um escore, o qual indica que níveis maiores ou iguais a 8 representam uso do álcool com potencial para oferecer riscos à saúde (Babor *et al.*, 2006).

Os sintomas depressivos foram investigados através da CESD-D (*Center for Epidemiologic Studies – Depression*), um instrumento de rastreio, composto por 20 itens. Eles medem os sintomas atuais, tais como humor deprimido, sentimentos de culpa e desvalia, desamparo e desesperança, retardo psicomotor, perda de apetite e distúrbios do sono. A soma dos itens fornece um escore no qual uma pontuação maior ou igual a 16 indica a presença de sintomas de depressão (Silveira & Jorge, 1998).

A CTS2 (*Revised Conflict Tactics Scales*) mede a violência entre casais. É composta de 39 pares de perguntas: a primeira questão de cada par se refere a um possível comportamento do entrevistado; a segunda investiga se a mesma ação foi praticada pelo companheiro. Esse instrumento é composto de cinco sub-escalas, as quais abordam a ocorrência de comportamentos de negociação, agressão psicológica, violência física, consequências da violência sobre a saúde (injúria) dos envolvidos e coerção sexual entre o casal (Moraes *et al.*, 2002).

Considerando o foco do estudo, os comportamentos de violência considerados foram os itens da escala de agressão física e injúria. Os itens que abordam a violência física são: “*jogar alguma coisa no seu companheiro(a) que poderia machucá-lo(a); torcer o braço ou puxar o cabelo dele (a); dar um empurrão; usar uma faca ou arma contra ele(a); dar um murro ou acertá-lo(a) com alguma coisa que pudesse machucar; sufocar ou estrangular o companheiro(a); jogá-lo(a) contra a parede com força; dar uma surra nele(a); segurá-lo(a) com força; dar um tabefe ou bofetada nele (a); queimar ou derramar líquido quente nele(a) de propósito; chutá-lo(a)*”. Os itens de injúria, ou seja, que retratam o impacto da violência na saúde dos envolvidos, são: “*ter uma torção, contusão, “mancha roxa” ou pequeno corte por causa de uma briga com ele (a); desmaiar ao levar uma pancada na cabeça durante uma briga com ele(a); ir a um médico ou serviço de saúde por causa de uma briga com ele (a); ter havido a necessidade de ir a um médico ou algum serviço de saúde por causa de uma briga com ele (a), mas não ir; quebrar um osso por causa de uma briga com ele (a); sentir dores no corpo que duraram até o dia seguinte por causa de uma briga com ele(a)*” (Moraes *et al.*, 2002).

A CTSPC (*Parent-Child Conflict Tactics Scales*) aborda comportamentos do entrevistado em relação aos filhos. As questões investigam a ocorrência de comportamentos, através de 22 itens que englobam: disciplina não violenta, agressão psicológica e violência física, sendo esta última subdividida em: punição corporal, maus-tratos físicos, maus-tratos físicos graves. Segundo os objetivos estabelecidos, neste trabalho só foram analisadas as respostas relativas à punição corporal, maus-tratos físicos e maus-tratos físicos graves, estes últimos agrupados numa única variável (Reichenheim & Moraes, 2003).

Os comportamentos de punição corporal incluem ações de: “sacudir; bater no bumbum com algum objeto duro; dar palmada no bumbum; dar um tapa na mão, braço ou perna; dar um beliscão; dar um tapa/bofetada no rosto, cabeça ou orelha da criança”. Os maus-tratos incluem: “bater com a mão fechada ou dar chute com força; agarrar pelo pescoço e sacudir; bater muito, sem parar, o máximo que conseguir; queimar ou derramar líquido quente de propósito; bater em alguma parte do corpo diferente do bumbum com objeto duro; ameaçar com faca ou arma; jogar a criança no chão” (Reichenheim & Moraes, 2003).

As questões das escalas de violência (entre parceiros e contra filhos) abarcaram o lapso temporal dos 3 últimos meses que antecederam a coleta de dados, visando atender a objetivos do estudo inicial. Para cada item investigado nessas escalas, o entrevistado deve assinalar uma das seguintes opções, referentes à frequência desses comportamentos: 1 vez; 2 vezes; 3-5 vezes; 6-10 vezes; 11-20 vezes; mais que 20 vezes; já ocorreu antes; nunca. Para calcular um escore que represente a quantidade de agressões sofridas e praticadas no caso dos parceiros íntimos, e da violência praticada contra os filhos, a primeira opção equivale a 1 ponto, a segunda a 2 pontos, e as demais devem ser computadas nos valores médios. Assim, a terceira opção equivale a 4 pontos; a quarta equivale a 8 pontos; a quinta a 15 pontos; e a sexta a 25 pontos (Straus *et al.*, 1996). Nas análises realizadas neste trabalho, a opção “já ocorreu antes” não foi computada uma vez que não permite identificar a frequência das condutas no período estudado.

Vale destacar que as duas escalas de violência já foram avaliadas em amostras brasileiras no que tange à equivalência conceitual, semântica e propriedades psicométricas (Moraes *et al.*, 2002; Moraes & Reichenheim, 2002; Reichenheim & Moraes, 2003; Reichenheim & Moraes, 2006; Reichenheim *et al.*, 2007).

As mulheres foram abordadas em seus domicílios por pesquisadoras treinadas, em sua maioria estudantes de graduação em Psicologia. Elas foram convidadas a participar de uma nova coleta de dados, similar à realizada nos anos de 2011/2012. Não foi mencionado que elas foram selecionadas por terem assinalado comportamentos de violência física entre parceiros na primeira coleta.

Tal como no levantamento domiciliar inicial, todos os instrumentos foram aplicados sob a forma de entrevista, com exceção das escalas de violência. Essas escalas foram autoaplicadas, dada a delicadeza das questões investigadas.

O estudo foi previamente aprovado pelo comitê de ética em pesquisa da Universidade Federal de Juiz de Fora/MG (parecer nº 481.956). Todas as participantes receberam informações sobre a pesquisa e, a participação, voluntária, só ocorreu após a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - TCLE.

Como a coleta dos dados foi realizada no domicílio das mulheres, as pesquisadoras buscavam um local com privacidade nas moradias para a realização desses procedimentos. As pesquisadoras foram em duplas para as residências das participantes. Entretanto, somente uma aplicava os instrumentos enquanto a outra permanecia no domicílio, afastada, geralmente em

contato com outros membros da família, de modo a favorecer a coleta de dados sem interrupções e promover a segurança da participante. Adotou-se procedimento similar ao adotado no estudo multipaíses da Organização Mundial de Saúde sobre violência contra a mulher (Ellsberg & Heise, 2005).

Após a aplicação dos instrumentos, todas as mulheres receberam um folheto informativo, elaborado especialmente para a pesquisa. Nesse material havia informações sobre: serviços de saúde, de assistência psicossocial e jurídica e, também, serviços voltados especificamente para situações de violência e de consumo de álcool em funcionamento na região.

Os dados foram analisados no software estatístico STATA, versão 11, considerando-se as características do desenho amostral adotado por meio dos comandos que começam com *svy*. Para as análises foram considerados os pesos amostrais, levando-se em consideração as probabilidades de seleção, assim como as correções para não resposta, além da estratificação por bairro e conglomeração por ruas.

Foram realizados testes estatísticos paramétricos de significância para comparação das médias (na primeira (T1) e segunda (T2) coletas) com amostras pareadas, considerando o plano amostral. Através de regressões bivariadas, testou-se a associação entre as diferenças de médias da violência entre parceiros e as diferenças de médias da violência praticada contra os filhos. Esse modelo de análise de dados longitudinais é chamado de avaliação em dois estágios (Lynn, 2009).

1.2 RESULTADOS

Dentre as 144 mulheres identificadas na primeira coleta, 98 participaram da segunda coleta. Dentre as que não participaram da segunda coleta, 31 haviam se mudado e não foram localizadas, 7 não foram encontradas em seus domicílios, 6 se recusaram a participar novamente da pesquisa e 2 faleceram. Assim, obteve-se uma taxa de sucesso de 68,05%.

As mulheres tinham em média 45 anos e tempo médio de escolaridade compatível com o ensino médio incompleto. Já os companheiros das entrevistadas tinham, em média, aproximadamente 1 ano a menos de escolaridade que suas parceiras e, em média, cerca de 3 anos de idade a mais que elas. A duração média dos relacionamentos estudados foi aproximadamente 21 anos, sendo que 69,4% eram casadas e 22% viviam em união estável. Na amostra estudada, predominaram as mulheres brancas (61,4%), que trabalham (64,5%) e residentes do bairro de menor poder aquisitivo (54,3%). As características sociodemográficas, e dados das variáveis de saúde das participantes na segunda coleta de dados são apresentados na tabela 1.

Tabela 1 - Características Sociodemográficas e de Saúde das 98 Participantes

Característica	n	(%)
Escolaridade		
Analfabeta/Fundamental incompleto	36	35,0
Fundamental Completo/ Médio Incompleto	14	10,7
Médio Completo	29	28,5
Superior incompleto/Completo	17	25,8
Grupo Étnico		
Branças	56	61,4
Negras	27	26,2
Mulatas	11	11,1
Outros	02	1,4
Ocupação		
Não trabalha	40	35,5
Trabalha	58	64,5
Bairro		
Menor Status Socioeconômico	66	54,3
Maior Status Socioeconômico	32	45,7
Saúde		
Depressão (CES-D \geq 16)	37	41,5
Uso de Álcool (AUDIT \geq 8)	07	8,5

As variáveis de saúde da mulher investigadas apontaram prevalência de sintomas depressivos em 41,5% da amostra. Já o consumo de álcool de risco das participantes foi observado em 8,5% dos casos.

Na tabela 2, é possível visualizar a média dos escores das variáveis de violência contra parceiros e contra filhos. Destaca-se que os valores apresentados indicam o número médio de vezes em que algumas das situações descritas nas escalas aconteceu, nos 3 meses que antecederam as coletas de dados no T1 e no T2.

Tabela 2 - Médias dos Escores de Violência Observados em T1 e Tt2

Variável	T1	T2
Violência entre parceiros íntimos		
Violência física praticada pela mulher	5,5	1,1
Violência física sofrida pela mulher	3,5	1,4
Injúria praticada pela mulher	0,6	0,3
Injúria sofrida pela mulher	1,5	0,4
Violência contra filhos		
Punição corporal	13,5	12,1
Maus tratos físicos	1,0	1,8

Os testes para a comparação das médias das variáveis estudadas em T1 e no T2 permitiram identificar a significância estatística dessa comparação através do intervalo de confiança. Os valores das diferenças das médias e os respectivos intervalos de confiança são apresentados na tabela 3.

Tabela 3 - Diferença entre as Médias das Variáveis em T1 e T2

Variável	Média	Erro padrão	Intervalo de confiança 95%
Violência entre parceiros íntimos			
Violência física praticada pela mulher *	-3,87	1,59	[-7,10 , - 0,64]
Violência física sofrida pela mulher *	-2,74	1,04	[-4,86 , - 0,62]
Injúria praticada pela mulher	-0,29	0,32	[-0,95 , 0,36]
Injúria sofrida pela mulher	-0,63	0,47	[-1,59 ,0,31]
Violência contra filhos			
Punição corporal	-7,86	5,31	[-18,67 , 2,94]
Maus tratos físicos	0,87	1,39	[-1,98 , 3,71]
Saúde Mental			
Consumo de álcool	-0,19	0,38	(-0,96 ; 0,59)
Sintomas Depressivos	-2,35	1,33	(-5,04 ; 0,34)

*foi observada diferença significativa ($p < 0,05$) entre as médias em T1 e T2.

Com base nas tabelas 2 e 3, observou-se uma diminuição em todos os escores analisados, com exceção da prática de maus-tratos físicos aos filhos. Contudo, somente a diminuição nos comportamentos de violência física entre parceiros, praticados e sofridos pelas mulheres, foi estatisticamente significativa ($p < 0,05$). Assim, foi evidenciada uma diminuição no número de comportamentos de violência física adotados pelos casais estudados ao longo do período pesquisado.

As regressões bivariadas testaram a relação entre as diferenças nos escores das variáveis de violência entre parceiros (violência física e injúria praticada e sofrida) ao longo do tempo e as diferenças nos escores das variáveis da violência contra os filhos (punição corporal e maus-tratos físicos) também ao longo do tempo. Esses testes indicaram correlação positiva entre as agressões praticadas pela mulher contra o parceiro (tanto na variável de violência física quanto de injúria) e a violência praticada por ela contra os filhos (através da variável punição corporal). A relação entre violência física praticada pela mulher contra o parceiro e a punição corporal praticada pelos filhos apresentou coeficiente estimado como 0,83 ($p < 0,001$). A relação entre a injúria praticada pela mulher contra o parceiro e a punição corporal praticada contra os filhos apresentou coeficiente estimado como 4,53 ($p < 0,001$). Assim, para cada aumento de 1 unidade na diferença do escore de violência física praticada pela mulher, espera-se um aumento de 0.8 na diferença escore de punição corporal praticado contra os filhos. No caso da relação com o escore de injúria, aumentos de 1 unidade na diferença do escore de injúria contra o parceiro, seriam acompanhados de aumentos de 4.5 na diferença do escore de punição corporal contra os filhos. Esses achados indicam que as mulheres que se tornam mais violentas com o parceiro, tendem a se tornar mais agressivas com os filhos.

1.3 DISCUSSÃO

Este estudo apresentou achados longitudinais de uma amostra domiciliar de mulheres envolvidas em episódios de violência física entre parceiros num intervalo de 5 anos. Constatou-se uma diminuição, estatisticamente significativa, da violência praticada e sofrida pela mulher. Contudo, índices relativos ao impacto para a saúde dos envolvidos (injúria) não apresentaram alterações significativas no período estudado, tampouco os sintomas depressivos e o consumo de álcool das participantes. A violência praticada contra os filhos também não apresentou diminuições significativas, e mostrou-se relacionada à violência praticada pela mulher contra o parceiro. Assim, observou-se que um aumento da violência física praticada pela mulher contra o companheiro pode também aumentar a possibilidade das agressões físicas direcionadas aos filhos.

Dentre as limitações do trabalho desenvolvido, é possível citar o tamanho da amostra. Contudo, o fato de ser oriundo de um levantamento domiciliar por amostragem probabilística, estudo que não foi inicialmente planejado para um delineamento longitudinal, restringiu a possibilidade de que o conjunto amostral fosse maior. Além disso, o seguimento de casos que envolvem violência entre parceiros, tema de difícil abordagem, confere relevância à pesquisa. As perdas nesse tipo de

delineamento consideradas aceitáveis são de aproximadamente 10% por ano (Lynn, 2009). Neste estudo, a taxa de sucesso alcançada pode ser considerada satisfatória e, pode estar relacionada aos cuidados éticos na abordagem de tema tão delicado.

Outro aspecto pertinente ao desenho da investigação conduzida, refere-se ao lapso temporal abordado. As comparações realizadas nos índices de violência física abrangeram episódios recentes, os quais ocorreram nos últimos 3 meses que antecederam a coleta. Esse recorte difere de grande parte dos estudos na área que tendem a abranger o último ano. Por outro lado, diminui o viés de memória, que pode prejudicar o acesso a esse tipo de dado. Cox *et al.*, (2003) usaram o mesmo recorte temporal deste estudo para investigar os eventos de violência com a finalidade de reduzir a imprecisão nos relatos.

Quanto à diminuição das taxas de violência praticada e sofrida pela mulher na amostra pesquisada, outros estudos com diferentes amostras e lapsos temporais também encontraram resultados nesse sentido (Schumacher *et al.*, 2008; Testa *et al.*, 2011). Como em estudos domiciliares é possível supor que a maior parte dos casos seja de violência situacional de casal (Johnson, 2006; 2011; Johnson *et al.*, 2014) ou seja, casos em que as agressões seriam utilizadas frente a estressores situacionais, com a redução desses estressores, a violência diminuiria. Entretanto, salienta-se que a presente investigação abarcou violência recente (nos últimos 3 meses) em dois momentos distintos (com intervalo de 5 anos). Esse lapso temporal, pode não ter sido suficiente para captar os momentos de recorrência desses eventos. Estudos com medidas repetidas em intervalos de tempo menor, talvez pudessem retratar melhor essas variações no tempo.

Nesse sentido, Bassuk *et al.* (2006), acompanharam amostra de mulheres pobres em serviços de abrigo por 4 anos com medições anuais. O referido estudo constatou que a maioria dos casos envolveu violência episódica e limitada, o que converge com os dados aqui encontrados. Assim, é possível supor que, em alguns casos, a violência pode não se tornar um padrão relacional no casal, mas uma experiência de vida que pode não se repetir (Testa *et al.*, 2011).

Cabe destacar, contudo, que o padrão de injúria na amostra não apresentou redução significativa no período estudado. Isso sugere que, na percepção das entrevistadas, as consequências para a saúde dos envolvidos tenderam a se manter no tempo. Esse dado pode estar relacionado à permanência de outras violências existentes no relacionamento e que não foram abordadas neste estudo (tais como violência psicológica ou sexual). Mas também pode indicar que o impacto da violência entre parceiros se mantém presente, mesmo com a diminuição da frequência de comportamentos de violência física. Além disso, a injúria pode estar relacionada a situações mais crônicas, de mais difícil modificação.

Nesse sentido, a permanência dos sintomas depressivos na amostra investigada converge com esse dado. Estudos indicam que esses quadros tendem a persistir por anos, mesmo com a interrupção dos comportamentos de violência (Chuang *et al.*, 2012; Comeau & Davies, 2012; Dillon *et al.*, 2013). Caetano *et al.* (2008) avaliaram comportamentos de consumo de álcool e de violência

entre casais em duas ocasiões, com um intervalo de 5 anos entre as medições e constataram que, uma vez presentes, tais condutas tendem a permanecer no futuro.

Já a relação encontrada entre a violência conjugal e a violência praticada pela mulher contra os filhos, apontou que a possibilidade de aumento da violência contra o parceiro também envolveria um aumento nas agressões aos filhos. Esse resultado também coaduna com resultados de outros estudos no sentido de que o problema da violência tende a não ser restrito a díades específicas nas famílias (Bhona *et al.*, 2014; Gebara, 2014), ao contrário, a violência costuma envolver o sistema familiar de forma mais ampla, impactando mais pessoas. Nesse sentido, Cox *et al.* (2003) encontraram diminuição na probabilidade de agressões aos filhos nas famílias em que houve o rompimento da relação conjugal agressiva.

A indicação de que as taxas de violência contra os filhos tendem a se manter na amostra estudada aponta que, o recurso à violência pode ser mais constante na relação mãe e filhos que na relação conjugal. Acerca da agressão aos filhos, destaca-se a aceitabilidade cultural dessas práticas como estratégia disciplinar nas relações familiares (Espinoza-Gomes *et al.*, 2010; Zanoti-Jeronymo *et al.*, 2009).

1.4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A diminuição dos comportamentos de violência física na amostra pesquisada pode estar relacionada às limitações do desenho de pesquisa, que investigou violência recente, com um intervalo de 5 anos. Porém, outros estudos também encontraram evidências nessa direção. Além disso, há suporte teórico para a explicação desse declínio de condutas agressivas em amostras domiciliares, quando se pressupõe que a grande maioria desses casos seria de violência situacional de casal.

Entretanto, cabe destacar que, não foi encontrada redução em outras importantes variáveis medidas, as quais se relacionam ao impacto desses eventos na saúde dos envolvidos e no sistema familiar mais amplo. Dessa forma, fica evidente a complexidade do fenômeno da violência e a necessidade de intervenções ampliadas de modo a abranger também os filhos. O acesso a informações qualitativas sobre os episódios de violência e sobre o contexto relacional onde essas condutas são adotadas nas relações de casal pode contribuir na compreensão desse importante problema familiar, social e de saúde pública.

REFERÊNCIAS

Babor, T. F., Higgins-Biddle, J. C., Saunders, J. B. & Monteiro, M. G. (2006). *AUDIT Teste para identificação de problemas relacionados ao uso de álcool: roteiro para uso em atenção primária*. Ribeirão Preto: PAI-PAD, FMRP-USP. 41 p.

- Bassuk, E., Dawson, R. & Huntington, N. (2006). Intimate partner violence in extremely poor women: longitudinal patterns and risk markers. *Journal of Family Violence*, J Fam Viol. 21, pp.387–399. DOI: 10.1007/s10896-006-9035-1.
- Bhona, F. M. C., Gebara, C.F.P., Noto, A.R., Vieira, M.T. & Lourenço, L.M. (2014). Inter-Relações da Violência no Sistema Familiar: Estudo Domiciliar em um Bairro de Baixa Renda. *Psicologia Reflexão e Crítica*, Porto Alegre, 27 (3), 591-598. DOI: 10.1590/1678-7153.201427321.
- Boden, J. M., Fergusson, D. M., & Horwood, L. J. (2012). Alcohol misuse and violent behavior: findings from a 30-year longitudinal study. *Drug and Alcohol Dependence*, 122(1-2), 135-41. doi: 10.1016/j.drugalcdep.2011.09.023.
- Caetano, R.; Ramisetty-Mikler, S. & Harris, T.R. (2008). Drinking, alcohol problems and intimate partner violence among white and hispanic couples in the U.S.: longitudinal associations. *Journal of Family Violence*, 23, 37-45.
- Chuang, C. H.; Cattoi, A. L.; McCall-Hosenfeld, J. S.; Camacho, F.; Dyer, A. M. & Weisman, C. S. (2012). Longitudinal association of intimate partner violence and depressive symptoms. *Mental Health in Family Medicine*, 9, 107–114.
- Comeau, J. & Davies, L. (2012). Patterns of depressive symptoms and antidepressant use among women survivors of intimate partner violence. *Social Psychiatry and Psychiatric Epidemiology*, 47, 1527-1537.
- Cox, C.E., Kotch, J.B. & Everson, M.D. (2003). A longitudinal study of modifying influences in the relationship between domestic violence and child maltreatment. *Journal of Family Violence*, 18(1), 5-17.
- Dillon, G., Hussain, R., Loxton, D. & Rahman, S. (2013). Mental and physical health and intimate partner violence against women: a review of the literature. *International Journal of Family Medicine*, 15, 1-13. DOI: <http://dx.doi.org/10.1155/2013/313909>.
- Dossi, A. P.; Saliba, O.; Garbin, C. A. S. & Garbin, A. J. I. (2008). Perfil epidemiológico da violência física intrafamiliar: agressões denunciadas num município do Estado de São Paulo, Brasil, entre 2001 e 2005. *Caderno de Saúde Pública*, 24(8), 1939-1952.
- Ellsberg, M. & Heise, L. (2005). *Researching Violence Against Women: A Practical Guide for Researchers and Activists*. Washington DC, United States: World Health Organization, PATH. Recuperado em: http://apps.who.int/iris/bitstream/10665/42966/1/9241546476_eng.pdf
- Espinoza-Gomez, F.; Zepeda-Pamplona, V.; Bautista-Hernández, V.; Hernández-Suárez, C. M.; Newton-Sánchez, O. A. & Plasencia-García, GR. (2010). *Violencia doméstica y riesgo de conducta suicida en universitarios adolescentes*. *Salud Publica México*, 52, 213-219.

- Fonseca, A. M.; Galduróz, J. C. F.; Tondowski, C. C., & Noto, A. R. (2009). Padrões de violência domiciliar associada ao uso de álcool no Brasil. *Revista Saúde Pública*, 43(5), 743-752.
- Gebara, C. F. P. (2014). *Padrões de violência doméstica e uso de álcool entre mulheres de uma amostra comunitária domiciliar*. 156 p. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de São Paulo. Escola Paulista de Medicina. Programa de Pós-graduação em Psicobiologia.
- Gebara, C. F. P.; Ferri, C. P.; Lourenco, L. M.; Vieira, M. T.; Bhona, F. M. C. & Noto, A. R. (2015). Patterns of domestic violence and alcohol consumption among women and the effectiveness of a brief intervention in a household setting: a protocol study. *BMC Women's Health*, 15 (1). DOI: <http://dx.doi.org/10.1186/s12905-015-0236-8>.
- Hayes, B. E. (2016). Relationship characteristics on frequency and timing of intimate partner violence using life history calendar data. *Journal of Research in Crime and Delinquency*, 53 (2), 189-219. DOI: 10.1177/0022427815597038.
- Johnson, M. P. (2006). Conflict and control: gender symmetry and asymmetry in domestic violence. *Violence Against Women*, 12 (11), 1003-1018. DOI: 10.1177/1077801206293328.
- Johnson, M. P. (2011). Gender and types of intimate partner violence: A response to an anti-feminist literature review. *Aggression and Violent Behavior*, 16 (4), 289-296. DOI: 10.1016/j.avb.2011.04.006.
- Johnson, M. P. & Ferraro, K. J. (2000). Research on domestic violence in the 1990s: making distinctions. *Journal of Marriage and the Family*, 62, 948-963.
- Johnson, M. P.; Leone, J. M. & Xu, Y. (2014). Intimate terrorism and situational couple violence in general surveys: ex-spouses required. *Violence Against Women*, 20 (2), 186-207. DOI:10.1177/1077801214521324.
- Katerndahl, D. A.; Burge, S. K.; Ferrer, R.L.; Becho, J. & Wood, R.C. (2012). Understanding intimate partner violence dynamics using mixed methods. *Families, Systems & Health*, 30 (2), 141-153. DOI: 10.1037/a0028603.
- Lynn, P. (2009). *Methodology of Longitudinal Surveys*. John Wiley & Sons Ed. DOI:10.1002 /9780470743874
- Moraes, C. L.; Hasselmann, M. H.; & Reichenheim, M. E. (2002). Adaptação transcultural do instrumento "Revised Conflict Tactic Scales (CTS2)", utilizado para identificar violência entre casais. *Cadernos de Saúde Pública*, 18(1), 163-176. DOI: S0102-311X2002000100017. [PII].
- Moraes, C. L.; & Reichenheim, M.E. (2002). Cross-cultural measurement equivalence of the Revised Conflict Tactic Scales (CTS2) Portuguese version used to identify violence with couples. *Cadernos de Saúde Pública*, 18(3), 783-796. DOI: S0102-311X2002000300027. [PII].

- Oliveira, J. B.; Lima, M. C. P.; Simão, M. O.; Cavariani, M. B.; Tucci, A. M.; & Kerr-Corrêa, F. (2009). Violência entre parceiros íntimos e álcool: prevalência e fatores associados. *Rev Panam Salud Publica*, 26 (6), 494–501. DOI: S102049892009001200004. [PII].
- Reichenheim, M. E.; Klein, R.; & Moraes, C. L. (2007). Assessing the physical violence component of the Revised Conflict Tactic Scales when used in heterosexual couples: an item response theory analysis. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, 23 (1), 53-62. DOI: S0102-311X2007000100007. [PII].
- Reichenheim, M. E. & Moraes, C. L. (2003). Adaptação transcultural do instrumento (Parent-Child Conflict Tactic Scales (CTSPC)) utilizado para identificar a violência contra a criança. *Cadernos de Saúde Pública*, 19 (6), 1701-1712.
- Reichenheim, M. E., & Moraes, C. L. (2006). Psychometric properties of the Portuguese version of the Conflict Tactic Scales: Parent-Child Version (CTSPC) used to identify child abuse. *Cadernos de Saúde Pública*, 22 (3), 503-515.
- Reichenheim, M. E.; Moraes, C. L.; Szklo, A.; Hasselmann, M. H.; Souza, E. R.; Lozana, J.A.; & Figueiredo, V. (2006). The magnitude of intimate partner violence in Brazil: portraits from 15 capital cities and the Federal District. *Cadernos de Saúde Pública*, 22 (2), 425-437.
- Schraiber, L. B.; D'Oliveira, A. F. P. L.; França-Júnior, I.; Diniz, C. S.; Portella, A. P.; Ludermir, A. B.; Valença, O., & Couto, M. T (2007). Prevalência da violência contra a mulher por parceiro íntimo em regiões do Brasil. *Revista Saúde Pública*, 41 (5), 797-807. DOI: S0034-89102007000500014. [PII].
- Schumacher, J. A.; Homish, G. G.; Leonard, K. E.; Quigley, B. M. & Kearns-Bodkin, J. N. (2008). Longitudinal moderators of the relationship between excessive drinking and intimate partner violence in the early years of marriage. *Journal of Family Psychology*, 22 (6), 894–904. DOI: 10.1037/a0013250.
- Silveira, D. X. & Jorge, M. R. (1998). Propriedades psicométricas da escala de rastreamento populacional para depressão CES-D em populações clínica e não-clínica de adolescentes e adultos jovens. *Revista de Psiquiatria Clínica*, 25 (5), 251-261.
- Straus, M. A. & Gozjolko, K. L. (2014). “Intimate terrorism” and gender differences in injury of dating partners by male and female university students. *Journal of Family Violence*, 29, 51-65. DOI:10.1007/s10.896-013-9560-7.
- Strauss, M. A.; Hamby, S. L.; McCoy, S.B. & Sugarman, D.B. (1996). The revised conflict tactic scales (CTS2). *Journal of Family Issues*, 7 (3), 283-316.

- Testa, M.; Hoffman, J. H. & Leonard, K. E. (2011). Female intimate partner violence perpetration: Stability and predictors of mutual and non mutual aggression across the first year of college. *Aggressive Behavior*, 37 (4), 362-373. DOI:10.1002/ab.20391.
- Woodin, E. M.; Sotskova, A. & O'Leary. (2013). Intimate partner violence assessment in an historical context: divergent approaches and opportunities for progress. *Sex Roles*, 69, 120–130. DOI: 10.1007/s11199-013-0294-z.
- Zaleski, M. Pinsky, I.; Laranjeira, R.; Ramisetty-Mikler, S. & Caetano, R. (2010). Violência entre parceiros íntimos e consumo de álcool. *Revista Saúde Pública*, 44 (1), 53-59.
- Zanoti-Jeronymo, D. V.; Zaleski, M.; Pinsky, I.; Caetano, R.; Figli, N. B. & Laranjeira, R. (2009). Prevalência de abuso físico na infância e exposição à violência parental em uma amostra brasileira. *Cad. Saúde Pública*, 25 (11), 2467-2479.

VIOLÊNCIA ENTRE PARCEIROS ÍNTIMOS: REFLEXÕES SOBRE A BIDIRECIONALIDADE DO FENÔMENO

JÚNIA DE ANDRADE SILVEIRA
CARLA FERREIRA DE PAULA GEBARA
LUCIANA XAVIER SENRA
LELIO MOURA LOURENÇO

O presente capítulo tem como objetivo apresentar algumas perspectivas e descrições sobre a bidirecionalidade da violência, ou seja, a prerrogativa de que tanto os homens quanto as mulheres podem sofrer e perpetrar violência em um relacionamento íntimo, partindo-se do pressuposto de que é necessário um olhar sobre a relação conjugal enquanto uma interação de ambas as partes, como sendo diádica. Para além disso, será apresentado brevemente um recorte dos resultados de uma pesquisa realizada sobre a percepção de profissionais da rede de atendimento a respeito do fenômeno. Busca-se, portanto, realizar uma contextualização da literatura sobre o tema, apresentando também os resultados da pesquisa e as principais discussões sobre o fenômeno.

2.1 A BIDIRECIONALIDADE DA VIOLÊNCIA EM UM RELACIONAMENTO ÍNTIMO

A violência é um fenômeno de difícil conceituação, que se concentra em um debate antigo entre teóricos pautado em diversas definições. Tal dificuldade se justifica pelas múltiplas facetas deste objeto, sendo uma relação cultural, social, pessoal e política, ou, ainda, um resultado de interações sociais. A Organização Mundial de Saúde (OMS) conceitua e define os tipos de violência e a relação entre eles. Esta tipologia, ao buscar a natureza dos atos violentos, fornece indicadores

que compreendem os complexos padrões que perpassam a violência, apresentando divisão e caracterização da natureza de tais atos, como a física, sexual, psicológica e envolvendo privação e negligência (Krug *et al.*, 2002). A tipologia estabelecida pela OMS divide, então, a violência em três grandes categorias, sendo a violência dirigida a si mesmo (auto infligida), a coletiva e a interpessoal. Esta última inclui a violência entre parceiros íntimos.

A violência entre parceiros íntimos (VPI) é definida pela OMS como qualquer “comportamento dentro uma relação íntima que causa dano físico, sexual ou psicológico, incluindo atos de agressão física, coerção sexual, abuso psicológico e comportamentos controladores” (Krug *et al.*, 2002, p.11). Importante destacar que tal conceito é utilizado abarcando a violência como resultado da relação entre os parceiros (Cezario & Lourenço, 2013) e, inclui também, a violência perpetrada tanto por parceiros passados ou atuais, e em relacionamentos homoafetivos (Lamoglia & Minayo, 2009; OMS, 2012).

A VPI constitui-se como um problema social e de saúde pública (Krug *et al.*, 2002; OMS, 2012), sendo uma violação dos direitos humanos. Suas consequências se apresentam em danos no bem-estar físico, sexual, emocional, mental e social dos indivíduos e da família (OMS, 2012). Lourenço e Costa (2020) em uma revisão de literatura sobre as implicações da vivência de violência em um relacionamento íntimo na saúde da mulher, destacaram, nos resultados, alguns impactos psicológicos para as vítimas como baixa autoestima, tristeza, tendência ao suicídio, medo e estresse, que são sintomas de transtorno de estresse pós-traumático e depressão. Quanto às consequências relacionadas aos agravos físicos, que são decorrentes de lesões corporais físicas, evidenciaram dor de cabeça, aborto e tonturas. Além disso, os autores supracitados apontaram que a perpetração de violência física não produz somente agravos físicos, da mesma forma como a violência psicológica não acarreta somente consequências psicológicas, percebe-se uma associação entre os diferentes tipos de agressão e as consequências. A OMS (2012) ainda evidenciou que comportamentos de alto risco como uso de álcool e drogas, sexo sem proteção e tabagismo, são mais frequentes e associados entre as vítimas de violência praticadas por seus parceiros.

A prevalência do fenômeno também demonstra a sua magnitude. Um estudo realizado em 10 países de baixa e média renda, organizado pela OMS, com o objetivo de analisar a prevalência da violência contra a mulher, apresentou, como taxa de variação de prevalência, entre as 24.000 participantes, 13% (Japão) a 61% (Peru), relatando já ter sofrido ou sofrer violência física e/ou sexual pelo parceiro íntimo em algum momento da vida, sendo que, nos demais países, a taxa oscilou entre 23% a 49% (Garcia-Moreno *et al.*, 2006). Nacionalmente, o estudo participante do inquérito multi-países da OMS, não obteve taxas tão elevadas quando comparadas com os dados internacionais (d’Oliveira *et al.*, 2009). Pesquisa realizada por Barros *et al.* (2016), com o intuito de estimar a prevalência de violência por parceiros íntimos em mulheres, apresentou que 33,3% afirmaram ter vivenciado algum episódio de violência alguma vez na vida, sendo que, as prevalências encontradas, baseadas nas tipologias, indicaram como frequência que 52,7% das entrevistadas relataram já haver sofrido violência emocional; 46,1% física; e, 13,6% sexual.

Embora muitos estudos demonstrem que a incidência da violência contra a mulher por parceiro íntimo (Krug *et al.*, 2002; Lamoglia & Minayo, 2009), as torna também agressivas em seus relacionamentos, é recente a perspectiva do homem como sujeito da pesquisa (Cezario & Lourenço, 2013; Cortez *et al.*, 2010). Alguns estudos demonstram que homens e mulheres têm taxas similares de violência física (Bhona, *et al.*, 2019; Strauss, 2011) e psicológica (Swan *et al.*, 2008) contra seu parceiro em um relacionamento. Entretanto, ao fazer esta comparação baseada no gênero, cumpre destacar que as mulheres normalmente se encontram em desvantagem nas situações de violência física grave (Johnson, 2011).

Percebe-se, então, duas tendências na literatura ao abordar a temática da dinâmica da violência baseada no gênero, uma, que é baseada nas teorias feministas, compreendendo a violência a partir da prerrogativa de assimetria de gênero (Conceição *et al.*, 2018) e que insere a mulher, unicamente, na posição de sofrer a violência por seu parceiro (Cezario & Lourenço, 2013). Nesta perspectiva, utiliza-se normalmente o termo de violência de gênero ou violência contra a mulher. Reitera-se, sob essa ótica, a criação da Lei nº 11.340/2006 – Lei Maria da Penha (Brasil, 2006), que parte da prerrogativa de prevenir e erradicar a violência contra a mulher. Importante ressaltar que a referida lei se trata de um importante recurso no âmbito jurídico e que modificou a expressão “mulheres vítimas de violência” para “mulheres em situação de violência”, o que reforça que se trata de um fenômeno sócio cultural, passível de prevenção de novos atos por meio de Políticas Públicas e promoção dos direitos das mulheres (Pasinato, 2015). Além disso, a referida Lei também prevê a criação de programas e serviços voltados a autores de violência que tem se mostrado efetivos para evitar a reincidência de perpetração de violência.

Por outro lado, a simetria de gênero parte do pressuposto de que a perpetração e vitimização da violência podem acontecer tanto em homens quanto em mulheres. Straus (2011) acrescenta que na simetria de gênero estudos demonstram que existe uma equivalência na perpetração da violência e até comportamentos maiores de agressão física perpetrados por mulheres. Nesse sentido, Johnson (2011) afirma que há mais de uma forma de compreensão feminista da natureza da violência doméstica e que há mais de um tipo de violência por parceiro íntimo, para tanto, desenvolve uma tipologia específica da VPI, baseada em uma perspectiva da natureza da violência que apresenta três tipos principais de violência nas relações íntimas: o terrorismo íntimo, a resistência violenta e a violência situacional (Johnson, 2009, 2011).

A resistência violenta surge das relações onde há terrorismo íntimo, e, em alguns casos, trata-se de uma reação instintiva ao ser atacado, acontecendo de forma explosiva, quase sem pensar, como forma de defesa ou de paralisar as situações de agressões vivenciadas. Já para algumas mulheres em relacionamentos heterossexuais, a diferença entre elas e os seus parceiros agressores se encontra no fato de que para elas, a resistência violenta vai apenas piorar as coisas, então tentam outras formas de enfrentamento. Entretanto, outras acreditam que a única forma de sair dessa situação é se defendendo matando seus parceiros (Johnson, 2009).

Ainda de acordo com o autor, o terrorismo íntimo diz respeito à combinação de violência física e/ou sexual com uma variedade de táticas de controle não violentas, como abuso econômico e emocional e monitoramento constante. Embora possa acontecer em relações homossexuais, o que se tem percebido é que o terrorismo íntimo ainda acontece majoritariamente através da perpetração da violência pelos homens nas relações heterossexuais.

Diferentemente do terrorismo íntimo, a violência situacional é a forma mais comum de VPI, que não envolve uma tentativa onde um parceiro tenta controlar o outro de forma geral e, ainda, em termos de perpetração baseada no gênero, não há o apontamento de um parceiro como o maior agressor. A violência é provocada por situações ou tensões que acabam levando os parceiros a recorrer à violência, sendo o ato violento a única forma de comunicação (Johnson, 2011). Johnson (2009) afirma que é importante compreender os três tipos de violência já que as tipologias se apresentam de forma diferente e evidenciam implicações díspares em um relacionamento, o que exigirá diferentes formas e estratégias para abordá-los em ações de prevenção e intervenção.

Seria possível então supormos uma simetria de gênero na violência em um relacionamento íntimo? Estudos apontam uma similaridade das taxas de perpetração de violência física entre homens e mulheres (Bhona *et al.*, 2019; Reichenheim *et al.*, 2006) e psicológica (Bhona *et al.*, 2019; Swan *et al.*, 2008), porém, a violência sexual é praticada majoritariamente por homens (Straus, 2011). Destaca-se, entretanto, que existem diferenças na avaliação dos comportamentos violentos, haja vista que homens tendem a subnotificar seus atos violentos quando comparados com as mulheres, enquanto as mulheres têm mais medo ou vergonha de admitir que são vítimas (Gebara *et al.*, 2019). Além disso, as mulheres estão mais sujeitas a sofrerem violências mais graves, e, conseqüentemente, o nível de intensidade da agressão não é análogo (Capaldi *et al.*, 2002; Johnson, 2011). Outro fator a se observar é que os indícios de simetria de gênero podem estar também relacionados à defesa (Carvalho *et al.*, 2010; Gebara *et al.*, 2019) ou à retaliação dos indivíduos envolvidos, o que pode mascarar os fatos que levaram à agressão (Gebara *et al.*, 2019). Faz-se necessário, então, a realização de estudos que abordem a dinâmica da violência a partir da dupla conjugal, olhando a relação como algo dinâmico, não estático (Razera *et al.*, 2017) e não apenas em uma visão diádica onde, admite-se, apenas a mulher enquanto vítima e o homem agressor.

Mediante a multidimensionalidade e complexas facetas desse fenômeno, salienta-se a importância de compreender os fatores associados à perpetração e vitimização, com o intuito de subsidiar a implementação de intervenções e políticas preventivas que deem suporte em busca da quebra do ciclo da violência (OMS, 2014).

Embora tenha havido um número crescente de pesquisas sobre VPI, percebem-se poucas voltadas para fatores de proteção, que são aspectos capazes de se pensar em estratégias de prevenção para esse problema. Tais estratégias dependem de um estudo das causas e perspectivas desse fenômeno (Lourenço *et al.*, 2013). As intervenções sobre os casos de violência não devem se restringir a políticas públicas ou programas de assistência à vítima ou perpetrador, mas envolver a participação

da sociedade e instituições governamentais, levando em consideração todos os níveis de relações interpessoais (Gebara *et al.*, 2019) e considerando a díade existente nos diferentes relacionamentos, para que as intervenções possam ser eficazes (Johnson, 2009). Nesse sentido, compreende-se ainda, na discussão sobre a bidirecionalidade da violência e os fatores de intervenção, a importância de investigar a forma como profissionais que atuam em casos de VPI apresentam a percepção sobre o fenômeno. Diante disso, será explicitada, em seguida, uma pesquisa realizada com o intuito de analisar a percepção de profissionais de uma rede de atendimento sobre a bidirecionalidade da violência em um relacionamento íntimo.

2.2 A PESQUISA

A presente pesquisa objetivou investigar a percepção social de profissionais da rede de atendimento de um município de pequeno porte, Pirapetinga-MG, sobre violência entre parceiros íntimos. Responderam a um questionário semiestruturado 88 profissionais com diferentes áreas de formação que se distribuíam nos serviços da Assistência Social: Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) e Centro Especializado de Referência de Assistência Social (CREAS); Saúde: Estratégia Saúde da Família (ESF), Hospital Municipal e Núcleo de Apoio à Saúde da Família (NASF); Segurança pública: Polícia Militar e Civil; e, Poder Judiciário: Tribunal de Justiça e Ministério Público. Para o presente contexto, foi realizado um recorte deste estudo voltado aos resultados da percepção sobre a bidirecionalidade da violência. Acredita-se que, a forma como o fenômeno é percebido pelos profissionais interfira nas suas intervenções e pode acarretar também em dificuldades quanto às identificações dos casos e, conseqüentemente, quanto aos atendimentos destes. Investigar a percepção social sobre certo fenômeno pode possibilitar a compreensão e análise de diversos fatores cognitivos que a influenciam, além de fornecer subsídios que possibilitem alternativas de enfrentamento e/ou de intervenções diante da problemática. Face ao exposto, na próxima seção, serão expostos os resultados encontrados no estudo, juntamente com uma discussão da literatura sobre o assunto.

2.3 RESULTADOS

O estudo investigou a percepção social de profissionais sobre a bidirecionalidade da violência entre parceiros íntimos. Os resultados relacionados à perpetração da violência apontaram que a maioria dos participantes concorda que na maior parte das vezes o homem é o agressor em um relacionamento íntimo, no mesmo sentido que também acreditam que a mulher possa ser agressiva em seus relacionamentos. Em contrapartida, em relação a vitimização, a grande maioria acredita que a violência é praticada na maior parte das vezes contra a mulher, da mesma forma como concordam que o homem pode sofrer violência em um relacionamento.

Estudos corroboram com as percepções encontradas. Bhone *et al.* (2019) apontaram, em pesquisa realizada com 532 mulheres, que 48,31% relataram ter vivenciado algum episódio de violência psicológica por parte de seus parceiros, enquanto que, 51,89% afirmaram ter perpetrado atos dessa natureza. Quanto a violência física, 10,81% sofreram violência e 13,73% foram agressoras. Ou seja, as participantes apontaram que haviam praticado mais violência física e psicológica contra seus parceiros, do que ter sofrido, o que coaduna também com os achados de Gebara *et al.* (2019). Estudo realizado em Florianópolis, Santa Catarina, que investigou a relação entre sexo e violência física em um relacionamento íntimo, apontou que as mulheres relataram praticar violência física moderada tanto quanto homens, entretanto, ao se comparar os índices de violência física grave, a perpetração foi maior pelos homens (Lindner *et al.*, 2015). Em uma revisão de literatura sobre mulheres agressoras em relacionamento íntimo, foi encontrado que, de forma geral, mulheres e homens perpetram níveis equivalentes de agressão física e psicológica (Swan *et al.*, 2008). Tais achados permitem inferir relação entre a percepção encontrada com a literatura existente sobre simetria de gênero, já que, no presente estudo, os profissionais concordaram que tanto homens quanto mulheres estão passíveis a vitimização e perpetração da VPI.

Apesar de níveis de perpetração e vitimização semelhantes apontados nos estudos, é importante destacar que, nos tipos de agressão que são considerados mais graves, como injúria, coerção sexual (Gebara *et al.*, 2019) e *stalking* (Swan *et al.*, 2008), as vítimas normalmente são as mulheres. Ressalta-se ainda que as mulheres tenham motivações diferentes dos homens ao ter um comportamento violento em um relacionamento, como defesa própria, medo, defender as crianças, controle e retribuição (Swan *et al.*, 2008), enquanto que, os homens utilizam da violência para intimidar a parceira e demonstrar poder (Lindner *et al.*, 2015). A literatura é consensual que as questões tradicionais de gênero podem expor mais as mulheres em situação de risco de violência (d'Oliveira *et al.*, 2009). Portanto, também foi investigada, na presente pesquisa, a percepção sobre a influência das normas e papéis de gênero predominantes na sociedade para a ocorrência da violência, percebendo-se, nessa dimensão, a maior frequência de respostas onde os profissionais não concordaram nem discordaram com a afirmativa, podendo-se inferir que eles podem não ter uma opinião sobre esse aspecto, ou ainda, que não tenham compreendido a temática. Quanto às outras respostas, houve uma tendência maior entre os participantes em concordar com a contribuição dos papéis de gênero para a ocorrência da violência. Entretanto, não se pode realizar uma inferência da forma como eles percebem essas influências normativas da sociedade.

Nessa discussão, Lamoglia e Minayo (2009) em um estudo realizado, perceberam nas falas dos casais entrevistados, relatos que legitimaram a violência em um relacionamento a partir da construção cultural dos papéis ditos femininos e masculinos. Papéis estes que pressupõem, principalmente, o controle dos homens sobre as mulheres, tornando-os mais violentos quando o perdem para suas companheiras. As autoras ainda destacam que, apesar de todo um movimento de mulheres e avanço para que se reverta tal situação, essa estrutura ainda se encontra enraizada na

sociedade, havendo ainda um longo caminho para se mudar esses modelos e, conseqüentemente, as relações mediadoras dos casais em um relacionamento violento. Tais constatações vão de encontro com a assimetria de gênero, na qual, os estudiosos compreendem que a hierarquia de gênero influencia as vivências, conseqüências e o contexto onde a violência ocorre (Conceição *et al.*, 2018).

Nesse sentido, Johnson (2011) alerta quanto aos possíveis vieses desses resultados em relação à amostra e às pesquisas que são realizadas em hospitais, abrigos, delegacias e outras instituições que já seriam contextos onde a natureza e tipologia da violência encontrada seria mais grave. Ainda, para o autor, a realização de estudos com essas populações se personifica como principal fator de debate e contradição com dados encontrados a partir da simetria de gênero, sendo, necessário, pesquisas com amostras mistas. Percebe-se que, ainda, existe uma visão estereotipada que reforça a posição da mulher como vítima no ambiente doméstico, deixando a violência perpetrada contra o homem excluída (Rafael & Moura, 2014) o que pode ser justificado pela forte tendência de pesquisas realizadas a partir de teóricos que se pautam na assimetria de gênero e na teoria feminista (Conceição *et al.*, 2018), visto que, o número de artigos encontrados abordando a mulher como vítima é maior do que a situação inversa, isto é, considerando o homem também como vítima (Lourenço *et al.*, 2013). Uma vez que a violência pode ser recíproca, é importante que os estudos investiguem a mutualidade da violência em um relacionamento íntimo (Johnson, 2009), abordando, também, o homem como vítima, compreendendo a relação como complexa, na qual se apresenta uma difícil tarefa de apontar quem seria de fato vítima ou agressor (Cezario & Lourenço, 2013).

2.4 CONCLUSÃO

A possibilidade de conhecer e investigar as principais teorias no estudo da bidirecionalidade da violência em um relacionamento íntimo possibilita o questionamento das duas linhas teóricas, bem como as tendências e vieses que são questionados em ambas. Para além disso, é possível obter mais subsídios de uma maneira mais ampla, da forma como se dá a investigação da compreensão da natureza da violência. Buscou-se realizar uma discussão entre a literatura existente sobre a simetria e assimetria de gênero na violência entre parceiros íntimos, bem como uma breve apresentação de uma pesquisa realizada com profissionais da rede de atendimento à violência sobre a percepção do fenômeno.

Pode-se perceber uma tendência na literatura de pesquisas que buscam uma compreensão baseada na prerrogativa de assimetria nos papéis de gênero, e que apresentam, conseqüentemente, mais estudos sob a ótica da mulher enquanto vítima. Nesse sentido, Lourenço *et al.* (2013) encontraram em uma revisão de literatura que as mulheres são citadas 3 vezes mais como vítimas do que os homens. Por outro lado, a simetria de gênero busca investigar a violência a partir da dinâmica da relação íntima (Conceição *et al.*, 2018), sendo, ainda, recente essa perspectiva. A evidência de que tanto mulheres quanto homens perpetram violência com seus parceiros(as) parece indicar que a

violência tem sido utilizada como recurso em um relacionamento, o que favorece a sua perpetuação para outros contextos.

Os achados do presente estudo possibilitaram perceber que os profissionais apresentam uma percepção baseada na simetria de gênero. Para que haja uma redução da vitimização, tanto para homens como para mulheres, de violência em um relacionamento íntimo, é necessário que os sistemas legais e de saúde forneçam recursos que lhe possibilitem alcançar a segurança por meios que não sejam violentos (Swan *et al.*, 2005). Dessa forma, acredita-se na importância de que os profissionais inseridos na rede de atendimento à violência tenham um olhar mais ampliado sobre a dinâmica do fenômeno, partindo-se do pressuposto de que é um fenômeno multicausal, o que demanda a interpretação de que vários fatores irão influenciá-lo. Além disso, deve-se compreender que se trata de um objeto muito subjetivo e que cada sujeito vivenciará e responderá a situação de forma diferente (Cezario & Lourenço, 2013).

Reitera-se que, a partir da discussão não se pretendeu realizar um retrocesso histórico referente aos papéis das mulheres na sociedade, que são marcados pela opressão de gênero existente ainda na contemporaneidade. Pelo contrário, o que se pretende aqui é expandir a discussão sobre um fenômeno tão complexo e multifacetado como a violência entre parceiros íntimos, defendendo que é necessária uma compreensão ampliada que abarque a complexidade da violência e a dinâmica de um relacionamento. Manter um olhar limitado para uma esfera da situação parece não contemplar as múltiplas facetas que envolvem a violência (Rafael & Moura, 2014). Ampliando a compreensão do fenômeno, é possível investigar a complexidade e nuances que envolvem um relacionamento, e, com isso, possibilitar discussões nas esferas públicas que decorram na implementação de programas voltados para a prevenção, bem como para a melhor assistência de casos de violência.

REFERÊNCIAS

- Barros, E. N., Silva, M. A., Neto, G. H. F., Lucena, S. G., Ponzio, L., & Pimentel, A. P. (2016). Prevalência e fatores associados à violência por parceiro íntimo em mulheres de uma comunidade em Recife/Pernambuco, Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva*, 21(2), 591-598. <https://doi.org/10.1590/1413-81232015212.10672015>
- Bhona, F. M. C., Gebara, C. F. P., Noto, A. R., Vieira, M. T., & Lourenço, L. M. (2019). Socioeconomic Factors and Intimate Partner Violence: A Household Survey. *Trends in Psychology*, 27(1), 205-218. <https://doi.org/10.9788/tp2019.1-15>
- Brasil (2006). Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11340.htm

- Capaldi, D. M., Knoble, N. B., Shortt, J. W., & Kim, H. K. (2002). A Systematic Review of Risk Factors for Intimate Partner Violence. *Partner Abuse, 3*(2), 231-280. <http://dx.doi.org/10.1891/1946-6560.3.2.231>
- Carvalho, C., Destro, J. R., Faust, S.B., Coelho, E. B. S, & Boing, A. F. (2010). Dinâmica da violência entre casais a partir da ótica da mulher agredida no bairro Trindade, Florianópolis, SC. *Cogitare enferm, 15*(4), 603-608.
- Cezario, A. C. F., & Lourenço, L. M. (2013). Violência conjugal contra o homem: uma análise bibliométrica. *Gerais: Revista Interinstitucional de Psicologia, 6*(1), 144-156.
- Conceição, T. B., Bolsoni, C. C., Lindner, S. R., & Coelho, E. B. S. (2018). Assimetria e simetria de gênero na violência por parceiro íntimo em pesquisas realizadas no Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva, 23*(11), 3597-3607. <https://doi.org/10.1590/1413-812320182311.23902016>
- Cortez, M. B., Souza, L., & Queiróz, S. S. (2010). Violência entre parceiros íntimos: uma análise relacional. *Revista Psicologia Política, 10*(20), 227-243. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2010000200004&lng=pt&tlng=pt.
- d'Oliveira, A. F. P. L., Schraiber, L. B., França-Junior, I., Ludermir, A. B., Portella, A. P., Diniz, C. S., Couto, M. T., & Valença, O. (2009). Fatores associados à violência por parceiro íntimo em mulheres brasileiras. *Revista de Saúde Pública, 43*(2), 299-311. <https://dx.doi.org/10.1590/S0034-89102009005000013>
- Garcia-Moreno, C., Jansen, H. A., Ellsberg, M., Heise, L., e Watts, C. H. (2006). Prevalence of intimate partner violence: findings from the WHO multi-country study on women's health and domestic violence. *Lancet, 368*(9543), 1260-1269. [https://dx.doi.org/10.1016/S0140-6736\(06\)69523-8](https://dx.doi.org/10.1016/S0140-6736(06)69523-8)
- Gebara, C. F. P., Ferri, C. P, Bhona, F. M. C, Vieira, M. L., Lourenço, L. M., & Noto, A. R. (2019). Violence between Different Members in the Family System: A Household Survey in a Brazilian city. *Journal of Family Issues, 00*(0), 1-21. <https://doi.org/10.1177/0192513X19887415>
- Johnson, M. P. (2009). Differentiating among types of domestic violence: implications for healthy marriages. In: H.E. Peters & C.M. K. Dusch (Eds.). *Marriage and family: perspectives and complexities* (Chap. 11, pp. 282-297). New York: Columbia University Press.
- Johnson, M. P. (2011). Gender and types of intimate partner violence: A response to an anti-feminist literature review. *Aggression and Violent Behavior, 16*(4), 289-296. doi:10.1016/j.avb.2011.04.006
- Krug, E. G., Dahlberg, L. L., Mercy, J. A., Zwi, A. B. & Lozano, R. (Ed.) (2002). *World Report on violence and health*. Geneva: World Health Organization. https://www.who.int/violence_injury_prevention/violence/world_report/en/

- Lamoglia, C. V. A. & Minayo, M. C. S. (2009). Violência conjugal, um problema social e de saúde pública: estudo em uma delegacia do interior do Estado do Rio de Janeiro. *Ciência & Saúde Coletiva*, 14(2), 595-604. <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=63013532028>
- Lindner, S. R., Coelho, E. B. S., Bolsoni, C. C., Rojas, P. F., & Boing, A. F. (2015). Prevalência de violência física por parceiro íntimo em homens e mulheres de Florianópolis, Santa Catarina, Brasil: estudo de base populacional. *Cadernos de Saúde Pública*, 31 (4), 815-826. <https://dx.doi.org/10.1590/0102-311X00159913>
- Lourenço, L. M., Baptista, M. N., Almeida, A. A., Basílio, C., Koga, B. M., Hashimoto, J. K. F., Stroppa, T. V. S., Bhone, F. M. C., & Andrade, G. C. (2013). Panorama da violência entre parceiros íntimos: uma revisão crítica da literatura. *Interamerican Journal of Psychology*, 47(1), 91-99. <https://doi.org/10.30849/rip/ijp.v47i1.205>
- Lourenço, L. M., & Costa, D. P. (2020). Violência entre Parceiros Íntimos e as Implicações para a Saúde da Mulher. *GeraiS: Revista Interinstitucional de Psicologia*, 13(1), 1-18. <https://dx.doi.org/10.36298/gerais2020130109>
- Organização Mundial de Saúde [OMS] (2012). Prevenção da violência sexual e da violência pelo parceiro íntimo contra a mulher: ação e produção de evidência. <https://www.who.int/reproductivehealth/publications/violence/9789241564007/pt/>
- Pasinato, W. (2015). Acesso à justiça e violência doméstica e familiar contra as mulheres: as percepções dos operadores jurídicos e os limites para a aplicação da Lei Maria da Penha. *Revista Direito GV*, 11(2), 407-428. <https://dx.doi.org/10.1590/1808-2432201518>
- Rafael, R. M. R., & Moura, A. T. M. S. (2014). Violência contra a mulher ou mulheres em situação de violência? Uma análise sobre a prevalência do fenômeno. *Jornal Brasileiro de Psiquiatria*, 63(2), 149-153. <https://doi.org/10.1590/0047-2085000000019>
- Razera, J., Gaspodini, I. B., & Falcke, D. (2017). Intimate Partner Violence and Gender A/Symmetry: An Integrative Literature Review. *Psico-USF*, 22(3), 401-412. <https://doi.org/10.1590/1413-82712017220302>
- Reichenheim, M. E., Moraes, C. L., Szklo, A., Hasselmann, M. H., Souza, E. R., Lozana, J. A., & Figueiredo, V. (2006). The magnitude of intimate partner violence in Brazil: portraits from 15 capital cities and the Federal District. *Cadernos de Saúde Pública*, 22(2), 425-437. <https://dx.doi.org/10.1590/S0102-311X2006000200020>
- Straus, M. A. (2011). Gender symmetry and mutuality in perpetration of clinical-level partner violence: Empirical evidence and implications for prevention and treatment. *Aggression and Violent Behavior*, 16(4), 279-288. <https://dx.doi.org/10.1016/j.avb.2011.04.010>

- Swan, S. C., Gambone, L. J., Caldwell, J. E., Sullivan, T. P., & Snow, D. L. (2008). A Review of Research on Women's Use of Violence With Male Intimate Partners. *Violence and Victims, 23*, 301–314. <https://dx.doi.org/10.1891/0886-6708.23.3.301>
- Swan, S. C., Gambone, L. J., Fields, A. M, Sullivan, T. P, & Snow, D. L (2005). Women who use violence in intimate relationships: The role of anger, victimization, and symptoms of posttraumatic stress and depression. *Violence and Victims, 20*(3), 267-285. <https://dx.doi.org/10.1891/vivi.20.3.267>

UMA PESQUISA QUALITATIVA SOBRE A PERCEPÇÃO SOCIAL DE HOMENS AUTORES DE VIOLÊNCIA ENTRE PARCEIROS ÍNTIMOS

FABÍOLA LEANDRA BARBOSA CORDEIRO RAYBOLT

POLLYANNA SANTOS DA SILVEIRA

LELIO MOURA LOURENÇO

CARLA FERREIRA DE PAULA GEBARA

3.1 INTRODUÇÃO

A Organização Mundial de Saúde (OMS) define a violência entre parceiros íntimos como: “qualquer comportamento dentro de uma relação íntima que cause danos físico, sexual ou psicológico, incluindo atos de agressão física, coerção sexual, abuso psicológico e comportamentos controladores” (WHO, 2010). É uma terminologia própria para a violência entre casais que inclui relacionamentos atuais ou passados, homo ou heteroafetivos. Isto é, a VPI engloba as novas configurações familiares e afetivas da contemporaneidade (Cezario *et al.*, 2015b).

O seu conceito não retrata quem comete ou quem sofre a violência, logo, proporcionando um questionamento de que tanto o homem quanto a mulher podem cometer os atos violentos. Trata-se do conceito de simetria de gênero, quando as condutas violentas são perpetradas de forma semelhante por ambos os parceiros (Gebara *e al.*, 2015), sendo esses comportamentos agressivos classificados conforme a natureza dos atos violentos em: violência física, psicológica, sexual, patrimonial e moral (art.7º, Brasil, 2006; WHO, 2010).

Falcke *et al.* (2009) pontuam que a VPI ocorre no ambiente domiciliar, tornando possível tanto o homem quanto a mulher serem as vítimas. No entanto, há poucos registros e estudos com a perspectiva de os homens serem vítimas de suas parceiras: “O universo das pesquisas acerca desse tipo específico de violência ainda possui o foco a mulher vitimada” (Cezario & Lourenço, 2013, p.154).

Os episódios de reciprocidade podem ser estudados por meio das motivações e os contextos culturais em que os comportamentos violentos surgem, ou seja, conforme a forma de violência entre casais. Essa análise proporciona uma específica intervenção para cada situação de conflito conjugal. As três formas de violência entre casais são: terrorismo íntimo, resistência violenta e violência situacional (Johnson, 2006; 2011).

O terrorismo íntimo sugere que a base do relacionamento está no controle e coerção do parceiro por meio de ameaças, intimidação, abuso emocional e econômico, vigilância da vítima, manipulação da vítima através de sentimento de culpa, uso dos filhos e privilégios. A outra forma é nomeada de resistência violenta, surge das relações de terrorismo íntimo, visto que a vítima assume uma postura agressiva com objetivo de paralisar o parceiro. A violência situacional é a mais cotidiana entre os casais, pois retrata as tensões, a oposição e o mal-entendido surgidos ao preponderar a sua vontade, a tentativa de escuta ou a censura ao uso de álcool ou outras substâncias. Ela diferencia-se das anteriores apresentadas por ser mais simétrica em termos de gênero (Johnson, 2006; 2011; Johnson *et al.*, 2014).

A violência entre casais também pode ser estudada através da construção do masculino e feminino em sociedade, desvinculando-se das características biológicas do indivíduo, definido por socialização de gênero (Brasil, 2001). Sabe-se que as interações entre casais e as suas formas de dominação podem ser influenciadas por questões culturais e, por esta razão, as mulheres serem mais propensas à violência (García-Moreno *et al.*, 2005).

No que tange a violência contra a mulher, a Lei Maria da Penha (11.340/06) foi um marco na luta aos direitos garantidos para as vítimas de violência praticadas por seus parceiros, incluindo, por exemplo: tipificação e definição da violência doméstica contra a mulher, criação dos Juizados Especiais de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher com competências cíveis e criminais, retirada da queixa somente perante o juiz, medidas protetivas às vítimas e determinação pelo juiz de comparecimento obrigatório do agressor em programas de recuperação e reeducação, como é o caso de Grupos Reflexivos (Brasil, 2006).

O grupo reflexivo, para autores de violência, refere-se a um espaço onde os participantes são incentivados a avaliar sobre determinados fatos de sua vida, suas atitudes e comportamentos e a possibilidade de mudanças nos aspectos negativos (Andrade, 2014). Entretanto, para alcançar essas metas são necessárias algumas diretrizes como: definir o perfil dos participantes, estabelecer o número de participantes (máximo de quinze), planejar os temas a serem discutidos conforme a base teórica-metodológica. Além disso, devem ser em torno de dezesseis encontros semanais, com duração de duas horas, recomendando-se que as reuniões sejam conduzidas por uma equipe multiprofissional. Os participantes devem ser esclarecidos sobre o sigilo dos depoimentos entre eles e a equipe técnica, como também se deve escolher um ambiente que ofereça privacidade e bem-estar aos participantes (Brasil, 2014).

É apropriado mencionar que o grupo reflexivo não se propõe em desqualificar ou despenalizar os atos violentos cometidos pelos homens autuados pela Lei Maria da Penha. Ao contrário, trata-se de um processo de transformação e responsabilidade pelas condutas cometidas, conforme Saffioti (2004, p. 68): “Todos percebem que a vítima precisa de ajuda, mas poucos veem esta necessidade no agressor. As duas partes precisam de auxílio para promover uma verdadeira transformação da relação violenta”.

A violência tornou-se um problema social e de saúde pública devido aos danos causados à saúde, ao bem-estar e à qualidade de vida de um indivíduo e de uma sociedade (WHO, 2014). Por isso, políticas públicas estruturadas, em um serviço articulado, multidisciplinar e intersetorial, são necessárias à prevenção e intervenção da violência (Pasinato, Machado & Ávila, 2019). Neste sentido, pesquisas podem contribuir neste processo e o presente estudo foi realizado pelo aporte teórico da Percepção Social.

Michener *et al.* (2005, p.131) descrevem a percepção social como: “processos pelos quais formamos nossas impressões das características e da personalidade das outras pessoas”. Isto é, durante a adaptação ao mundo social, a percepção é uma função cognitiva com a responsabilidade de atribuir significados aos estímulos; porém, esse processo é composto por limitadas informações, assim ocorrendo distorções na interpretação do outro. Dessa maneira, a percepção exerce um impacto na afetividade e no agir humano, justificando a sua relevância na Psicologia Social “e a conveniência teórica de investigá-la na perspectiva do percebido, cujas características pessoais vão sendo desenvolvidas dialeticamente em suas múltiplas relações com a história, a cultura e a sociedade.” (Krüger, 2004, p. 26). Logo, através da percepção social, pode se compreender, por exemplo, como para os homens autores de violência, este fenômeno torna-se um padrão de conduta e de forma cognitiva na relação afetiva e os prejuízos causados na vida deles.

Ainda sobre a percepção social relacionado à VPI, enfatiza-se que, os dados e as informações, provenientes de pesquisas neste contexto, podem contribuir com esclarecimentos sobre outras condutas de comportamento, de interação social e de instrumento para resolução de conflitos, visto que, somente o modelo punitivo para lidar com os desafios deste fenômeno não está sendo suficiente. Andrade (2014, p. 178) menciona que: “a psicologia vem apontando para os limites dos modelos punitivos, em favor de modelos em que a orientação é o reforço, o estímulo, o aumento da percepção, a mudança de atitude, a resignificação e consciência”.

Sendo assim, o presente trabalho objetivou investigar, através de uma pesquisa qualitativa, a percepção social de homens participantes de grupos reflexivos vinculados aos Tribunais de Justiça dos municípios de Duque de Caxias (RJ), Juiz de Fora (MG) e Petrópolis (RJ) a respeito da VPI. Também propôs verificar o perfil sociodemográfico dos participantes, a possibilidade de reciprocidade de violência e as motivações das condutas violentas na dinâmica conjugal. A compreensão dos participantes sobre questões relacionadas a Lei Maria da Penha (Lei 11. 340/06) ainda foi interesse de análise pelo atual estudo, bem como os aspectos sobre a participação de homens autores de violência em grupos reflexivos.

3.2 A PESQUISA

Trata-se de uma pesquisa de natureza qualitativa, com caráter exploratório e descritivo. Para coleta de dados, foram aplicados um questionário sociodemográfico e uma entrevista coletiva utilizando a técnica do grupo focal. As entrevistas foram conduzidas por um roteiro semiestruturado, abordando a experiência dos participantes sobre a violência. A técnica do grupo focal caracteriza-se pela metodologia qualitativa eficaz na coleta de dados e reunir ampla quantidade de informações num breve espaço de tempo (Trad, 2003).

Participaram, voluntariamente, do presente estudo: homens autuados pela Lei Maria da Penha e que fizeram parte dos grupos reflexivos realizados pelos Tribunais de Justiça nos municípios de Duque de Caxias (RJ), Juiz de Fora (MG) e Petrópolis (RJ), no período de 2017. Realizaram-se três grupos focais, um em cada município, e a amostra final totalizou 16 participantes.

Após a aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Católica de Petrópolis, foram realizados os contatos com os responsáveis pelos grupos reflexivos a fim de obter a autorização para a aplicação da pesquisa. Sendo assim, a etapa da coleta de dados foi executada em outubro, em Duque de Caxias, com 04 participantes. Em novembro, foram concluídas em Juiz de Fora e Petrópolis, com 04 e 08 participantes, respectivamente. A duração da aplicação da pesquisa, nos três municípios, foi, em média, de duas horas. O roteiro para as entrevistas foi elaborado conforme os objetivos da pesquisa e as entrevistas foram gravadas em mídia eletrônica e posteriormente transcritas na íntegra.

Os conteúdos discutidos durante a realização dos grupos focais foram submetidos a técnica de Análise de Conteúdo (Bardin, 2011), que proporciona ao pesquisador a possibilidade de avaliar a subjetividade do indivíduo através de seu discurso. Essa metodologia oferece melhor organização e exploração dos resultados obtidos através das etapas: pré-análise, exploração do material, tratamento dos resultados, inferência e interpretação (Bardin, 2011). Na apuração dos resultados dos grupos focais, priorizou-se a investigação qualitativa de cada grupo isoladamente, a fim de comparar e destacar os pontos convergentes e divergentes entre eles. Vale mencionar que cada grupo reflexivo estava num estágio diferente das dinâmicas grupais; em Duque de Caxias estavam no início das reuniões, em Juiz de Fora em fase de conclusão, enquanto, em Petrópolis, os encontros já haviam sido concluídos no momento da coleta dos dados.

O projeto de pesquisa foi previamente submetido à apreciação do Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Católica de Petrópolis e aprovado em 25/05/2017, conforme o parecer 2.083.700. Os participantes foram esclarecidos sobre o tipo e o objetivo desta pesquisa e orientados sobre o compromisso com o sigilo e a privacidade dos resultados deste trabalho. Após essas informações, os participantes assinaram e receberam uma cópia do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) com nomes dos responsáveis pela pesquisa, telefone e contatos no ato da abordagem.

3.3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A tabela 1 apresenta as características sociodemográficas dos 16 participantes. De maneira geral, no que diz respeito ao perfil sociodemográfico, os resultados do presente trabalho apontaram: baixa escolaridade e qualificação profissional; porém, metade dos participantes trabalhavam com remuneração de 1 salário mínimo.

Alguns dos dados observados, no presente questionário sociodemográfico, foram semelhantes com as características de uma revisão sistemática da literatura científica. Neste levantamento, foi investigado o perfil dos homens envolvidos em situações de violência contra a suas parceiras íntimas em artigos científicos no período de 2007 a 2009; apresentando que os episódios de VPI podem estar relacionados à escolaridade, à situação de trabalho e à dificuldade financeira dos autores da violência (Silva *et al.*, 2014).

Jorge Corsi (2005) explica que a falta de oportunidade econômica e social aos menos favorecidos, definido por hipótese estrutural, pode influenciar os episódios de violência. Por outro lado, mesmo indicando um padrão nos resultados sociodemográficos, Minayo *et al.* (2013) pontuam que a violência perpassa toda a sociedade e classes sociais e não deve ser considerado sinônimo de pobreza, pois trata-se de um fenômeno que pode ser amenizado e prevenido com investimentos na área da educação, segurança pública e saúde.

Tabela 1 - Caracterização sociodemográfica dos participantes (n=16)

Idade	N	(%)
18 a 30 anos	06	37,50
31 a 40 anos	05	31,25
41 a 50 anos	04	25,00
61 a 70 anos	01	6,25
Escolaridade		
Ensino Fundamental Incompleto	03	18,75
Ensino Fundamental Completo	04	25,00
Ensino Médio Incompleto	03	18,75
Ensino Médio Completo	04	25,00
Ensino Superior Completo	01	6,25
Sem instrução	01	6,25
Trabalha atualmente		
Sim	08	50,00
Não	08	50,00
Renda Familiar		
Até 01 salário mínimo	08	50,00
De 01 a 03 salários mínimos	07	43,75
De 03 a 05 salários mínimos	01	6,25

Sobre a definição de violência e os tipos de violência, apresentaram respostas similares, os três grupos focais. Os respondentes explicaram a violência através de situações como: “bater”, “chegar às vias de fato”, “partir para cima”, “empurrar”, logo considerando esses exemplos como “violência física”. Ao passo que, “oprimir com palavras”, “estresse”, “perda de controle”, “ofensas”, “violência falada ou verbal” foram categorizadas como “violência psicológica e moral”. Porém, nenhum grupo mencionou circunstâncias que pudessem ser relacionadas às violências sexual e patrimonial. Entretanto, uma pesquisa realizada com 2.400 mulheres encontrou que 27% delas foram vítimas de violência doméstica, sendo 66% violência física, 52% violência psicológica, 36% violência moral, 16% violência sexual, 11% violência patrimonial e 01% todos os tipos de violência (DATASENADO, 2019). Isto é, as mulheres consideraram formas de violência as quais os participantes não relataram, assim, evidencia-se a possibilidade de uma precária percepção sobre a violência.

Outra questão investigada nas entrevistas foi a reciprocidade da violência, sendo que grande parte dos respondentes apontaram condutas agressivas de suas parceiras como: “Foram palavras que eu fui falando, mas que também eu ouvi. Saber mesmo, só eu e ela sabemos o que aconteceu. Se a juíza soubesse o que realmente aconteceu, a medida protetiva seria para mim e não para ela. Porque quantas vezes eu tive que apanhar e não bater.” (participante 04, grupo de Juiz de Fora). Alguns participantes de Duque de Caxias ficaram inseguros ao discutirem sobre esse assunto, principalmente quando um dos participantes afirmava essa possibilidade ao declarar que se sentiu vitimizado, nos momentos em que sua parceira realizava ameaças, xingamentos, arremessos de objetos e o constrangia em seu local de trabalho. A dúvida, para alguns, surgia, pois relacionavam a violência às agressões físicas, conforme as frases adiante: “Para mim, xingamento não é violência, não! Violência, para mim, é quando agride fisicamente um ao outro. Fora isso, não!” (participante 02, grupo de Duque de Caxias). Diante desses relatos, há uma oportunidade de reflexão sobre a simetria de gênero, bem como a relevância de programas de orientação e educação sobre a VPI, conforme observações de outros pesquisadores (Andrade, 2014; Cezario *et al.*, 2015a; Saffioti, 2004).

Sobre os motivos que provocaram os episódios de violência, os três grupos apresentaram respostas semelhantes como: o estresse e a falta de controle emocional, divergências de opiniões, dificuldades financeiras e o uso abusivo de álcool ou drogas, de acordo com as ilustrações adiante: “Meu caso, eu estou aqui por causa da minha avó, da minha irmã, minha mãe que está no meio, também! Teve uma confusão na minha casa, eu estava bêbado, aí elas partiram para cima de mim e eu também parti para cima delas.” (participante 02, grupo de Juiz de Fora), “No momento, violência para mim é isso! Vem devido a uma discordância!” (participante 01, grupo de Duque de Caxias).

Pesquisas realizadas sobre as motivações da violência entre casais no Brasil identificaram, também, o ciúme ou “comportamento emocional ciumento” em 26% dos casos e o uso abusivo de drogas e/ou álcool: bêbado 37% e drogado 7% (DATASENADO, 2019). O uso de drogas e álcool atua na capacidade de discernimento e de censura do usuário e essa impulsividade potencializa os comportamentos agressivos. Assim, em relação à VPI, as críticas e o controle da parceira podem

iniciar as discussões e ofensas, chegando às agressões físicas (Silva *et al.*, 2014; Cezario & Lourenço, 2013; Zaleski *et al.*, 2010; Corsi, 2005). As situações relacionadas a dinâmica conjugal, como o controle ou manipulação do parceiro, estresse ou dificuldades financeiras, podem ser compreendidas pelos conceitos de terrorismo íntimo e de violência situacional (Johnson, 2006; 2011; Johnson *et al.*, 2014), pois referem-se às ameaças, ao abuso emocional e econômico, mal-entendido, censura ao uso de álcool e outras substâncias.

Outra questão abordada foi a opinião dos participantes sobre a Lei Maria da Penha, em que se observou um sentimento de injustiça social, devido a um favorecimento da lei às suas parceiras e falta de rigor nas investigações, já que os respondentes justificaram os seus comportamentos como: legítima defesa, ou que, as condutas agressivas foram iniciadas por suas parceiras. Conforme os seguintes relatos: *“Mas, se fosse eu que chegasse primeiro, tivesse a mesma ideia dela de chegar na delegacia. Porque ela me xingou primeiro! Hoje quem estaria aqui nesse lugar seria ela, não seria eu. Porque neste caso, eu fui vítima e não o agressor.”* (participante 03, grupo de Duque de Caxias); *“Porque me prejudicou? A mulher enjoou de você, abriu uma medida protetiva, te acusou de várias coisas. Eu acho, que quem acusa, tem que apresentar as provas! Nesse caso aqui, não! Porque você só vai ser ouvido depois, né. O processo corre e você só vai ser ouvido lá na frente!”* (participante 02, grupo de Petrópolis).

Sobre a experiência de serem autuados pela Lei Maria da Penha, os participantes mencionaram que: *“Eu não sabia que isso dava cadeia!”*; *“se eu soubesse disso, a Lei Maria da Penha seria a meu favor, ela que começou”*. Observa-se a necessidade de orientação e esclarecimentos sobre a Lei Maria da Penha, pois os mecanismos jurídicos são impostos para garantir a integridade da vítima e evitar danos mais graves. Por isso, a lei considera primeiramente a denúncia da vítima. Por outro lado, é oportuno analisar se a Lei Maria da Penha não poderia ser utilizada pela parceira como instrumento de vingança, interesse patrimonial ou até mesmo alienação parental. Cezario *et al.* (2015a) ressaltam a importância de discussões sobre essa situação, não sendo conveniente afirmações antecipadas, já que há poucas pesquisas sobre essa temática.

Sobre a participação dos grupos reflexivos, a técnica da abordagem estrutura-se por atividades educativas e pedagógicas (Andrade, 2014), porém, essa possibilidade de fala e de escuta teve o seu valor “terapêutico”, conforme as narrativas adiante: *“A diferença está sendo que [aqui] é que eu posso me abrir. Aqui tem diálogo e não confusão!”* (participante 02, grupo de Juiz de Fora). O grupo de Duque de Caxias apresentava muitas expectativas de aprendizagem, conforme uma das frases adiante: *“Bem dizer, está sendo um curso e no final teremos o nosso diploma. Será para não repetir o que eu fiz, e não fazer o que eles fizeram!”*. Também, destacam-se as críticas apresentadas pelos participantes de Petrópolis, conforme as ilustrações adiante: *“O receio da maioria em relação a mencionar o porquê sai mais cedo ou mais tarde, é ser malvisto né! Ou o outro te olhar como uma pessoa violenta ou uma pessoa agressiva. Uma pessoa que não tem equilíbrio!”* (participante 03, grupo de Petrópolis); *“Em relação ao meu emprego, essa experiência foi ruim! Eu recebi uma*

punição antecipada, por algo que eu não fiz!” (participante 02, grupo de Petrópolis). Algumas instruções devem ser consideradas para a harmonia das dinâmicas grupais, como: o espaço e a privacidade (Brasil, 2014). Sugere-se que os horários e o local possam representar mais a realidade e a necessidade dos participantes para evitar danos as suas vidas profissional e financeira.

Verifica-se que os programas de reeducação e reorientação sobre a violência podem ser um mecanismo de desenvolvimento para habilidades sociais, ou seja, apresentar aos autores de violência que há outras maneiras de lidar com os conflitos e como a violência pode prejudicar as relações afetivas. Para o planejamento e realização das atividades dos grupos reflexivos, sugere-se uma análise das distorções e influências ocorridas na elaboração da violência como um padrão de comportamento. Em outras palavras, um estudo da percepção social destes participantes para que, durante as dinâmicas grupais, seja oportuno uma nova atribuição de significado do contexto da violência entre casais.

3.4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante a leitura e revisões de artigos sobre a VPI, para a fundamentação teórica e a verificação dos resultados da pesquisa aplicada, observou-se que há poucas publicações sobre a violência entre casais e suas consequências no Brasil. E o quanto são escassos estudos sobre a simetria de gênero, principalmente, considerando a possibilidade do homem ser vítima de sua parceira. Também foi notada essa carência ao associar a VPI e a percepção social.

A escolha dos conceitos da VPI e da percepção social, para o presente estudo, não aconteceu ao acaso, pois, foi vista uma oportunidade de estabelecer relações entre a simetria de gênero e a atribuição de significado da violência na dinâmica conjugal.

Neste sentido, notou-se que a percepção dos participantes sobre a violência foi precária; suas respostas limitaram-se a exemplos de violências física e psicológica e desconsideraram situações sobre as violências sexual e patrimonial. Logo, pontua-se a necessidade de informações sobre o contexto da violência e os danos causados por ela nas relações afetivas, por meio de programas de prevenção e intervenção.

Dentre os resultados, destacam-se os benefícios produzidos pelo grupo reflexivo aos participantes, uma vez que esses encontros representaram uma das poucas oportunidades de aprendizagem sobre a violência e desenvolvimento de novas habilidades sociais. Ainda sobre a relevância do grupo reflexivo como instrumento ao enfrentamento da violência, em 03/03/2020, o artigo 22 da Lei 11. 340 foi alterado para estabelecer como medida protetiva de urgência a frequência do agressor a centro de educação e de reabilitação e acompanhamento psicossocial (incisos VI e VII).

A escolha metodológica baseou-se em compreender como a violência atravessava os diálogos, as condutas e as subjetividades dos participantes, mas pesquisas sobre a violência são

inesgotáveis. Por isso, para futuras pesquisas, sugere-se evitar a abordagem de temas tão complexos em uma única entrevista, assim avalia-se a possibilidade de utilizar roteiros mais curtos e também outras abordagens metodológicas.

Mesmo com os desafios enfrentados neste estudo, apresentou-se uma pesquisa interestadual e com fases heterogêneas nas etapas de elaboração dos grupos reflexivos. Um estava iniciando, outro em fase de conclusão e o terceiro, finalizado, logo, oferecendo uma análise mais enriquecedora. Enfim, a expectativa é que os resultados do presente estudo possam auxiliar no planejamento, elaboração e implantação de políticas públicas para a prevenção e intervenção à violência entre parceiros íntimos no contexto pesquisado.

REFERÊNCIAS

- Andrade, L. F. (2014). Grupos de homens e homens em grupos: novas dimensões e condições para as masculinidades. In Blay, E. A. (coord.) *Feminismos e Masculinidades: novos caminhos para enfrentar a violência contra a mulher*. p.p. 173-209. Ed. Cultura Acadêmica. São Paulo.
- Bardin, L. (2011). *Análise de Conteúdo*. (Reto, L. A., Pinheiro, Augusto, Trad.) São Paulo. Edições 70.
- Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Políticas de Saúde. (2001). Violência Intrafamiliar: Orientações para a Prática em Serviço. *Cadernos de Atenção Básica*, nº 8. Série A- Normas e Manuais Técnicos, nº 131. Brasília: Ministério da Saúde.
- Brasil. Lei 11.340/2006, de 07 de agosto de 2006. (2006). *Lei Maria da Penha*. Brasília: Senado Federal, 2006.
- Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas e Estratégicas. (2014). *Metodologias para o cuidado de crianças, adolescentes e famílias em situação de violência*. Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Ações Programáticas e Estratégicas. Brasília: Ministério da Saúde. Políticas de Saúde.
- Cezario, A. C. F., Carvalho, L. L., Carmo, N., & Lourenço, L. M. (2015a). A criação da Lei Maria da Penha: suas repercussões e consequências aos homens. In Lelio Moura Lourenço, Luciana Xavier Senra. (Org.). *Violência e Agressividade: Perspectivas Psicossociais e Educacionais*. Curitiba: Juruá Editora, 67-77.
- Cezario, A. C. F., Carvalho, L. L., & Lourenço, L. M. (2015b). Novo olhar sobre a violência entre casais: A perspectiva do homem vítima de sua parceira íntima. In Lelio Moura Lourenço, Luciana Xavier Senra. (Org.). *Violência e Agressividade: Perspectivas Psicossociais e Educacionais*. p.p. 80-91. Curitiba: Juruá Editora.

- Cezario, A. C. F., & Lourenço, L. M. (2013). Violência conjugal contra o homem: uma análise bibliométrica. *Gerais: Revista Interinstitucional de Psicologia*, V. 6(1), 144-156. Recuperado de: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S198382202013000100011&lng=pt&tlng=pt.
- Corsi, J. (2005). *Modelos de intervención com hombres que ejercen violencia em la pareja*. Feminismos/s, Buenos Aires.
- Datsenado. (2019). *Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher*. Secretaria de Transparência.
- Falcke, D., Oliveira, D. Z., Rosa, L. W., & Bentancur, M. (2009). Violência conjugal: um fenômeno interacional. *Contextos Clínicos*, V. 2 (2), p.p. 81-90.
- García-Moreno, C., Jansen, H., Ellsberg, M., Heise, L., & Watts, C. WHO. (2005) *Multi-country study on women's health and domestic violence against women: initial results on prevalence, health outcomes and women's responses*. Geneva: World Health Organization.
- Gebara, C. F. P., Bhone, F. M. C., Noto, A. R., & Lourenço, L. M. (2015). Considerações Importantes no Estudo da Violência entre Parceiros Íntimos. In Lelio Moura Lourenço, Luciana Xavier Senra. (Org.). *Violência e Agressividade: Perspectivas Psicossociais e Educacionais*. p.p. 53-64. Curitiba: Juruá Editora.
- Johnson, M. P. (2006). Conflict and control: gender symmetry and asymmetry in domestic violence. *Violence Against Women*, V. 12 (11), p.p. 1003- 1018.
- Johnson, M. P. (2011). Gender and types of intimate partner violence: A response to an antifeminist literature review. *Aggression and violent behavior*, V. 16 (4), p.p.289-296.
- Johnson, M. P., Leone, J. M., & Xu, Y. (2014). Intimate Terrorism and situational couple violence in general surveys: ex- spouses required. *Violence Against Women*. V. 20 (2), p.p. 186-207.
- Krüger, H. R. (2004). Cognição, estereótipos e preconceitos sociais. In Lima, M.E.O., Pereira M.E. (org.). *Estereótipos, preconceitos e discriminação: Perspectivas teóricas e metodológicas*. Salvador: EDUFBA. 23-40.
- Michener, H. A., DeLamater, J. D., & Myers, D. J. (2005). *Psicologia Social*. São Paulo, SP: Pioneira Thomson Learning.
- Minayo, M. C. S., Njaine, K., Assis, S. G., & Constantino, P. (2013). Conceitos, teorias e tipologias de violência. In Njaine, K., Assis, S. G., Constantino, P. (Org.). *Impactos da Violência na Saúde*. 2ª.ed. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, V. 1, p.p. 21-42.
- Pasinato, W.; Machado, B. A.; Ávila, P. T. (2019). *Políticas públicas de prevenção à violência contra a mulher*. Ed. – São Paulo: Marcial Pons; Brasília [DF]: Fundação Escola.

- Rosa, A. G., Boing, A. F., Büchele, F., Oliveira, V. F., & Coelho, E. B. S. (2008). *Saúde Soc. São Paulo*, V.17 (3), p.p. 152-160.
- Saffioti, H. I. B. (2004). *Gênero, patriarcado, violência*. São Paulo: Fundação Abramo (Coleção Brasil Urgente).
- Silva, A. C. L. G., Coelho E. B. S., & Moretti-Pires R. O. (2004). O que se sabe sobre o homem autor de violência contra a parceira íntima: uma revisão sistemática. *Rev. Panam. Salud. Pública*. V.35 (4), p.p. 278-83. De: <http://www.scielosp.org/pdf/rpsp/v35n4/07.pdf>.
- Trad, L. A. B. (2003). A utilização de grupos focais no estudo de avaliação de satisfação do usuário: limites e possibilidades. In VII Congresso Brasileiro de Saúde Coletiva, Brasília - DF. *Ciência & Saúde Coletiva*. Brasília: ABRASCO, V. 8. p.p. 65-65.
- World Health Organization (WHO). (2010). *Preventing intimate partner and sexual violence against women: taking action and generating evidence*. Geneva: WHO. 55 p.
- World Health Organization (WHO). (2014). *Global Status Report on violence prevention*. Geneva: WHO., 14 p.
- Zaleski, M., Pinsky, I., Laranjeira, R., Ramisetty Mikler, S., & Caetano, R. (2010). Violência entre parceiros íntimos e consumo de álcool. *Revista de Saúde Pública*, V. 44 (1), p.p. 53-59.

A INFLUÊNCIA DAS CRENÇAS NO FENÔMENO DA VIOLÊNCIA POR PARCEIROS ÍNTIMOS SOB UMA PERSPECTIVA QUALITATIVA

MONIQUE BERNARDES DE OLIVEIRA FERREIRA
KARINE BARBOSA DE ASSIS
THAYNARA BARBOSA
LELIO MOURA LOURENÇO

O presente capítulo apresenta considerações teóricas e reflexões acerca da influência das crenças no fenômeno da violência por parceiros íntimos (VPI).

Inicialmente, são definidos os principais conceitos abordados, destacando-se a preponderância das crenças na estrutura e dinâmica sociocultural e descrevendo o fenômeno da VPI, no que concerne às tipologias, consequências e dinâmica. Em seguida, são apresentadas descobertas da última década sobre crenças de diversas populações em relação à violência entre parceiros íntimos, dividindo-se em: percepções sobre identificação e prevalência; motivações e fatores de risco; prejuízos; e proteção e prevenção à VPI.

4.1 CRENÇAS

As crenças podem ser definidas como interpretações ou racionalizações provenientes das experiências (individuais e coletivas) do sujeito por meio de processos sensoriais e cognitivos para obtenção de informações (Cavazza, 2008; Krüger, 2018; Rokeach, 1981). A medida que são adquiridas, organizam-se em sistemas logicamente estruturados (sistemas de crenças) e, de forma mútua, influenciam diretamente nos âmbitos pessoal e coletivo, estando presentes “em nossos processos mentais, emoções, motivos, aprendizagem, tomadas de decisão e formas de agir” (Krüger, 2018, p. 15) No âmbito social, além de serem rapidamente transmitidas, reforçam interesses, estabelecem padrões e modelos de comportamento e pensamento, direcionando desta forma a organização e dinâmica coletiva (Krüger, 2018; Lourenço, 1993)

Os sistemas de crenças, de acordo com Krüger (2018), se propagam com níveis diferentes de amplitude e, podem ser idiossincráticos, ter alcance médio ou grande influência social. Com exceção do primeiro, os demais detêm uma aceitação coletiva que influencia sociedades inteiras, como, por exemplo, conjuntos de crenças acerca de atributos, características ou traços psicológicos, morais ou físicos imputados a determinados grupos, com base em critérios diversos, como idade, gênero, raça e formação política, denominados estereótipos (Hilton & Von Hippel, 1996; Krüger, 2004).

Portanto, considerando a profunda influência dos sistemas de crenças nas experiências individuais e coletivas e na formação da estrutura sociocultural, destaca-se a importância do estudo das mesmas para a compreensão de diversos fenômenos sociais. Neste capítulo, discutiremos a respeito de seu papel no desenvolvimento de possíveis padrões de pensamento, valores e mitos, socialmente compartilhados, relacionados à violência entre parceiros íntimos, que podem contribuir significativamente para legitimação deste fenômeno.

4.2 O FENÔMENO DA VIOLÊNCIA POR PARCEIROS ÍNTIMOS

A violência por parceiro íntimo envolve condutas agressivas e de abusos entre pessoas em um relacionamento íntimo, durante ou após o término da relação, podendo ocorrer nos mais diversos ambientes e grupos socioeconômicos (Fonseca *et al.*, 2012; Krug *et al.*, 2002). Dentre as tipologias dos atos, a Organização Mundial de Saúde (OMS) classifica a VPI em 4 tipos: (a) violência física, envolvendo socos, chutes, empurrões; (b) abuso psicológico que se manifesta por ameaça, humilhações, intimidações da vítima; (c) coação sexual caracterizado por qualquer tipo de ameaça sexual ou relações sexuais forçadas; (d) comportamentos controladores que podem ser isolar a vítima de seu ciclo social, incluindo familiares e amigos, controle da rotina da vítima ou privação de acesso a assistência ou informações (Krug *et al.*, 2002).

A VPI representa um problema de saúde pública de grande magnitude com significativas consequências sobre a saúde dos indivíduos diretamente envolvidos, das famílias e da comunidade. Além das lesões físicas, esse tipo de violência pode contribuir para surgimento de transtornos mentais, prejudicar o desempenho educacional ou econômico, propiciar a adoção de práticas sexuais não seguras, reduzir as habilidades de vinculação parental e aumentar comportamentos de risco à saúde, como o abuso de drogas e álcool, entre outros (Butchart *et al.*, 2010).

Apesar da importância de se destacar que os homens também sofrem violência por parte de suas parceiras (Cezario & Lourenço, 2013; Straus, 2008), na maior parte das vezes, a mulher é a principal vítima (Butchart *et al.*, 2010; Frank *et al.*, 2010; García-Moreno *et al.*, 2013; Melo & Garcia, 2017; Silva *et al.*, 2014). Alguns autores destacam que a vitimização das mulheres se distingue de forma expressiva no que se refere às motivações, o contexto, o significado, a gravidade e consequências da VPI, quando comparadas às dos homens (C. T. Allen *et al.*, 2009; R. P. Dobash &

Dobash, 2004; Johnson, 2006; Kelly & Johnson, 2008). Uma extensa revisão de literatura realizada em 66 países (inclusive o Brasil) mostrou que, aproximadamente, 40% de todos os homicídios de mulheres no mundo são cometidos por um parceiro íntimo. Em contraste, essa proporção é próxima a 6% entre os homens assassinados (Stöckl *et al.*, 2013).

Para além da caracterização da VPI em termos de definição, tipologias, vítimas e consequências, e somado ao que foi apontado sobre a influência das crenças nas relações e fenômenos sociais, destaca-se a necessidade da investigação/conhecimento dos sistema de crenças culturalmente estabelecido, acerca do que é a violência, do que se acredita sobre suas causas, do uso ou não de justificativas, entre outros fatores, para então se pensar em formas de enfrentá-la (Gebara *et al.*, 2011).

4.3 ESTUDOS QUALITATIVOS SOBRE CRENÇAS EM RELAÇÃO À VPI: UM BREVE PANORAMA

Visando expor um panorama geral da pesquisa científica sobre essa temática, serão apresentadas, a seguir, um apanhado dos achados de publicações qualitativas dos últimos 10 anos que apresentaram/identificaram/investigaram crenças (ou sistema de crenças) relacionados à VPI.

4.3.1 PERCEPÇÕES SOBRE IDENTIFICAÇÃO E PREVALÊNCIA

Foram identificadas em alguns trabalhos, crenças relativas à percepção ou não da VPI como um problema e da prevalência deste fenômeno em seu meio social. Observa-se que, em pesquisas com profissionais (e estudantes) da área de saúde e gestores locais, a VPI é reconhecida, por eles, como um recorrente e grave problema social e, sobretudo, de saúde pública (Allen *et al.*, 2012; Pedrosa & Zanello, 2016; Rigol-Cuadra *et al.*, 2015; Taylor *et al.*, 2013). Em um destes manuscritos, indica-se que muitas vítimas não reconhecem suas experiências como abusivas, o que dificulta a divulgação e busca por ajuda (Taylor *et al.*, 2013). Há, todavia, outras produções em que a VPI é percebida com baixa frequência ou até mesmo não considerada um real problema. No estudo de Mayorga e Valera (2009), mulheres mães de um assentamento humano do distrito de Villa El Salvador (Peru) relatam baixa frequência de VPI nas famílias do local onde vivem, o que é atribuído por elas a uma tentativa de encobrir a violência dentro do ambiente familiar ou o fato de que muitas mulheres estão trabalhando, o que as coloca numa posição melhor para se defender da violência.

Entre adolescentes (de 11 a 14 anos de idade, em Atlanta, nos EUA) a violência verbal e emocional foi considerada mais comum, mas ainda assim, xingamentos, zombaria, espalhar boatos sobre o(a) parceiro(a) e expor segredos, foram apontados como violações graves e dolorosas de confiança. Quanto à violência física e sexual, a incidência foi reportada como baixa por ambos os

sexos, de acordo com os jovens, esses tipos de violência são mais comuns entre parceiros mais velhos (adultos) (Noonan & Charles, 2009).

Já para homens casados paquistaneses, a VPI não foi considerada, pela maioria dos entrevistados, como um problema da sociedade. Sendo o desemprego, a corrupção, a inflação e questões de Leis e política os reais problemas do país, tendo, para eles, muito mais importância do que a violência entre casais. De acordo com os participantes, o governo deveria se concentrar mais em melhorar a condição das pessoas pobres do que investir dinheiro para combater a violência “negligenciando os reais problemas” (Zakar *et al.*, 2013).

4.3.2 FATORES DE MOTIVAÇÃO E RISCO PARA A OCORRÊNCIA DA VPI

Considerando que não há simplicidade ou linearidade quando se tenta identificar causas da VPI, destaca-se, aqui, elementos considerados como desencadeadores desta violência ou até mesmo fatores de risco que contribuem para um contexto em que a VPI pode surgir e/ou se legitimar. No estudo de Morse *et al.* (2012), as participantes (70 mulheres jordanianas) indicam que as normas sociais da Jordânia dão aos homens o dever de controlar ou abusar fisicamente de mulheres que não agem de acordo com as prescrições de gênero, como, por exemplo: ter mais educação ou melhores empregos do que os parceiros, não se responsabilizar pelas tarefas domésticas e ser infértil ou dar à luz apenas a meninas. Além disso, homens que não atendem aos papéis tradicionais, sobretudo o de provedor, devido ao desemprego ou a dificuldades econômicas não são condenados por usar a violência como uma saída para o estresse associado. Aponta-se, também, a estigmatização das mulheres que denunciam seu parceiro pela violência e/ou se separam, uma vez que este tipo de comportamento, de denunciar um parceiro agressor ou se separar dele, é algo que causa danos à reputação da família. Isso contribui, de acordo com as participantes, para que as vítimas sofram abusos silenciosamente, sem recorrer a nenhuma ajuda. Por fim, cita-se a distorção e má uso de preceitos religiosos como justificativas para a violência contra mulheres.

Em outro trabalho, com 33 mães de um distrito do Peru, foram identificados, como gatilhos para a VPI dos homens contra as mulheres, comportamentos machistas de tentativa de controle e ciúme exagerado. No entanto, certa parcela de culpa é atribuída também às vítimas, considerando-as sem caráter, deprimidas, desesperançosas, sem autoestima e segurança, o que as leva a aceitar a violência, e se conformar com a vida de abusos. Além disso, há uma ideia de que algumas vítimas gostam dos agressores ou até mesmo da violência que sofrem e por isso permanecem no relacionamento. Os filhos foram apontados como outro motivo que pode contribuir para a preservação da relação permeada por violência. Somado a isso, a falta de recursos pessoais e financeiros para enfrentar situações adversas e o medo, também foram indicados como condições que paralisam as mulheres na tentativa de deixar a relação abusiva (Mayorga & Valera, 2009).

Homens e mulheres da Somália e do Sudão do Sul identificaram normas sociais que contribuem para VPI, sendo elas: a responsabilidade/direito do homem de corrigir o comportamento feminino; a expectativa social de que uma mulher obedeça ao marido e cumpra os deveres de gênero prescritos para a satisfação do mesmo, protegendo a dignidade da família por não denunciar a violência (evitando estigmas); o direito do marido de forçar a esposa a fazer sexo; a falta de status para as mulheres; e o casamento forçado. O estigma associado a ser vítima de violência do parceiro, a culpabilização de mulheres pela agressão e a importância da honra e respeito da família foram assinalados como normas que impedem as vítimas e famílias de denunciarem a VPI às autoridades (Perrin *et al.*, 2019).

No estudo de Dobash e Dobash (2011) com dados de casos de homens condenados por assassinar a parceira íntima na Inglaterra e na Escócia, evidencia-se a responsabilização e culpabilização das vítimas pelo assassinato, reforçando a suposta inocência deles próprios. Os discursos refletem crenças de que os homens possuem autoridade e controle sobre as mulheres e carecem de obediência, devendo ensinar às esposas como se comportar, como cozinhar, limpar e cuidar da casa. As mulheres têm de ser submissas e quando se afastam de seus papéis ou falham como como parceira íntima, mãe e/ou cuidadora doméstica, merecem, ou mesmo, exigem correção e punição, que incluem o uso de violência.

Homens paquistaneses do trabalho de Zakar *et al.* (2013), além de não reconhecerem a VPI como um real problema, conforme citado anteriormente, se posicionam transferindo às mulheres a culpa pela perpetração dos homens, acreditando que na maioria das vezes não acontece de fato uma violência, que as mulheres criam esse tipo de situação para chamar atenção ou, quando realmente acontece, é porque elas “ultrapassaram os limites” (no sentido das expectativas sociais atribuídas a elas), necessitando serem corrigidas pelos parceiros. Conforme mencionado por eles é parte do papel desejável dos homens dominar e comandar as mulheres, aplicando sua sabedoria para analisar o comportamento delas. Estas devem cuidar da casa e dos filhos enquanto os homens trabalham fora e sustentam a casa. Argumenta-se, ainda, que, há um ataque cultural ocidental que tenta impor a igualdade conjugal e que a sociedade paquistanesa deve resistir a ele, pois essa igualdade não é possível e nem desejável no Paquistão.

No artigo de Taylor *et al.* (2013) com uma amostra de profissionais de saúde, houve, por parte de alguns deles, a responsabilização das mulheres pelo abuso sofrido, alegando que aquelas que são vítimas de VPI escolheram os parceiros errados ou contribuíram para uma atmosfera doméstica de tensão e violência. Esse achado é, de certa forma, divergente com o relato de mulheres consideradas vítimas de VPI, que também participaram deste estudo, muitas delas identificando que os profissionais de saúde se esforçam para absolvê-las da responsabilidade pela violência.

Já alguns estudantes de enfermagem de universidades espanholas expressaram um modelo cultural de amor romântico que reforça a submissão feminina dentro do relacionamento e contribui para a VPI. Propõe-se que a mulher deve renunciar sua vida e independência, colocando o parceiro

como o centro da própria vida, dando prazer a ele e não esperando receber o mesmo em troca. Para os universitários, homens que violentam suas parceiras são considerados pessoas com alguma doença mental, distúrbio psicológico ou vício, necessitando assim, de compreensão e cura, o que, segundo os autores do trabalho, pode contribuir para legitimar e minimizar os problemas da VPI (Rigol-Cuadra *et al.*, 2015).

Adolescentes entre 11 e 14 anos que participaram da investigação de Noonan e Charles (2009), relatam motivações semelhantes nas agressões que partem dos meninos contra as parceiras e vice-versa, são elas: tentativa de retaliação, punição, vingança ou legítima defesa. No entanto, apontaram as meninas como alvos mais vulneráveis da VPI por refletir negativamente sobre a reputação das mesmas. Um exemplo citado foi que namorados zangados ou até mesmo desprezados, utilizam-se de ofensas de cunho moral e sexual em relação às parceiras (ou ex-parceiras) como uma forma de vingança ou retaliação, que quando acontecem com os meninos acabam não tendo os mesmos efeitos que têm nas meninas, podendo, inclusive, melhorar a reputação deles. Havia também uma indicação de que a violência masculina é um sinal de masculinidade entre seus pares.

Na pesquisa de Ames *et al.* (2013) realizada com trabalhadores do setor da construção civil e suas parceiras, foi indicado, pelos participantes, que estressores do trabalho podem se estender para a esfera doméstica, resultando em conflitos de casal e subsequente violência. Dentre os exemplos comentados, há a obrigação em sustentar a família e, por isso, ter de se esforçar ao máximo para manter o emprego num setor em que as demissões são comuns. Ou seja, os homens se consideram responsáveis por sustentar a família e o não cumprimento deste “papel” é um fator estressor que pode resultar em violências conjugais.

4.3.3 PREJUÍZOS

Identificaram-se também, na literatura, crenças com relação às consequências da VPI, com destaque para prejuízos na saúde física e mental/psicológica das vítimas e de outros membros da família, além de danos sociais e econômicos. Mulheres jordanianas casadas, divorciadas ou viúvas relataram, a partir de suas experiências e crenças, lesões físicas, úlceras, desnutrição, pressão alta, paralisias, depressão, isolamento social em função do estigma da comunidade, rejeição da família, perda dos filhos e problemas econômicos (Morse *et al.*, 2012).

Escocesas, do estudo de Taylor *et al.* (2013), que foram vítimas, ressaltaram danos físicos, psicológicos, sintomas de somatização, a falta de moradia e o uso prolongado de antidepressivos. Uma das participantes sintetizou as consequências em: “Sua vida está destruída”. Neste mesmo manuscrito, os profissionais de saúde que, também faziam parte da amostra estudada, deram ênfase nos agravos sociais e de saúde às mulheres e seus filhos. Profissionais de saúde dos EUA também destacaram que a violência doméstica afeta a saúde das mulheres de várias maneiras, incluindo saúde mental, saúde física e a saúde de outros membros da família (Allen *et al.*, 2012).

4.3.4 PROTEÇÃO E PREVENÇÃO À VPI

Crenças relativas a estratégias de proteção e prevenção à VPI, bem como sobre a atuação de profissionais de saúde e tomadores de decisão (gestores) nesta questão, também apareceram nas investigações. Na Suécia, profissionais de serviços de saúde, assistência social, administração municipal, força policial, indústria local e políticos locais, público alvo do estudo de Jakobsson *et al.* (2013), indicaram a vergonha, tanto por parte da vítima como do agressor, em função do estigma social, a desigualdade de gênero e a influência contrária da mídia de massa como fatores que contribuem para a negligência da VPI pela sociedade e como obstáculos para a prevenção. Os participantes acreditam que, a prevenção deste fenômeno, não deixando de lado adultos e idosos, deve priorizar crianças e adolescentes como grupos-alvo. As propostas incluíram: programas educacionais direcionados a grupos específicos; criação e promoção de conversas sobre a prevenção da VPI em grupos gerais; criação de novos sistemas de colaboração social, política e profissional; melhoria dos sistemas de apoio às famílias vulneráveis em saúde e assistência social, aumento da ajuda financeira aos abrigos que prestam apoio às vítimas; e a realização de triagem para a VPI como um procedimento padrão pelos prestadores de cuidados de saúde. Eles compartilhavam a crença de que esta violência é um grave problema de saúde pública, sendo necessário que autoridades locais aceitem a responsabilidade por isso, no entanto, essa aceitação de responsabilidade variou entre os grupos. Políticos perceberam mais facilmente suas possibilidades de contribuir, confiantes em seus papéis de líderes, identificaram que poderiam criar uma discussão aberta e influenciar a opinião pública. Os profissionais de saúde, apesar de concordarem que têm uma função importante na prevenção, pensam que outra profissão ou organização pode ser mais adequada para este trabalho. Já os policiais tiveram mais dúvidas quanto ao seu dever preventivo, no entanto, tanto os policiais quanto os assistentes sociais sentiram que suas experiências e posições próximas às vítimas eram vantajosas, principalmente ao lidar com a VPI em nível secundário de prevenção (Jakobsson *et al.*, 2013).

Trabalhadores do setor de saúde brasileiros, ao abordarem a relação entre VPI e saúde mental, dividiram suas percepções em: afirmar que a violência tem um papel fundamental na configuração dos transtornos mentais; acreditar que os transtornos mentais vulnerabilizam as pessoas a viverem situações de violência e a violência ajuda na configuração do transtorno mental; considerar que o transtorno mental traz vulnerabilidade às situações de VPI; e não ter uma opinião por não ter pensado ainda sobre o assunto. Já as crenças com relação às condutas perante as vítimas, exibiram três grupos de comportamentos: comportamentos passivos e acolhedores, que incluíam escutar, apoiar, observar a carga emocional e observar silêncios; comportamentos interventivos, como empoderar, pontuar, orientar, perguntar, aumentar a frequência dos atendimentos, discutir com a equipe, medicar, notificar, e realizar visitas domiciliares; e comportamentos indiferentes em que não se nomeia a violência nem aborda o tema (Pedrosa & Zanello, 2016).

Profissionais de saúde que participaram do estudo de Allen *et al.* (2012), nos EUA, reconhecem que a VPI tem uma grande influência na saúde global das mulheres e, por isso, os prestadores de serviços de saúde têm um papel de destaque na resposta à violência. Eles acreditam que devem realizar triagens mais proativas, além de apoio social, referências, recursos e educação sobre violência entre parceiros como parte dessa triagem. No trabalho de Taylor *et al.* (2013), parteiras, enfermeiros e médicos escoceses também se responsabilizam por indagar as mulheres sobre abuso doméstico e identificar essas associações entre problemas físicos, psicológicos, entre outros. As vítimas que também participaram reiteram essa questão da importância de serem questionadas sobre VPI pelos profissionais de saúde.

Alunos de enfermagem, na Espanha, demonstraram crenças em relação à VPI limitadas à visão clínica e biomédica, considerando apenas agravos físicos e ignorando problemas decorrentes da violência psicológica, eles também não identificaram como uma responsabilidade da enfermagem a atenção à VPI por falta de competência e especialização nisso, repassando essa responsabilidade para psicólogos e assistentes sociais. No que se refere às crenças de procedimentos perante as vítimas e aos agressores, alguns se basearam em critérios éticos pessoais, pautados no senso comum, sem considerar as normas estabelecidas pela própria profissão (Rigol-Cuadra *et al.*, 2015).

Mulheres jordanas, participantes da investigação de Morse *et al.* (2012), julgam como recursos de proteção ou assistência à VPI: a família, agências de violência familiar, polícia, serviços de saúde, religião e líderes comunitários (sendo os últimos dois apontados como ferramentas para justificar a VPI quando mal aplicados/intencionados). Já as mulheres peruanas, do estudo de Mayorga & Valera (2009), identificam como elementos de proteção e ajuda: a presença de legislação adequada, recursos econômicos, educação para as crianças e intervenção/ajuda de pessoas de fora da relação (como familiares e vizinhos) constituindo uma espécie de rede de apoio contra a violência entre os parceiros.

No Sudão do Sul homens e mulheres indicaram questões sociais que podem atuar na proteção contra a violência entre parceiros: pais que ensinam/orientam filhos, casamento e respeito pelas mulheres (Perrin *et al.*, 2019). Por fim, adolescentes dos EUA consideram amigos e irmãos mais velhos como principais fontes confiáveis de ajuda e conselhos em casos de VPI. Elencou-se, também, por alguns, os pais e professores, no entanto, outros já se mostraram resistentes sobre a possibilidade de recorrer a essas figuras (Noonan & Charles, 2009).

4.4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do que foi exposto é possível verificar que, embora as investigações não tenham estabelecido um recorte especificando vítimas e agressores da VPI, a grande maioria das referências citadas trabalharam o fenômeno indicando as mulheres como as principais vítimas, reforçando a discussão da assimetria de gênero na perpetração da VPI. Fica claro o peso de normas sociais,

pautadas nos sistemas de crenças socialmente transmitidos, que justificam e legitimam a VPI, impedindo, muitas vezes, que as pessoas reconheçam a esta violência como um problema. Essas crenças estabelecem estereótipos, sobretudo de gênero, determinando padrões e expectativas sociais de homens e mulheres, apoiados na dominação masculina e submissão feminina; os homens são considerados figuras de autoridade perante as mulheres, tendo controle sobre as mesmas e devendo ser obedecidos. Já as mulheres devem se portar como subservientes aos parceiros, atendendo às suas expectativas e exigências, e quando isso não acontece é necessário que os homens as corrijam, punindo-as como uma forma de ensinamento. Este atravessamento de gênero, ou melhor, da desigualdade de gênero no fenômeno da VPI, são apontadas em diversas produções (Glick & Fiske, 2011; Gomes, 2003; Gomes *et al.*, 2005; Rudman & Glick, 2012; Saffioti, 2011).

Outro elemento que chama atenção é o quanto a VPI contra a mulher é transpassada pela violência de outros membros da família e até mesmo da sociedade no geral. Ou seja, além de serem vítimas dos cônjuges, acabam sofrendo risco de revitimização familiar e/ou social em prol da manutenção da “honra e estrutura familiar”. Essa violência inclusive vem, em muitos casos, apoiadas em preceitos religiosos (talvez distorcidos, mas nem sempre) que reforçam a importância da preservação da família (Morse *et al.*, 2012; Perrin *et al.*, 2019; Zakar *et al.*, 2013). A literatura destaca também essa revitimização em serviços de saúde e ambientes jurídicos (Debert & Oliveira, 2007; McDermott & Garofalo, 2004; Perrin *et al.*, 2019; Presser *et al.*, 2008).

O reconhecimento, por profissionais de saúde e tomadores de decisões/gestores locais, da VPI como um sério problema de saúde pública, como indica a OMS (García-Moreno *et al.*, 2013), é imprescindível para uma atuação consciente e bem direcionada (Coker, 2006). No entanto, estes profissionais também apresentaram crenças estereotipadas e estigmatizantes sobre o fenômeno e sobre os sujeitos envolvidos. Destaca-se, portanto, a necessidade de se investir na formação continuada destes profissionais e em intervenções que investiguem suas crenças e promovam reestruturações de sistemas de crenças que possam estar contribuindo para justificar/sancionar a violência conjugal e/ou prejudicar a atuação efetiva dos mesmos. A propósito, tendo em vista a complexidade e os múltiplos fatores envolvidos na sustentação deste fenômeno, a identificação dos sistemas de crenças socialmente compartilhados a respeito do mesmo, nos mais diversos públicos alvo, são fundamentais para eficácia dos esforços de prevenção e intervenção (Worden & Carlson, 2005).

REFERÊNCIAS

Allen, C. T., Swan, S. C., & Raghavan, C. (2009). Gender Symmetry, Sexism, and Intimate Partner Violence. *Journal of Interpersonal Violence*, 24(11), 1816–1834. <https://doi.org/10.1177/0886260508325496>

- Allen, N. E., Larsen, S. E., Javdani, S., & Lehrner, A. L. (2012). Council-Based Approaches to Reforming the Health Care Response to Domestic Violence: Promising Findings and Cautionary Tales. *American Journal of Community Psychology, 50*(1–2), 50–63. <https://doi.org/10.1007/s10464-011-9471-9>
- Ames, G. M., Cunradi, C. B., Duke, M., Todd, M., & Chen, M. J. (2013). Contributions of work stressors, alcohol, and normative beliefs to partner violence. *J Stud Alcohol Drugs, 74*(2), 195–204.
- Butchart, A., Garcia-Moreno, C., & Mikton, C. (2010). *Preventing intimate partner and sexual violence against women: taking action and generating evidence*.
- Cavazza, N. (2008). *Psicologia das atitudes e das opiniões*. Edições Loyola.
- Cezario, A. C. F., & Lourenço, L. M. (2013). Violência conjugal contra o homem: uma análise bibliométrica. *Gerais: Revista Interinstitucional de Psicologia, 6*(1), 144–156.
- Coker, A. L. (2006). *Preventing intimate partner violence: How we will rise to this challenge*.
- Debert, G. G., & Oliveira, M. B. de. (2007). Os modelos conciliatórios de solução de conflitos e a violência doméstica. *Cadernos Pagu*.
- Dobash, R. E., & Dobash, R. P. (2011). What were they thinking? Men who murder an intimate partner. *Violence Against Women, 17*(1), 111–134. <https://doi.org/10.1177/1077801210391219>
- Dobash, R. P., & Dobash, R. E. (2004). Women's violence to men in intimate relationships: Working on a puzzle. *British Journal of Criminology, 44*(3), 324–349.
- Fonseca, D. H. da, Ribeiro, C. G., & Leal, N. S. B. (2012). Violência doméstica contra a mulher: realidades e representações sociais. *Psicologia & Sociedade, 24*(2), 307–314.
- Frank, S., Coelho, E. B. S., & Boing, A. F. (2010). Perfil dos estudos sobre violência contra a mulher por parceiro íntimo: 2003 a 2007. *Revista Panamericana de Salud Pública, 27*, 376–381.
- García-Moreno, C., Pallitto, C., Devries, K., Stöckl, H., Watts, C., & Abrahams, N. (2013). *Global and regional estimates of violence against women: prevalence and health effects of intimate partner violence and non-partner sexual violence*. World Health Organization.
- Gebara, C.F.P.; Lourenço, L.M.; Ronzani, T.M. (2011). Violência e saúde pública: uma análise psicossocial a partir do estudo das crenças. In: Barbosa, A.J.G (Org.), *Atualizações em Psicologia Social e Desenvolvimento Humano* (pp. 21- 34). Juiz de Fora: Editora UFJF.
- Glick, P., & Fiske, S. T. (2011). Ambivalent sexism revisited. *Psychology of Women Quarterly, 35*(3), 530–535. <https://doi.org/10.1177/0361684311414832>

- Gomes, R. (2003). A mulher em situações de violência sob a ótica da saúde. In *Violência sob o olhar da saúde: a infrapolítica da contemporaneidade brasileira* (pp. 199–222).
- Gomes, R., Minayo, M. C. de S., & Silva, C. F. R. (2005). Violência contra a mulher: uma questão transnacional e transcultural das relações de gênero. *Impacto Da Violência Na Saúde Dos Brasileiros*, 117–140.
- Hilton, J. L., & Von Hippel, W. (1996). Stereotypes. *Annual Review of Psychology*, 47(1), 237–271.
- Jakobsson, A., von Borgstede, C., Krantz, G., Spak, F., & Hensing, G. (2013). Possibilities and Hindrances for Prevention of Intimate Partner Violence: Perceptions Among Professionals and Decision Makers in a Swedish Medium-Sized Town. *International Journal of Behavioral Medicine*, 20(3), 337–343. <https://doi.org/10.1007/s12529-012-9238-1>
- Johnson, M. P. (2006). Conflict and control: Gender symmetry and asymmetry in domestic violence. *Violence Against Women*, 12(11), 1003–1018. <https://doi.org/10.1177/1077801206293328>
- Kelly, J. B., & Johnson, M. P. (2008). Differentiation Among Types of Intimate Partner Violence: Research Update and Implications for Interventions. *Family Court Review*, 46(3), 476–499. <https://doi.org/10.1111/j.1744-1617.2008.00215.x>
- Krug, E. G., Dahlberg, L. L., Mercy, J. a, Zwi, A. B., & Lozano, R. (2002). Relatório mundial sobre violência e saúde. *Organização Mundial Da Saúde*, 380.
- Krüger, H. (2004). Cognição, estereótipos e preconceitos sociais. *Estereótipos, Preconceitos e Discriminação: Perspectivas Teóricas e Metodológicas*, 1, 23–40.
- Krüger, H. (2018). *Psicologia Social das Crenças*. Curitiba: CRV.
- Lourenço, L. M. (1993). *Crenças e credices sobre a sexualidade humana*. Universidade Gama Filho.
- Mayorga, M. N., & Valera, P. V. M. (2009). Una aproximación cualitativa a la violencia hacia la mujer en un asentamiento humano de Villa el Salvador. *Liberabit*, 15(2), 95–108. http://www.revistaliberabit.com/liberabit15_2/revista_liberabit_n15_4.pdf
- McDermott, M. J., & Garofalo, J. (2004). When advocacy for domestic violence victims backfires: Types and sources of victim disempowerment. *Violence Against Women*, 10(11), 1245–1266.
- Melo, A. C. M., & Garcia, L. P. (2017). Atendimentos de jovens vítimas de agressões em serviços públicos de urgência e emergência, 2011: diferenças entre sexos. *Ciência & Saúde Coletiva*, 22, 1333–1341.
- Morse, D. S., Paldi, Y., Egbarya, S. S., & Clark, C. J. (2012). “An Effect That Is Deeper Than Beating”: Family Violence in Jordanian Women. *Families Systems & Health*, 30(1), 19–31. <https://doi.org/10.1037/a0027137>

- Noonan, R. K., & Charles, D. (2009). Developing teen dating violence prevention strategies: formative research with middle school youth. *Violence Against Women, 15*(9), 1087–1105.
- Pedrosa, M., & Zanello, V. (2016). (In)visibilidade da violência contra as mulheres na saúde mental. *Psicologia: Teoria e Pesquisa, 32*(spe). <https://doi.org/10.1590/0102-3772e32ne214>
- Perrin, N., Marsh, M., Clough, A., Desgropes, A., Yope Phaniel, C., Abdi, A., Kaburu, F., Heitmann, S., Yamashina, M., Ross, B., Read-Hamilton, S., Turner, R., Heise, L., & Glass, N. (2019). Social norms and beliefs about gender based violence scale: a measure for use with gender based violence prevention programs in low-resource and humanitarian settings. *Confl Health, 13*, 6. <https://doi.org/10.1186/s13031-019-0189-x>
- Presser, A. D., Meneghel, S. N., & Hennington, É. A. (2008). Mulheres enfrentando as violências: a voz dos operadores sociais. *Saúde e Sociedade, 17*, 126–137.
- Rigol-Cuadra, A., Galbany-Estragué, P., Fuentes-Pumarola, C., Burjales-Martí, M. D., Rodríguez-Martín, D., & Ballester-Ferrando, D. (2015). Perception of nursing students about couples' violence: knowledge, beliefs and professional role. Percepción de los estudiantes de enfermería sobre violencia de pareja: conocimientos, creencias y rol profesional. *Rev. Latinoam. Enferm, 23*(3), 527–534.
- Rokeach, M. (1981). *Crenças, atitudes e valores*. Interciência.
- Rudman, L. A., & Glick, P. (2012). *The social psychology of gender: How power and intimacy shape gender relations*. Guilford Press.
- Saffioti, H. (2011). *Gênero, patriarcado e violência*. 2ª reimp. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo.
- Silva, A. C. L. G. da, Coelho, E. B. S., & Moretti-Pires, R. O. (2014). O que se sabe sobre o homem autor de violência contra a parceira íntima: uma revisão sistemática. *Revista Panamericana de Salud Publica, 35*, 278–283.
- Stöckl, H., Devries, K., Rotstein, A., Abrahams, N., Campbell, J., Watts, C., & Moreno, C. G. (2013). The global prevalence of intimate partner homicide: a systematic review. *The Lancet, 382*(9895), 859–865.
- Straus, M. A. (2008). Dominance and symmetry in partner violence by male and female university students in 32 nations. *Children and Youth Services Review, 30*(3), 252–275.
- Taylor, J., Bradbury-Jones, C., Kroll, T., & Duncan, F. (2013). Health professionals' beliefs about domestic abuse and the issue of disclosure: a critical incident technique study. *Health Soc Care Community, 21*(5), 489–499. <https://doi.org/10.1111/hsc.12037>

- Worden, A. P., & Carlson, B. E. (2005). Attitudes and beliefs about domestic violence: Results of a public opinion survey: II. Beliefs about causes. *Journal of Interpersonal Violence, 20*(10), 1219–1243.
- Zakar, R., Zakar, M. Z., & Kraemer, A. (2013). Men's beliefs and attitudes toward intimate partner violence against women in Pakistan. *Violence Against Women, 19*(2), 246–268. <https://doi.org/10.1177/1077801213478028>

FEMINICÍDIO E PSICOLOGIA SOCIAL: APONTAMENTOS A PARTIR DE UMA REVISÃO SISTEMÁTICA DA LITERATURA

JULIA DE OLIVEIRA QUEIROZ MURY
LUCIANA XAVIER SENRA
CARLA FERREIRA DE PAULA GEBARA

5.1 INTRODUÇÃO

Buscando entender como se evidencia o feminicídio no Brasil, o presente capítulo apresenta uma pesquisa de revisão sistemática sobre o tema. Para esta revisão, foram levantados estudos sobre feminicídio no Brasil para discussões na perspectiva da Psicologia Social. A busca dos textos considerou os últimos 05 anos (2016-2020) na base de dados dos Periódicos Capes, utilizando os termos “assassinato de mulheres” e “homicídio de mulheres”. Foram encontrados 238 artigos, que após critérios de inclusão e exclusão, tais como estudos jurídicos, homicídios/assassinatos de homens, suicídio, aborto, estudos conceituais sobre o feminismo, restaram 17 textos para a análise, cuja técnica adotada para esse processo foi a de análise de conteúdo de Bardin (2016) em dimensões frequencial e temática, com definição de categorias a priori.

Para apresentação desta pesquisa, o conteúdo deste capítulo está dividido nas seções de referencial teórico, procedimentos metodológicos, resultados e discussões, assim como algumas considerações sobre o tema. De modo geral, o leitor notará que os resultados indicaram, por exemplo, que houve um maior número de publicações no ano de 2017 e a predominância de textos publicados na Revista Ciência & Saúde Coletiva. Acerca dos conteúdos apurados por meio das análises dos textos, observará também que, os assuntos mais presentes nas publicações tratavam-se da assimetria de gênero, estereótipos, preconceito, vulnerabilidade social e sociedade patriarcal. No que tange a perspectiva da Psicologia Social, será possível constatar, por exemplo, o quanto

a disciplina tem a oferecer aos estudos sobre feminicídio e às intervenções frente a este tema ao propor a promoção de saúde das mulheres. Entre as nuances apresentadas nesse capítulo, o leitor terá a oportunidade de se aproximar do tema por meio de dados que pretendem ampliar os estudos sobre o fenômeno visando, sobretudo, prevenir situações de violência contra a mulher que culminem em desfecho fatal.

5.2 VIOLÊNCIA CONTRA MULHER E FEMINICÍDIO: CONSIDERAÇÕES CONCEITUAIS E DE PREVALÊNCIA

A violência é definida como uso intencional do poder de forma a causar intimidações, ameaças e assédios, assim como o uso da força física contra si próprio, uma pessoa ou um grupo. Uma das formas mais frequentes de violência contra a mulher é cometida por um parceiro íntimo e estima-se que, os casos de mulheres vítimas de assassinato por esse perpetrador é de 40 a 70% (OMS, 2002).

No Brasil, uma forma de amenizar a violência fatal contra a mulher foi vigorando a Lei 13.104/15, tendo em vista os altos índices de homicídio a mulheres no Brasil. A nova lei alterou o Código Penal para incluir mais uma modalidade de homicídio qualificado, o feminicídio: quando o crime for praticado contra a mulher por razões da condição de sexo feminino (Waiselfisz, 2015). A lei se aplicará em duas hipóteses: a) quando houver a violência doméstica e familiar; b) quando o menosprezo ou discriminação à condição de mulher for identificado. O feminicídio expressa a morte violenta da mulher por sua condição de gênero e é definido para registrar os assassinatos de mulheres a fim de visibilizar a letalidade da violência de gênero. Na América Latina, os termos femicídio/feminicídio foram incorporados através de movimentos feministas, e o Brasil foi o último país a integrar o termo (Gomes, 2018).

No mesmo ano em que a lei entrou em vigor, o Mapa de Violência publicou uma pesquisa sobre o homicídio de mulheres no Brasil. Com a verificação do ano de 2009 a 2013, o Brasil ocupou a quinta posição de 83 países que mais matam suas mulheres, com uma taxa de 4,8 homicídios por 100 mil mulheres. Segundo Meneghel *et al.* (2017a), há um aumento do feminicídio no Brasil e, as cidades mais ricas se destacam com mais casos, sendo as vítimas, mulheres pobres, desprivilegiadas e em territórios desiguais.

A violência de gênero hoje é um assunto internacional e considerado como um problema de saúde pública. No Brasil, 16 milhões de mulheres brasileiras com 16 anos ou mais sofreram algum tipo de violência no ano de 2018. A partir de uma amostra de 1.092 mulheres de todo território nacional, a pesquisa “Visível e Invisível – A Vitimização de Mulheres no Brasil”, realizada pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2019), verificou que 42% das mulheres relataram sofrer algum tipo de violência dentro de casa e 76,4% conheciam o agressor. Ao consultar o Raio X do Feminicídio, a pesquisa apontou que 84% dos casos tinham como agressores parceiros ou ex-parceiros, 21,1% eram vizinhos e 3% trabalhavam com a vítima (Jung, 2019).

A lei do feminicídio entrou em vigor no ano de 2015, contudo, os casos anunciados pela mídia e retratados por pesquisadores da área de segurança pública estão aumentando. À vista disso, o Atlas da Violência (IPEA, 2019) buscou verificar se existe um crescimento de homicídios de mulheres no Brasil. A partir dos resultados, nota-se que os casos registrados em 2015 foram de 4.621 em uma amostra de 100 mil mulheres, em 2016 foram 4.645 e em 2017 foram de 4.936. Consultando o Anuário Brasileiro de Segurança Pública (FBSP, 2019), notou-se que os casos de feminicídio aumentaram 62,7% desde que a Lei entrou em vigor. Ressalta-se que, em um aumento dos casos de feminicídio após a legislação, cabe-se apontar se realmente houve mais assassinatos de mulheres ou se as autoridades começaram a registrar os homicídios femininos como violência de gênero.

No que se refere ao perfil das mulheres que estão sendo vítimas de violência, o Datafolha/FBSP (2019) identificou que, dentre as mulheres pretas, 28,4% sofreram algum tipo de violência em um período de 12 meses, enquanto 24,7% das mulheres brancas relataram a agressão. A faixa etária que apresentou maior incidência foi de 16 a 24 anos em que, 42,6% relataram ter sofrido algum tipo de agressão ou violência no último ano. O Anuário Brasileiro de Segurança Pública (FBSP, 2019) apresenta que o ápice da mortalidade por feminicídio no Brasil acontece em torno dos 30 anos, por mais que a violência perpasse por todas as idades, observa-se uma maior taxa de feminicídio entre as mulheres na idade reprodutiva. Dentre as 1.092 mulheres entrevistadas, 22,6% tinham o ensino fundamental, 28,4% o ensino médio e 31,6% o ensino superior. Segundo o IPEA (2019), mulheres pretas representam 66% das vítimas de violência letal no ano de 2017. Os homicídios de mulheres pretas têm uma taxa de crescimento maior do que as mulheres não pretas e este é um problema que ocorre em todos os anos da pesquisa (2007 a 2017).

Considerando que o feminicídio é o nível de violência mais grave que uma mulher possa sofrer e refletindo sobre as motivações para que tal ato seja realizado, buscou-se entender como a Psicologia Social contribui para o estudo desses comportamentos que culminam na violência e no próprio feminicídio. Segundo Rodrigues (2005), os seres humanos em interações sociais compartilham de emoções, crenças, percepções, atitudes, comportamentos, vivências, opiniões, valores, ideias e pensamentos. A Psicologia Social estuda como ocorrem essas interações, visando todos esses processos aliados aos fenômenos comportamentais em situação social.

Dentre esses fenômenos, está a agressão que, na perspectiva da Psicologia Social, consiste em um comportamento intencional, o qual visa causar dor física ou psicológica para uma pessoa ou um grupo. O(a) agressor(a) pode apresentar emoções de raiva durante a agressão e seu principal objetivo é atingir outra pessoa. Vale ressaltar que a intenção para o ato sempre estará presente (Aronson, 2015). Ainda é citado que, em comparação aos gêneros masculino e feminino, a agressividade não é de grande expressividade ao ponto de ter uma diferença clara sobre um gênero ser mais agressivo do que o outro. Ressalta-se que o nível de agressividade relacionado ao gênero carrega uma influência da cultura na qual o indivíduo está inserido, podendo ser identificado mulheres mais agressivas do que homens, dependendo dos países em que residem.

O termo gênero, discutido por Piscitelli (2009, p. 119), é referido como um “caráter cultural das distinções entre homens e mulheres, ideias sobre feminilidade e masculinidade”. Esse termo foi criado para diferenciar da palavra “sexo” que retrata o sexo feminino e o sexo masculino e suas particularidades naturais, ou seja, biológicas. Essa é uma divisão muito importante, visto que, ainda há explicações de certos comportamentos no intuito de delegar as responsabilidades para o inato, classificando tal traço sendo masculino ou feminino. Este é um ponto essencial para entendermos as diferenças entre gêneros e não de sexo.

Segundo Galinkin e Ismeal (2013), pode-se notar que há diferenças de gêneros na sociedade brasileira, existindo desigualdades em vários âmbitos. Um dado de desigualdade entre homens e mulheres está na diferença entre os salários, onde homens ainda recebem 30% mais que mulheres no Brasil exercendo a mesma função, de acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD, 2020). Tal dado rechaça aquele referente ao nível de escolaridade pois, as mulheres têm um grau de formação maior e ainda não ocupam o mercado de trabalho de forma igualitária. Uma explicação para esse fenômeno pode estar no papel que a mulher é designada na sociedade, como, por exemplo, cuidar dos afazeres domésticos e de sua família.

A sociedade contemporânea é marcada pelo patriarcado, isto é, um sistema social em que a mulher é oprimida e subordinada a um homem, estabelecendo um nível hierárquico e de controle do corpo feminino (Piscitelli, 2009). E como a mulher é percebida na sociedade é o grande ponto para discutir sobre o feminicídio, tendo em vista que a lei se aplica para homicídios cuja a motivação está relacionada ao fato da vítima ser mulher. Saber que a mulher é construída socialmente (Beauvoir, 2014) significa compreender a diferença entre feminilidade e o sexo feminino, ou seja, deixar de naturalizar seus atos e papéis. Desta forma, abre-se a possibilidade de mudanças de crenças em um espaço social com objetivo a igualdade de direitos.

Procurando discutir as questões abordadas, buscou-se levantar estudos sobre feminicídio no Brasil para discussões na perspectiva da Psicologia Social. Além de identificar quais são as áreas não jurídicas de conhecimento que pesquisam o feminicídio; analisar as metodologias e resultados das publicações e estudar como a Psicologia Social pode contribuir para a compreensão e planejamento de estratégias de atuação do psicólogo junto às situações que culminam no feminicídio.

5.3 FEMINICÍDIO E PSICOLOGIA SOCIAL: COMO REVISITAR A LITERATURA?

Para o tema proposto, foi empregada uma pesquisa bibliográfica em formato de revisão sistemática com indicadores bibliométricos das comunicações científicas dos últimos 05 anos, isto é, do ano de 2016 a 2020. A base de dados eleita foi o “Periódicos Capes”. Essa base reúne periódicos com escopo em saúde, assistência social e saúde mental. A eleição dos termos foi realizada a partir do item terminologia presente na BVS Psicologia Brasil, onde se inseriu a palavra feminicídio. Sem

obter nenhum resultado, outro termo sugerido foi “violência contra mulher” que aplicado na base de dados eleita anteriormente, foi realizada uma leitura flutuante dos títulos e resumos dos resultados catalogados. Por meio dessa leitura, o termo feminicídio não foi identificado, mostrando a ineficácia do termo antes escolhido para o objetivo deste trabalho. Baseado no estudo de Bandeira (2019), o termo “assassinato de mulheres” foi citado e inserido no Periódicos Capes como termo de busca. A partir de resultados satisfatórios desta busca, a palavra “homicídio” foi considerada para uma segunda busca.

À vista disso, dois termos foram selecionados para análise dos textos científicos, o “assassinato de mulheres” e o “homicídio de mulheres”. Com o termo “homicídio de mulheres”, foram catalogados artigos científicos no período de 2016 a 2020 e encontrados 154 textos científicos. Com “assassinato de mulheres”, considerando os mesmos critérios, foram encontrados 84. Para seleção dos textos interessantes aos objetivos do presente estudo, foram considerados alguns critérios de exclusão e inclusão. Para inclusão dos textos, considerou-se a presença dos termos feminicídio, assassinato ou homicídio no resumo das publicações; e falar sobre morte das mulheres. Entre os critérios de exclusão, destacam-se: estudos jurídicos, homicídios/assassinatos de homens, suicídio, aborto, estudos conceituais sobre o feminismo. Após o estabelecimento desses critérios e exclusão dos textos duplicados, foram selecionados 22 artigos e a partir da leitura dos textos completos 17 deles foram incluídos para a análise, conforme mostra o seguinte fluxograma:

Figura 1 - Fluxograma da revisão de literatura



Foram atribuídos dois critérios básicos para organização e análise dos indicadores apurados nos textos selecionados, os quais são a categorização frequencial e a categorização temática, importante para a consolidação da análise de conteúdo conforme a técnica proposta por Bardin (2016). Na categorização frequencial foram considerados o escopo dos periódicos dos textos publicados; a avaliação do impacto das publicações denominada “Critério Qualis Brasil” da Plataforma Sucupira do CNPq, considerando o último quadriênio avaliativo, que é 2013-2016; a autoria das publicações; área de conhecimento; e, o número de publicações por ano. Para análise temática foi utilizado o método de categorias globais nas quais foram eleitas duas categorias a partir de uma leitura dos textos buscando similaridades entre os artigos. Posteriormente, atribuiu-se subcategorias de análise para as categorias globais. E finalmente, foram elencadas as unidades de registro relativas a cada subcategoria.

5.4 A REVISÃO SISTEMÁTICA SOBRE FEMINICÍDIO E PSICOLOGIA SOCIAL: RESULTADOS E DISCUSSÕES

Em seguida, são descritos os resultados desta pesquisa bibliográfica. A primeira parte trará os resultados referentes a categorização frequencial, que consiste em analisar dados quantitativos da revisão, como os anos de publicação, autoria, periódicos e áreas de conhecimento. Posteriormente, será realizada uma análise dos resultados da categorização temática, cujo objetivo é obter conhecimento qualitativo dos estudos da revisão.

Após a seleção dos artigos seguindo os critérios de inclusão e exclusão, restaram 17 textos para a análise. Todos os artigos foram publicados no Brasil e a Revista mais frequente foi “Ciência & Saúde Coletiva”, como pode ser observado na tabela 1. Os Qualis dos periódicos, variável também contemplada na análise dos textos, foram consultados a partir da Plataforma Sucupira considerando o quadriênio 2013-2016, sendo o Qualis mais alto dessas publicações o de estrato A2 (Tabela 1).

Tabela 1 - Amostra de periódicos e respectivos Qualis segundo a CAPES.

Periódico	N	Qualis
Revista de ciências HUMANAS	1	B3
Estudos Feministas	2	A2
Periferia	1	B4
Ciência & Saúde Coletiva	10	B1
Revista Rene	1	B5
Revista Subjetividades	1	S/Q*
Revista Sociologia	1	S/Q*

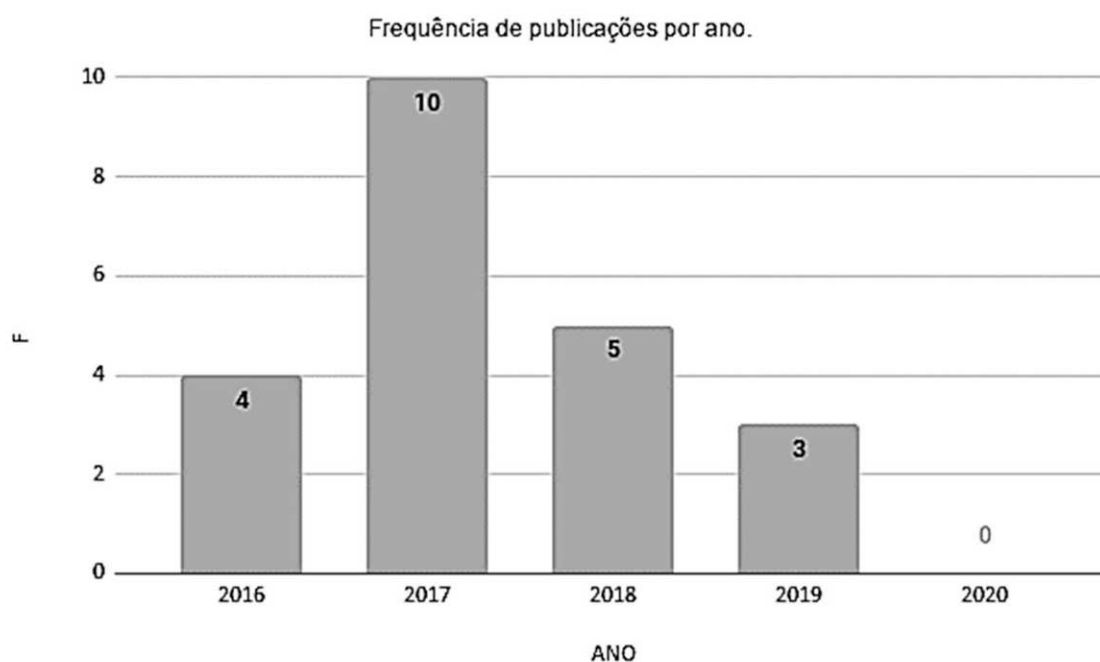
*S/Q= Periódico sem qualificação

Acredita-se que o tema ainda não é bem repercutido no contexto acadêmico externo às pesquisas no âmbito do Direito. Isso pode ser inferido levando em consideração a baixa qualificação dos periódicos segundo o critério Qualis CAPES (Plataforma Sucupira, 2020, 12 junho) além da constatação do baixo número de textos nas áreas de conhecimento distintas do meio jurídico, principalmente em relação à Psicologia. Buscando responder um objetivo desta revisão que consistia em analisar as metodologias dos estudos, observamos que muitos artigos não apresentavam um método claro e bem delimitado. Os ensaios acadêmicos e análises documentais apareceram regularmente e, induz-se, que a causa desses resultados é correspondente a baixa qualificação dos periódicos segundo a Qualis CAPES.

O feminicídio é discutido em Revistas cujo escopo abrange, sobretudo, os movimentos sociais, tal como a Periferia e Estudos Feministas (Tabela 1). Por ser tratar de uma violência contra a mulher, o tema é citado e refletido em estudos sobre o feminismo e questões de vulnerabilidade, o que nos leva a inferir que muito mais sob a óptica sociológica, que contempla prioritariamente a coletividade; do que na psicológica, incorrendo na possibilidade de não abordar a saúde mental das mulheres. Segundo Ferreira (2010), a Psicologia Social no Brasil voltou-se para a perspectiva sociológica a partir de alguns acontecimentos históricos como a ditadura militar, onde houve a necessidade de contemplar os problemas políticos e sociais. Antes desse movimento, o Brasil continha em seus estudos de Psicologia Social uma visão mais individualizada oriunda da América do Norte, com o viés psicológico.

No que se refere ao ano de publicação, nota-se que foram selecionados artigos publicados de 2016 até março de 2020, sendo, o ano de 2017, aquele com maior frequência de publicações (Gráfico 1).

Gráfico 1 - Frequência de publicações por ano.



A partir do Gráfico 1, observa-se uma frequência de estudos publicados entre os anos de 2016 e 2018. Infere-se que esse dado deva estar relacionado a decretação da Lei do Feminicídio no ano de 2015. Assim como citado no Atlas da Violência (IPEA, 2019), que os casos de feminicídio aumentaram depois de 2015, questionando sobre um aumento real das mortes ou das denúncias. Cabe aqui entender, se os estudos a partir de 2016 com terminologia “feminicídio” foram escritos por conta de uma preocupação com os casos de morte das mulheres ou somente se atentaram sobre o tema com a decretação da Lei. Para compreender mais sobre esse ponto, uma nova pesquisa precisaria ser realizada considerando os anos anteriores à Lei 13.104/15. Se os estudos cresceram após a Lei, vale ressaltar os indicadores que sinalizam a diminuição de publicações a partir do ano de 2019 e qual seria a motivação para essa redução.

Ao questionarmos sobre um objetivo deste estudo, buscou-se entender quais eram as áreas de atuação que pesquisavam sobre o feminicídio. Identificou-se que 12 artigos tratavam das Ciências da Saúde, sendo 02 da Psicologia. A expressiva presença do periódico “Ciência & Saúde Coletiva” (Tabela 1) sinaliza que o feminicídio é uma preocupação de saúde pública e a quantidade de publicações demonstra a relação entre segurança e conteúdos sociais que diretamente impactam na saúde das pessoas. Outras áreas que possuem estudos sobre o feminicídio são as Ciências Sociais (3), Educação (1) e Interdisciplinar (1).

Dentre os textos da análise, somente 02 são de autoria de psicólogos, sinalizando certo distanciamento da Psicologia em relação ao fenômeno e uma tendência de maior articulação entre as áreas do Direito e das especialidades médicas nos estudos. Meneghel (2017) foi a autora mais citada e com mais artigos publicados nesta revisão. Médica e pós-graduada em Psicologia Social começou a escrever sobre o feminicídio no ano de 2010 e atualmente foca seus estudos em vulnerabilidades e violências gênero.

Analisando os dados qualitativos da revisão bibliográfica, definiram-se duas categorias globais com os temas mais frequentes entre os artigos, sendo esses a “Assimetria de Relações” e o “Feminicídio segundo a Psicologia Social”. Para cada categoria criou-se uma subcategoria a qual teve suas unidades de registro ilustradas na Tabela 2. Essa categorização temática fez-se necessária para a criação de uma correlação de assuntos comuns entre os estudos.

Tabela 2 - Categorização temática dos artigos revisados.

Categorias Globais	Assimetria de relações	Psicologia Social e Feminicídio
Subcategorias	Gênero	Perspectiva Psicológica X Perspectiva Sociológica
Unidades de registro	Hierarquia de gênero, papéis de gênero	Estereótipo, preconceito, agressividade e violência

A categoria global classificada como “Assimetria de Relações” foi inferida a partir da análise de n = 07 estudos. Os artigos discutiram sobre as relações desiguais entre homens e mulheres como um fator cultural e social. Os termos variaram ao se abordar sobre o assunto, como por exemplo: hierarquia de gênero; submissão da mulher; subordinação social das mulheres e desigualdade de gênero. Baluta e Moreira (2019) abordam sobre a submissão como uma condição da cultura patriarcal, a qual, independente da raça, situação social ou grau de escolaridade, ainda estão subordinadas a atividades consideradas “femininas” como cuidar da casa, marido e filhos. Neste estudo, o objetivo foi debater a obrigatoriedade da maternagem na vida de uma mulher.

O termo “hierarquia de gênero” se apresentou em alguns estudos dessa revisão, que nos leva a pensar em todo o contexto histórico que Beauvoir (2014) traçou para mostrar a ordenação entre os sexos. Os artigos a citam e sinalizam o quanto esse ponto de vista ainda é presente e um fator de violência de gênero. Meneghel (2017a) indica o feminicídio como consequência de um ato punitivo e disciplinador daquela mulher que desobedece e descumpri as regras impostas pela sociedade. No que diz respeito a Psicologia Social, a compreensão da desigualdade de gênero se dá a partir dos papéis gênero, onde a sociedade espera que homens e mulheres se comportem conforme seu papel definido, dependendo da cultura que estão inseridos (Aronson, 2015). Confirmando a colocação que Meneghel (2017a) faz sobre o ato punitivo e disciplinar, seu estudo tem como resultado um maior índice de feminicídio em pequenas cidades no interior do Brasil em que há um elevado número de evangélicos pentecostais. Nessas comunidades, a cultura é mais conservadora, reforçando o papel de submissão da mulher e aumentando o risco de sua vitimização à morte.

Ao observar a categoria global “Feminicídio e Psicologia Social”, entendemos que os estudos sobre o feminicídio discutiam assuntos ora relacionados a vertente psicológica e ora a vertente sociológica (Tabela 2). No que se refere a presença da Psicologia Social Psicológica, as unidades de registro foram escolhidas a partir da frequência desses termos: estereótipos, preconceito e violência. Essa vertente se relaciona com os processos biológicos e intrínsecos que se manifestam em interações sociais, como: cognição, atitude, crenças e valores. Em contrapartida, a Psicologia Social Sociológica aproxima-se dos temas investigados pela sociologia, como investigação dos processos coletivos da coesão grupal e representações sociais (Krüger, 2013).

Uma unidade de registro presente na subcategoria da perspectiva psicológica da Psicologia Social foi a violência. O termo foi visto em todos os artigos e está inserido nesta categoria por se tratar de um comportamento agressivo. Barufaldi *et al.* (2017) pesquisou sobre as taxas de mortalidade feminina por agressão e observou um índice 59,9% de mulheres adultas mortas pelos seus parceiros íntimos. Esse índice alto coincide com a pesquisa do Fórum Brasileiro de Segurança Pública realizada pelo Datafolha/FBSP (2019), onde as agressões tinham 84% dos perpetradores como seus parceiros ou ex-parceiros. Além dos agressores serem próximos da vítima, 42% das mulheres relatou sofrer agressão dentro de casa, o que nos leva a pensar sobre a incidência da violência doméstica e como estudos em Psicologia Social podem contribuir para a diminuição desses casos.

Ao abordar a violência, buscamos entender a motivação para o fenômeno. Consta-se que a agressividade está relacionada a comportamentos e esses comportamentos são oriundos de crenças, crenças e intencionalidade que, em alguns casos, podem estar relacionadas a estereótipos e preconceitos. Pérez-Nebra e Jesus (2011, p. 223) afirmam que “o estereótipo é uma atribuição de crenças e atributos generalizados e compartilhados que se faz de um grupo ou de pessoas (conscientes ou inconscientes)”. Referir-se a estereótipos generalistas, significa investigar sua influência na formação da identidade do indivíduo e de como interfere em sua autoimagem. O estereótipo em si não é necessariamente ruim, mas, por ser o componente cognitivo do preconceito, alguns grupos podem sofrer com essas crenças dado seu conteúdo depreciativo. Ferreira *et al.* (2018) abordam sobre os estereótipos de gênero como principal fator para o distanciamento de mulheres ao procurar uma ajuda institucional. Essas instituições do sistema judicial e de saúde são constituídas de alguns profissionais que carregam crenças de comportamento do modelo masculino como norma, incitando na mulher um receio de procurar auxílio.

O preconceito é a discriminação a um grupo, geralmente minoritários (ou percebido como), podendo acontecer nas formas sutil ou explícita. Essa revisão sinaliza o preconceito como precursor ao comportamento agressivo e letal, como observado nos trabalhos de Meira *et al.* (2019), Wanzinack *et al.* (2019), Meneghel (2017c) e Gomes (2018) que mencionam que as mulheres pretas e/ou pobres são as maiores vítimas do feminicídio. As mulheres estão inseridas em um grupo minoritário, pois são moldadas por papéis de gênero que determinam seus comportamentos e as oprimem em submissão ao homem. Quando uma mulher é preta e/ou pobre, há uma soma de estereótipos (por gênero, etnia e condição econômica) e preconceitos que a torna ainda mais vulnerável a violência e ao feminicídio.

No que se refere a vulnerabilidade social, foi identificada uma preocupação nas publicações de Barufaldi *et al.* (2017), Meira *et al.* (2019) e Wanzinack *et al.* (2019), quando retratam as condições territoriais; como tráfico, conflitos armados e disputa por terras indígenas, fatores que ampliam os casos de violência. No ano de 2020 a OMS notificou a Pandemia por Coronavírus (COVID-19) e, como medida de proteção populacional, anunciou o confinamento e isolamento social. Essa estratégia, mesmo com finalidade protetiva, aumentou as situações de vulnerabilidade feminina. As mulheres foram expostas a um maior convívio com seus parceiros agressivos (Toledo, 2020). Além das condições sociais que colocavam as vidas das mulheres em risco, em 2020, foi preciso se preocupar mais com a violência doméstica. Em uma matéria de jornal cujo título consistia em: “Há uma epidemia de violência doméstica dentro da pandemia” (Ilha, 2020), notificaram-se dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (IPEA, 2020), mostrando um aumento de 22% de feminicídio no Brasil no período do início da pandemia. Um estudo mais recente de Velasco *et al.* (2020) utilizou-se de um método denominado monitor da violência e identificou um crescimento de 2% de homicídios de mulheres no Brasil durante o primeiro semestre de 2020 em relação ao mesmo período de 2019. Em momentos como esse, os investimentos com prevenção e orientação precisam ser intensificados. A planilha “Covid-19 confinamento sem violência” foi criada pelo Núcleo de Pesquisa de Gênero,

Raça e Etnia (NUPEGRE) da EMERJ com objetivo de informar às mulheres seus direitos e lembrá-las sobre o combate contra a violência doméstica. A Psicologia Social pode contribuir com esse combate a violência de gênero através da atuação em territórios de vulnerabilidade, ou em caso de distanciamento social, promovendo intervenções com objetivo de empoderar as mulheres.

Psicologia Social Sociológica defende que o indivíduo é moldado pela sociedade e cultura (Ferreira, 2010). Isso pode explicar a vulnerabilidade social em que as mulheres estão expostas. Porém, independentemente dos territórios em que vivem, a cultura patriarcal ainda existe e intitula a mulher como pertencente ao homem. Essa submissão feminina engloba vários contextos e mantém os homens com poder primário no trabalho, na política e na família. No que diz respeito a individualidade da mulher, o homem interfere em suas decisões de construção de família como ter ou não filhos e intitula uma “boa mulher” como sendo digna de casamento. Meneghel (2017b) relaciona o feminicídio a uma sociedade patriarcal quando diz que “o deslocamento da mulher para uma posição não destinada a ela na hierarquia desafia a posição do homem nessa estrutura e os códigos morais estipulam que ela deve ser punida ou até mesmo morta”.

Encontra-se esse sistema patriarcal nas instituições de proteção à mulher e por ser um fator cultural, há uma maior dificuldade em identificar certos comportamentos opressores, por estarem naturalizados. Com isso, o trabalho na prevenção da violência e promoção de saúde torna-se mais complicado, tendo de abranger os estudos para a área de Educação. Contudo, nota-se que o feminicídio tem um viés sociológico muito presente, como Meneghel (2017c) apresenta os resultados ao tratar da busca por ajuda. O sistema jurídico-policial é mais acionado quando há um caso de violência contra a mulher em comparação com os registros da área da saúde. O feminicídio precisa ser visto como um tema interdisciplinar, que será tratado, sobretudo, pela Psicologia Social, além de estudos da área da saúde, jurídicos e educacionais.

5.5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A revisão sistemática apresentada foi realizada com o objetivo de entender a produção brasileira acerca do feminicídio. Viu-se que as publicações entre os anos 2016-2020 foram pouco frequentes, considerando que a decretação da Lei 13.104/15 é do dia 09 de março de 2015. O feminicídio é um assunto que poderia ser estudado por multi-disciplinas, porém, os artigos encontrados estão concentrados nas ciências da saúde, tendo em vista que todos relacionados a área jurídica foram excluídos. É necessário que novos estudos sejam contemplados pela área educacional e pela Psicologia Social, que por mais que esteja inserida na área da saúde, não se apresentou como referencial teórico nesta revisão. Vale ressaltar que o campo de estudo das ciências sociais passa por uma crise na falta de incentivo financeiro, podendo explicar as poucas publicações encontradas.

O feminicídio é a forma mais brutal de violência que uma mulher pode sofrer e esse crime contra a vida ocorre somente pelo fato de vítima ser mulher e expressar os atributos e características

que lhe são peculiares. Essa revisão mostrou que os movimentos feministas existem para que haja uma luta contra essa sociedade patriarcal que impõe a desigualdade de gênero e que mata muitas mulheres em todo o mundo.

Por ser um problema de saúde pública, a Psicologia Social precisa e deve contribuir com o combate a violência de gênero. Primeiro, com a ampliação de estudos sobre o feminicídio, e, posteriormente, criando canais de comunicação com as mulheres vítimas de violência, com o objetivo de prevenir desfecho fatal. Os psicólogos sociais também podem atuar com os profissionais da saúde e do setor judiciário, promovendo treinamentos e psicoeducação das pessoas que entram em contato com uma mulher vitimizada.

REFERÊNCIAS

- Aronson, E., Wilson, T.D., & Akert, R. (2015). *Psicologia Social*. 8ªed. LTC.
- Azevedo, A. K. S., & Dutra, E. M. do S. (2015). Não há você sem mim: histórias de mulheres sobreviventes de uma tentativa de homicídio. *Revista Subjetividades*, 15(2), 201-213.
- Baluta, M. C., & Moreira, D. (2019). A injunção social da maternagem e a violência. *Revista Estudos Feministas*, 27(2). <https://doi.org/10.1590/1806-9584-2019v27n248990>
- Bandeira, M., & Magalhães, M. (2019). A transversalidade dos crimes de feminicídio/femicídio no Brasil e em Portugal. *Revista da Defensoria Pública do Distrito Federal*, 1(1), 29-56.
- Bardin, L. (2016). *Análise de Conteúdo*. 3ª Reimpressão da 1ªed. Edições, 70.
- Barufaldi, L. A., Souto, R. M. C. V., Correia, R. S. B., Montenegro, M. M. S., Pinto, I. V., Silva, M. M. A., & Lima, C. M. (2017). Violência de gênero: comparação da mortalidade por agressão em mulheres com e sem notificação prévia de violência. *Ciência & Saúde Coletiva*, 22(9), 2929-2938. <https://doi.org/10.1590/1413-81232017229.12712017>
- Beauvoir, S. (2014). *O segundo sexo*. Nova Fronteira.
- Borges, L. M., & Barros, A. F. O. (2016). Homicídios conjugais: notícias publicadas em jornais do sudeste do Brasil. *Revista de Ciências Humanas*, 50(2), 397-415. <https://doi.org/10.5007/2178-4582.2016v50n2p397>
- Escola Da Magistratura Do Estado Do Rio De Janeiro. (2020). Covid-19 confinamento sem violência. *Núcleo de Pesquisa de Gênero, Raça e Etnia*. <https://www.emerj.tjrj.jus.br/publicacoes/cartilhas/violencia-domestica/versao-digital/>
- Ferreira, M. C. (2010). A Psicologia Social contemporânea: principais tendências e perspectivas nacionais e internacionais. *Psicologia: teoria e pesquisa*, 26(SPE),51-64. <https://www.scielo.br/pdf/ptp/v26nspe/a05v26ns.pdf>

- Ferreira, M., Neves, S., & Gomes, S. (2018). Matar ou Morrer–Narrativas de mulheres, vítimas de violência de gênero, condenadas pelo homicídio dos seus companheiros. *Configurações. Revista de sociologia*, 21, 80-95. <https://doi.org/10.4000/configuracoes.5171>
- Fórum Brasileiro De Segurança Pública [FBSP] (2019). Anuário Brasileiro de Segurança Pública. <http://www.forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2019/09/Anuario-2019-FINAL-v3.pdf>
- Fórum Brasileiro De Segurança Pública. (2019). Atlas da violência In: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/download/19/atlas-da-violencia-2019>
- Fórum Brasileiro De Segurança Pública. (2019). Visível e Invisível: A vitimização de mulheres no Brasil – 2ª edição In: Datafolha. <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2019/02/relatorio-pesquisa-2019-v6.pdf>
- Galinkin, A. L., & Ismael, E. (2013) Gênero. In: Camino, L., Torres, A. R. R., Lima, M. E. O., & Pereira, M. E. (Orgs). *Psicologia Social: Temas e Teorias*. 2 ed. Technopoliti, 792p.
- Gomes, I. S. (2018). Feminicídios: um longo debate. *Revista Estudos Feministas*, 26(2), e39651. <https://doi.org/10.1590/1806-9584-2018v26n239651>
- Gomes, R., Murta, D., Facchini, R., & Meneghel, S. N. (2018). Gênero, direitos sexuais e suas implicações na saúde. *Ciência & Saúde Coletiva*, 23(6), 1997-2006. <https://dx.doi.org/10.1590/1413-81232018236.04872018>
- Ilha, F. (2020). Há uma epidemia de violência doméstica dentro da pandemia. EXTRAclasse. <https://www.extraclasse.org.br/geral/2020/07/ha-uma-epidemia-de-violencia-domestica-dentro-da-pandemia/>
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2020). Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua. <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/rendimento-despesa-e-consumo/9173-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-trimestral.html?=&t=resultados>
- Jung, V., & Campos C. H. (2019). Órfãos do feminicídio: vítimas indiretas da violência contra a mulher. *Revista de Criminologias e Políticas Criminais*. 5(1):79–96. <https://indexlaw.org/index.php/revistacpc/article/view/5573>
- Krüger, H. (2013) Ideologias, sistemas de crenças e atitudes. In: Camino, L., Torres, A., Lima, M., & Perreira, M. *Psicologia Social: Temas e Teorias*. Technopoliti, p. 266 - 308.
- Leite, F. M. C., Mascarello, K. C., Almeida, A. P. S. C., Fávero, J. L., Santos, A. S., Silva, I. C. M., & Wehrmeister, F. C. (2017). Análise da tendência da mortalidade feminina por agressão no Brasil, estados e regiões. *Ciência & Saúde Coletiva*, 22(9), 2971-2978. <https://doi.org/10.1590/1413-81232017229.25702016>

- Meira, K. C., Costa, M. A. R. da, Honório, A. C. da C., Simões, T. C., Camargo, M. de P., & Silva, G. W. dos S. (2019). (2019). Tendência temporal da mortalidade por homicídio de mulheres em região brasileira. *Revista Rene*, 20(1), e39864. <http://periodicos.ufc.br/rene/article/view/39864/pdf>
- Melo, A. C. M., & Garcia, L. P. (2017). atendimentos de jovens vítimas de agressões em serviços públicos de urgência e emergência, 2011: Diferenças entre sexos. *Ciência & Saúde Coletiva*, 22(4), 1333–1341. <https://doi.org/10.1590/1413-81232017224.10992015>
- Meneghel, S. N., Rosa, B. A. R. da, Ceccon, R. F., Hirakata, V. N., & Danilevicz, I. M. (2017a). Feminicídios: Estudo em capitais e municípios brasileiros de grande porte populacional. *Ciência & Saúde Coletiva*, 22(9), 2963–2970. <https://doi.org/10.1590/1413-81232017229.22732015>
- Meneghel, S. N., Lerma, B. R. L., Meneghel, S. N., & Lerma, B. R. L. (2017b). Feminicídios em grupos étnicos e racializados: Síntese. *Ciência & Saúde Coletiva*, 22(1), 117–122. <https://doi.org/10.1590/1413-81232017221.19192016>
- Meneghel, S. N., & Portella, A. P. (2017c). Feminicídios: conceitos, tipos e cenários. *Ciência & Saúde Coletiva*, 22(9), 3077-3086. <https://doi.org/10.1590/1413-81232017229.11412017>
- Peréz-Nebra, A. R., Jesus, J. G. (2011). Preconceito, estereótipos e discriminação. In: Torres, C. V., Neiva, E. R. (org). *Psicologia Social*. Artmed. p. 219 - 237.
- Piscitelli, A. (2009). *Gênero, a história de um conceito*.
- PORTAL DA CAPES. Plataforma Sucupira.
- Organização Mundial Da Saúde (OMS, 2002). *Relatório mundial sobre violência e saúde*. <https://portaldeboaspraticas.iff.fiocruz.br/wp-content/uploads/2019/04/14142032-relatorio-mundial-sobre-violencia-e-saude.pdf>
- Rodrigues, A. et al. (2005). *Psicologia social*. 27ª ed. Vozes.
- Santos, C. D. (2018). A representação da mulher à luz da legislação brasileira. *Periferia*, 10(2), 239-257. <https://doi.org/10.12957/periferia.0.29836>
- Souza, E. R. de, Meira, K. C., Ribeiro, A. P., Santos, J. dos, Guimarães, R. M., Borges, L. F., Oliveira, L. V. e, & Simões, T. C. (2017). Homicídios de mulheres nas distintas regiões brasileiras nos últimos 35 anos: análise do efeito da idade-período e coorte de nascimento. *Ciência & Saúde Coletiva*, 22(9), 2949-2962. <https://doi.org/10.1590/1413-81232017229.12392017>
- Toledo, E. (2020). O aumento da violência contra a mulher na pandemia de Covid-19: um problema histórico. *Fiocruz*. <http://coc.fiocruz.br/index.php/pt/todas-as-noticias/1781-o-aumento-da-violencia-contr-a-mulher-na-pandemia-de-covid-19-um-problema-historico.html...#.X2qEPGhKjcc>

- Velasco, C., et. al. (2020). Assassinatos de mulheres sobem no 1º semestre no Brasil, mas agressões e estupros caem; especialistas apontam subnotificação durante pandemia. G1, São Paulo. <https://g1.globo.com/monitor-da-violencia/noticia/2020/09/16/assassinatos-de-mulheres-sobem-no-1o-semester-no-brasil-mas-agressoes-e-estupros-caem-especialistas-apontam-subnotificacao-durante-pandemia.ghtml#>
- Vieira, L. J. E. de S., Silva, A. C. F. da, Moreira, G. A. R., Cavalcanti, L. F., & Silva, R. M. da. (2016). Protocolos na atenção à saúde de mulheres em situação de violência sexual sob a ótica de profissionais de saúde. *Ciência & Saúde Coletiva*, 21(12), 3957-3965. <https://doi.org/10.1590/1413-812320152112.15362015>
- Waiselfisz, J. (2015). Mapa da Violência 2015: Homicídio de mulheres no Brasil Brasília: *Centro Brasileiro de Estudos LatinoAmericanos*. http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2016/04/MapaViolencia_2015_mulheres.pdf
- Wanzinack, C., Signorelli, M. C., Shimakura, S., Pereira, P. P. G., Polidoro, M., Oliveira, L. B. D., & Reis, C. (2019). Indigenous homicide in Brazil: geospatial mapping and secondary data analysis (2010 to 2014). *Ciencia & saude coletiva*, 24, 2637-2648

O SEXISMO COMO INSTRUMENTO DE LEGITIMAÇÃO DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

MONIQUE BERNARDES DE OLIVEIRA FERREIRA
PATRÍCIA SANTA ROSA LOURENÇO TRINDADE
VÂNIA MARIA MORAIS NOGUEIRA
LELIO MOURA LOURENÇO

Neste capítulo serão elucidadas reflexões acerca do sexismo e seu papel na legitimação e perpetuação da violência contra a mulher, sobretudo aquela praticada pelo parceiro íntimo. Discutem-se aspectos da estrutura de desigualdade de gênero que diferencia homens e mulheres em termos de status, colocando as mulheres como inferiores e submissas em relação aos homens. Além disso, é apresentada a teoria do sexismo ambivalente, que trabalha uma dimensão sutil do sexismo e outra abertamente discriminatória, e suas mediações na violência por parceiros íntimos.

6.1 A DINÂMICA DA DESIGUALDADE DE GÊNERO NA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

A violência contra a mulher caracteriza-se como um relevante problema de saúde pública em âmbito mundial, independentemente de fatores sociais, econômicos, religiosos ou culturais (Krug *et al.*, 2002) e pode ser definida como “qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial” (Brasil, 2006). Está, portanto, intimamente ligada ao gênero da vítima e do agressor, sendo um instrumento de manutenção do controle e domínio masculino sobre as mulheres, que assume diversas formas e se manifesta em diferentes âmbitos (Casique & Furegato, 2006; Rudman & Glick, 2012): no trabalho, em forma de assédio; em ambientes institucionais, abrangendo condutas de omissão nos atendimentos, maus tratos e preconceitos; em função da orientação sexual ou identidade de gênero; por meio do tráfico e exploração sexual; e, sobretudo, no âmbito doméstico (Observatório Brasil da Igualdade de Gênero, n.d.).

Dados da OMS indicam que a forma mais incidente da violência contra a mulher é aquela perpetrada por um parceiro íntimo, ou seja, alguém com quem se mantém ou já se manteve uma relação íntima (WHO, 2005). A Violência por Parceiro Íntimo (VPI) é um fenômeno complexo que sofre influência de fatores individuais, sociais e contextuais, caracterizando-se como multicausal. Dentre esses fatores, encontram-se crenças socialmente compartilhadas ligadas aos papéis, características e comportamentos apropriados para cada gênero, diferenciando homens e mulheres em termos de status e poder, marcando uma estrutura sociocultural regida pela desigualdade de gênero (Ferrer-Perez *et al.*, 2019; Valor-Segura *et al.*, 2011). “As mulheres são ‘amputadas’, sobretudo no desenvolvimento e uso da razão e no exercício do poder. Elas são socializadas para desenvolver comportamentos dóceis, cordatos, apaziguadores. Os homens, ao contrário, são estimulados a desenvolver condutas agressivas, perigosas, que revelem força e coragem” (Saffioti, 2011, p. 35). Tais concepções contribuem e se esforçam para manter o status quo de subordinação e subjugação das mulheres em relação aos homens (Marques-Fagundes *et al.*, 2015).

Essa avaliação cognitiva, afetiva e atitudinal acerca do papel apropriado de um indivíduo na sociedade conforme seu sexo reflete o que se chama de sexismo, ou seja, uma manifestação preconceituosa de desvalorização das mulheres, pautada na submissão feminina e dominação masculina (Gaspodini *et al.*, 2019; Gomes *et al.*, 2007; Rudman & Glick, 2012). Posto isso, o sexismo configura-se, portanto, como um instrumento para garantir as diferenças entre os gêneros e consequentemente legitimar a VPI contra a mulher (Boira *et al.*, 2017).

Alguns autores assinalam, entretanto, que nas últimas décadas, essas condutas preconceituosas e atitudes de segregação contra minorias sociais têm sido inibidas por normas sociais, levando-as a se expressarem de formas mais sutis (Nilton Soares Formiga *et al.*, 2009; Gaspodini *et al.*, 2019; Pereira *et al.*, 2009). Consoante a isso, Glick e Fiske (1996) propuseram a Teoria do Sexismo Ambivalente (SA), indicando que o sexismo não envolve apenas atitudes abertamente hostis em relação às mulheres. Inspirados nas pesquisas da época sobre o racismo nos Estados Unidos, os autores perceberam uma maior facilidade das pessoas em justificar preconceitos quando expressam algumas crenças subjetivamente positivas sobre o outro grupo, sendo essa concepção aplicada de forma semelhante ao sexismo. Dessa forma, expuseram uma manifestação mais sutil e camuflada do sexismo, que remete à deseabilidade social por meio de atitudes e comportamentos supostamente positivos (Glick & Fiske, 2011).

6.2 SEXISMO AMBIVALENTE E SUAS MEDIAÇÕES NO FENÔMENO DA VPI

O sexismo em relação às mulheres, de acordo com Glick e Fiske (1996), possui um caráter ambivalente, que se divide em duas dimensões. A primeira delas, é o sexismo hostil (SH) que se aproxima da conceitualização clássica de preconceito (Allport *et al.*, 1954), refletindo grande antipatia em relação às mulheres e considerando-as como inferiores e incapazes perante os homens.

A segunda dimensão é a do sexismo benevolente (SB), correspondente a manifestações mais sutis, que acabam por dissimular o real caráter preconceituoso. O SB coloca a figura feminina como complementar ao homem, sugerindo, em princípio, atitudes positivas de proteção, idealização e afeto. Todavia, o conjunto de crenças do SB apoia-se em uma estrutura que estabelece identidade frágil, dependente e sensível à mulher (Nilton S Formiga, 2007; Gómez-Berrocal *et al.*, 2011), o que fundamenta uma atribuição de papéis limitados a ser mãe e cuidadora do lar e da família. Ou seja, os traços “positivos” atribuídos às mulheres adequam-se aos papéis domésticos, enquanto os homens detêm características associadas à competência e ao status elevado. O SB opera, portanto, de forma complementar ao SH, tendo em vista que reforça a subordinação da mulher em relação ao homem (Glick & Fiske, 2011).

A fim de testar a teoria proposta e mensurar o constructo, Glick e Fiske (1996) desenvolveram também o Inventário de Sexismo Ambivalente, composto por 22 itens que avaliam as atitudes sexistas em relação à mulher, em 2 subescalas com 11 itens cada, referentes às dimensões do SH e SB. Os autores destacam ainda que o SA e suas dimensões têm origem em aspectos estruturais das relações entre homens e mulheres, sendo desta forma, transculturais e endossados tanto por homens quanto por mulheres (Glick & Fiske, 2011).

Tendo em vista a relação supracitada entre o sexismo e a violência contra a mulher, seguem-se algumas relações encontradas na literatura entre o sexismo ambivalente e a violência por parceiros íntimos.

6.3 PERPETRAÇÃO E VITIMIZAÇÃO DA VPI

Alguns estudos na literatura indicam uma correlação entre SH e a perpetração de VPI. No trabalho de Loveland e Raghavan (2017) com homens condenados a um programa de tratamento de agressores nos EUA, o SH foi correlacionado com o controle coercitivo, que representa uma expressão da VPI, ou seja, homens que endossam SH podem tentar controlar seus parceiros por meio de táticas coercivas. Em Renzetti *et al.* (2018), a partir de uma amostra da população em geral de homens estadunidenses, os resultados apontaram essa relação mediada pelo consumo de álcool; o consumo de álcool e o SH estão positivamente associados à perpetração da VPI e o SH modera a relação álcool-VPI.

No que diz respeito a altos níveis em ambas as dimensões, tanto de SH quanto de SB, o estudo de Boira *et al.* (2017), com estudantes universitários no Equador, indicou que a intensidade da VPI perpetrada e sofrida subia na medida em que os níveis de SA aumentavam. De forma similar, essa predição de altos escores no SH juntamente com o SB se deu quanto à vitimização na VPI em relações homossexuais de homens na China (Li & Zheng, 2017).

Um elemento que chama atenção é o SB benevolente se apresentando tanto como fator de risco no reconhecimento e aceitação da VPI (pelas vítimas) quanto de proteção contra

a vitimização. Em estudantes universitários nos EUA, o endosso de SB pelos homens relacionou-se a menor possibilidade de perpetração de violência contra suas parceiras, enquanto pelas mulheres associou-se com a redução do risco de vitimização e também menores chances de denunciarem a violência (Allen *et al.*, 2009). Na pesquisa de Marques-Fagundes *et al.* (2015), com mulheres espanholas, o reconhecimento do abuso era cada vez menor conforme subia o nível de SB. Já o relato de vítimas de VPI (mulheres imigrantes que residiam nos EUA), o estudo de Alvarez *et al.* (2018), indicou que as mulheres que se encaixam nos papéis tradicionais de gênero, em consonância com as crenças do SB, tendem a tolerar o abuso de seus parceiros, sem buscar qualquer forma de ajuda, além disso, o risco de vitimização aumenta à medida que desafiam as prescrições de gênero.

Sendo assim, observa-se que quando as mulheres endossam o SB, se ajustando a estereótipos de gênero de cuidadora, sensível e dócil, sofrem menos risco de vitimização, todavia, propendem também a tolerar mais a VPI e/ou não reconhecê-la como abuso (Glick *et al.*, 2002). Não obstante, identifica-se uma condicionalidade nessa proteção inerente do SB, que se revoga quando as mulheres distanciam-se de “seus papéis convencionais”, nestes casos a violência do parceiro vista como uma punição e/ou correção e a responsabilização da vítima são sancionadas e legitimadas.

6.4 JULGAMENTO E CULPABILIZAÇÃO DAS VÍTIMAS

As atitudes de julgamento e culpabilização das vítimas foram observadas associando-se tanto ao SH quanto ao SB, sobretudo quando as mulheres se afastam ou transgridem os estereótipos de gênero, conforme supracitado. O SH apresentou correlação com a atribuição de culpa às vítimas da VPI nas produções de Guerrero-Molina *et al.* (2017a, 2017b) com homens condenados judicialmente por violência contra as parceiras. Mediou também a percepção de policiais espanhóis perante um caso fictício de uma mulher vítima de VPI em julgamento por assassinar seu marido alegando legítima defesa, eles tendiam a culpabilizar vítimas que não se encaixavam em um protótipo concebido por eles como de uma mulher violentada (Herrera *et al.*, 2012). De forma similar, o endosso de SH em universitários da Espanha, apresentados a uma vinheta simulada de VPI física perpetrada por um homem contra sua parceira (sendo a vítima apresentada, dependendo da condição experimental, como feminista ou não), relacionou-se com a inculpação da mulher, principalmente quando descrita como feminista ou “difícil de lidar”.

Estudantes de uma universidade dos EUA (também diante de cenários fictícios) que apresentaram pontuações mais altas no SH (juntamente com autoritarismo de direita*) foram mais propensos a apresentar julgamentos de natureza negativa com relação às vítimas, já aqueles com níveis maiores de SB (também em conjunto com o autoritarismo de direita) tenderam a desencorajar as vítimas na busca por ajuda para lidar com a relação abusiva (Riley & Yamawaki,

2018). Resultados obtidos com amostras de chilenos adultos (Soto-Quevedo, 2012) e discentes universitários estadunidenses e japoneses (Yamawaki *et al.*, 2009), indicam o SB relacionando-se com a culpabilização das vítimas quando estas transgridem os estereótipos de gênero e, isenção das mesmas, quando se comportam segundo estes estereótipos (Soto-Quevedo, 2012). Finalmente, no manuscrito de Zapata-Calvente e Megías (2017) igualmente com estudantes, pontuações altas no SH e no SB relacionaram-se a uma maior atribuição da motivação de exercer controle em um cenário (simulado) onde a mulher violenta seu parceiro em reação a uma violência coercitiva cometida pelo mesmo. Ou seja, considerou-se que a violência perpetrada pela mulher tinha como intenção controlar o homem, quando, na realidade, se referia apenas a uma autodefesa diante da violência coercitiva do parceiro.

6.5 MINIMIZAÇÃO: USO DE JUSTIFICATIVAS E/OU LEGITIMAÇÃO DA VIOLÊNCIA

A minimização da violência ou dos danos causados pela mesma, o uso de justificativas e/ou a legitimação da VPI mostra-se associada a ambas as dimensões do SA, tanto separadamente quanto em conjunto. Em estudantes universitários da Espanha, diante de histórias fictícias de VPI, quanto maiores os níveis de SH, maior foi a tendência de minimizar a violência do homem contra a parceira (Zapata-Calvente & Megías, 2017). O SH também se correlacionou com o uso de justificativas ou formas de legitimação da VPI em adolescentes previamente expostas a esta violência nos EUA (Lee *et al.*, 2016); e homens e mulheres da população adulta na Espanha (Valor-Segura *et al.*, 2011). Nos estudos de Guerrero-Molina *et al.* (2017a; 2017b) com uma amostra de homens condenados à prisão por crimes relacionados à VPI, o SH se correlacionou positivamente com o uso de justificativas de autodefesa para a violência perpetrada e com a minimização do dano causado. Esta tendência à minimização também se correlacionou com o SB isoladamente. .

SB e SH juntos foram preditores de atitudes de legitimação da VPI em policiais e membros do judiciário na Turquia (Gölge *et al.*, 2016) e em adultos representantes da população em geral da França (Lelaurain *et al.*, 2017, 2018). Neste último, as dimensões do SA apareceram em conjunto com demais constructos e teorias que focam em elementos presentes em crenças e fatores sociais convencionais (adesão ao amor romântico e mitos da violência doméstica). Por fim, um estudo comparando estudantes de universidades do Japão e dos EUA apontou que em ambas as nacionalidades, participantes com altos níveis de SB e SH, eram mais propensos a minimizar a violência (Yamawaki *et al.*, 2009).

6.6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do que foi exposto, fica claro a complementariedade das dimensões do sexismo, não sendo possível estabelecer com clareza os fatores específicos de influência de cada uma no

fenômeno da VPI, uma vez que elas atuam como um sistema integrado de crenças que coexistem e se reforçam. Ou seja, o caráter supostamente positivo do SB lhe torna mais aceito socialmente e menos percebido como uma forma de preconceito. Assim sendo, atua de maneira camuflada na ratificação do SH e, portanto, na submissão das mulheres ante aos homens, legitimando a violência como punição para aquelas que não se comportam de acordo com os estereótipos de gênero (Glick & Fiske, 2011; Gölge *et al.*, 2016; Harris *et al.*, 2005). Essa lógica, que justifica a VPI contra mulheres que não se comportam conforme as normas de gênero estabelecidas, é também retratada em diversos trabalhos que investigam crenças e relação à VPI (Dobash & Dobash, 2011; Morse *et al.*, 2012; Perrin *et al.*, 2019; Rudman & Glick, 2012; Zakar *et al.*, 2013).

Portanto, por mais que se observem mudanças sociais que buscam inibir a discriminação de diversos grupos minoritários e diminuir as desigualdades sociais, percebe-se que estas manifestações preconceituosas, pelo menos no que se refere à desigualdade de gênero, encontram formas sutis de se impor e manter o *status quo* de subjugação das mulheres. Deste modo, para a prevenção e combate à violência contra a mulher são necessárias ações multi e interdisciplinares, que incluem desde o tratamento criminal da questão, contemplando o atendimento, não somente da vítima e do agressor, mas de toda família. A Lei Maria da Penha (Brasil, 2006), neste sentido, é elogiada por prever uma abordagem integral da violência (Pasinato, 2015). A Organização Mundial da Saúde recomenda, ainda, a adoção de estratégias de prevenção primária da violência por parceiro íntimo em todas as fases da vida, incluindo redução do acesso e do uso nocivo de álcool e mudança das normas sociais e culturais de gênero mediante campanhas de conscientização na mídia, bem como por meio de trabalho com homens e meninos (Butchart *et al.*, 2010).

REFERÊNCIAS

- Allen, C. T., Swan, S. C., & Raghavan, C. (2009). Gender Symmetry, Sexism, and Intimate Partner Violence. *Journal of Interpersonal Violence*, 24(11), 1816–1834. <https://doi.org/10.1177/0886260508325496>
- Allport, G. W., Clark, K., & Pettigrew, T. (1954). *The nature of prejudice*.
- Alvarez, C., Lameiras-Fernandez, M., Holliday, C. N., Sabri, B., & Campbell, J. (2018). Latina and Caribbean Immigrant Women's Experiences With Intimate Partner Violence: A Story of Ambivalent Sexism. *J Interpers Violence*, 886260518777006. <https://doi.org/10.1177/0886260518777006>
- Alves, C. (2005). Violência doméstica. Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra. Coimbra, 2005. 25 p. Disponível em: <<http://www4.fe.uc.pt/fontes/trabalhos/2004010.pdf>>

- Berke, D. S., & Zeichner, A. (2016). Testing a Dual Process Model of Gender-Based Violence: A Laboratory Examination. *Violence and Victims, 31*(2), 200–214. <https://doi.org/10.1891/0886-6708.vv-d-14-00060>
- Boira, S., Chilet-Rosell, E., Jaramillo-Quiroz, S., & Reinoso, J. (2017). Sexismo, pensamientos distorsionados y violencia en las relaciones de pareja en estudiantes universitarios de Ecuador de áreas relacionadas con el bienestar y la salud. *Universitas Psychologica, 16*(4), 1. <https://doi.org/10.11144/Javeriana.upsy16-4.spdv>
- Brasil. (2006). Lei Nº 11.340, De 7 De Agosto De 2006. Brasília.
- Butchart, A., Garcia-Moreno, C., & Mikton, C. (2010). Preventing intimate partner and sexual violence against women: taking action and generating evidence.
- Carvalho, J. R., Oliveira, V. H. (2016). PCSVDF mulher: pesquisa de condições socioeconômicas e violência doméstica e familiar contra a mulher. Relatório Executivo I – Primeira Onda – 2016. Fortaleza: UFC/IMP, 2016. Disponível em: <<http://twixar.me/yrqK>>.
- Casique Casique, Leticia, & Furegato, Antonia Regina Ferreira. (2006). Violência contra mulheres: reflexões teóricas. *Revista Latino-Americana de Enfermagem, 14*(6), 950-956. <https://dx.doi.org/10.1590/S0104-11692006000600018>
- Castro, Y. R., & Magalhães, M. J. (2013). *El sexismo moderno en estudiantes universitarios/as portuguesas/as*.
- Cerqueira, D., Moura, R., Pasinato, W. (2019). Participação no mercado de trabalho e violência doméstica contra as mulheres no Brasil. [s.l]: Texto para Discussão.
- Cerqueira et al. (2020). Atlas da violência 2020.
- Cezario, A. C. F., & Lourenço, L. M. (2013). Violência conjugal contra o homem: uma análise bibliométrica. *Gerais: Revista Interinstitucional de Psicologia, v. 6, n. 1*.
- Dobash, R. E., & Dobash, R. P. (2011). What were they thinking? Men who murder an intimate partner. *Violence Against Women, 17*(1), 111–134. <https://doi.org/10.1177/1077801210391219>
- Echeverria, J. G. M., Oliveira, M. H. B., & Erthal, R. M. C. (2017). Violência doméstica e trabalho: percepções de mulheres assistidas em um Centro de Atendimento à Mulher. *Saúde em Debate, 41*(spe2), 13-24. <https://dx.doi.org/10.1590/0103-11042017s202>
- Expósito, F., Moya, M. C., & Glick, P. (1998). Sexismo ambivalente: Medición y correlatos. *Revista de Psicología Social, 13*, 159-169.

- Ferreira, M. C. (2004). Sexismo hostil e benevolente: inter-relações e diferenças de gênero. *Temas Em Psicologia, 12*(2), 119–126.
- Fonseca, D. H., Ribeiro, C. G., & Leal, N. S. B. (2012). Violência doméstica contra a mulher: realidades e representações sociais. *Psicologia & Sociedade, 24*(2), 307-314. <https://dx.doi.org/10.1590/S0102-71822012000200008>
- Formiga, N. (2015). Evidência psicométrica de um modelo fatorial-conceitual concorrente do Inventário de Sexismo Ambivalente em brasileiros. *REVISTA DE PSICOLOGÍA/Journal of Psychology, 17*(1), 9–20.
- Formiga, N S. (2005). Estrutura fatorial do inventário de sexismo ambivalente a partir da análise dos eixos principais. *Psicólogo Informação, 9*(9), 9–28.
- Formiga, Nilton S. (2007). Valores humanos e sexismo ambivalente. *Revista Do Departamento de Psicologia. UFF, 19*(2), 381–396.
- Formiga, Nilton Soares. (2011). *Inventário de sexismo ambivalente: Um estudo a partir da modelagem de equação estrutural*.
- Formiga, Nilton Soares, Omar, A. G., & Vaamonde, J. D. (2009). Atitudes frente aos grupos minoritários em brasileiros: análise fatorial confirmatória e modelagem de equação estrutural. *Encontro: Revista de Psicologia, 12*(17), 71–84.
- Frank, S., Coelho, E.B.S., Boing, A.F. (2010). Perfil dos estudos sobre violência contra a mulher por parceiro íntimo: 2003 a 2007. *Rev Panam Salud Pública; 27*:376-81.
- Gage, A. N., & Lease, S. H. (2018). An Exploration of the Link Between Masculinity and Endorsement of IPV Myths in American Men. *J Interpers Violence, 886260518818430*. <https://doi.org/10.1177/0886260518818430>
- García-Moreno, C., Pallitto, C., Devries, K., Stöckl, H., Watts, C., & Abrahams, N. (2013). *Global and regional estimates of violence against women: prevalence and health effects of intimate partner violence and non-partner sexual violence*. World Health Organization.
- Gaspodini, I. B., Formiga, N. S., & Falcke, D. (2019). Evidência Psicométrica da Estrutura Fatorial do Sexismo Ambivalente em Profissionais de Psicologia do Brasil. *Actualidades En Psicología, 33*(127), 21–36.
- Glick, P., & Fiske, S. T. (1996). The ambivalent sexism inventory: Differentiating hostile and benevolent sexism. *Journal of Personality and Social Psychology, 70*(3), 491.
- Glick, P., & Fiske, S. T. (2001). An ambivalent alliance: Hostile and benevolent sexism as complementary justifications for gender inequality. *American Psychologist, 56*(2), 109.

- Glick, P., & Fiske, S. T. (2011). Ambivalent sexism revisited. *Psychology of Women Quarterly*, 35(3), 530–535. <https://doi.org/10.1177/0361684311414832>
- Glick, P., Fiske, S. T., Mladinic, A., Saiz, J. L., Abrams, D., Masser, B., Adetoun, B., Osagie, J. E., Akande, A., & Alao, A. (2000). Beyond prejudice as simple antipathy: hostile and benevolent sexism across cultures. *Journal of Personality and Social Psychology*, 79(5), 763.
- Glick, P., Sakalli-Ugurlu, N., Ferreira, M. C., & Aguiar de Souza, M. (2002). Ambivalent sexism and attitudes toward wife abuse in Turkey and Brazil. *Psychology of Women Quarterly*, 26(4), 292–297. <https://doi.org/10.1111/1471-6402.t01-1-00068>
- Gölge, Z. B., Sanal, Y., Yavuz, S., & Arslanoglu-Cetin, E. (2016). Attitudes toward Wife Abuse of Police Officers and Judiciary Members in Turkey: Profession, Gender, Ambivalent Sexism and Sex Roles. *Journal of Family Violence*, 31(6), 785–796. <https://doi.org/10.1007/s10896-016-9823-1>
- Gomes, N. P., Diniz, N. M. F., Araújo, A. J. de S., & Coelho, T. M. de F. (2007). Compreendendo a violência doméstica a partir das categorias gênero e geração. *Acta Paulista de Enfermagem*, 20(4), 504–508.
- Gomes, R., Minayo, M. C. de S., & Silva, C. F. R. (2005). Violência contra a mulher: uma questão transnacional e transcultural das relações de gênero. *Impacto Da Violência Na Saúde Dos Brasileiros*, 117–140.
- Gómez-Berrocal, C., Cuadrado, I., Navas, M., Quiles, M. N., & Morera, M. D. (2011). Sexismo hostil y benevolente: dimensiones de comparación intergrupual, imagen de los subtipos de mujer y autoimagen del endogrupo. *Revista de Psicología Social*, 26(1), 45–62.
- Gracia, E., Garcia, F., & Lila, M. (2014). Male police officers' law enforcement preferences in cases of intimate partner violence versus non-intimate interpersonal violence. Do Sexist Attitudes and Empathy Matter? *Criminal Justice and Behavior*, 41(10), 1195–1213. <https://doi.org/10.1177/0093854814541655>
- Guerrero-Molina, M., Moreno-Manso, J. M., Guerrero-Barona, E., & Cruz-Márquez, B. (2017a). Actitudes sexistas y asunción de responsabilidad en agresores condenados a prisión por violencia de género en España durante los años 2012 y 2013. [Sexist attitudes and attribution of responsibility among aggressors convicted of gender violence in Spain]. *Universitas Psychologica*, 16(3), 1–13.
- Guerrero-Molina, M., Moreno-Manso, J. M., Guerrero-Barona, E., & Cruz-Márquez, B. (2017b). Attributing Responsibility, Sexist Attitudes, Perceived Social Support, and Self-Esteem in Aggressors Convicted for Gender-Based Violence. *J Interpers Violence*, 886260517715025. <https://doi.org/10.1177/0886260517715025>

- Harris, R. J., Firestone, J. M., & Vega, W. A. (2005). The interaction of country of origin, acculturation, and gender role ideology on wife abuse. *Social Science Quarterly*, 86(2), 463–483.
- Herrera, A., Valor-Segura, I., & Exposito, F. (2012). Is miss sympathy a credible defendant alleging intimate partner violence in a trial for murder? *European Journal of Psychology Applied to Legal Context*, 4(2), 179–196.
- Instituto Maria da Penha. (n.d). *Pesquisa – PCSVDF Mulher*. <https://www.institutomariadapenha.org.br/projetos/pesquisa-pcsvdfmulher.html>
- Jiménez, A. A., Priego, M. B., Gutierrez, M. F., Molina, E. L., Flores, N. M. V, & Ramirez, J. M. G. (2015). Violence of women against men, myth or reality? *Reidocrea-Revista Electronica De Investigacion Y Docencia Creativa*, 4, 14–17.
- Kosterina, E., Horne, S. G., & Lamb, S. (2019). The role of gender-based violence, health worries, and ambivalent sexism in the development of women’s gynecological symptoms. *Journal of Health Psychology*, 1359105318825292.
- Krug, E.G., Dahlberg, L.L., Mercy, J.A., Zwi, A.B., Lozano, R. (2002). World report on violence and health. Geneva: World Health Organization.
- Lee, M. S., Begun, S., DePrince, A. P., & Chu, A. T. (2016). Acceptability of Dating Violence and Expectations of Relationship Harm Among Adolescent Girls Exposed to Intimate Partner Violence. *Psychological Trauma-Theory Research Practice and Policy*, 8(4), 487–494. <https://doi.org/10.1037/tra0000130>
- Lelaurain, S., Fonte, D., Aim, M.-A., Khatmi, N., Decarsin, T., Lo Monaco, G., & Apostolidis, T. (2017). “One Doesn’t Slap a Girl but...” Social Representations and Conditional Logics in Legitimization of Intimate Partner Violence. *Sex Roles*, 78(9–10), 637–652. <https://doi.org/10.1007/s11199-017-0821-4>
- Lelaurain, S., Fonte, D., Giger, J.-C., Guignard, S., & Lo Monaco, G. (2018). Legitimizing intimate partner violence: The role of romantic love and the mediating effect of patriarchal ideologies. *Journal of Interpersonal Violence*, 0886260518818427.
- Li, D., & Zheng, L. (2017). Intimate Partner Violence and Controlling Behavior Among Male Same-Sex Relationships in China: Relationship With Ambivalent Sexism. *J Interpers Violence*, 886260517724835–886260517724835. <http://dx.doi.org/10.1177/0886260517724835>
- Loveland, J. E., & Raghavan, C. (2017). Coercive Control, Physical Violence, and Masculinity. *Violence and Gender*, 4(1), 5–10. <https://doi.org/10.1089/vio.2016.0019>

- Marques-Fagundes, A. L., Megias, J. L., Garcia-Garcia, D. M., & Petkanopoulou, K. (2015). Ambivalent sexism and egalitarian ideology in perception of psychological abuse and (in)vulnerability to violence. *Revista De Psicologia Social, 30*(1), 31–59. <https://doi.org/10.1080/02134748.2014.991519>
- Minayo, M. C. D. S. (2006). *Violência e saúde*. Editora Fiocruz.
- Morse, D. S., Paldi, Y., Egbarya, S. S., & Clark, C. J. (2012). “An Effect That Is Deeper Than Beating”: Family Violence in Jordanian Women. *Families Systems & Health, 30*(1), 19–31. <https://doi.org/10.1037/a0027137>
- Negrão, T., Prá, J. (2005). (Coord). Dossiê – violência de gênero contra meninas: violência doméstica ou intrafamiliar; exploração sexual e comercial; violência institucional por ação ou omissão. Porto Alegre: Rede Nacional Feminista de Saúde, Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos – Rede Feminista de Saúde, p. 86.
- Neves, A.C.M., Garcia, L.P. (2017). Atendimentos de jovens vítimas de agressões em serviços públicos de urgência e emergência, 2011: diferenças entre sexos. *Ciência e Saúde Coletiva, 22*:1333-41.
- Novo, M., Herbon, J., & Amado, B. G. (2016). Victimization and gender: Effects in the evaluation of subtle and overt violence, adult attachment and conflict resolution tactics. *Revista Iberoamericana De Psicologia Y Salud, 7*(2), 89–97. <https://doi.org/10.1016/j.rips.2016.05.002>
- Observatório Brasil da Igualdade de Gênero (n.d.). *Enfrentamento de todas as formas de violência contra as mulheres*. <http://www.observatoriodegenero.gov.br/menu/areas-tematicas/violencia>
- Pereira, A., Monteiro, M. B., & Camino, L. (2009). Social norms and prejudice against homosexuals. *The Spanish Journal of Psychology, 12*(2), 576–584.
- Pérez, V. A. F., Fiol, E. B., Palmer, M. C. R., & Guzmán, C. N. (2006). Las creencias y actitudes sobre la violencia contra las mujeres en la pareja: Determinantes sociodemográficos, familiares y formativos. *Anales de Psicología/Annals of Psychology, 22*(2), 251-259.
- Perrin, N., Marsh, M., Clough, A., Desgropes, A., Yope Phanel, C., Abdi, A., Kaburu, F., Heitmann, S., Yamashina, M., Ross, B., Read-Hamilton, S., Turner, R., Heise, L., & Glass, N. (2019). Social norms and beliefs about gender based violence scale: a measure for use with gender based violence prevention programs in low-resource and humanitarian settings. *Confl Health, 13*, 6. <https://doi.org/10.1186/s13031-019-0189-x>
- Pasinato, W. (2015). Oito anos de lei Maria da Penha. Entre avanços, obstáculos e desafios. *Estudos Feministas, Florianópolis, v. 23, n. 2, p. 533-545, mai. 2015.*

- Renzetti, C. M., Lynch, K. R., & DeWall, C. N. (2018). Ambivalent Sexism, Alcohol Use, and Intimate Partner Violence Perpetration. *Journal of Interpersonal Violence, 33*(2), 183–210. <https://doi.org/10.1177/0886260515604412>
- Riley, C. E., & Yamawaki, N. (2018). Who Is Helpful? Examining the Relationship Between Ambivalent Sexism, Right-Wing Authoritarianism, and Intentions to Help Domestic Violence Victims. *Sage Open, 8*(2). <https://doi.org/10.1177/2158244018781899>
- Rudman, L. A., & Glick, P. (2012). *The social psychology of gender: How power and intimacy shape gender relations*. Guilford Press.
- Sequeira, V. C., & Stella, C. (2012). Família e violência: resquícios da cultura patriarcal. *Emancipação, Ponta Grossa, v. 12, n. 01, p. 71-86.*
- Silva, A.C.L.G., Coelho, E.B.S., Moretti-Pires, R.O. (2014). O que se sabe sobre o homem autor de violência contra a parceira íntima: uma revisão sistemática. *Rev Panam Salud Pública; 35:278-83.*
- Soto-Quevedo, O. A. (2012). Rol del sexismo ambivalente y de la transgresión de estereotipo de género en la atribución de culpa a mujeres víctimas de violencia de pareja. *Acta Colomb. Psicol, 15*(2), 135–148. http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0123-91552012000200013<http://fi-admin.bvsalud.org/document/view/2anz6>
- Stevens, C., Oliveira, S. de, Zanello, V., Silva, E., & Portela, C. (2017). *Mulheres e violências: interseccionalidades*.
- Stöckl, H., Devries, K., Rotstein, A., Abrahams, N., Campbell, J., Watts, C. (2013). The global prevalence of intimate partner homicide: a systematic review. 382:859-65
- Valor-Segura, I., Exposito, F., & Moya, M. (2011). Victim Blaming and Exoneration of the Perpetrator in Domestic Violence: The Role of Beliefs in a Just World and Ambivalent Sexism. *Spanish Journal of Psychology, 14*(1), 195–206. https://doi.org/10.5209/rev_SJOP.2011.v14.n1.17
- Vecina, M. L. (2017). Moral variables before and after a court-mandated psychological treatment of men convicted of violence against their partners: Evolution and relationship with sexist attitudes. *Journal of Investigative Psychology and Offender Profiling, 14*(3), 332–341. <https://doi.org/10.1002/jip.1480>
- Vecina, M. L. (2018). How Can Men Convicted of Violence Against Women Feel Moral While Holding Sexist and Violent Attitudes? A Homeostatic Moral Model Based on Self-Deception. *American Journal of Mens Health, 12*(5), 1554–1562. <https://doi.org/10.1177/1557988318774218>
- Vecina, M. L., & Pinuela, R. (2017). Relationships between Ambivalent Sexism and the Five Moral Foundations in Domestic Violence: Is it a Matter of Fairness and Authority? *Journal of Psychology, 151*(3), 334–344. <https://doi.org/10.1080/00223980.2017.1289145>

- Vidal-Fernandez, A., & Megias, J. L. (2014). Attributions of Blame to Battered Women when they are perceived as Feminists or as “Difficult to Deal With.” *Spanish Journal of Psychology*, 17. <https://doi.org/10.1017/sjp.2014.26>
- Vilhena, V. C. (2009). *Pela Voz das Mulheres: uma análise da violência doméstica entre mulheres evangélicas atendidas no Núcleo de Defesa e Convivência da Mulher Casa Sofia*.
- World Health Organization; London School of Hygiene and Tropical Medicine. (2010). Preventing intimate partner and sexual violence against women: taking action and generating evidence. Geneva: World Health Organization.
- World Health Organization. WHO (2005). Multicountry study on women’s health and domestic violence against women: initial results on prevalence, health outcomes and women’s responses. Geneva: World Health Organization
- Yamawaki, N., Ostenson, J., & Brown, C. R. (2009). The Functions of Gender Role Traditionalism, Ambivalent Sexism, Injury, and Frequency of Assault on Domestic Violence Perception A Study Between Japanese and American College Students. *Violence against Women*, 15(9), 1126–1142. <https://doi.org/10.1177/1077801209340758>
- Zakar, R., Zakar, M. Z., & Kraemer, A. (2013). Men’s beliefs and attitudes toward intimate partner violence against women in Pakistan. *Violence Against Women*, 19(2), 246–268. <https://doi.org/10.1177/1077801213478028>
- Zapata-Calvente, A. L., & Megías, J. L. (2017). Social perception of intimate partner violence according to the motivations and sex of the aggressor and the ideology and sex of the observers. *Revista De Psicologia Social*, 32(2), 301–332. <https://doi.org/10.1080/02134748.2017.1297355>

VIOLÊNCIA ESCOLAR: ENTREVISTAS COM PROFESSORES DE UMA ESCOLA PÚBLICA DE JUIZ DE FORA

THIAGO VIRGÍLIO DA SILVA STROPPA

CLARA EFFGEN LADEIRA

GABRIELE SANTOS DE AMORIM

LARISSA DOS REIS MANCINI

LEONARDO DE MELO GUEDES

LELIO MOURA LOURENÇO

7.1 INTRODUÇÃO

O fenômeno da violência pode ser definido, segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), como sendo o “uso de força física ou do poder, em ameaça ou na prática, contra si próprio, outra pessoa ou contra um grupo ou comunidade, que resulte ou tenha uma alta probabilidade de resultar em sofrimento, morte, dano psicológico, prejuízo ou privação no desenvolvimento” (Krug *et al.*, 2002). Devido a essas consequências, que podem ser de curto e longo prazo, e às violações de direitos que produz; a violência passa a ser um problema de saúde pública, o que a torna um tópico de extrema importância (American Public Health Association, 2018). São diversos os tipos de violência e, segundo a tipologia proposta pela OMS, podem ser de natureza física, sexual, psicológica, envolvendo privação ou negligência (Krug *et al.*, 2002).

Quando relacionada a indivíduos entre 10 e 24 anos, podemos classificar esse fenômeno como violência juvenil (Peres *et al.*, 2010). Segundo o National Center for Injury and Control (David-Ferdon & Simon, 2014), existem quatro fatores que contribuem para esse tipo de violência. São eles: fatores individuais, de relacionamento, comunitários e sociais. Ao incluirmos o processo educacional na classificação das violências, nos deparamos com a violência escolar (VE). De acordo com Yamane (2020), nos últimos anos o sistema de educação, tanto público quanto privado, tem vivenciado todos os tipos de agressões (físicas, verbais e psicológicas) que têm afligido grande parte dos professores e a sociedade.

Cabe apontar aqui que, embora seja evidente que esteja ocorrendo um crescimento na conscientização sobre os impactos da violência, ainda se constata a problemática relativa à falta de consenso na definição e entendimento do fenômeno, inclusive quando é manifesto em ambiente escolar (Senra, 2016). A compreensão desse fenômeno não se dá de forma consensual, contudo, sua definição envolve a expressão, de forma magnificada ou contida, de diversas formas de violência nos diferentes âmbitos da vida de um indivíduo (pessoal, familiar, social), acarretando em situações de agressão física, verbal e emocional (Senra *et al.*, 2015; Oliveira *et al.*, 2020; Lisboa & Ebert, 2012). Para Abramovay (2012), a escola não apenas reproduz as violências correntes na sociedade, mas produz formas próprias, de diversas ordens, tipos e escalas, que se refletem no dia a dia; portanto, entende-se que a escola não apenas reflete a violência que tem origem fora dela, pois desta forma retira-se da instituição de ensino sua responsabilidade sobre o processo de produção e enfrentamento da violência.

Stelko-Pereira e Williams (2010) salientam a importância do emprego do conceito de VE não ser restrito às dependências da escola, uma vez que essa pode ocorrer em ambientes próximos a essa localização ou até mesmo virtualmente. São diversas as tipologias da VE, temos a violência física, verbal, psicológica, sexual, violência por negligência, violência autodirigida, indisciplina, vandalismo, danos ao patrimônio, exclusão social e *bullying/cyberbullying* (Machado & Machado, 2012).

A discussão acerca de comportamentos agressivos de jovens no contexto escolar tem sido muito explorada nas últimas décadas, no Brasil (Souza *et al.*, 2016; Coelho, 2016; Yamane, 2020) e no mundo (Silva *et al.*, 2017; Pisckin *et al.*, 2014). A violência escolar pode ocasionar diversos e sérios danos no desenvolvimento psicoafetivo e social dos jovens, sendo considerada um fator de risco para a saúde física e psicológica desses indivíduos (Matos *et al.*, 2010; Pisckin *et al.*, 2014). Ainda, deve-se compreender esse fenômeno a partir de diversos fatores, exógenos (contexto escolar e meios de comunicação) e endógenos (relações interpessoais e características individuais), que os desencadeiam (Fernandes *et al.*, 2016; Oliveira *et al.*, 2020). Pode-se evidenciar que a VE é um fenômeno presente no âmbito escolar (Stelko-Pereira & Williams, 2010), portanto, faz-se necessário um olhar mais atento dentro desse cenário. A violência escolar traz prejuízos a curto e a longo prazo – sejam esses físicos, morais ou psicológicos para os estudantes, professores, pais e demais pessoas envolvidas nesse plano –, e, concomitante a isso, existe uma falta de preparação e instrução de professores e responsáveis para reconhecer, lidar e prevenir esse tipo de situação (Silva & Bazon, 2017). Devido a isso, Senra (2012) comenta sobre a importância de voltar-se a atenção para os elementos relacionados à violência escolar, de forma a promover programas de intervenção voltados à prevenção e enfrentamento dos malefícios gerados por ela.

Sendo assim, é de suma importância que seja realizada uma investigação e estudo dentro desse contexto para uma posterior elaboração de um programa de intervenção que poderá

modificar o fenômeno da violência escolar. O principal objetivo do presente trabalho, que é um recorte de uma dissertação de mestrado (Stroppa, 2017) voltada para a implementação e avaliação de uma intervenção em violência escolar, é, em linhas gerais, de investigar, clarificar e estudar a perspectiva dos professores de uma escola pública sobre situações de violência escolar através de entrevistas realizadas com os mesmos. Como objetivos específicos, buscou-se saber se eles já haviam vivenciado ou tinham conhecimento de alguma situação de VE, assim como exemplos dessas situações. Saber a frequência desses eventos, por que os respondentes acreditam que eles ocorrem, o que eles fazem para lidar com questões relativas a isso e se os mesmos se sentem preparados para o enfrentamento desse tipo de situação.

7.2 MÉTODO

Trata-se de um estudo qualitativo e transversal, realizado com o apoio de professores, funcionários e gestores de uma escola pública de Juiz de Fora, Minas Gerais. A escola fica localizada próxima à área central da cidade, em um bairro de classe média/alta, porém, os relatos dos funcionários afirmam que poucos alunos pertencem àquela região, segundo eles, os alunos que frequentam a instituição residem em bairros mais distantes e que são considerados classe média baixa.

Segundo a definição de Cozby (2003), no estudo transversal, os participantes são estudados em um mesmo ponto no tempo, essa definição, portanto, coincide com o método aqui adotado. A pesquisa foi realizada por meio de entrevistas semiestruturadas a fim de coletar dados acerca da violência escolar, elas foram conduzidas dentro da própria escola, sendo previamente agendadas de acordo com a disponibilidade de cada profissional. Com a permissão dos respondentes, o material das entrevistas foi gravado em áudio, transcrito e submetido ao procedimento de análise de conteúdo (Bardin, 2016). Para a realização da análise de conteúdo, o software Word e também o Excel foram utilizados, assim como a função de filtro de conteúdo do Excel para auxiliar na quantificação das expressões emitidas.

A entrevista foi realizada com 8 professores sorteados que atuavam no ensino fundamental e também com 2 gestores. Os envolvidos foram informados sobre a pesquisa e assinaram o termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE), logo após, responderam um pequeno questionário sociodemográfico para caracterização da amostra. Tal questionário apontou para uma amostra majoritariamente feminina (60%), com idade média de 44 anos, sendo a maioria desses professores (40%) atuantes no mercado de trabalho há mais de 16 anos, contudo, 40% dos professores trabalham há pouco tempo na escola (entre 1 e 5 anos).

Quanto aos aspectos éticos, destacamos que o caráter ético foi atendido de forma que a pesquisa foi autorizada pela Universidade Federal de Juiz de Fora, sendo o projeto aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa envolvendo seres humanos sob o parecer 1.455.425. Os aspectos estão de acordo com a literatura e foram respeitadas condições como o respeito dos pesquisadores, estes dispostos a garantir e preservar a dignidade dos participantes durante a coleta de dados; respeito à

Lei e regras locais, de forma que o estudo não viola Lei de qualquer âmbito; responsabilidade pela investigação, a fim de esclarecer aos participantes sobre a pesquisa (Ribeiro, 2010). Vale ressaltar que nenhum dos participantes se recusou a participar da pesquisa, contudo, uma professora que foi sorteada estava de licença médica e então um novo sorteio foi feito para que se substituísse a mesma.

A fim de investigar as situações da violência escolar que os profissionais percebem em seu trabalho, foi elaborado um roteiro de entrevista que possibilitasse explorar tal situação. Antes das entrevistas eles receberam uma breve explicação das situações de violência escolar, sua tipologia e sobre a estrutura da entrevista que seria realizada. O roteiro da entrevista estruturou o tema da violência escolar por meio de seis perguntas que visavam investigar se os professores já haviam vivenciado ou tinham conhecimento de alguma situação de VE e exemplos dessas situações. Além disso, também era de interesse saber a frequência desses eventos, por que os respondentes acreditam que eles ocorrem, o que os professores fazem para lidar com questões relativas a isso e se os mesmos se sentem preparados para o enfrentamento desse tipo de situação.

No processo de pré-análise e exploração do material transcrito foram quantificadas as palavras-chave e expressões utilizadas pelos respondentes de acordo com a temática específica de cada questão. A partir do processo de quantificação e agrupamento das expressões, deu-se início aos procedimentos de tratamento, inferência e interpretação, onde foram estabelecidas categorias temáticas para análise e criadas tabelas onde são apresentadas a quantificação das palavras-chave e expressões utilizadas pelos participantes para cada tema da entrevista. Cabe destacar que, quando as situações de violência escolar eram citadas de forma geral (por exemplo, briga), ou seja, quando não especificava os autores ou vítimas ou quando eram específicas dos alunos (por exemplo, briga entre os alunos), estas eram computadas de forma geral, mas quando eram situações que envolviam algum professor/gestor/funcionário da escola (por exemplo, ameaça ao professor) ou mesmo a família dos alunos, estes termos foram mantidos para caracterizar os envolvidos.

7.3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Foi perguntado aos dez entrevistados se os mesmos já vivenciaram ou se já ficaram sabendo de alguma situação de violência escolar. Com relação a isso, todos responderam positivamente, mesmo que o seu envolvimento não tenha ocorrido de forma direta. A partir disso, as situações de violência escolar foram agrupadas em quatro categorias relacionadas às palavras-chave e expressões utilizadas pelos respondentes para caracterizar tais situações, são essas: A) Indicadores de violência física; B) Indicadores de violência moral/verbal/psicológica; C) Indicadores de danos ao patrimônio; e D) Outras palavras-chave e expressões. Diante disso, é possível se fazer uma análise sobre as formas de manifestações de violência escolar mais recorrentes. Segundo os próprios entrevistados, as expressões que estão mais presentes em seus cotidianos, mesmo sem sua participação direta, são relativas a “brigar” e “bater”. Esses dados podem ser verificados na Tabela 1.

É válido destacar que foi questionado por um gestor, em sua entrevista, se essas situações que ocorrem nas escolas devem mesmo ser nomeadas de violência. Ele considera que este termo é muito carregado/pesado, acreditando que o mesmo deveria ser substituído pelo termo “conflito”. Crispino (2007) traz a definição de conflito como sendo as diferentes opiniões ou modos de se ver ou de se interpretar algum acontecimento. A partir disso, o autor afirma que teríamos dificuldades de identificar circunstâncias derivadas do conflito até o momento em que essas passam a produzir manifestações violentas, ou seja, o conflito em si não chegaria a ser uma violência, mas seria anterior a ela.

Tabela 1 - Palavras-chaves e expressões relacionadas às situações de VE.

Indicadores de violência física	F
Brigar / Brigas / Brigando/ Briga / Brigaram	9
Bater / Batendo / Bate	8
Agressão física / Violência Física... / Alunos se atracando	6
Socar / Socavam... Chutar...	5
Aluna que agrediu o professor	1
Tiroteio	1
Indicadores violência moral/verbal/psicológica	
Desrespeito... / Xingamentos... / Discussões	13
Enfrentam / Enfrentamento / Desafiam o professor / Usar palavras de ofensa / palavrão para o professor / Desacato	7
Agressão verbal / Violência verbal / Violência psicológica	5
Ameaça / Ameaça ao professor ou gestor	4
Apelidos	1
Chamar um ao outro de “negro”	1
Indicadores de danos ao patrimônio	
Pichação/ Riscar carro de professor / Roubo	3
Invadir a escola / Quebrar as coisas	2
Outras palavras-chave e expressões	
Bullying / Exclusão... / Violência entre alunos...	11
Armas / Armados (Armas de fogo)	3
Traficante / Drogas / Alunos viciados/drogados	3
Polícia / Policiais / Ocorrência policial	4
Violência de alunos contra professores/funcionários/gestão escolar	3
Intolerância / Violência “leve”	2

Com relação à frequência em que os entrevistados identificam possuir violência escolar, apresentados na Tabela 2, foram atribuídas três categorias: A) Indicadores de maior frequência; B) Indicadores de menor frequência; C) Indicadores de outras características relativas à frequência de violência escolar.

Podemos perceber, pelas respostas dos entrevistados, que a maioria dos indicadores apontados demonstram que a violência escolar é muito frequente e constante na realidade deles e que acontece diariamente, fazendo parte do cotidiano. Esse dado corrobora resultados do trabalho realizado por Pereira (2003), que, através de análise de entrevistas com professores de 4 escolas da rede pública de ensino de um município paranaense, encontrou que os respondentes constatarem a violência escolar como um fenômeno em expansão.

Tabela 2 - Palavras-chaves e expressões referentes à frequência da VE.

Indicadores de maior frequência da VE	F
Muito frequente / Muito mesmo / Muito / Tem o tempo inteiro / Sempre / Constante	7
Violência verbal é mais frequente/Violência verbal você sempre presencia/ Agressão verbal é maior / Violência verbal ocorre a todo momento / A violência verbal é mais tolerada, então ela existe em todo momento	5
Faz parte do cotidiano / Diariamente / Dia a dia da escola / No nosso dia a dia são várias as situações / Isso daí pra gente acaba sendo o normal	5
Frequente / É frequente, com certeza / Acontece com frequência	3
Não é algo esporádico / Pelo menos uma vez por semana	2
Indicadores de menor frequência da VE	
Não acontece frequentemente / Só ocorrem alguns casos pontuais / Ocasionalmente	3
Violência física é menos frequente	2
Frequente não é não, mas está aumentando / Todo dia, todo hora não, mas está aumentando w	2
A gente tem muito menos atitudes violentas nas escolas do que a gente pensa	1
Não é quase todos os dias	1
Fiquei sabendo de algumas situações, presenciei poucas	1
Indicadores de outras características da frequência da VE	
Alguns alunos são mais recorrentes, outros não	1
Depende da região	1

Pode-se notar que houve participantes relatando que não acreditam que esse se trata de um fenômeno frequente, mas reconhecem que tem aumentado com o passar do tempo. Além disso, é válido destacar que, apesar das perguntas sobre violência terem sido feitas de forma geral, alguns professores especificaram a violência verbal como sendo a mais frequente, como foi relatado por um professor:

“A violência verbal, ela é mais [pausa curta] tolerada, então ela existe em todo momento, seja lá um palavrão no final da sala lá que você não sabe pra quem que foi o palavrão, se foi pra você ou se foi pra um colega [sic]” (Entrevistado 1, professor).

Foram, ainda, desenvolvidas cinco categorias envolvendo o que os participantes pensam diante das situações de violência escolar e qual acreditam ser o motivo de acontecerem. Essas categorias são relacionadas à: A) Família dos alunos; B) Os próprios alunos; C) Os professores e a

escola como um todo; D) O meio que os alunos vivem e a mídia; E) Questões multifacetadas. Estes dados são apresentados na Tabela 3.

Tabela 3 - Palavras-chaves e expressões consideradas motivadoras da VE.

Família dos alunos	F
Falta de participação/acompanhamento dos pais na vida escolar / Falta de disposição da família para ajudar a resolver o problema do filho / A família entende que só a escola que tem que resolver o problema / Família coloca a culpa na escola / Família não reconhece/admite que o filho está errado	8
Mãe tem pouco contato e convívio com os filhos / Pai ausente / Avó tenta criar, mas tem pouco tempo / São criados sozinhos “pela natureza”	7
Família que os trata com agressividade/gritaria/xingamentos	6
Família desestruturada / Falta de uma base familiar	5
Presença de violência familiar / Falta de educação no ambiente familiar	5
Dificuldade de diálogo / Falta de limites / Falta de atenção/carinho (ambiente familiar)	3
Alunos	
Não sabem dialogar/conversar / Só reagem aos gritos / São agressivos / Agressividade / São muito fechados	9
São desestruturados psicologicamente / Personalidade/ Falta de autoestima / Falta de objetivo e propósitos dos alunos / São carentes / Estão querendo um abraço	8
Alunos mais velhos/repetentes que não querem nada / Ameaçam/intimidam/agridem os mais novos. / A diferença de idade / Conduta não é adequada e serve de exemplo	6
Falta de amadurecimento do aluno/ São infantis	3
Uso de drogas/Alunos “viciados”	2
Escola e aos professores	
Professores não sabem como lidar com a situação / Não sei de onde ou como a escola poderia agir para que isso melhore, porque eu não vejo muita solução / Professores perdem a paciência	3
A escola fica sozinha para resolver o problema da violência escolar / Ausência de apoio do poder público para a escola	2
Inadequação da escola ao ritmo de vida do aluno/à realidade do aluno	1
O meio que os alunos vivem e a questões da mídia	
A criança é produto daquele meio em que vive / A influência maior é do meio em que vivem/ Uma reprodução social do meio / O meio que vivem reflete na sala de aula / Eles reproduzem os comportamentos que eles estão socialmente acostumados a vivenciar / É o universo que eles vivem	8
Mídia que é totalmente sobrecarregada de imagens das quais os alunos não pertencem / Reprodução por parte dos alunos do que eles veem na mídia	2
Questões multifacetadas	
Questão social / “N” Fatores / Atual Situação política de intolerância	6
Independência de classe social	1

Pode-se observar que, apesar das respostas conterem palavras-chave correspondentes a mais de uma categoria, os fatores relacionados à família dos alunos foram os mais citados. Como apontam Fernandes *et al.* (2016) e Oliveira *et al.* (2020), o *bullying* é um fenômeno multifatorial, no qual os contextos próximos ou não do indivíduo, interagem entre si e com as características próprias genéticas e personalidade, podendo resultar em perfis mais agressivos e preditores de *bullying*. Todavia, o papel da família é de extrema importância no desenvolvimento moral e comportamental desse sujeito, Oliveira *et al.* (2020) apresenta que os tipos de conduta parental estão diretamente relacionados com perfis de *bullies*. Devemos ressaltar que o *bullying* é um problema social (Fernandes *et al.*, 2016), assim, a responsabilidade por sua ocorrência não deve ser unicamente da família, mas ao contexto global em que esse indivíduo se insere, visto que o contexto é fundamental para a aparição desse fenômeno.

Ainda, encontramos que os alunos mais velhos/repetentes foram apontados como sendo uma influência negativa aos alunos mais novos, apresentando comportamentos como o de ameaçar, intimidar e agredir os menores. De acordo com o Departamento de Educação e Justiça dos Estados Unidos da América, estudantes mais velhos estão mais vulneráveis do que os mais novos a cometer crimes (Williams-Evans & Myers, 2004). Além disso, os agressores têm maior dificuldade de se ajustar, tanto ao nível acadêmico, quanto ao ambiente escolar, o que poderia gerar um baixo rendimento escolar e, conseqüentemente, repetência (Harris & Petrie, 2002). Um fator que também chama a atenção na fala dos respondentes foi o fato destes acreditarem na influência que o meio social realiza sob o desenvolvimento das crianças.

Em relação a como os participantes entrevistados agem diante da situação de violência escolar, Tabela 4, foram pontuadas características relacionadas às dificuldades e preocupações dos mesmos diante ao contexto escolar como um todo.

Tabela 4 - Palavras-chaves e expressões que caracterizam as respostas dos participantes diante das situações de VE.

Relacionadas ao diálogo ou a ausência do mesmo com os alunos	F
Conversar com o aluno / Conversar em particular / Conversar individualmente / Explicar ao aluno / Chamar o aluno	12
“Conquistar” o aluno/ Ganhar o aluno / Fazer amizade com o aluno / Mostrar que ele pode ser querido pela turma e pela escola	5
Ausência de diálogo	
Erro de o professor não ir até ele conversar / Eu não chamo pra conversar quando eu vejo que são dois caras que são amigos	2
Relacionadas à família/pais/responsáveis dos alunos	
Chamar os pais/responsáveis/família / Pedir alguma providência aos pais / Buscar diálogo com a família	9
Relacionadas à procedimentos internos da escola	
Encaminhar para direção/coordenação/supervisão / Medidas disciplinares / Suspensão / Exclusão de aula	6
Chamar um funcionário da escola	1
Difícilmente passo para a direção	1

Outras reações, sentimentos e sensações	
Passar mal/passando mal / Ficar trêmula/tremendo / Suando frio	3
Tento fazer parar / Tento resolver	3
Você fica aquém/refém/vulnerável	3
Correr / Ir pra longe da briga / Morro de medo de briga	3
Chamar a polícia / Chamar o conselho tutelar	2
Desistir de dar aula / Mudar de profissão	2
Ficar triste / Muito triste	2
Manter a calma / Fazer com que as tensões sejam amenizadas	2
Peço para parar / Peço pra que os próprios meninos separem a briga	2
Síndrome do pânico / Depressão	2
Tento ter uma postura humana/de mãe	2

Como apresentado na tabela, os indicadores mais frequentes dizem respeito ao desejo de diálogo de professores/gestores com os alunos e familiares, em uma tentativa de aproximação, alguns buscando até um relacionamento mais afetivo como a amizade. Porém, percebe-se que os mesmos tendem a temer tais alunos e buscam não se envolverem quando percebem ou presenciam uma situação de VE, buscando para a resolução do problema medidas punitivas. Machado e Machado (2012) salientam que investigações científicas sobre a temática da VE já vieram a comprovar uma maior eficácia das intervenções preventivas e desenvolvimentais quando comparadas às medidas paliativas, logo, na perspectiva dos autores, esse tipo de atitude não soluciona os problemas e VE.

Outras características mais frequentemente apresentadas e que valem destaque, se referem ao cansaço dos profissionais, as extensas jornadas de trabalho e a falta de tempo. Estes causam aos professores desmotivação com a própria profissão além de trazer a tona angústias e problemas psicológicos mais graves como depressão e síndrome do pânico. Nas entrevistas realizadas com os professores é possível ver relatos como o desta professora:

“E durante esse período todo que eu trabalho, o que eu consegui é [pausa] desenvolver pra “mim” não adoecer, né, pra “mim” não ficar estressada é você querer chegar mais neles, ficar um pouco mais amigas, mais amiga, né, mas na verdade não é nada agradável. Eu já pensei inclusive em mudar de profissão por várias vezes. Mas, assim [pausa], igual eu falei, eu tenho vinte anos agora no estado, como é que eu largo uma situação dessa de quase aposentadoria, né, então a gente tenta levar no dia a dia escolar da melhor maneira possível, mas que não é fácil, não é não [sic]” (Entrevistada 2, professora).

Este exemplo, assim como a Tabela 5, são exemplos de dificuldades e preocupações apontadas pelos respondentes como presentes no cotidiano destes profissionais ao lidar com situações de VE.

Essas queixas vão ao encontro com estudos da literatura, pois de acordo com Gasparini *et al.* (2005) em um estudo documental que analisou as condições de trabalho e de saúde dos professores, em Belo Horizonte - Minas Gerais, levantou diversas análises que corroboram com as queixas de serviços colocadas pelos respondentes. É exposto como as questões sociais e o papel do professor extrapolaram a sala de aula e essa relação tem grandes consequências se feito um olhar crítico sobre o cenário. O professor não tem o devido reconhecimento e nem a devida remuneração, o que acaba tornando um fardo as extensas cargas horárias de serviço e a preparação que o professor tem que manter sempre atualizada, esgotando esses profissionais. Os entrevistados também apontaram o fato de as salas terem grandes números de alunos o que por sua vez dificulta a transmissão de conhecimento e o controle das turmas. Os autores vão além trazendo vários dados em torno do assunto e correlacionam estes ao adoecimento físico e mental dos professores (Gasparini *et al.*, 2005).

Tabela 5 - Palavras chaves que caracterizam a resposta dos participantes quanto às dificuldades e preocupações para lidar com as situações de VE.

Dificuldades/preocupações para lidar com situações de VE	F
O professor tem que trabalhar em vários locais / É muita coisa no dia a dia / Correria / Falta tempo / Professor fica atarefado/Cansado/Esgotado/Sem energia	8
É difícil /É muito difícil / É complicado	4
Se eu me intrometer eu acabo levando também / Eu acabo apanhando / Se você entra numa situação dessa, acaba que pode piorar pro seu lado / A gente tem que separar e isso é um custo muito grande porque você vai apanhar	4
As leis atrapalham bastante, eles (alunos) podem tudo e a gente não pode nada / Se tiver meninas brigando, você não pode ir lá, você tem que pedir uma pessoa do sexo feminino, porque você pode ser acusado de assédio e tudo mais / Você não pode constranger o aluno	3
Os alunos não deixam você se aproximar / Se fecham / Não permitem aproximação	3
Falta de apoio/participação das famílias dos alunos	3
Ausência de retorno por parte da direção do que foi feito para resolver o problema / Infelizmente tem algumas situações que são tratadas com medidas disciplinares, exclusão da aula, ir pra direção, suspensão de aula	2
Sucateamento da escola / É complicado quando você tem uma turma grande e você precisar fazer um trabalho mais individualizado	2
Você nunca sabe o que está te esperando, que momento vai ter uma situação que foge ao controle / A gente não tem como prever	2
Necessidade do professor de cumprir o programa faz com que deixe de lado a questão social	1

Vale destacar que estas queixas citadas acima quando persistentes acabam agindo como estressores na vida dos professores levando, por exemplo, a síndrome de *burnout* como apontam Carlotto e Palazzo (2006). As autoras supracitadas, em seu estudo, relacionaram queixas semelhantes às apresentadas com as características do *burnout* como a exaustão emocional, diminuição da realização pessoal no trabalho e despersonalização. É importante frisar que o contexto das autoras e do presente estudo são diversos e diferentes entre si, contudo, há uma grande semelhança aos

aspectos relacionados ao cotidiano dos docentes. De forma complementar, esse entendimento também é compartilhado por Machado *et al.* (2015), ao destacar que nas últimas décadas tem sido possível observar um crescente número de professores que vêm abandonando sua profissão.

A fim de exemplificar essas queixas e dificuldades em relação à rotina, apontadas na literatura e nas palavras chaves do estudo, temos o trecho em que um docente apresenta as seguintes falas:

“É, no dia a dia da escola, das escolas, porque eu trabalho em outras escolas, todas elas públicas e a gente convive [pausa] sempre, né, com eventos de violência entre alunos, é de alunos com professores, com funcionários, né [sic]. (...) A escola fica meio que refém porque, é [pausa], ela não conta com muito apoio, tanto da parte do poder público quanto [pausa] da parte da família desse aluno envolvido, né, então é muito complicado, ou seja, eu acho que a escola acaba tendo que se virar sozinha, resolver o problema, né [sic]” (Entrevistado 1, professor).

Por último foi abordado se os professores se sentem preparados para lidar com as situações de violência escolar. Este aspecto foi separado em três subgrupos e apresentado na tabela, sendo eles: A) Relacionadas a estar preparado ou não; B) Formação (graduação e pós-graduação)/capacitação; C) Busca por informações/conhecimentos para lidar com a VE, como apresentado na Tabela 6.

Tabela 6 - Palavras-chaves e expressões relacionadas à preparação dos respondentes para lidar com a VE.

Não estar preparado para lidar com VE	F
Eu acho que eu não estou preparada / A gente nunca tá preparada / Não me sinto/ A gente não se sente preparada	7
Acho que a maioria também não está / Eu vejo que muita gente também despreparada / Acho que professor nenhum tá preparado / Ninguém está preparado	6
Por mais experiência que a gente tenha, não acho que eu esteja preparado / Pela experiência que eu tenho, com toda ela, eu acho que não	2
Para agir de forma preventiva acho que não	1
Os professores não tem muita habilidade para isso não	1
Estar preparado para lidar com VE	
Para o que eu vivo hoje, eu estou / A gente vem tentando resolver e tem conseguido	2
Algumas vezes sim	1
Diante de tantos anos de magistério e com a experiência a gente acaba tendo que aprender a administrar	1
Relacionadas à formação/capacitação (graduação e pós) dos respondentes	
A gente não fez faculdade pra isso / A gente não é treinado pra isso / Eu não tive preparação nenhuma	3
Na graduação não tem uma matéria que fala “violência na escola, como agir, como fazer” / Na graduação a gente não tem nenhum tipo de trabalho / O estágio é muito mais técnico, de o que desenvolver na sala de aula do que a parte comportamental	3
É muito pouco / Acho muito pouco, pela realidade que a gente tem hoje dentro das escolas	2
Eu tive um único contato com um capítulo, no meu mestrado, sobre violência escolar / Fiz a pós-graduação de currículo em prática educativa, não se abordou	2
Relacionadas à busca por informações/conhecimentos para lidar com a VE	
Eu tento me preparar / Tento através de leituras me capacitar para tais situações / Teoricamente a gente sempre busca	3
Tenho que aprender bastante ainda	1

A categoria mais predominante diz respeito aos professores não se sentirem preparados e acharem que a maioria dos professores também não está. Apesar de não podermos generalizar a regulamentação da pedagogia a todas as licenciaturas, temos que esse reflexo entra em concordância com a resposta dada para o item de capacitação profissional com relação ao *bullying*, que a predominância é de dizer que não se é preparado na graduação ou que existe a ausência de matérias que lhe preparem para situações de violência escolar. Esses dados são coincidentes com os explicitados pela pesquisa Silva e Bazon (2017), a qual aponta as limitações dos professores no conhecimento profundo sobre o fenômeno do *bullying* e as consequências negativas dessa lacuna na forma de atuação/manejo do *bullying* em sala de aula. Assim, apenas com a mudança das crenças acerca desse fenômeno por parte dos professores e aumento da compreensão sobre tal, serão possíveis organizações de estratégias eficazes para o combate do mesmo (Silva & Bazon, 2017).

Por fim, em resposta à última categoria, identificou-se que aqueles que buscam informações e conhecimento, fazem isso por meios acadêmicos e por leituras e que há uma tentativa de estar se preparando ao menos teoricamente para as situações. Devemos salientar a importância dos professores no âmbito escolar por terem maior influência e lidarem diretamente com os alunos. Porém, apesar disso, tais profissionais não estão qualificados para lidar com situações de VE, devido a falta de capacitação adequada relatada pelos mesmos na tabela 6. Portanto, fica claro que é necessária a inserção de preparações complementares e cursos para a capacitação desses professores para conseguirem lidar com esse tipo de situação.

Como exemplo, podemos citar o Viennese Social Competence (VISC), um programa que visa à prevenção da violência e do *bullying*, onde professores são treinados para lidar com VE e promover empatia entre os alunos. O modelo consiste em um treinamento sequencial, onde desenvolvedores do programa treinam formadores VISC, que por sua vez treinam professores que então trabalham com seus alunos (Schultes *et al.*, 2014). Professores são uma peça importante para a resolução e diminuição da violência escolar e é importante que, já que a graduação não os prepara para tal, esse tipo de programa seja mais amplamente divulgado, pesquisado e abordado nas escolas para que tais profissionais consigam agir e precaver tais situações.

7.4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Devido à estrutura da sociedade nos dias atuais, o fenômeno da violência tem se mostrado frequente, e, conseqüentemente, esse cenário também ocorre no meio escolar. O presente estudo se faz relevante enquanto maneira de investigar a visão dos professores/gestores, os impactos dessa realidade nos indivíduos que a vivenciam, assim como possíveis causas para essa.

A partir da perspectiva propiciada pelas entrevistas realizadas com os professores/gestores escolares, podemos apontar que, nesta escola do estudo, a violência se manifesta mais frequentemente de forma verbal/moral/psicológica, sendo considerada constante na realidade

da escola. Ainda, a família dos alunos aparece no discurso como o fator causal mais evidente contribuindo para esse fenômeno. Assim tornando os ambientes escolar e familiar contextos que estão ligados ao desenvolvimento, faz-se necessário que ambos se aproximem e se relacionem entre si em uma tentativa de contornar as situações de violência na escola. Polonia e Dessen (2005) apontam para a necessidade de se promover uma integração mais efetiva entre família e escola, enfatizando que uma boa relação entre esses dois contextos pode aumentar as condições de um melhor desenvolvimento da criança.

Apesar de alguns professores apontarem que buscam a capacitação teórica, mesmo fora da graduação, estes atribuem o despreparo para enfrentar a realidade da violência escolar a sua formação, que foi citada como insuficiente quanto a abordagem relacionada a temas psicológicos. Citam, ainda, a exaustiva rotina que é atribuída ao professor, como um dos fatores de impacto para perpetuar a violência, uma vez que eles se sentem sobrecarregados e desvalorizados quanto a sua profissão e, com isso, por vezes, podem se omitir diante das situações de problemas escolares. Nesse sentido, seria importante que fossem ofertados aos professores, capacitações mais específicas sobre o tema da violência escolar e fossem realizados grupos de conversa para a troca de experiências e ajuda mútua.

É importante ressaltar que o estudo se valeu de uma amostra reduzida e específica ao contexto da escola observada, contudo, esses dados reforçam a importância do tema da violência escolar, assim como contribuem para o conhecimento de uma realidade cada vez mais presente no contexto nacional. Espera-se, com esse trabalho, conseguir motivar a exploração de formas de intervenção sob essa esfera da violência, capacitando profissionais de modo que estes possam lidar e prevenir possíveis expressões desse fenômeno, além de conscientizar a sociedade acerca do assunto.

REFERÊNCIAS

- Abramovay, M. (2012). *Conversando sobre violência e convivência nas escolas*. FLACSO. ISBN: 978-85-60379-09-5.
- APHA. (2018). American Public Health Association *Violence is a Public Health Issue: Public Health is Essential to Understanding and Treating Violence in the U.S.*
- Bardin, L. (2016). *Análise de conteúdo*. Edições 70.
- Carlotto, M. S., & Palazzo, L. S. (2006). Síndrome de burnout e fatores associados: um estudo epidemiológico com professores. *Cadernos de Saúde Pública*. 22(5), 1017–1026.
- Chripino, Á. (2007). Gestão do conflito escolar: da classificação dos conflitos aos modelos de mediação. *Ensaio: aval. pol. públ. Educ.*, V. 15 (54), p.p. 11–28.

- Coelho, M. T. B. F. (2016). Bullying escolar: revisão sistemática da literatura do período de 2009 a 2014. *Revista Psicopedagogia*, V. 33 (102), p.p. 319–330.
- Cozby, P. C. (2003). *Métodos de pesquisa em ciências do comportamento* (Gomide, PIC., & Otta, E., Trad.). p.250. Atlas.
- David-Ferdon C., & Simon TR. (2014). *Preventing Youth Violence: Opportunities for Action*. National Center for Injury Prevention and Control, Centers for Disease Control and Prevention.
- Fernandes, E, Henriques, S, Mendes, S, & Ribeiro, E. (2016). Bullying: Conhecer para Prevenir. *Millenium- Journal of Education, Technologies, and Health*, V. 49. p.p. 77–89.
- Gasparini, S. M., Barreto, S. M., & Assunção, A. A. (2005). O professor, as condições de trabalho e os efeitos sobre sua saúde. *Educação e Pesquisa*, V. 31 (2), p.p. 189–199. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1517-97022005000200003>.
- Harris, S., & Petrie, G. (2002). A study of bullying in the middle school. *NASSP Bulletin*, V. 86, 42–53. DOI: <https://doi.org/10.1177%2F019263650208663304>
- Krug, E. G., Dahlberg, L. L., Mercy, J. A., Zwi, A. B., & Lozano, R. (2002). *World report on violence and health*. p. 5. World Health Organization.
- Lisboa, C., & Ebert, G. (2012). Violência na escola - reflexão sobre as causas e propostas de ações preventivas e focais, p.p. 190-202. In Habigzng, L. F, & Koller, S. H. (Orgs.). (2012). *Violência contra crianças e adolescentes - teoria, pesquisa e prática*. Artmed.
- Machado, F., & Machado, M. (2012). Prevenção da Violência Escolar In Neves, F. (Org). *Intervenção Psicológica e Social com Vítimas*. Almedina.
- Machado, V. R., Boechat, I. T., & Santos M. F. R. (2015). *Síndrome de Burnout: uma reflexão sobre a saúde mental do educador*. Transformar, V. 7. p.p. 257–272.
- Matos, M. G., Simões, C., Gaspar, T., Negreiros, J., & Baptista, M. I. M. (2010). *Violência em contexto escolar*. In Ministério da Educação de Portugal, Direção geral de inovação e de desenvolvimento curricular.
- Oliveira, W. A., Silva, J. L., Fernandez, J. E. R., Santos, M. A., Caravita, S. C. S., & Silva, M. A. I. (2020). As interações familiares e o envolvimento de adolescentes em situações de bullying numa perspectiva bioecológica. *Estudos de Psicologia*. Campinas. V. 37, e180094. E-pub em 05 de dezembro de 2019. DOI: <https://doi.org/10.1590/1982-0275202037e180094>.
- Pereira, A. (2003). *Violência nas escolas: visão de professores do Ensino Fundamental sobre esta questão* [Dissertação de Mestrado]. Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, pp. 114. DOI: <https://doi.org/10.11606/D.22.2003.tde-21052004-142723>.

- Peres, M. F. T., Ruott, C., Vicentin, D., Almeida, J. F. & Freitas, T. V. (2010). Avaliação de programas de prevenção da violência: um estudo de caso no Brasil. *Rev. Bras. Adolescência e Conflitualidade*, V. 2. p.p. 58–71. DOI: <https://doi.org/10.17921/2176-5626.n2p%25p>.
- Pişkin, M., Atik, G., Çinkır, Ş., Öğülmüş, S., Babadoğan, C., & Çokluk, Ö. (2014). The development and validation of the teacher violence scale. *Eurasian Journal of Educational Research*, V. 56 (3), p.p. 69–88. DOI: <https://doi.org/10.14689/ejer.2014.56.3>.
- Polonia, A. D. C., & Dessen, M. A. (2005). Em busca de uma compreensão das relações entre família e escola. *Psicologia Escolar e Educacional*, V. 9 (2), p.p. 303–312. DOI: <https://dx.doi.org/10.1590/S1413-85572005000200012>.
- Ribeiro, J. L. P. (2010). *Investigação e Avaliação em Psicologia e Saúde*. (2a ed.). p.p. 58-59. Placebo.
- Schultes, M. T., Stefanek, E., Strohmeier, D., Schoot, R. van de, & Spiel, C. (2014). Measuring Implementation of a School-Based Violence Prevention Program. Fidelity and Teachers' Responsiveness as Predictors of Proximal Outcomes. *Zeitschrift fur Psychologie*, V. 222 (1), p.p. 49–57. DOI: <https://doi.org/10.1027/2151-2604/a000165>.
- Souza, M. C., Araújo, B., & Pereira, B. (2016). Bullying, autoestima e suporte social, que relação? In Pereira, B., Barbosa, A. J. G., & Lourenço, L. M. (Orgs). *Estudos sobre bullying: família, escola e atores*. p.p 163-178. CRV.
- Senra, L. X. (2012). *Associação entre violência doméstica e bullying em adolescentes da rede pública municipal de Juiz de fora* [Dissertação de mestrado]. Programa de pós-graduação em psicologia - UFJF.
- Senra, L. X. (2016). *Construção, validação e normatização da bateria de escalas de violência escolar – BEVESCO*. [Tese de doutorado]. Programa de pós-graduação em psicologia - UFJF.
- Senra, L. X., Lourenço, L. M., & Baptista, M. N. (2015). Concepções e dimensões da violência escolar, In Lourenço, L. M, & Senra, L. X. (Orgs). *Violência e agressividade: Perspectivas psicossociais e educacionais*. Curitiba: Juruá.
- Silva, J. L., & Bazon, M. R. (2017). Prevenção e enfrentamento do bullying: o papel de professores. *Revista Educação Especial*, V. 30 (59), p.p. 615–628. DOI: <https://doi.org/10.5902/1984686X28082>.
- Silva, J. L., Oliveira, W. A., Mello, F. C. M., Andrade, L. S., Bazon, M. R., & Silva, M. A. I. (2017). Revisão sistemática da literatura sobre intervenções antibullying em escolas. *Ciência & Saúde Coletiva*, V. 22 (7), 2329–2340. DOI: <https://doi.org/10.1590/1413-81232017227.16242015>.
- Stelko-Pereira, A. C., & Williams, L. C. A. (2010). Reflexões sobre o conceito de violência escolar e a busca por uma definição abrangente. *Temas em psicologia*, V. 18 (1), 41–52.

- Stroppa, T. V. S. (2017). *Violência escolar: elaboração, implementação e avaliação de um programa de intervenção* [Dissertação de mestrado]. Programa de pós-graduação em psicologia - UFJF.
- Williams-Evans, S. A., & Myers, J. S. (2004). Adolescent violence. *The Association of Black Nursing Faculty in Higher Education Journal*, 15(2), 31–34.
- Yamane, N. T. (2020). Violência escolar: fatores ocasionadores e suas consequências no trabalho docente. *Revista Psicologia & Saberes*, V. 9 (19), 283-265.

AGRADECIMENTOS

Este trabalho contou com o apoio da PROEXT (Programa de Apoio à Extensão Universitária MEC/SESu), Pró-Reitoria de Extensão – UFJF e da CAPES para financiamentos de pesquisa e bolsas de estudo.

BATERIA DE ESCALAS DE VIOLÊNCIA ESCOLAR - BEVESCO: PROCEDIMENTOS DE CONSTRUÇÃO E ESTUDOS PSICOMÉTRICOS PRELIMINARES

LUCIANA XAVIER SENRA

THIAGO VIRGÍLIO DA SILVA STROPPA

LELIO MOURA LOURENÇO

MAKILIM NUNES BAPTISTA

8.1 VIOLÊNCIA ESCOLAR:

PANORAMA CONCEITUAL, PREVALÊNCIA E RASTREIO

A violência escolar, entendida como violência interpessoal, abrange atos de violência (eventuais e/ou constantes) entre jovens e demais atores do ambiente educacional. As condutas são intencionais e expressas nas formas psicológica, física e sexual (inclusive estupro). Isto é, em ameaças, coação de comportamentos, xingamento, chantagem, socos, uso de objetos para ferir, depreciação da imagem corporal, gestos libidinosos, coerção à nudez e relação sexual não consentida. Envolve privação, negligência ao auto cuidado, à mobilidade e ao acesso às formas de defesa ou proteção; ataques físicos ou morais presenciais e virtuais por indivíduos estranhos (ou não); danos institucionais, ambientais e ao patrimônio da escola, tais como pichações e quebra da infraestrutura (Fernandes & Yunes, 2015; Habigzang *et al.*, 2011; Krug *et al.*, 2002).

De acordo com o referencial teórico ecológico (Bronfenbrenner, 1996), a violência escolar consiste em um padrão sócio cognitivo e emocional intencionais de condutas que expressam múltiplas formas de crenças, atitudes e condutas agressivas, cruéis e negligentes, por parte de alunos, professores e demais atores do ambiente escolar. Implica níveis individuais, familiares, institucionais, sociais e ambientais, os quais se articulam potencializando ou moderando as citadas formas de manifestações no contexto das relações sociais e educacionais.

Abramovay e Rua (2002), Abramovay (2015) e as Pesquisas Nacionais da Saúde do estudante-PeNSE (2012, 2016) destacaram a necessidade de conceber a violência escolar mais abrangente do

que a perpetração de agressões entre pares, haja vista a violência nas famílias e/ou comunidade com repercussão na vida escolar de crianças e adolescentes, ao patrimônio, nos atentados contra os professores e funcionários da escola, os quais suscitam a motivação, por exemplo, para o abandono da carreira docente.

Não obstante, o UNICEF (2018) divulgou dados alarmantes acerca da violência escolar. No documento, a faixa etária dos 13 aos 15 anos é a de maior prevalência de violência, dentro e/ou fora da escola, presencial ou virtualmente, envolvendo ou não, outros atores do contexto escolar. Os dados endossam a urgência de ações frente ao fenômeno, tal como a de coletar dados melhores sobre a violência contra crianças e adolescentes dentro e no entorno das escolas. Ademais, sustenta e justifica a necessidade de instrumentos que rastreiem a gravidade das violências na escola.

No Brasil, os instrumentos para rastreio de agressões na escola são: (a) *Bullying Questionnaire* de Olweus (1989, 1993, 1996) traduzido para o português de Portugal por Pereira e Tomás (1994) e adaptado para o Brasil por Barbosa (2010). O questionário possui 42 itens distribuídos em quatro blocos: (1) caracterização sociodemográfica; (2) identificação da vitimização; (3) atuação como agressor; e (4) identificação do testemunho das agressões e de possíveis estratégias de intervenção a partir da percepção dos alunos. O questionário é de autorrelato dirigido a crianças e adolescentes. Opções de repostas dicotômicas, possibilidade de assinalar mais de uma opção e questões abertas. Entre as questões objetivas, há aquelas de conotação negativa e afirmativa; e as que se alternam entre o rastreio de condutas e de percepções sobre violência praticada, sofrida e assistida.

Os autores do Questionário de Olweus para o Brasil sugerem algumas prováveis limitações do instrumento. Isto é, a tendência em alternar tipologia de itens (afirmativos e negativos); a menção de condutas e cognições (percepção e crenças) sobre a agressão entre pares, o que pode incidir em viés de resposta do participante, visto que ele pode expor diferentes possibilidades em relação à agressão na escola. Ademais, por investigar características do espaço de lazer e de atividades físicas visando delinear intervenção, pode também incidir em algum distrator capaz de omitir as situações de violência nestes contextos.

Outro instrumento é o (b) *School Vitimization Scale-SVS*, traduzido e adaptado no Brasil por Tynes *et al.* (2010) e revisado por Stelko-Pereira e Williams (2013). É uma escala de autorrelato direcionada a adolescentes e com quatro dimensões: (a) a frequência de vitimização, com $\alpha=0.85$; (b) a severidade da agressão sofrida; com $\alpha=0.78$; (c) o conhecimento sobre a situação de vitimização ($\alpha=0.96$); e (d) as condutas de risco, como abuso de substâncias e posse de armas ($\alpha=0.89$). A escala contempla apenas a situação de vitimização e é direcionada para estratégia de intervenção. Ou seja, rastreia as formas de vitimização dos envolvidos (violência física, psicológica etc.), e identifica as percepções que possuem para resolução do problema (Stelko-Pereira & Williams, 2013).

O *Scan Bullying* traduzido e adaptado para o Brasil por Almeida *et al.* (2001), é um instrumento projetivo com narrativa gráfica para avaliar cognições e expectativas sobre situações individuais de vitimização por *bullying*. Com versões masculina e feminina para crianças e adolescentes, dispõe de

15 cartões com ilustrações de situações neutras e de vitimização, as quais visam avaliar atitudes, sentimentos e expectativas frente ao *bullying*.

O fenômeno da violência escolar é complexo, tal como sinalizado pelo referencial teórico. A complexidade estende-se à tentativa de mensurá-lo em razão da difícil tarefa de medir atributos individuais e coletivos inerentes à violência. Contudo, essa complexidade justifica a importância da continuidade de estudos que visem fornecer dados sistematizados e contemplar a multidimensionalidade do fenômeno, abrangendo a expressão em ambiente virtual, visto que já é principal causa de vitimização de adolescentes por violência no mundo (UNICEF, 2018).

Especificamente no Brasil, que é o segundo país de maior prevalência de violência contra adolescentes em idade escolar, principalmente na modalidade virtual, os estudos são urgentes (UNICEF, 2018). Ao relatar os procedimentos de construção e os estudos psicométricos preliminares da Bateria de Escalas de Violência Escolar–BEVESCO, pretende-se apresentar um instrumento com características regionais brasileiras e investigação do fenômeno que acomete a escola e se estende a relações de ambiente virtual dos estudantes. Pretende-se oferecer também alguns subsídios da psicomетria e teoria clássica dos testes para a aplicabilidade da avaliação de demandas decorrentes da violência no âmbito educacional interessante às políticas públicas e às estratégias de combate e prevenção deste fenômeno.

8.2 ESTRATÉGIA DE PESQUISA, PROCEDIMENTOS E PERCURSO METODOLÓGICO

O estudo consistiu em um delineamento transversal com abordagem quantitativa para análises psicométricas preliminares da Bateria de Escalas de Violência Escolar-BEVESCO. Inicialmente, foi realizada uma revisão sistemática da literatura para apurar a definição do constructo e levantar instrumentos de rastreio da violência escolar. Na sequência, foram empregados os procedimentos de construção da BEVESCO e o estudo empírico para estudo preliminar das características psicométricas. Esses procedimentos envolveram: (a) análise do marco teórico para elaboração dos itens, estruturação da escala e delimitação do público alvo; (b) a avaliação da escala por cinco juízes especialistas em violência escolar e procedimentos de construção de instrumentos psicométricos; (c) estudo piloto para verificar a compreensão do construto e do instrumento preliminar por parte do público alvo; (d) análise de conteúdo da apreciação dos peritos especialistas e da compreensão do público alvo para aprimoramento dos itens e da estrutura da escala; e (e) pesquisa empírica com amostragem não probabilística obtida por saturação para obtenção das características psicométricas da escala elaborada - BEVESCO. A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa-CEP com Seres Humanos sob parecer nº 511.431, CAAE 23016913.5.0000.5147.

8.3 INSTRUMENTOS

Os instrumentos utilizados foram: (a) o questionário de caracterização sociodemográfica e histórico estudantil; e a (b) Bateria de Escalas de Violência Escolar-BEVESCO elaborada. O questionário sociodemográfico e de histórico estudantil pautou-se nos critérios do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE (grupo étnico, gênero, composição familiar, renda); do censo escolar, que investiga se houve repetição de ano letivo, prática e tipo de atividade extraclasse; e da Pesquisa Nacional do Estudante-PeNSE (2016), que investiga a pertença a grupos e uso de substâncias psicoativas. Essa composição de caracterização sociodemográfica se justificou pela referência da literatura sobre violência de atrelar a investigação do fenômeno com possíveis associações a essas variáveis.

A construção da BEVESCO envolveu um grupo de estudiosos sobre violência escolar, os quais, em um período de três meses, em reuniões semanais, realizaram um levantamento das definições e características da violência com suas respectivas tipologias de expressão e impactos na vida das vítimas. Com este estudo e pautados na definição de violência escolar da Organização Mundial da Saúde (OMS), Krug *et al.*, (2002) verificaram a compreensão consensual da intencionalidade como o elemento importante ao entendimento de condutas agressivas e violentas de indivíduos e grupos contra outros em relação social e interpessoal familiar, comunitária, institucional e virtual.

Essa referência permitiu a elaboração de 15 itens de cada tipologia da violência, isto é, física, verbal, moral, psicológica, sexual, patrimonial e virtual; porém, 11 itens para a violência institucional, dado que estes abarcavam a descrição desta tipologia. Ressalta-se que, cada grupo, de 15 e de 11 itens por modalidade de violência expressavam vitimização, perpetração e testemunho destas formas em contexto educacional. Esse procedimento permitiu compor uma escala com total de 116 itens, os quais foram situados na ocorrência do último ano letivo cursado pelo estudante e em relação à frequência com que aconteciam em escala tipo *Likert* de quatro pontos (nunca, poucas vezes, muitas vezes, sempre).

A versão elaborada (116 itens) foi avaliada por cinco peritos especialistas no tema violência e em avaliação psicológica. A avaliação por parte desses peritos visou classificar os itens em adequados ou inadequados conforme as definições e tipologia de violência, fornecidas pela revisão de literatura e referencial teórico adotado no estudo. Quando sinalizados como inadequados, os itens foram classificados como confusos, repetitivos ou inapropriados por não corresponderem às definições e tipologia de violência que caracterizam a violência escolar por vitimização, perpetração e/ou observação adotada. Por meio desse critério, quando a avaliação de pelo menos três dos cinco peritos era de inadequação, os itens eram excluídos.

Em concomitância à avaliação por peritos especialistas, foi realizado um estudo piloto. Esse estudo visou identificar como o conteúdo dos itens era compreendido pelo público alvo. Este estudo alocou 182 estudantes de ambos os sexos e com faixa etária dos 12 aos 17 anos, alunos de escolas pública e privada de municípios de pequeno e médio portes da Zona da Mata de Minas Gerais, Brasil. As respostas ao estudo piloto possibilitou um levantamento dos itens considerados confusos,

repetitivos e/ou não respondidos por parte do público alvo. Os itens confusos foram reformulados; os considerados repetitivos e/ou não respondidos por mais de 50% dos respondentes, excluídos. A apreciação dos estudantes associada a avaliação dos peritos especialistas consistiu no critério de exclusão adotado para ajustamento da escala inicialmente elaborada. Foram excluídos 24 dos 116 itens da versão preliminar e a BEVESCO passou a conter 92 itens, versão submetida ao estudo empírico relatado neste texto.

A versão rastreava violência escolar nas modalidades física, verbal, moral, psicológica, sexual, patrimonial, institucional e virtual em situação de vitimização, perpetração e observação dessas tipologias considerando o último ano letivo e a frequência de ocorrência dos atos. Nesta configuração do instrumento, os itens foram distribuídos de forma aleatória quanto à vitimização, perpetração e observação. O instrumento é de autorrelato e traz no cabeçalho a afirmação “No último ano...”, a qual é completada pelo item sobre a modalidade de violência sofrida, praticada e/ou observada. A frequência dos atos é assinalada através dos termos “nunca”, “poucas vezes”, “muitas vezes” ou “sempre”. A coleta de dados foi conduzida por pesquisadores treinados, com duração de aproximadamente 25 minutos em horário letivo e nas salas de aulas das escolas públicas e privadas parceiras do estudo. Os estudantes receberam instruções acerca da participação voluntária na pesquisa e de como responderiam ao instrumento.

8.4 PARTICIPANTES

O total de 1178 estudantes entre os 12 e os 17 anos de idade (MD=14.4; DP=1.2 anos), de ambos os sexos (44.7% masculino e 47.2% feminino) e matriculados em escolas da rede pública municipal 24.3% (286), estadual 61.5% (725) e privada 14.2% (167) de municípios da Zona da Mata de Minas Gerais, Brasil, participaram voluntariamente do estudo assinando um termo de assentimento após a autorização dos pais via assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), conforme as diretrizes éticas para pesquisa com seres humanos (Resolução 466, 2012).

Referente ao grupo étnico, 17.8% (210) se autodeclararam negros, 41.9% (493) brancos, 33,8% (398) pardos, 5.5% (65) amarelos e/ou indígenas e 1% (12) não emitiu resposta. No que tange a variável religião, 51,4% (606) se declararam católicos, 33,3% (392) disseram-se evangélicos, 2,8% (33) relataram ser espíritas, 2,4% (28) mencionaram outras religiões (Budismo, Candomblé, Umbanda) e 10,1% (109) afirmaram não possuir religião. Em relação ao histórico escolar, 28,2% (330) relataram ter repetido pelo menos uma vez um ano letivo e 57.9% (678) declararam prática de alguma atividade extracurricular, sendo a mais frequente o futebol, citada por 28,6% (325) dos respondentes. Sobre a composição familiar, 50.4% (594) disseram morar com os pais e irmãos; já em consideração ao contexto social dos estudantes, 34.4% (404) evidenciou a pertença a algum grupo como, por exemplo, gangues e/ou “bondes” (7.6%). Dentre os que afirmaram ter experimentado e/ou fazer uso de alguma substância psicoativa, 30.3% (357) mencionou o consumo de álcool, maconha, “loló”, cocaína e crack.

8.5 ANÁLISES DE DADOS

Foram utilizados os *softwares* SPSS versão 23 e o *R* versão 3.2.4. Com o SPSS foi realizada a descrição do perfil da amostra e a análise exploratória da escala para identificação e escolha do melhor método de extração dos fatores. Isto permitiu verificar a análise dos componentes principais (ACP) como o melhor procedimento para a redução dos dados pautada em uma matriz de correlação. Esse procedimento baseou-se no número considerável de variáveis, no tamanho da amostra, na adoção do método *Oblimin* de rotação fixada em 0.40 e uso do teste *Kaiser-Meyer-Olkin-KMO* para diagnóstico da homogeneidade na obtenção de estrutura fatorial simples mais convincente e melhor interpretável se comparada a solução ortogonal. Ressalta-se que esta carga fatorial é interpretada como uma medida de relação única entre a variável e o fator (Hongyu *et al.*, 2015; Pasquali, 2012; Urbina, 2007).

Após a análise exploratória da versão com 92 itens, estes foram agrupados conforme a atuação em violência escolar (vítima, perpetrador e observador), para a aplicação do método de Análise dos Componentes Principais-ACP. Essa decisão foi tomada em relação a amostra total, obtida por saturação, e por se demonstrar a mais apropriada para o desenvolvimento de subescalas mais consistentes comparadas à versão inicial unificada com 92 itens (Pasquali, 2009, 2012).

Visando a ACP propriamente dita, foram feitas análises paralelas com uso do software *R* na versão 3.2.4, o qual permite análises para variáveis policóricas e a obtenção de índices de confirmação de indicadores da adequação da estrutura da BEVESCO encontrada com base na amostra deste estudo. Por meio dessas estratégias a versão unificada passou às subescalas conforme a atuação (vitimização, perpetração e observação), as quais agruparam itens com carga igual ou superior à .à 0.40. Com a exclusão dos itens que não alcançaram a esta carga, a BEVESCO passou à 58 itens. Os coeficientes de consistência interna foram calculados por meio do alfa de *Cronbach* para a análise de precisão. Para comparação de médias, foram empregados o teste *t* de Student e ANOVA.

8.6 BATERIA DE ESCALAS DE VIOLÊNCIA ESCOLAR-BEVESCO: PROCEDIMENTOS DE CONSTRUÇÃO E ESTUDOS PSICOMÉTRICOS PRELIMINARES

A BEVESCO consiste em uma bateria de três escalas que identifica as situações e as formas de atuação em violência escolar. O instrumento agrupa itens sobre violência física, verbal, moral, psicológica, sexual, patrimonial, institucional e virtual avaliados em escala tipo *Likert* de quatro pontos nas versões Vítima; Perpetrador e Observador. As características psicométricas preliminares dessas subescalas da BEVESCO foram obtidas por meio da Análise dos Componentes Principais-ACP com método *Oblimin* de rotação fixada em 0.40 e uso do teste *Kaiser-Meyer-Olkin-KMO*, e os coeficientes de confiabilidade calculados por meio do alfa de *Cronbach*. Esses dados são apresentados em três subseções. A comparação de médias é apresentada em uma quarta e última seção da apresentação dos resultados.

I BEVESCO-VÍTIMA

Essa versão rastreia vitimização dos envolvidos em violência em dois componentes: (A) identifica violência psicológica e danos morais, e possui 12 itens, que descrevem humilhação, depreciação da imagem pessoal, uso de expressões pejorativas, falsa acusação, ofensas, ameaças presenciais ou virtuais. O componente (B) possui 10 itens, rastreia assédio sexual, ameaça e violência física. (Tabela 1).

Tabela 1 - Matriz estrutural da BEVESCO Vítima

Item		Componentes		h ²
		A	B	
1	Sou humilhado por outro(s) aluno(s).	.742		1.000
2	Pessoas da minha escola me criticam.	.721		1.000
3	Fui ofendido por outro(s) aluno(s) por meio de mensagens de celular (SMS, MMS).	.641		1.000
4	Outros alunos fazem brincadeiras maldosas comigo.	.761		1.000
5	Sou acusado falsamente de alguma coisa por outros alunos.	.621		1.000
6	Alunos jogam coisas em mim para machucar.	.634		1.000
7	Pessoas da minha escola riem de mim.	.748		1.000
8	Sou excluído por outros alunos da minha escola.	.661		1.000
9	Xingaram meus amigos e meus familiares na escola.	.574		1.000
10	Sou ameaçado por outro(s) aluno(s).	.683		1.000
11	Fui ofendido por outro(s) aluno(s) por meio de mensagens pela internet (Facebook, Messenger, outras redes sociais).	.636	.446	1.000
12	Aluno(s) espalha(m) mentira(s) sobre sexo sobre mim na minha escola.	.512		1.000
13	Funcionário(s), professor(es) e/ou diretor(es) me batem.		.499	1.000
14	Fui obrigado a fazer sexo com funcionário(s), professor(es) e/ou diretor(es).		.698	1.000
15	Fui obrigado a fazer sexo com outro aluno na escola.		.533	1.000
16	Recebo telefonemas de funcionário(s), professor(es) e/ou diretor(es) falando sobre sexo.		.799	1.000
17	Fui obrigado a ver revistas ou sites de sexo na escola (mulheres e homens pelados).		.789	1.000
18	Fui obrigado a ficar com quem eu não queria (beijar na boca e/ou namorar).		.567	1.000
19	Tentaram me enforcar e/ou me enforcaram na escola.		.603	1.000
20	Tentaram me queimar na escola (cigarro e/ou isqueiro).		.633	1.000
21	Funcionário(s), professor(es) e/ou diretor(es) cochicham no meu ouvido coisas sobre sexo.		.683	1.000
22	Funcionário(s), professor(es) e/ou diretor(es) me ameaçam e me chantageiam		.630	1.000

Método de extração: Análise dos Componentes Principais.

Método de Rotação: *Oblimin* com Homogeneidade KMO

h² Comunalidades

O KMO foi de 0.912 ao nível de significância 0.001, variância explicada de 30.1% para o componente A e 14.8% para B, e, para ambos, 44.9%. Destaca-se que pela análise paralela foram

forçados dois fatores para obter a matriz estrutural. O coeficiente de confiabilidade pelo *alpha de Cronbach*, sendo $\alpha=0.88$ para A e $\alpha=0.84$ para o B.

II BEVESCO-PERPETRADOR

Essa subescala foi obtida por análise paralela e ACP, com carga fatorial mínima fixada em 0.40 (método *Oblimin* com homogeneidade de KMO). Com 19 itens e um único componente: agressões verbais, físicas e morais, danos patrimoniais e pessoais; rastreia depreciação; empurrões, socos e chutes; humilhação, ofensas sexuais, gritos, xingamentos; roubo ou destruição de objetos (Tabela 2).

Tabela 2 - Matriz estrutural da BEVESCO Perpetrador

Item		Componentes	
		A	<u>h²</u>
1	Briguei com outro(s) aluno(s).	.418	1.000
2	Quebrei objetos/materiais da escola de propósito (computador, lixeira, janela, entre outros).	.709	1.000
3	Bato e/ou ajudo a bater em outro(s) aluno(s).	.686	1.000
4	Jogo objetos de propósito no(s) funcionário(s), professor(es) e/ou diretor(es) (caneta, cadeira, bolinha de papel, entre outros).	.617	1.000
5	Pego objetos/materiais de outra(s) pessoa(s) da escola sem permissão.	.539	1.000
6	Grito, xingo e/ou humilhação funcionário(s), professor(es) e/ou diretor(es) na escola.	.509	1.000
7	Jogo objetos de propósito em outro(s) aluno(s) (caneta, caderno, lixeira, entre outros).	.617	1.000
8	Estraguei objetos/materiais pessoal de funcionário(s), professor(es) e/ou diretor(es) (carro, bolsa, notebook, entre outros).	.490	1.000
9	Obriguei um aluno a mostrar partes do corpo que ele não queria (seio e/ou órgãos genitais).	.473	1.000
10	Escondi objetos/materiais de uso pessoal de funcionário(s), professor(es) e/ou diretor(es) (bolsa, <i>tablet</i> , celular, entre outros).	.445	1.000
11	Faço brincadeiras maldosas com funcionário(s), professor(es) e/ou diretor(es).	.639	1.000
12	Participo de grupos de alunos para machucar outro(s) aluno(s) (fazendo "banda", "corredor polonês").	.587	1.000
13	Ameaço e chantagem funcionário(s), professor(es) e/ou diretor(es) na escola.	.546	1.000
14	Maltrato funcionário(s), professor(es) e/ou diretor(es) da minha escola.	.474	1.000
15	Bati em colegas da minha escola para me defender.	.470	1.000
16	Roubo objetos/materiais da escola (computador, livro, apagador de giz, entre outros).	.502	1.000
17	Obriguei aluno(s) a ver(em) revistas ou sites de sexo (mulheres e homens pelados).	.577	1.000
18	Faço piadas maldosas com outro(s) aluno(s).	.651	1.000
19	Faço brincadeiras maldosas com outro(s) aluno(s).	.696	1.000

h² comunalidades

A BEVESCO-Perpetrador teve KMO de 0.88 ao nível de significância 0.001 e variância explicada de 31,6%. A análise paralela foi empregada para obtenção da matriz estrutural. O coeficiente de confiabilidade foi dado por *alpha de Cronbach*, com $\alpha=0.85$.

III BEVESCO-OBSERVADOR

A versão Observador possui dois componentes: (A) danos patrimoniais institucionais e pessoais, e coação. Esse componente tem 12 itens que identificam a observação e testemunho de danos ao patrimônio institucional e pessoal, de agressões verbais e físicas e de ameaças e coação de professores, funcionários e alunos. O componente (B) *cyber* agressões, com 5 itens, rastreia observação e testemunho de mensagens com conteúdo agressivo, ofensivo, depreciativo e humilhante para professores, funcionários e alunos. As características foram obtidas com ACP e análise paralela, forçando os dois fatores para obtenção da matriz estrutural com rotação fixada em 0.40 (Tabela 3).

Tabela 3 - Matriz estrutural da BEVESCO Observador

Item		Componentes		h^2
		A	B	
1	Vejo grupo de alunos se juntarem para machucar outro(s) aluno(s) (fazendo "banda"/"corredor polonês").	.528		1.000
2	Funcionário(s), professor(es) e/ou diretor(es) brigam entre eles (discutem, ameaçam, xingam e/ou gritam).	.525		1.000
3	Aluno(s), funcionário(s), professor(es) e/ou diretor(es) são roubados na minha escola.	.522		1.000
4	Vejo outro(s) aluno(s) quebrando objetos/materiais da escola (computador, lixeira, janela, entre outros).	.573		1.000
5	Vejo alunos jogarem objetos (caneta, cadeira, bolinha de papel, entre outros) de propósito em funcionário(s), professor(es) e/ou diretor(es).	.553		1.000
6	Estragaram materiais da escola (computador, portas, carteiras, entre outros).	.554		1.000
7	Picharam e quebraram vidros, paredes e muros da escola.	.607		1.000
8	Alunos da minha escola brincam de forma violenta e agressiva.	.581		1.000
9	Funcionário(s), professor(es) e/ou diretor(es) ameaçam, xingam e/ou chantageiam aluno(s).	.589		1.000
10	Professores ameaçam, xingam e/ou gritam com outros alunos.	.657		1.000
11	Vejo alunos batendo e/ou ajudando a bater em outro(s) aluno(s).	.573		1.000
12	Alunos batem em pessoas da escola.	.451		1,000
13	Aluno(s) envia(m) mensagens pela internet ou celular me humilhando e/ou falando mentiras sobre mim.		.471	1.000
14	Vejo aluno(s) enviar(em) mensagens de celular (SMS, MMS) para ofender funcionário(s), professor(es) e/ou diretor(es).		.758	1.000
15	Aluno(s) envia(m) mensagens de celular (SMS, MMS) para ofender outro(s) aluno(s).		.785	1.000
16	Alunos enviam mensagens pela internet (<i>Facebook</i> , <i>Messenger</i> , outras redes sociais) para ofender outros alunos.		.674	1.000
17	Aluno(s) envia(m) mensagens pela internet para ofender funcionário(s), professor(es) e/ou diretor(es) (<i>Facebook</i> , <i>Messenger</i> , outras redes sociais).		.691	1.000

Método de extração: Análise dos componentes principais.

Método de rotação: *Oblimin* com homogeneidade de KMOa

a. Rotation converged in 5 iterations.

h2 Comunalidades

O KMO para a BEVESCO-Observador foi de 0.897 ao nível de significância 0.001, com variância explicada para o componente A de 31,3% e para o componente B de 8,3%, sendo a variância total de 39,6%. A partir da análise paralela, assim como para as outras duas subescalas, foram forçados os dois fatores para obtenção da matriz estrutural. O coeficiente de confiabilidade também foi representado por meio do *alpha de Cronbach*, sendo $\alpha=0.83$ para o componente A e de $\alpha=0.74$ para o componente B.

Após os procedimentos das análises paralelas e análise dos componentes principais para obtenção da matriz estrutural do instrumento em subescalas conforme a atuação em violência (vítima, perpetrador e observador), os itens com carga fatorial abaixo de 0.40 foram excluídos e os demais reordenados em conformidade com os componentes. Isto é, os itens foram organizados de forma que as sentenças com estrutura frasal semelhante não ficassem em sequência, evitando, assim, a compreensão imediata que os itens possam estar repetidos e não careçam de serem respondidos. Em seguida, os itens receberam nova numeração dando origem à Bateria de Escalas de Violência Escolar-BEVESCO com o total de 58 itens.

8.7 COMPARAÇÃO DE MÉDIAS

A fim de verificar diferenças de respostas aos instrumentos entre as variáveis, foram empregados os testes t de *Student* e ANOVA. Em relação a variável sexo, houve diferença significativa entre os sexos no componente *cyber agressões* da versão observador da BEVESCO ($t=-1,317$; $p=0,03$), e no componente *violação física, sexual e psicológica e danos patrimoniais e pessoais* da versão perpetrador ($t=3,806$; $p=0,001$). Na versão vítima, em ambos componentes (*ultraje psicológico e danos morais e injúria, ameaça e violação física e sexual*), não houve diferença estatisticamente significativa. Esses dados evidenciam, em relação a BEVESCO, o que a literatura aponta a respeito da violência escolar quando analisada levando-se em consideração o sexo, ou seja, os estudantes do sexo masculino tendem a presenciar e a praticar mais atos de agressão e violência do que aqueles do sexo feminino. A análise paramétrica ANOVA permitiu verificar as diferenças significativas de média de respostas à BEVESCO em relação às variáveis religião, o ano de estudo, o tipo de escola, a idade e a pertença a grupos (Tabela 4).

Tabela 4 - Análise de variância para as medidas BEVESCO e variáveis sociodemográficas.

Variáveis	BEVESCO									
	Vítima				Perpetrador				Observador	
	A		B		A		B			
	F	p	F	p	F	p	F	p	F	P
Religião	8,342	0	3,656	0,006	4,335	0,002	7,232	0	5,201	0
Ano de Estudo	7,086	0	2,337	0,03	5,426	0	4,347	0	3,344	0
Idade	4,727	0	2,557	0,03	0,887	0,489	1,993	0,077	0,944	0,452
Tipo de Escola	11,79	0	2,03	0,132	19,773	0	14,89	0	7,34	0
Pertença a Grupos	11,08	0	11,23	0	41,4	0	12,41	0	13,181	0

*A diferença média é significativa ao nível 0,05

Foi realizada análise *Post-Hoc* de *Tukey* cuja finalidade é verificar as diferenças das médias de respostas, assim como os agrupamentos em cada variável medida. Em relação a BEVESCO, quando a variável de análise foi religião, houve diferença estatisticamente significativa entre os grupos em todos os componentes da bateria de escalas. Uma análise semelhante foi constatada com a variável ano de estudo. Isso equivale a dizer que tais variáveis tendem a ser motivadoras para o envolvimento em situações de violência escolar na amostra do presente estudo ($n=1178$). Salienta-se sobre a variável ano de estudo que os estudantes matriculados nos anos iniciais do segundo ciclo do ensino fundamental são os mais agressores e observadores de situações de violência escolar, em relação aos alunos dos anos posteriores e do ensino médio.

É importante citar que houve diferença estatisticamente significativa para as variáveis idade, tipo de escola e pertença a grupos. Para a variável idade, houve diferença estatisticamente significativa na versão vítima da BEVESCO para os dois componentes, como pode ser observado na tabela 4. Para as versões observador e perpetrador essa diferença não existiu. Esses indicadores permitem inferir que os estudantes, com faixa etária entre os 12 e os 14 anos, tendem a ser mais vitimizados quando comparados àqueles com idades entre os 16 e 17 anos, os quais são atuantes em situações de violência escolar como perpetradores e/ou observadores ($F=4,727$; $p<0,001$), por exemplo.

A variável tipo de escola (se pública municipal ou estadual ou, se privada) permitiu evidenciar diferenças de média estatisticamente significativas apenas para o componente *ultraje psicológico e danos morais* da versão vítima ($F=11,786$; $p<0,001$). Esse resultado indica que os alunos das escolas públicas municipal e estadual tendem a ser mais vitimizados na situação de violência escolar do que aqueles matriculados em escolas da rede privada. Na versão observador a análise dessa variável se mostrou significativa para o componente *coação e danos patrimoniais institucionais* ($F=14,891$; $p<0,001$); e para o componente *cyber agressões* ($F=7,34$; $p<0,001$), isso evidencia que os alunos da rede privada são mais observadores que envolvidos diretamente nas situações de violência no ambiente da escola.

As análises para a BEVESCO perpetrador também foram significativas para referida variável ($F=19,773$; $p<0,001$), indicando que os alunos de escolas públicas são mais agressores que os de escola privada. Quando as análises foram com a variável pertença a grupos, elas se mostraram estatisticamente significativas para todos os componentes de todas as versões da BEVESCO.

Os estudos preliminares das características psicométricas iniciais da Bateria de Escalas de Violência Escolar-BEVESCO permitiram observar facilidade de compreensão por parte dos respondentes e em relação ao tempo de emissão das respostas. De maneira geral, apresenta-se, com adequados índices de estrutura interna e de confiabilidade dos itens, sendo os índices de confiabilidade considerados satisfatórios para todos os componentes de todas as subescalas por estarem todos acima de 0.70 (Barbosa *et al.*, 2012; Luciano *et al.*, 2008; Pasquali, 2012; Zanon & Hauck-Filho, 2015).

De acordo com Damásio (2012) e Hongyu *et al.* (2015), a Análise de Componentes Principais (ACP), procedimento adotado no presente estudo, foi considerada um método eficaz, ainda que clássico, nos estudos de psicometria. A finalidade é reduzir um determinado número de itens a um

menor número de variáveis, sobretudo no que concerne à construção e validação de instrumentos. Destaca-se que a ACP não pode ser confundida com a Análise Fatorial Exploratória (AFE), a qual visa extração de fatores. A diferença fundamental entre ambas reside na forma como os itens são retidos, e a proximidade entre tais métodos de redução de dados, consiste no fato de que ambos assumem que “a variância de uma variável é composta por três aspectos: variância específica; variância comum; e variância de erro.”. No presente estudo, os resultados corroboram tais considerações teóricas, tendo em vista ainda que as cargas fatoriais e as comunalidades são elevadas, conforme tende a ser observado com a ACP (Damásio, 2012, p. 214).

Os estudos preliminares da BEVESCO revelaram também que, com a adoção do modelo operativo da teoria clássica dos testes, sobretudo em relação aos índices de confiabilidade, os escores observados em cada uma das versões da escala refletem de modo significativamente próximo aos escores verdadeiros ou nível de capacidade de mensuração do fenômeno quando medido pela expressão de violência que ocorre na escola (Soares, 2018). Isso demonstra que, para público semelhante ao da amostra do presente estudo, a BEVESCO tende a manter-se com os mesmos índices, evidenciando-se um instrumento com boa consistência interna (Cohen *et al.*, 2014; Zanon & Hauck-Filho, 2015).

É importante salientar que a BEVESCO evidenciou atos e comportamentos sofridos (versão vítima), perpetrados (versão perpetrador) e testemunhados (versão observador), pertinentes ao fenômeno expresso nas formas de violência psicológica, ameaça e danos morais; violência física assédio e sexual; danos patrimoniais institucionais e pessoais, coação e *cyber* agressões, tal como explicita o UNICEF (2018) e indica o modelo teórico adotado para compreensão do fenômeno.

A versão vítima permite a identificação da violência escolar por meio de um conjunto de indicadores que sinalizam as dimensões inerentes ao fenômeno, isto é, a interação pessoal, desenvolvimento humano, contexto e tempo, destacadas pelo modelo teórico adotado no presente estudo. São identificados, por exemplo, xingamentos, humilhação e ameaça nas formas presenciais e/ou virtuais; assim como coação e assédio sexual (por parte de alunos e de professores) e diversos tipos de lesão física como socos, chutes, pontapés, uso de objetos para ferir e causar dano, conforme salientam Abramovay e Rua (2002), Debarbieux e Blaya (2002), Krug *et al.* (2002), Matos *et al.* (2009), Habigzang *et al.* (2011), Fernandes e Yunes (2015) e IPSOS (2018).

É importante explicitar que os itens das subescalas da BEVESCO corroboram o modelo teórico adotado acerca da violência escolar. Isto significa que cada componente das subescalas traduz a multiplicidade de atos e condutas agressivas, a qual implica níveis individuais e coletivos, envolvendo a família, a instituição e comunidade, já que tais níveis mediam, direta e indiretamente, as formas de manifestação das referidas condutas (Fernandes & Yunes, 2015; Habigzang *et al.*, 2011; Luciano *et al.*, 2008; UNICEF, 2018). As manifestações, por sua vez, evidenciam as tipologias de violência e a natureza dos atos violentos conforme a classificação da Organização Mundial da Saúde (Krug *et al.*, 2002), isto é, a modalidade interpessoal expressa na forma de condutas agressivas e violentas, sobretudo, físicas, psicológicas e sexuais.

O presente estudo possibilita enumerar alguns indicadores contributivos ao modelo teórico adotado, tais como elementos pertinentes ao uso corriqueiro e intensificado da rede *world wide web* acessada via computadores e/ou *smartphones*, principalmente na forma de redes sociais de relacionamento virtuais e/ou pelo uso disseminado de aplicativos cuja finalidade também seja o estabelecimento de contatos e ampliação da comunicação e transmissão de dados diversos, como, por exemplo, fotografias e imagens, vídeos e áudios dos mais diferenciados conteúdos, inclusive, violadores de direitos, pejorativos, vexatórios e constrangedores. Tal contribuição é, necessária para mensurar a violência escolar, visto que as tecnologias da informação, por estarem mais associadas aos jovens e em idade escolar, fazem do Brasil o segundo país do mundo em número de violência contra crianças e adolescentes pela *social networkings* (IPSOS, 2018; UNICEF, 2018).

Em relação à versão perpetrador, é possível identificar atos agressivos e violentos cometidos na forma de xingamentos, brincadeiras maldosas e depreciativas, empurrões, socos, chutes, ofensas morais e sexuais, gritos, roubo e destruição de objetos pessoais (materiais escolares de alunos, pertences de funcionários e professores) e do patrimônio da escola, tais como a quebra de computadores, danos a materiais esportivos, a pintura e a estrutura física da instituição, como a quebra de janelas, portas e portões. Esta versão também corrobora a literatura acerca da violência escolar, que compreende o fenômeno de modo mais amplo, isto é, além dos atos explicitados entre pares, como pode ser verificado em Matos *et al.* (2009), SINPROMG (2011) e UNICEF (2018).

Esse diferencial requer a atenção ampla junto à violência escolar. Exige perspectivas relativas às características do fenômeno que privilegiem todos os seguimentos e relações do contexto educacional e não somente às tradicionais concepções de que os atos e comportamentos de violência envolvam principalmente alunos. O componente da BEVESCO perpetrador, assim como as demais versões, traz elementos expressos por meio de seus itens que norteiam a compreensão das implicações do fenômeno para toda a instituição escolar, o que pode ser um indicador a ser considerado no planejamento de intervenções para cessação do fenômeno e para preveni-lo no contexto da escola.

A terceira subescala, versão observador, envolve indicadores de testemunho da violência que ocorre em ambiente escolar e até do impacto e prejuízos para os envolvidos, visto que essa versão revela o testemunho tanto da violência sofrida quanto praticada. O conteúdo testemunhado remete aos atos agressivos e violentos físicos, sexuais, psicológicos, morais e verbais, inclusive por meio do uso de redes sociais virtuais e celulares; aos danos patrimoniais pessoais e institucionais como o roubo de objetos de alunos, professores e funcionários, quebra de materiais acadêmicos, esportivos e estruturais. Esse conjunto de comportamentos vem sendo sinalizado em diferentes pesquisas científicas e também pela imprensa nas últimas duas décadas, despertando a atenção para a influência direta dos componentes da tecnologia da informação nas relações interpessoais, sobretudo, de jovens de uma geração denominada por “geração Y”, inclusive quando essas relações são permeadas por conflitos e violência (IPSOS, 2018; Santrock, 2014; SINPROMG, 2011; TRIBUNA DE MINAS, 2015; Wright & Wachs, 2020).

Assim sendo, por meio das análises supracitadas e a obtenção da BEVESCO com 58 itens distribuídos em três subescalas, sendo a primeira (vítima) com 22 itens, a segunda (perpetrador) com 19 e a terceira (observador) com 17, foi possível consolidar o objetivo do presente estudo: apresentar os estudos psicométricos preliminares do instrumento que visa rastrear a violência escolar. A BEVESCO é, portanto, de autorrelato e pode ser aplicada em bateria ou em versões separadas em adolescentes com faixa etária entre os 12 e os 17 anos de idade, de ambos os sexos e vida escolar ativa.

Nota-se e se reconhece que o estudo apresentado é preliminar e ainda incipiente no que tange às análises psicométricas para a normatização e padronização de um instrumento. Porém, o estudo evidencia a possibilidade de continuidade e o desenvolvimento de novas pesquisas com análises mais robustas, tais como análise fatorial confirmatória e estudos de regressão para obtenção das evidências de validade e confiabilidade do instrumento. Além disso, explicita e endossa a literatura sobre a temática em relação a complexidade do fenômeno e da pretensão de mensurá-lo, visto que, nos apresenta indicadores de variáveis dicotômicas, politômicas e contínuas, e, com isso, sinalizar alguma limitação quanto a precisão (Urbina, 2007).

Embora com informações preliminares demonstra-se um instrumento capaz de fornecer subsídios para o planejamento de estratégias de intervenção junto à violência que cada vez mais acomete seguimentos educacionais, famílias e os próprios adolescentes, em curto, médio e longo prazo, haja vista que as comparações de médias com as variáveis sociodemográficas, tanto pelo teste *t*, quanto pelo ANOVA explicitando diferenças estatisticamente significativas, corroboram a literatura científica sobre a violência escolar no contexto brasileiro. Isto é, envolvendo predominantemente alunos com faixa etária entre 12 e os 14 anos, de ambos os sexos e matriculados em escolas públicas (PeNSE, 2016; UNICEF, 2018).

8.8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os estudos psicométricos preliminares da BEVESCO possibilitaram a obtenção de escalas cuja finalidade é o rastreamento da violência que vem preocupando diferentes seguimentos de estudos por ser tão prejudicial ao contexto escolar e às relações decorrentes desse contexto e experienciadas em ambiente virtual. As distintas instâncias do poder público, em âmbitos nacional e internacional, também vêm explicitando a necessidade de intervenção frente ao fenômeno, porém, com a exigência de uma gama de ações políticas no enfrentamento e cessação de uma das principais motivações de evasão e fracasso escolar, de afastamento e licença de saúde por parte de professores e funcionários da educação, independente de cultura, crença religiosa e condição socioeconômica.

Pretende-se que os estudos iniciados com a BEVESCO funcionem como uma alternativa de instrumento de rastreamento da violência escolar, isto é, como uma ferramenta de leitura mais ampliada da violência que ocorre em contexto escolar por abranger possibilidade de rastreamento desse fenômeno quando ele é expandido para além dos muros da escola às relações experienciadas em ambiente virtual. Isso indica ainda a necessidade de considerar a ocorrência do fenômeno não somente

quando entre pares escolares (*bullying*), a qual já é alvo de importante marco legal. Em outros termos, a Lei 13.185 de 06 de novembro de 2015, em vigor desde fevereiro de 2016 no Brasil, quando institui o Programa de Combate a Intimidação Sistemática (*bullying*), e destaca, no artigo 5º, o “dever do estabelecimento de ensino, dos clubes e das agremiações recreativas assegurar medidas de conscientização, prevenção, diagnose e combate à violência e à intimidação sistemática (*bullying*)”. Contudo, ainda que a legislação possa ser considerada um grande avanço e amparo à educação na tentativa de coibir conflitos entre pares escolares, ressalta-se que o *bullying* é apenas uma das formas de expressão da violência escolar, conforme foi demonstrado no presente estudo.

A BEVESCO, por meio da continuidade de estudos para aperfeiçoamento das qualidades psicométricas, tende a ser, portanto, um instrumento que contribua para rastreamento das diversas modalidades de violência escolar. Com o instrumento, espera-se viabilizar a identificação precoce e otimizada do fenômeno, visando evitar a continuidade do sofrimento e do acirramento dos atos violentos tão prejudiciais à saúde física e mental, ao desempenho acadêmico e às relações sociais e familiares. Pretende-se, principalmente, que os atores envolvidos no processo educacional possam continuar contribuindo com a missão genuína da escola: a formação humana e cidadã, sendo o suporte social capaz de assegurar a expressão de habilidades sociais e competência interpessoal, os quais são importantes fatores de proteção contra a violência.

Entretanto, salienta-se limitações referentes à necessidade de emprego de análises confirmatórias e mais complexas para obtenção de uma versão com propriedades psicométricas mais consistentes; bem como relativas à composição da amostra. Isso indica a necessidade de replicação da pesquisa em outros contextos culturais e regionais brasileiros, dado que foi realizado em parte da região sudeste do país, sendo consonante a este contexto as peculiaridades socioambientais da expressão da violência escolar. Outra possível limitação é a não contemplação de todas as variáveis que possibilitem explicitar, com evidência, os tipos de impactos que a violência traz ao curso de vida e desenvolvimento de todos os atores do ambiente escolar para além do educacional (estudantes, professores, funcionários, família e comunidade), já que o fenômeno é multidimensional e desencadeia em dificuldades da rede de assistência à violência escolar.

REFERÊNCIAS

- Abramovay, M. (2015). *Programa de prevenção à violência nas escolas – violência nas escolas*. Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (Flacso)-Brasil. Recuperado de: <http://flacso.org.br/files/2015/08/Violencias-nas-Escolas.pdf>.
- Abramovay, M. & Rua, M das G. (2002). *Violências nas escolas*. Brasília: UNESCO, Coordenação DST/AIDS do Ministério da Saúde, Secretaria de Estado dos Direitos Humanos do Ministério da Justiça, CNPq, Instituto Ayrton Senna, UNAIDS, Banco Mundial, USAID, Fundação Ford, CONSED, UNDIME. Recuperado de: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000125791>.

- Almeida, A., Barrio, C. del, & Menesini, E. (2001). Children's and adolescents' representations of peer bullying through SCAN-Bullying. *Aggressive Behavior*, V. 27, p.p. 250-251.
- Barbosa, A. J. G. (2010). Evidências de validade do Questionário de Bullying para o contexto brasileiro [CD-ROM]. In La Federación Iberoamericana de Asociaciones de Psicología – FIAP. *Anais do VII Congreso Iberoamericano de Psicología*.
- Barbosa, A. J. G., Lourenço, L. M., & Pereira, B. O. (Orgs). (2012). *Bullying: Conhecer e Intervir*. p.p. 83-92. Juiz de Fora: Editora UFJF.
- Brasil. *Lei n.13.185 de 06 de novembro de 2015*. (2015). Institui o Programa de Combate Intimidação Sistemática (Bullying). Recuperado de: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13185.html
- Bronfenbrenner, U. (1996). *A ecologia do desenvolvimento humano: experimentos naturais e planejados*. (Veronese, M. A. V.). Porto Alegre: Artes Médicas.
- Cohen, R. J., Swerdlik, M. E, & Sturman, E. D. (2014). *Testagem e avaliação psicológica – introdução a testes e medidas*. (8a ed.). Porto Alegre: Artmed/Mc Graw Hill Education.
- Damáio, B. F. (2012). Uso da Análise Fatorial Exploratória em Psicologia. *Avaliação Psicológica*, 11(2), 213-228. Recuperado de: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=335027501007>.
- Debarbieux, E.(2002). Violências nas escolas: divergências sobre palavras e um desafio político. In Debarbieux , E.,& Blaya, C. (Orgs.). *Violência nas escolas e políticas públicas*. p.p. 59-87. Brasília: UNESCO.
- Debarbieux, E., & Blaya, C. (2002). *Violência nas escolas e políticas públicas*. Brasília: UNESCO
- Fernandes, G. & Yunes, A. M. (2015). *O bullying no ambiente escolar: uma realidade a ser enfrentada*. Recuperado de: <https://anais.unilasalle.edu.br/index.php/sefic2015/article/download/255/193>.
- Fundo das Nações Unidas para a Infância - UNICEF. (2018). *Metade dos adolescentes no mundo são vítimas de violência na escola*. Organização das Nações Unidas - ONU, Brasil. Recuperado de: <https://nacoesunidas.org/unicef-metade-dos-adolescentes-no-mundo-sao-vitimas-de-violencia-na-escola/>.
- Habigzang, L. F., Lampert, S. S., De Antoni, C., & Koller, S. H. (2011). A violência no contexto escolar e a inserção ecológica do psicólogo: um relato de experiência. In Koller, S. H. *Ecologia do desenvolvimento humano – pesquisa e intervenção no Brasil*. p.p. 359-384. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Hongyu, K., Sandanielo, V. L. M., & Oliveira Jr, G. J. de. (2015). Análise de Componentes Principais: resumo teórico, aplicação e interpretação. *E&S-Engineering and Science*, V. I (5), p.p. 83-90. DOI: 10.18607/ES20165053.

- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2016). Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar. Ministério da Saúde. Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão. Rio de Janeiro: IBGE. Recuperado de: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv97870.pdf>.
- IPSOS. (2018). *Global Views on Cyberbullying*. Recuperado de: <https://www.ipsos.com/en-za/global-views-cyberbullying>.
- Krug, E. G., Dahlberg, L. L., Mercy, J. A., Zwi, A. B., & Lozano, R. (2002). *World report on violence and health*. Geneva, World Health Organization. Recuperado de: http://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/42495/9241545615_eng.pdf?sequence=1.
- Luciano, G., Marín, L., & Yuli, M. E. (2008). Violencia en la escuela: ¿un problema y un desafío para la educación? *Enseñanza e Investigación en Psicología*, V. 13 (1), 27-39. Recuperado de: <https://www.redalyc.org/pdf/292/29213103.pdf>.
- Matos, M. G., Negreiros, J., Simões, C., & Gaspar, T. (2009). *Violência, Bullying e delinquência – gestão de problemas de saúde em meio escolar*. Lisboa, Portugal: Coisas de ler edições.
- Pasquali, L. (2009). Psicometria. *Revista da Escola de Enfermagem da USP*, V. 43 (Número Especial), p.p. 992-999. Recuperado de: <http://www.scielo.br/pdf/reeusp/v43nspe/a02v43ns.pdf>.
- Pasquali, L. (2012). *Análise Fatorial para Pesquisadores*. Brasília: LabPAM, Editora UnB.
- Pereira, B., & Tomás, C. (1994). *Questionário Bullying – A agressividade entre crianças no espaço escolar*. (Ed. Rev.).
- Sindicato Dos Professores De Minas Gerais - SINPROMG. (2011). *Escolas reconhecem existência de violência contra professores*. Retirado de <http://sinprominas.org.br/noticias/escolasreconhecem-existencia-de-violencia-contra-professores/>.
- Sindicato Dos Professores De Minas Gerais - SINPROMG. (2017). *SINPRO repudia violência contra professores*. Recuperado de: <http://sinprominas.org.br/noticias/sinprorepudia-violencia-contra-professores-municipais/>.
- Soares, D. J. M. (2018). *Teoria clássica dos testes e teoria de resposta ao item aplicadas em uma avaliação de matemática básica*. Recuperado de: <http://www.locus.ufv.br/handle/123456789/18404>.
- Stelko-Pereira, A. C., & Williams, L. A. C. (2010). Reflexões sobre o conceito de violência escolar e a busca por uma definição abrangente. *Temas em Psicologia*, V. 18 (1), p.p. 45-55.
- Stelko-Pereira, A.C. & Williams, L.C.A. (2013). *Violência Nota Zero: como aprimorar as relações na escola*. São Carlos: EDUFSCAR. ISBN: 978-85-7600-332-8.
- Tribuna de Minas. (2015, 12 de julho). *Conflitos dentro e fora da escola*. Recuperado de: <https://tribunademinas.com.br/noticias/cidade/12-07-2015/conflitos-dentro-e-fora-da-escola.html>.

- Tynes, B. M., Chad, R. A, & Williams, D. R. (2010). The Development and Validation of the Online Victimization Scale for Adolescents. *Cyberpsychology: Journal of Psychosocial Research on Cyberspace*, V. 4 (2), article 1. Recuperado de: <http://cyberpsychology.eu/view.php?cisloclanku=2010112901&article=1>.
- Urbina, S. (2007). *Fundamentos da Testagem Psicológica*. Porto Alegre: Artmed.
- Wright, M.F., & Wachs, S. (2020). Adolescents' Cyber Victimization: The Influence of Technologies, Gender, and Gender Stereotype Traits. *International Journal of Environmental Research and Public Health*, V. 17 (4),1-11. DOI: 10.3390/ijerph17041293.
- Zanon, C., & Hauck-Filho, N. (2015). Fidedignidade. In Hutz, C. S., Bandeira, D. R. & Trentini, C.M. (Orgs). *Psicometria. Col. Avaliação Psicológica*. Porto Alegre: Artmed.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos a todos que colaboraram para a realização deste estudo, sobretudo Julia Carelli, Loriane Vasconcellos, Larissa Coldibelli, Tayane Gutierrez, Raiana Ramada, Thiago Aquino e Cristiane Pereira, todos integrantes do Núcleo de Estudos em Violência e Ansiedade Social-NEVAS, entre os anos de 2013 e 2017, para treino de pesquisa e iniciação científica. Além disso, agradecemos à FAPEMIG e a CAPES, agências públicas para financiamentos de pesquisa e bolsas para Pós-graduação stricto sensu.

BULLYING E TRANSTORNO DE ANSIEDADE SOCIAL: RELATOS RETROSPECTIVOS

FRANCESCA STEPHAN
DANIEL ALEXANDRE GOUVÊA GOMES

9.1 INTRODUÇÃO

A violência é um fenômeno de causalidade complexa e de múltiplas formas de manifestações (Brasil, 2005). Atualmente, a violência está associada aos problemas de saúde pública devido aos impactos na saúde física e emocional, na perspectiva de que pode ser evitada e seu impacto minimizado, da mesma forma como outros esforços em saúde evitaram e reduziram outras doenças e agravos (Assis & Marriel, 2010; Lopes Neto & Saavedra, 2003).

A escola é um dos contextos sociais especificamente voltados ao estímulo das habilidades intelectuais e sociais, assim como à aprendizagem de conhecimentos importantes produzidos pela sociedade. A escola deveria, então, caracterizar-se como referência para o aluno de um local seguro, prazeroso e no qual ele pode se conhecer e conhecer os outros com quem convive (Stelko-Pereira & Willians, 2010). No entanto, a escola, enquanto espaço de socialização, é também reconhecida como local de violência (Brasil, 2005).

Segundo Stelko-Pereira e Willians (2010), há uma dificuldade na definição de violência escolar, pois a violência em si pode se expressar de várias formas e ser compreendida de maneiras diferentes, havendo diferenças culturais e sociais na interpretação das nuances envolvidas na sua caracterização. A violência no âmbito escolar pode ser dividida em três modalidades. A primeira se refere aos atos de vandalismo contra a escola, danificando o patrimônio escolar e os bens de funcionários e docentes. A segunda focaliza as agressões físicas e verbais dos estudantes direcionada aos professores e funcionários e vice-versa e a terceira focaliza as agressões físicas, verbais e psicológicas entre os estudantes e nesta modalidade se inclui o *bullying* (Pereira *et al.*, 2009a).

Bullying é o termo mais utilizado na literatura científica internacional para descrever violência entre pares. É um tipo específico de violência que ocorre preferencial, mas não exclusivamente, na escola e é descrito como um sistemático abuso de poder entre iguais (Smith & Sharp, 1994; Smith *et al.*, 2004)

continuado ao longo do tempo; com a intenção clara de afligir, intimidar e agredir (material, física e psicologicamente) outra pessoa no convívio permanente em locais coletivos (Barbosa *et al.*, 2011).

Agredir, perseguir, ameaçar, ofender, forçar a dar dinheiro, gozar, xingar, intimidar, humilhar, discriminar, excluir um indivíduo do grupo, mentir, espalhar boatos ou assédio sexual são alguns exemplos de comportamentos de *bullying*, praticados entre os alunos (McGrath, 2007). O desequilíbrio de poder, a intencionalidade de fazer mal e a persistência da prática caracterizam este fenômeno (Avilés *et al.*, 2011; Pereira, 2008). Neste tipo de comportamento estão envolvidos: o agressor, o agredido, o grupo dos colegas, a própria instituição e as famílias (Lourenço *et al.*, 2009).

O *bullying* é uma forma de interação grupal com desequilíbrio de poder, na qual a criança vitimizada é percebida como frágil, do ponto de vista físico ou relacional. Segundo Olweus (1991), o estudante é vítima do *bullying* quando está exposto, repetidamente, e ao longo do tempo, a ações negativas por parte de um ou mais colegas. As vítimas geralmente apresentam características físicas ou psicológicas que as colocam em destaque frente aos agressores, como: obesidade, sardas, baixa estatura, uso de óculos, dificuldade de aprendizagem e de relacionamento com o grupo, por exemplo (Lopes Neto, 2005). As crianças vitimizadas são, em sua maioria, pouco sociáveis e inseguras, com poucos amigos e baixa autoestima, não dispendo de recursos ou habilidade para reagir ou interromper os atos de agressividade sofridos (Lopes Neto & Saavedra, 2003).

O agressor também chamado de “*bullie*”, por outro lado, possui a intencionalidade de causar dano ou prejudicar, expressa confiança em si próprio e não demonstra medo. O agressor, em geral, se apresenta mais forte que seus companheiros, do ponto de vista físico ou social; pode ser fisicamente superior nas brincadeiras, nos esportes, sobretudo no caso dos meninos (Almeida *et al.*, 2007; Lopes Neto & Saavedra, 2003; Stelko-Pereira & Willians, 2010). O espectador (ou testemunha) é quem presencia o *bullying*, mas não se envolve diretamente e representa a maioria dos alunos.

Nas relações estabelecidas neste tipo de interação há ausência de reciprocidade, pois a vítima possui pouco ou quase nenhum recurso para evitar a e/ou defender-se da agressão (Lisboa *et al.*, 2009) o que pode ocasionar a internalização dessa situação danosa e os medos consequentes, iniciando o desenvolvimento de um *continuum* de dificuldades sociais. Por ser uma agressão intencionalmente maldosa, propositada e de caráter persistente, a vítima apresenta grande dificuldade de defender-se, ficando cada vez mais diminuída frente ao abuso de poder (Saraiva *et al.*, 2011)

Segundo Avilés *et al.* (2011), tem se admitido maneiras multiformes de exercício do maltrato entre iguais nos contextos escolares. Tradicionalmente o *bullying* tem sido apresentado em dois tipos principais de comportamentos violentos: os diretos e os indiretos. As ações diretas são subdivididas em físicas (bater, chutar, tomar pertences) e verbais (apelidos, insultos, atitudes preconceituosas).

Como ações indiretas, têm destaque a disseminação de histórias desagradáveis ou indecentes e as pressões sobre os outros, para que a pessoa seja discriminada e excluída do seu grupo social (Lopes Neto & Saavedra, 2003). Uma classificação de *bullying* que deixa de lado as formas

físicas de vitimização tem dividido tais comportamentos em “relacional” e “social” (Calderero *et al.*, 2011). No “bullying relacional”, o agressor não se esconde ao exercer a intimidação e inclui aqueles atos que produzem o isolamento do indivíduo de um grupo ou se vitimiza mediante a manipulação intencional e ao dano das relações interpessoais (por exemplo, ignorar o colega, não deixar participar, humilhá-lo, desvalorizá-lo, excluí-lo de um grupo). O “bullying social” inclui a manipulação de relação e prejudica, especialmente, a autoestima e o status social da vítima no grupo (por exemplo, difundir rumores, excluir socialmente as vítimas, utilizar expressões não-verbais, como gestos, para desqualificar a vítima ou fazer zombarias). Ambos os tipos podem ser tanto diretos quanto indiretos, mas ainda há um debate sobre se as vitimizações relacional ou social seriam fenômenos similares ou diferentes (Calderero *et al.*, 2011).

Para alguns pesquisadores, o *bullying* ocorre principalmente nos anos escolares iniciais e o tipo de agressão usada varia conforme a idade e o gênero: os meninos têm maior envolvimento em agressões físicas e verbais, utilizando mais a provocação e a violência física e psicológica. As meninas adotam mais as agressões indiretas caracterizadas por ofensas, humilhação e disseminação de rumores, que acabam por transformarem-se em geradores de exclusão social (Almeida *et al.*, 2007; Lopes Neto, 2005; Pereira *et al.*, 2004; Pereira, 2006).

Segundo Piedra (2006), as relações entre pares têm papel fundamental no desenvolvimento humano, determinando, em parte, o comportamento da criança em relação ao mundo físico e social. O *bullying* pode então ser considerado como um fator de forte interferência negativa para o desenvolvimento, pois desorganiza as referências pessoais das pessoas envolvidas (autoestima, autoimagem, autoconceito) como também as referências institucionais, já que a escola, quando da existência do *bullying*, tem seu espaço de aprendizagem, de vínculo e de proteção fragilizado (Pereira *et al.*, 2009b).

As marcas deixadas pelas vivências em experiências de *bullying* podem ser determinantes para o estabelecimento de uma baixa autoeficácia e influenciam negativa e seriamente o desenvolvimento das crianças envolvidas (Almeida, 2000; Lisboa *et al.*, 2009). Já em seus momentos iniciais na escola, o caráter persistente do *bullying* provoca efeitos negativos para as vítimas que são diretamente atormentadas no seu dia-a-dia e afetadas no seu rendimento escolar. Em curto prazo, as vítimas podem apresentar prejuízos na autoestima, dores de cabeça e estômago, dificuldade de concentração e distúrbios do sono, com dificuldades para dormir e pesadelos (Pereira, 2008). As vítimas de *bullying* têm menos oportunidades do que as outras crianças de aprenderem competências sociais, o que vai refletir na vida adulta, nomeadamente através de insegurança que revelam nas relações com os outros e que estão associados à depressão na vida adulta (Pereira, 2001; Saraiva *et al.*, 2011).

Existem estudos que demonstram a estreita relação entre os problemas em saúde mental na idade adulta com o fato de ter sofrido diversos tipos de vitimização durante a infância e adolescência. A vitimização provoca uma maior incidência de sintomatologia de caráter ansioso e depressivo, com autoestima rebaixada e forte desejo de morte (Craig, 1998; Piedra, 2006). Mora-Merchán

(2006), aponta que tem se encontrado de forma consistente uma associação entre as experiências de vitimização e a aparição de problemas ligados a solidão, ansiedade, insegurança, depressão e baixa autoestima. Segundo o autor, um número importante de adultos possui intensas e dolorosas recordações acerca dessas vivências de vitimização escolar nas mãos de seus companheiros. Junto às estas recordações, muitos destes adultos sentem que a experiência vivida lhes tem acarretado consequências que perduram no tempo, como por exemplo, a falta de confiança nas relações que estabelecem com os demais.

Descrita a problemática do *bullying* na escola, vamos agora definir o conceito de Transtorno de Ansiedade Social (TAS). O TAS é definido como ansiedade clinicamente significativa provocada pela exposição a certos tipos de situações sociais ou de desempenho, frequentemente levando ao comportamento de esquiva (DSM-5, 2014). Foi por certo tempo um transtorno negligenciado (Liebowitz, 1985; Nutt & Ballenger, 2010), no entanto, atualmente, passou a ser reconhecido como um problema psiquiátrico crônico associado a um considerável comprometimento funcional, podendo ser incapacitante em suas formas mais graves (Barlow, 1999). Nardi (2000) diz que a ansiedade social é caracterizada pelo medo excessivo diante de situações sociais e Barlow (1999) a descreve como um quadro patológico no qual uma pessoa teme a convivência social por estar preocupada em ser humilhada e constrangida. Para Terra, é um medo persistente de embaraço ou de avaliação negativa, durante interação social ou desempenho público (Terra, 2005).

Os transtornos de ansiedade estão entre os transtornos psiquiátricos mais prevalentes e muitas vezes são subdiagnosticados, deixando de serem tratados. O Transtorno de Ansiedade Social (TAS), também denominado Fobia Social, é o transtorno de ansiedade mais comum e o terceiro mais prevalente entre todos os transtornos mentais (Clark & Beck, 2012).

Alguns sintomas somáticos como palpitações, sudorese, tremores, tensão muscular e desconforto gastrointestinal são comuns ao transtorno de ansiedade social e a outros transtornos de ansiedade. No TAS, esses sintomas somáticos são claramente relacionados a uma situação social ou de desempenho real, ou à recordação ou antecipação de tais situações.

Com uma prevalência ao longo da vida de cerca de 13% na população geral dos EUA, o TAS é o mais prevalente dos transtornos de ansiedade e o terceiro transtorno de ocorrência mais frequente, após a depressão e o transtorno de ansiedade generalizada (TAG). Apesar desses dados, estudos epidemiológicos indicaram que menos de 5% das pessoas com transtorno de ansiedade social procuram tratamento para sua doença (Nutt & Ballenger, 2010).

Para Gauer *et al.* (2006), a fobia social em crianças e adolescentes pode interferir no desenvolvimento normal da criança, levando ao comprometimento funcional associado à fobia social em adultos. Por outro lado, adultos que sofrem de TAS relatam maior incidência de comportamentos-problema (brigar, fugir de casa, roubar), no entanto, estes comportamentos-problemas não têm sido reconhecidos como problemas secundários decorrentes de fobia social prévia, os quais frequentemente retroalimentam as dificuldades pessoais de inserção social e comprometem o percurso do desenvolvimento biográfico.

Ainda não existe consenso sobre a idade de início dos sintomas de TAS. Para Mannuzza *et al.* (1995), a idade de início da ansiedade social é em torno da metade ao final da adolescência. Gauer *et al.* (2006) afirmam que crianças com 8 anos podem preencher os critérios para Fobia Social, resultando prejuízo imediato, e a longo prazo em alguns aspectos do funcionamento e na aquisição de habilidade sociais. Além disso, ao contrário de outros medos da infância, medos sociais muitas vezes são não transitórios, permanecendo ao longo da vida.

Alguns pesquisadores relataram que cerca da metade dos pacientes com fobia social é capaz de identificar uma experiência negativa social específica (como situações de desempenho negativo ou interações sociais constrangedoras) que iniciou ou agravou o início de sua ansiedade social. Experiências nocivas repetitivas, como implicância dos colegas, também podem levar à ansiedade social e evitação. Por outro lado, algumas pessoas têm relatado a aquisição de medos sociais depois de ver outra pessoa sofrer experiências sociais traumáticas (Nutt & Ballenger, 2010).

Para Nutt e Ballenger, existem também os fatores cognitivos e comportamentais envolvidos no desenvolvimento da fobia social. Frequentemente a ansiedade antecipatória é relatada por pessoas com fobia social podendo ser relacionada à sua tendência a superestimar a possibilidade de resultados negativos e subestimar a possibilidade de resultados positivos para eventos sociais. Assim, as pessoas com fobia social apresentam um aumento da atenção autocentrada quando comparadas com controles saudáveis. Além disso, tendem a ter várias crenças disfuncionais incondicionais sobre si e sobre seu desempenho social e sua avaliação. Estes conteúdos e processos cognitivos resultam em um círculo vicioso, que tem várias consequências comportamentais além de situações sociais ou de desempenho únicas (Nutt & Ballenger, 2010).

Existem, no estudo do *bullying* e da ansiedade social, variáveis que se sobrepõem, como a faixa etária da adolescência e o início da Fobia Social, por exemplo. Para alguns autores, a adolescência é a fase de início da Fobia social (Hamilton *et al.*, 2008; Terra, 2005), e é também a fase de grande ocorrência de experiências de *bullying* (Storch *et al.*, 2003). Em ambos os constructos, as situações sociais são aversivas para as pessoas que as experimentam, o que pode gerar altos níveis de temor. No entanto, nas experiências de *bullying*, as consequências aversivas que sofre a vítima são uma ameaça real para sua integridade física e psicológica (Caballo *et al.*, 2011a). Tornam-se necessários estudos que possam aprofundar esta possível fonte de informação sobre as associações entre *bullying* e fobia social.

Existem poucos estudos que examinaram o impacto no longo prazo do *bullying* na infância (Bejerot, & Mortberg, 2009; Pelegrini & Bartini, 2000; Roth *et al.*, 2002; Storch *et al.*, 2004). Devido à escassez dos estudos longitudinais, os efeitos da experiência de *bullying* ainda não foram totalmente determinados. Na falta desses estudos, a avaliação retrospectiva pode ser um bom método de exploração das possíveis consequências da experiência de *bullying* na trajetória de vida de adultos (Rivers, 2001). O estudo retrospectivo envolve pedir aos participantes para recordarem eventos e experiências passadas. É considerado como uma eficiente ferramenta de pesquisa para fornecer

evidência do potencial dos fatores etiológicos (origem, causa) e estreitar o foco dos resultados dos estudos longitudinais. Além disso, eles têm o potencial de examinar um período grande de tempo, o que raramente é possível no padrão de estudos longitudinais. Nos desenhos retrospectivos, a percepção sobre os eventos de *bullying* é o que se mostra mais importante em termos de compreensão do funcionamento psicológico da pessoa (McCabe *et al.*, 2010).

Tradicionalmente, os estudos sobre vitimização privilegiaram a coleta de dados através de questionário, em que se oferece uma definição de maltrato entre iguais (Almeida *et al.*, 2007). Este formato metodológico, baseado somente em questionários, não permite conhecer as concepções e percepções dos participantes das pesquisas que protagonizaram ou presenciaram diretamente o fenômeno, causando uma lacuna em termos de investigação e na definição de estratégias de intervenção para minimizar os efeitos negativos do *bullying* a nível individual e social.

As possíveis explicações para os condicionantes da ansiedade social nos fornecem informações que vão ao encontro do objetivo deste estudo, de que estressores sociais violentos na adolescência, como o *bullying* praticado entre pares, podem aumentar a chance de o sujeito apresentar ansiedade social na idade adulta. Alguns autores têm pesquisado este tema (Caballo *et al.*, 2011a; Caballo *et al.*, 2011b; Calderero *et al.*, 2011; García-López *et al.*, 2011), e têm apontado para o fato de que as situações sociais ruins a que são expostos os alunos quando da prática do *bullying*, podem gerar altos níveis de temor por parte das vítimas, o que constitui uma característica do TAS (Calderero *et al.*, 2011).

Na sequência da análise da literatura sobre o *bullying* sabemos que os comportamentos de vitimação afetam a criança e o jovem de imediato, não permitindo que desenvolvam algumas competências, nomeadamente as sociais de relacionamento com os seus pares, saber ser assertivo e defender os seus interesses, mas, também, ser tolerante e saber colocar-se no lugar do outro. Também sabemos que as crianças e jovens vítimas de *bullying* também sofrem na vida adulta, ou seja, também se registram efeitos a longo prazo, nomeadamente, quanto à confiança em si próprio e capacidade de relacionamento com os outros. Estudos recentes sobre ansiedade social demonstraram que se trata de uma doença neurológica, mas ainda são limitadas as explicações para compreendermos a origem da mesma. Por entendermos que a vitimação pelos pares na escola poderá estar na origem de grande parte das explicações da ansiedade social desenvolvemos o seguinte estudo.

9.2 CARACTERÍSTICAS DO ESTUDO

Este estudo foi realizado no Departamento de Saúde Mental, ligado à Secretaria Municipal da Saúde de Juiz de Fora\Minas Gerais, Brasil. Participaram na pesquisa quinze usuários do Departamento de Saúde Mental que se encontravam em atendimento psicológico e tinham idade entre 25 e 45 anos. A idade limite de 45 anos foi adotada para evitar interferências\viéses do distanciamento das lembranças do período escolar.

Foram usadas duas escalas para selecionar os participantes com escores positivos para ansiedade social: Escala Liebowitz para Ansiedade Social (LSAS): é um inventário de ansiedade social, composto por 24 questões de situações que poderiam ocasionar ansiedade (Liebowitz, 2003); Inventário de Ansiedade de Beck (BAI): consiste de 21 (vinte e uma) questões e tem por objetivo avaliar a presença de sintomas ansiosos em pacientes deprimidos (Cunha, 2001).

Os usuários do serviço com escores positivos para Ansiedade Social nas escalas utilizadas foram submetidos a duas entrevistas individuais, com o mesmo roteiro semiestruturado que procuraram identificar o relato de histórico de *bullying* na infância e adolescência e correlacioná-los com dificuldades de socialização atuais.

As entrevistas aconteceram com intervalo de, pelo menos, uma semana entre elas, e a segunda delas teve como objetivo aprofundar as informações dadas pelos participantes na primeira entrevista, ampliando as informações colhidas anteriormente com novos detalhes e mesmo trazendo outras lembranças que não as do primeiro momento. Em função do universo entrevistado observamos a segunda entrevista como importante já que boa parte dos entrevistados poderia apresentar significativa inibição diante de um primeiro contato. Esta opção pelo uso de uma segunda entrevista foi necessária também porque trouxe fatos encobertos na primeira entrevista por uma inibição própria dos contatos iniciais. Foram realizadas, portanto, 30 entrevistas individuais, duas com cada um dos quinze participantes.

Diferentemente de outras pesquisas que utilizaram questionários retrospectivos para acessar o histórico de *bullying* (McCabe *et al.*, 2003; McCabe *et al.*, 2010), na presente pesquisa foi utilizada a técnica de entrevista semi-estruturada como instrumento para melhor entender a relação entre o histórico de violência escolar dos participantes e o desenvolvimento de suas dificuldades de socialização, possibilitando com isso a apreensão de suas percepções sobre o tema desta pesquisa. Para análise dos dados desta pesquisa, foi utilizada a técnica de análise de conteúdo (AC), que se caracteriza por ser uma forma sistematizada e de rigor metodológico de análise de textos e entrevistas (Bardin, 2010).

9.3 CARACTERÍSTICAS DA VIOLÊNCIA VIVIDA

Fazem parte dos resultados do estudo os relatos de quinze participantes entrevistados. Sobre os dados de perfil sócio demográfico, os participantes tinham idades entre 25 e 45 anos e apenas três participantes eram do gênero masculino. Em relação à escolaridade, sete tinham ensino médio completo, um finalizou o ensino fundamental, enquanto sete possuíam o ensino fundamental incompleto. O tempo de afastamento da escola varia de 3 a 36 anos.

A ocupação no mercado de trabalho do grupo de entrevistado estava reduzida, pois seis participantes estavam “encostados pelo INSS”, quatro restringem suas atividades ao interior doméstico, uma estava desempregada e um era autônomo. Somente três estavam trabalhando

formalmente. A expressão “encostados pelo INSS” foi retirada da fala dos participantes e refere-se ao Auxílio-Doença pago pelo Previdência Social Brasileira ao trabalhador que apresenta algum comprometimento físico ou mental que o impeça de trabalhar por mais de quinze dias (Brasil, 2007). No caso dos participantes deste estudo, o comprometimento apresentado está relacionado aos transtornos ansiosos, por isso o encaminhamento para o serviço de saúde mental específico.

Sobre as características da violência vivida na escola podemos discutir alguns dados importantes. Os participantes foram solicitados a lembrar do período escolar de uma maneira geral e dos episódios marcantes ali ocorridos, e foram perguntados se já tinham visto algum comportamento de violência na escola. Todos os quinze participantes da pesquisa afirmaram se lembrar de episódios de violência escolar. Nas duas entrevistas de cada entrevistado foram citados atos de violência de professores, de diretores, assim como episódios isolados entre os colegas, além dos exemplos de *bullying* continuado, interesse do estudo.

Nas entrevistas, quando perguntados sobre situações em que foram empurrados, maltratados, isolados, que sentiram medo ou que alguém falou mal, de forma continuada e frequente, doze participantes responderam que haviam sofrido experiência semelhante na escola. Solicitados a relatarem sobre a forma\maneira como a violência ocorreu, eles evocaram a ocorrência de apelidos, que foi a forma mais constante citada. Além dos apelidos, os participantes exemplificaram outros tipos de comportamento que tipificam o *bullying*: o comportamento de isolamento ou exclusão; deboche, zombaria e risos foram também citados. A violência física também foi citada, assim como episódios de ameaça, e reação à agressão sofrida. Um participante relatou a pressão\coação para utilizar drogas ilícitas como uma forma de violência sofrida. Destaca-se, nas duas entrevistas, o número alto de relatos sobre apelidos, a grande ocorrência de relatos de exclusão ou isolamento, comportamentos de deboche ou zombaria.

Quando perguntados sobre o tempo de duração dos episódios de vitimização escolar, a maioria dos participantes citou a ocorrência durante todo o período escolar, o que destaca a frequência dos relatos de violência ao longo do período da escolarização. Em relação às perguntas sobre o local onde ocorriam os episódios de violência na escola, a maior parte dos participantes citou a sala de aula como o local de ocorrência do *bullying*, outros citaram o recreio, enquanto dois participantes mencionaram terem sofrido violência em todos os lugares da escola. Entre aqueles que citaram a sala de aula como local de ocorrência dos maus-tratos, dois disseram que ocorriam nos intervalos entre as aulas, na troca de professor. A sala de aula foi o local de ocorrência de violência mais citado nas duas entrevistas.

Questionados sobre se haviam contado a alguém sobre os episódios de violência sofrida, treze participantes afirmaram não terem contado a ninguém sobre a ocorrência de violência na escola, um participante contou para a mãe e um para a professora.

9.4 LEMBRANÇAS DE VIOLÊNCIA\VITIMIZAÇÃO

Para investigar as lembranças de violência no período escolar, os participantes foram solicitados a pensarem nas lembranças atuais\contemporâneas dos eventos da escola. Ou seja, os participantes, agora adultos, lembrando as experiências escolares. Os participantes afirmaram possuir memórias vivas do período escolar e essas memórias foram descritas por eles de várias maneiras, mas o depoimento abaixo pode ser percebido como uma síntese dos demais:

“isso sim ficou marcado. Muita coisa eu esqueci, mas esses apelidos ficaram marcados, essa vergonha, de não ter o que as outras crianças tinham, esses apelidos assim, ficaram muito marcados na minha cabeça. Eu não lembro de muita coisa, mas isso eu sempre lembro...”

A ocorrência de sonhos ou pesadelos com os eventos da escola foi relatada por seis participantes. Destaque para o trecho relativo aos sonhos e pesadelos:

“Tenho. Eu tenho muitos sonhos que eu estou sempre numa escola e eu não consigo fazer nada. Eu não consigo aquela tarefa. No meio do caminho eu me perco, numa prova eu perco o lugar, ou eu perco a prova na hora de entregar(...). Tenho. Às vezes, numa semana, tem vez de eu sonhar três ou quatro vezes. Ou então, eu estou num curso, numa competição, numa gincana, eu não consigo dar o sinal, as pessoas vão me atrapalhando... Eu peço até a Deus para eu não ficar sonhando essas coisas, que nunca dá certo. Essa é uma batalha muito grande nos meus sonhos: eu quero ir, eu quero fazer, quero continuar e não consigo”.

Outro exemplo de relato de sonhos com violência na escola:

“Às vezes eu acordava assim agitada como que eu tivesse batendo em alguém, alguém tivesse me provocando, correndo atrás de mim, me perseguindo, um pesadelo ruim mesmo, alguém ia me pegar, ia me matar, aí eu pegava arma no sonho, pegava faca e (pausa), aí eu acordava assim, sufocada, aquela coisa ruim.”

Quando questionados se os participantes já reviveram eventos semelhantes aos de maus tratos na escola na vida adulta, aqueles onze que afirmaram ter sofrido perseguições na escola, afirmaram sentir como se estivessem revivendo os eventos de vitimização novamente, como no exemplo a seguir:

“Assim (...) Quando os outros ficam olhando muito assim para mim, entendeu, aí eu fico, estão me achando magrela, não sei o quê.”

Outro trecho que exemplifica situações em que os participantes reviveram as memórias ruins do passado:

“(...) eu acho que foi só um dia no colégio da minha menina, que foi ano passado que as meninas começaram a implicar com ela, que ela é assim, num sei o quê (...) um dia uma mulher me falou que ela é antissocial, a diretora, porque ela não gosta de ter amizade. Ela gosta de ficar sozinha, não gosta de ir pro colégio com ninguém, nem voltar, na hora do recreio ela gosta de ficar sozinha. Aí uma menina lá na fila puxava o cabelo dela por trás, aí eu fui lá porque aí me veio quando eu estudava com esse menino e fez isso e isso me constrangia e dentro de sala não tinha aquele resultado.”

9.5 DISCUSSÃO

O aspecto metodológico desta pesquisa mostrou-se como um aspecto fortemente relevante e que levou ao aprofundamento na compreensão da temática desta pesquisa. O uso de duas entrevistas com o mesmo roteiro permitiu o aprimoramento do uso da técnica de entrevista semiestruturadas e possibilitou o aprofundamento dos relatos dos participantes. A segunda entrevista permitiu uma maior aproximação dos entrevistados com o tema da pesquisa, e, ao mesmo tempo, permitiu uma maior segurança do pesquisador em relação aos objetivos estabelecidos previamente. A escolha por esta forma específica de coleta de dados se deu com o objetivo de utilizar a segunda entrevista para validar as informações dadas primeiramente e também ampliá-las considerando o contato anterior como um momento de aproximação entre pesquisador e participante da pesquisa. Foi notável que no segundo encontro os participantes estavam mais à vontade e tranquilos para falarem de suas experiências, o que por sua vez não comprometeu a riqueza dos relatos e o envolvimento dos participantes com o tema da pesquisa.

Os participantes desta pesquisa não tiveram dificuldades em falar sobre lembranças de violência no período escolar. Pelo contrário: todos relataram experiências de violência dentro da escola. Citaram violência de professor, brigas isoladas entre colegas, e quando solicitados a falar da experiência específica que envolve atos repetitivos, intencionais, em que outros falaram mal, perseguiram, bateram, causaram medo ou isolamento. Grande parte dos participantes prontamente falou sobre episódios de apelidos, isolamento, perseguição entre os colegas da escola. Estes relatos foram importantes mesmo considerando a baixa escolaridade do universo de pesquisa e o tempo fora da escola (até 36 anos). Sem dificuldades os participantes relataram características da violência específica que tem sido denominada *bullying*, como as formas de ocorrência, local e frequência dos atos. Os dados fornecidos pela segunda entrevista confirmaram os dados colhidos na primeira e deram mais clareza às informações obtidas inicialmente.

Por outro lado, os pacientes não estavam inicialmente familiarizados com o diagnóstico de Ansiedade Social. Eram usuários de um ambulatório de ansiedade, incluídos neste serviço por diagnóstico de Transtorno de Pânico ou Ansiedade Generalizada, na sua maioria. O Transtorno de Ansiedade Social estava subdiagnosticado e a dificuldade de socialização não estava amarrada, ou seja, explicitada como um aspecto de comprometimento para a qualidade das relações estabelecidas. Muitos participantes ficaram surpresos em perceber mais claramente a dificuldade de lidar com

outras pessoas em locais coletivos e de desempenho, por exemplo. Portanto, a primeira parte da pesquisa que envolveu a aplicação das escalas, além de triar os participantes com ansiedade social, permitiu uma aproximação dos participantes com os próprios sintomas/sinais de ansiedade social vividos, o que facilitou o entendimento das questões sobre as consequências da vitimização e relação com a ansiedade atual.

Algumas características importantes do *bullying* citadas na literatura surgiram também nesta pesquisa. As formas das experiências escolares vividas, o tempo duração dos episódios, local de ocorrência na escola, se contou a alguém, são dados que permitiram reconhecer e referenciar as experiências ruins da escolarização. Os principais tipos de *bullying* são mencionados pelos entrevistados, com destaque para os apelidos, e para comportamentos de exclusão e isolamento, assim como aqueles nos quais os participantes sofreram de zombaria ou deboche. Segundo Calderero *et al.* (2011), a vitimização relacional parece ter maior influência no aparecimento da sintomatologia da ansiedade social. Torna-se importante um estudo mais aprofundado sobre a relação entre o *bullying* relacional e ansiedade social levando em consideração a população clínica.

Destaque para o número maior de mulheres neste universo, o que está de acordo com os dados da literatura que se refere à violência feminina. Pesquisas têm indicado que há diferenças no modo de praticar *bullying* entre meninos e meninas. O *bullying* direto é mais frequente entre os meninos, e acontece através de atos agressivos como chutes, socos, gritos e empurrões. Com as meninas, o *bullying* indireto é o mais praticado, e ocorre principalmente como prática de exclusão ou difamação, através de boatos e sussurros e também através da manipulação das relações de amizade (Binsfeld & Lisboa, 2010; Lopes Neto, 2005; Olweus, 1993; Pereira, 2008). Alguns estudos têm apontado, quando se considera a variável sexo, que quando identificada a presença de vitimização relacional, a presença de ansiedade social pode ser maior entre as meninas (Calderero *et al.*, 2011). O estudo de Calderero *et al.* (2011), que realizou uma revisão da literatura sobre a relação entre ansiedade social e “*acoso escolar*”, analisou trabalhos voltados para a população geral que afirmam que as mulheres apresentam correlações mais altas entre as variáveis analisadas.

Por outro lado, a feminilização da população alvo desta pesquisa chama a atenção para alguns dados relevantes como a maior procura pelas mulheres pelos atendimentos especializados de saúde. A literatura aponta para a maior prevalência de ansiedade social na população feminina (Kinrys & Wygant, 2005). Podemos questionar se existem alguns indicadores que permitem inferir se as mulheres que sofrem vitimização apresentam mais comprometimentos ao longo da vida. Os dados encontrados sugerem uma maior investigação sobre as implicações do *bullying* entre os gêneros. Uma vez que podemos salientar a diferença entre as práticas de *bullying* entre os meninos e meninas, talvez também possamos falar em diferentes marcas deixadas por essas práticas específicas. No entanto, resposta para estes questionamentos somente serão possíveis após novas investigações empíricas. O gênero é uma das variáveis fundamentais para a compreensão

do *bullying* e suas características e dá suporte às medidas de intervenção a serem implementadas (Lourenço & Pereira, 2011; Pimenta *et al.*, 2011).

REFERÊNCIAS

- Almeida, A. M. T. (2000). *As relações entre pares em idade escolar*. Braga: Bezerra.
- Almeida, A., Lisboa, C., & Caurcel, M. J. (2007) ¿Por qué Ocurren los Malos Tratos entre Iguales? Explicaciones Causales de Adolescentes Portugueses y Brasileños. *Revista Interamericana de Psicología/Interamerican Journal of Psychology*, 41 (2), 107-118.
- American Psychiatric Association (1994). *Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders - Fourth Edition: DSM-IV*. 4th ed. Washington (DC): American Psychiatric Association.
- Assis, S.G., & Marriel, N.S.M. (2010) Reflexões sobre violência e suas manifestações na escola. In: Assis, S.G., Constantino, P., & Avanci, J. Q., orgs. *Impactos da violência na escola: um diálogo com professores* [online]. Rio de Janeiro: Ministério da Educação/ Editora Fiocruz. 41-63.
- Avilés, M. J., Irurtia, M. J., García-Lopez,, L. J. & Caballo,V. E. (2011). El maltrato entre iguales: "Bullying". *Behavioral Psychology / Psicología Conductual*, 19(1), 57-90.
- Barbosa, A. G., Lourenço, L. M. & Pereira, B. (orgs.) (2011). *Bullying: Conhecer e intervir*. Juiz de Fora: Ed UFJF.
- Bardin, L. (2010). *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70.
- Barlow, D. H. (1999). *Manual Clínico dos Transtornos Psicológicos*. 2ªed. Porto Alegre: Artmed.
- Bejerot, S. & Mortberg, E. (2009). Do Autistic Traits Play a Role in the Bullying of Obsessive-Compulsive Disorder and Social Phobia Sufferers? *Psychopathology*, v. 42 (3), 170-176.
- Binsfeld, A. R. & Lisboa, C. S. M. (2010). Bullying: Um estudo sobre papéis sociais, ansiedade e depressão no contexto escolar do Sul do Brasil. *Interpersona*, 4(1), 74-105.
- Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. (2005). *Impacto da violência na saúde dos brasileiros*. Brasília: Ministério da Saúde.
- Brasil. Ministério da previdência Social. (2007). *Panorama da Previdência Social Brasileira*. Brasília: Ministério da Previdência Social.
- Caballo, V. E., Arias, B., Calderero, M., Salazar, I. C. & Irurtia, M. J. (2011). Acoso escolar y ansiedad social em niños (I): Análisis de su relación y desarrollo de nuevos instrumentos de evaluación. *Behavioral Psychology / Psicología Conductual*, 19(3), 591-609.

- Caballo, V. E., Calderero, M., Carrillo, G. B., Salazar, I. C. & Irurtia, M. J. (2011). Acoso escolar y ansiedad social em ninos (II): Uma proposta de intervención em formato lúdico. *Behavioral Psychology / Psicología Conductual*, 19(3), 611- 626.
- Calderero, M., Salazar, I.C. & Caballo,V. E. (2011). Uma revisão de lãs relaciones entre El acoso escolar y la ansiedade social. *Behavioral, Psychology/Psicologia Conductual*.19(2), 393-419.
- Craig, W. M. (1998). The relationship among Bullying, victimization, depression, anxiety, and aggression in elementary school children.*Perso. Individ. Diff.*, 24 (1), 123-130.
- Cunha, J. A. (2001) Manual da versão em português das Escalas Beck - Casa do Psicólogo, São Paulo.
- García-López, L. J., Irurtia, M. J, Caballo, V. E.& Díaz-Castela, M. M. (2011). Ansiedad social y abuso psicológico. *Behavioral Psychology / Psicología Conductual*, 19(1), 223-236.
- Gauer, G. J. C., Zogbi, H., Beidel, D. C., & Rodriguez, J. O. (2006). Fobia social na infância e adolescência: Aspectos clínicos e de avaliação psicométrica. *Psico.*, 37 (3), 263-269.
- Hamilton, L. D., Newman, M. L., Delville, C. L., & Delville, Y. (2008). Physiological stressresponses of young adults exposed to bullying during adolescence. *Physiology e Behavior*, 95, 617-624.
- Kinrys, G. & Wygant, L. E. (2005). Transtornos de ansiedade em mulheres: gênero influencia o tratamento? *Rev Bras Psiquiatr.* 27(2), 43-50.
- Liebowitz, M. R., Gorman, J. M., Fyer, A. J., & Klein, D. F. (1985). Social Phobia: Review of a Neglected Anxiety Disorder. *Arch Gen Psychiatry*, 42 (7), 729-736.
- Lisboa, C., Braga, L. L., & Ebert, G. (2009). O fenômeno *bullying* ou vitimização entre pares na atualidade: definições, formas de manifestação e possibilidades de intervenção. *Contextos Clínicos*, 2(1), 59-71.
- Lopes Neto, A., & Saavedra, L. H. (2003). *Diga não para o bullying – programa de redução do comportamento agressivo entre estudantes*. Rio de Janeiro: ABRAPIA.
- LopesNeto, A. (2005). Bullying: Comportamento Agressivo entre Estudantes. *Jornal de Pediatria (Rio de Janeiro)*, 81(5), 164-172.
- Lourenço, L. M., Pereira, B., Paiva, D. P., & Gebara, C.A. (2009). Gestão Educacional e o Bullying: um estudo em escolas portuguesas.*Interações*, 13, 208-228.
- Mannuzza, S., Schneier, F. R., Chapman, T. F., Liebowitz, M. R., & Klein, D. F. (1995) Generalized social phobia. Reliability and validity.*Arch Gen Psychiatry*, 123, 218-221.

- McCabe, R. E., Antony, M. M., Summerfeldt, L. J., Liss, A., & Swinson, R. P. (2003). Preliminary examination of the relationship between anxiety disorders in adults and self-reported history of teasing or bullying experiences. *Cognitive Behavior Therapy*, 32 (4), 187-193.
- McCabe, R. E., Miller, J. L., Laugesen, N., Antony, M. M., & Young, L. (2010). The Relationship between anxiety disorders in adults and recalled childhood teasing. *Journal of Anxiety Disorders*, 24, 238-243.
- McGrath, M. J. (2007). *School bullying: tools for avoiding harm and liability*. Thousand Oaks, CA: Corwin Press.
- Mora-Merchán, J. A. (2006). Las estrategias de afrontamento, ¿mediadoras de los efectos a largo plazo de las víctimas de bullying? *Anuario de Psicología Clínica y de la Salud*, 2, 15-26.
- Nardi, A. E. (2000). Complicações e limitações. In *Transtorno de ansiedade social: fobia social – a timidez patológica*. Rio de Janeiro: Medsi, pp 51-57.
- Nutt, C. Ballenger, J. (2010). *Transtornos de Ansiedade: Transtorno de pânico e Transtorno de Ansiedade Social*. Rio de Janeiro: Ed MedLine.
- Olweus, D. (1991). Bully/victim problems among school children: Basic facts and effects of a school based intervention program. In D. Pepler & K. Rubin (Eds.), *The and treatment of childhood aggression* (pp. 411-448). Hillsdale: Erlbaum.
- Pelegri, A. D., & Bartini, M. (2000). A longitudinal study of bullying, victimization, and peer affiliation during the transition from primary school to middle school. *American Educational Research Journal*, 37(3), 699-725.
- Pereira, B., Mendonça, D., Neto, C., Valente, L., & Smith, P. K. (2004). Bullying in Portuguese Schools. *School Psychology International*, 25 (2), 207-222.
- Pereira, B. (2006). Prevenção da violência em contexto escolar: Diagnóstico e programa de intervenção. In João Clemente de Souza Neto e Maria Letícia B. P. Nascimento. *Infância: Violência, Instituições e Políticas Públicas*. São Paulo, Expressão e Arte Editora, 43-51.
- Pereira, B. (2008). *Para uma escola sem violência. Estudo e prevenção das práticas agressivas entre crianças*. 2 ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian e Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT). *Textos Universitários de Ciências Sociais e Humanas*. 363p.
- Pereira, B., Nunes, B., Lourenço, L., Silva, M. I., Santos, M., Costa, P., & Pereira, V. (2009). *Relatório do projecto de diagnóstico e intervenção sobre o Bullying nas escolas de Bragança*. Universidade do Minho, Portugal.

- Pereira, B., Silva, M. I. & Nunes, B. (2009). Descrever o Bullying na escola: estudo de um agrupamento de escolas no interior de Portugal. *Rev. Diálogo Educ.* 9(28), 455-466.
- Piedra, R. R. (2006). Crianças contra crianças: o bullying, uma perturbação emergente. *An Pediatr*, 1 (2), 101-104.
- Pimenta, E., Pereira, B & Lourenco, L. M. (2011). Bullying: efeitos de um programa de intervenção no recreio escolar. In: Barbosa, A. J.; Lourenço, L. M. & Pereira, M. B. (Orgs.). *Bullying. Conhecer & intervir*. Juiz de Fora, Editora UFJF.
- Rivers, I. (2001). Retrospective reports of school bullying, stability of recall and its implications for research. *The British Journal of developmental psychology*, 19, 129–142.
- Roth, D. A., Meredith, M. E., & Heimberg, R. G. (2002). The relationship between memories for childhood teasing and anxiety and depression in adulthood. *Journal of Anxiety Disorders*, 16(2), 149-164.
- Smith, P., & Sharp, S. (1994). *School bullying: insights and perspectives*. London; New York – Routledge.
- Smith, P., Pepler, D. & Rigby, K. (Eds.) (2004). *Bullying in schools. How successful can interventions be?* Cambridge: University.
- Stelko-Pereira, A. C., & Williams, L. C. A. (2010). Reflexões sobre o conceito de violência escolar e a busca por uma definição abrangente. *Temas em Psicologia*, 18 (1), 45-55.
- Storch, E. A., Roth, D. A., Coles, M. E., Heimberg, R. G., Bravata, E. A., & Moser, J. (2004). The measurement and impact of childhood teasing in a sample of young adults. *Journal of Anxiety Disorders*, 18, 681–694.
- Storch, E.A. Masia-Warner, C. L. Bressard, M.R. (2003). The relationship of peer victimization to social anxiety and loneliness in adolescence. *Child Study Journal*, 33(1), 384-403.
- Tavares, F. S. Lourenço, L. M. (2010). Levantamento bibliométrico sobre bullying e fobia social. In: *I Seminário Internacional “Contributos da Psicologia em Contextos Educativos”*, (1461-1470), Braga. Anais do I Seminário Internacional “Contributos da Psicologia em Contextos Educativos”.
- Terra, M. B. (2005). *Fobia Social e Alcoolismo: um estudo da comorbidade*. Tese de Doutorado, Universidade Federal de São Paulo, São Paulo.

PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS SOBRE O USO DE JOGOS ELETRÔNICOS VIOLENTOS E SUA RELAÇÃO COM O *BULLYING* EM ADOLESCENTES DE UMA ESCOLA PÚBLICA DA CIDADE DE JUIZ DE FORA

THIAGO VIRGÍLIO DA SILVA STROPPA
CLARA EFFGEN LADEIRA
GABRIELE SANTOS DE AMORIM
GABRIEL HENRIQUE VELOZO GONÇALVES
DANIEL ALEXANDRE GOUVÊA GOMES
LELIO MOURA LOURENÇO

10.1 INTRODUÇÃO

Ao longo dos anos os jogos eletrônicos têm ganhado cada vez mais popularidade no mercado mundial, representando um tipo de mídia em ascensão. Atualmente representam um tipo de entretenimento que fornece ao público opções como jogar *offline*, jogar *online*, sozinho, com amigos, com desconhecidos ou ainda assistir outras pessoas jogando em “*lives*” e campeonatos fazendo com que o mercado arrecade bilhões por ano. Segundo a Associação Brasileira das Empresas Desenvolvedoras de Jogos Eletrônicos (Abragames), no ano de 2014 o Brasil já era o quarto maior consumidor de jogos eletrônicos do mundo, com 61 milhões de usuários (Fleury *et al.*, 2014; Lima, 2015).

Tal popularidade desperta o interesse, não só de cientistas e pesquisadores, mas também da sociedade em geral, sobre quais os efeitos psicológicos e comportamentais que o uso de videogames pode causar, principalmente aqueles que possuem características violentas. (Braga *et al.*, 2020). Para filtrar e bloquear o acesso de crianças e adolescentes a conteúdos impróprios

existem as classificações indicativas, por exemplo, França, Espanha e Reino Unido utilizam a *Pan-European Game Information* (PEGI - <https://pegi.info/>); Estados Unidos, México e Argentina utilizam a *Entertainment Software Rating Board* (ESRB - <https://www.esrb.org/>); o Brasil utiliza a Classificação Indicativa (ClassInd - <https://www.justica.gov.br/seus-direitos/classificacao/guia-pratico>), que foi construída pelo próprio país e se destina não somente a jogos, mas a qualquer obra audiovisual destinada à distribuição como: aplicativos, televisão, cinema e “*role-playing game*” (RPG) (Filitto, 2018).

Neste sentido, cabe apontar a importância da IARC (International Age Rating Coalition - <https://www.globalratings.com/>) que, fundada em 2013 e administrada por diversas autoridades de classificação de jogos do mundo, fornece um processo de classificação etária simplificado para jogos e aplicativos digitais através de um método pelo qual os desenvolvedores obtêm classificações etárias ao responder um conjunto de perguntas sobre o conteúdo do seu jogo/aplicativo. Essas respostas geram automaticamente classificações etárias diferentes em cada território participante e uma classificação genérica para o resto do mundo. O sistema IARC, atualmente, abarca autoridades de classificação que representam coletivamente 1,5 bilhões de pessoas em suas regiões de cobertura. Dentre as parcerias da IARC, estão, dentre outras, a Classificação Indicativa (ClassInd – Brasil), a ESRB e a PEGI citadas anteriormente. A IARC também conta com parcerias com diversas lojas virtuais, como por exemplo, Google Play, Microsoft Store, Playstation Store e Origin dentre outras.

A ClassInd se encontra descrita no 3º Guia Prático de Classificação Indicativa, organizado pela Secretaria Nacional de Justiça (2018) e amparado pela Constituição Federal (1988) e o Estatuto da Criança e do Adolescente, na Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990, além da Portaria MJ nº368/2014 (Ministério da Justiça e Segurança Pública, 2014) que foi debatida por entidades da sociedade civil e participação direta dos cidadãos por consulta pública *online* e entrou em vigor em 2014, substituindo as demais portarias de classificação vigentes até então. É válido salientar que a Classificação Indicativa é apenas uma ferramenta construída pelo Ministério da Justiça que visa informar sobre o conteúdo presente no produto, mas que não anula o dever dos pais ou responsáveis de cuidar e avaliar o conteúdo de mídia que está sendo consumido pelas crianças e adolescentes (Braga *et al.*, 2020). De acordo com o guia da Secretaria Nacional de Justiça (2018), a classificação possui seis símbolos padronizados de cores específicas para cada uma das faixas-etárias pré-estabelecidas. Para relacionar as tendências de indicação com a idade de quem vai consumir o material, a classificação é dividida em três critérios, sendo eles violência, sexo e drogas.

A ESRB, por sua vez, é uma instituição que busca classificar os jogos de acordo com idade adequada para o jogo e o conteúdo presente no mesmo. A classificação ESRB possui seis categorias de classificação indicativas para idades, sendo elas: para todos, para maiores de 10 anos, para adolescentes, para maiores de 17 anos, para maiores de 18 anos e classificação pendente. São 30 descritores de conteúdo que podem ser aplicados em relação à categoria atribuída, dentre eles cinco relacionados à violência e três relacionados a sangue (www.esrb.org).

Adentrando o tema do *bullying*, Neto (2011) e Hutchings e Clarkson (2015) apresentam este fenômeno como ato repetitivo de violência física, psicológica ou ambos, que ocorre entre pares, onde há uma relação desigual de poder entre o agressor e a vítima. Ainda segundo Neto (2011), tais atos podem ser expressos através de *bullying* físico, psicológico, moral, verbal, sexual, social, material ou ainda virtual conhecido também como “*cyberbullying*”. Podendo acontecer de forma direta como, por exemplo, xingamentos e apelidos ofensivos; ou indireta, através de boatos e intrigas.

Uma pesquisa realizada em escolas de 79 países entre 2003 e 2011, identificou que, entre jovens de 11 a 16 anos de idade, 30% deles relataram já terem sido vítimas de *bullying* (Elgar *et al.*, 2015). No Brasil, de acordo com a Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar, conhecida como “PeNSE”, e realizada pelo IBGE, mostra em suas três edições um crescimento da taxa de *bullying* no país. Comparando a primeira e a última edição, encontrou-se que a taxa de estudantes que relataram sempre sofrer *bullying* em 2009 foi de 5,4%, enquanto os que relataram sofrer *bullying* raramente ou às vezes foi de 24,4% (IBGE, 2009). Em 2015, estudantes que relataram sempre sofrer *bullying* subiu para 7,4%, enquanto estudantes que relataram sofrer *bullying* raramente ou às vezes subiu para 30,9% (IBGE, 2016).

Por conta dos riscos que, não apenas o *bullying*, mas a violência escolar de forma geral pode acarretar aos envolvidos como, por exemplo, o comprometimento do relacionamento interpessoal e baixa autoestima, esta temática tem se destacado na literatura (Silva *et al.*, 2011). Para Olweus *et al.* (2018), ser vítima de *bullying* está associado e, muito provavelmente, é a causa direta de problemas psicológicos, sociais, acadêmicos e de saúde mental para as vítimas (Wolke & Lereya, 2015); já os agressores, desenvolvem problemas, geralmente de natureza mais externalizante, como comportamento antissocial, criminalidade e uso de drogas (Ttofi *et al.*, 2011). Por conta disso, a discussão sobre videogames violentos terem influência em comportamentos violentos ou não se faz ainda mais relevante.

De acordo com uma pesquisa realizada no Canadá por Bajovic (2013), mais de 100 jovens, com idades de 13 a 14 anos, tinham como principal forma de entretenimento os jogos eletrônicos, sendo mais da metade dos participantes tendo preferência por jogos violentos. As conclusões do estudo indicam que a superexposição desses jovens pode influenciar de forma negativa em alguns aspectos comportamentais como distanciamento de sentimentos como confiança e preocupação com o próximo. Apesar disso, o estudo salienta que alguns resultados finais concluem que nem todo jovem que está exposto à mesma condição dos jovens estudados pode vir a despertar os mesmos sintomas.

Em corroboração com o estudo de Bajovic (2013), uma publicação realizada pela Associação Americana de Psicologia (APA, 2015), analisou a literatura publicada entre 2005 a 2013 apontando que a exposição em excesso a jogos violentos poderia desencadear comportamentos infantis violentos. O estudo corrobora que mesmo que as variáveis “jogos violentos” e “violência criminal” não estejam diretamente relacionadas, ou, ainda, que o uso de videogames não possa causar qualquer alteração neurológica aos usuários, os conteúdos violentos podem estimular pensamentos agressivos, além de poder causar também uma diminuição do comportamento pró-social ou no sentimento de

empatia. Por outro lado, recentemente, em 2020, a própria APA divulgou uma resolução atualizada reafirmando sua posição de que não existem evidências científicas suficientes para apoiar uma relação causal entre o uso de videogames violentos e comportamentos violentos (APA, 2020).

Em 2015, foi publicada uma pesquisa feita por Markey *et al.* (2015), que buscou analisar a venda de jogos com os índices de condutas agressivas e homicídios durante os anos de 1978 a 2011. A pesquisa obteve uma porcentagem de 95% favorável à ideia de que crimes violentos e jogos não tem uma correlação significativa. Além disso, também foi analisado o período de lançamento de jogos de classificação “*Mature*” nos EUA - destinados a maiores de 17 anos por conter violência em excesso - e nos resultados os autores apresentam que os índices de crimes violentos diminuíram após o lançamento desses jogos (Markey *et al.*, 2015). Por fim, um estudo realizado em Londres por Przybylski e Weinstein (2019) pesquisou a utilização de jogos violentos por jovens utilizando mais de duas mil pessoas entrevistadas, entre elas jovens de 14 e 15 anos e seus responsáveis. A partir da análise estatística dos dados, os autores concluíram que as variáveis comportamentos agressivos e jogos violentos não possuíam relação significativa (Przybylski & Weinstein, 2019).

Neste ponto, cabe salientar que o presente capítulo não tem a intenção de simplesmente culpabilizar os jogos eletrônicos por uma possibilidade de relação com comportamentos de *bullying* ou qualquer outra forma de manifestação de violência. Sabe-se, inclusive, que pesquisas de vários anos atrás até as mais atuais têm demonstrado que os jogos eletrônicos têm potenciais muito positivos, como, por exemplo, o desenvolvimento de habilidades visuoespaciais, motoras e de localização; na melhora na habilidade espacial, na atenção, na motivação dentre outros (Alves & Carvalho, 2011; Ferguson, 2007; Griffiths, 1997; Krahé, 2014). Portanto, entende-se que o potencial positivo dos jogos ainda vem sendo descoberto com as pesquisas que são desenvolvidas e considera-se que este é um importante campo que também demanda atenção e pode ser muito ampliado.

Como visto, a literatura não é conclusiva sobre esta temática, é possível encontrar tanto resultados que apontam para a existência de uma relação entre videogames violentos e comportamentos violentos quanto o oposto. Dentre essas formas de violência, encontra-se o *bullying* que também vem sendo investigado em sua possível relação com videogames violentos. Todavia, os resultados obtidos nas pesquisas encontram-se divergentes, enquanto alguns apontam para a existência de correlação (Castro-Sánchez *et al.*, 2020; Katapally *et al.*, 2018; Teng *et al.*, 2020), outros direcionam para a inexistência da mesma (Ferguson & Colwell, 2018; Ferguson & Wang, 2019; Gomes *et al.*, 2017). Esses estudos ainda obtêm resultados divergentes, como aponta a revisão de literatura de Stroppa *et al.* (no prelo), na qual dos 16 artigos encontrados acerca dessa temática, 56,25% apresentaram correlação entre *bullying/cyberbullying* e videogames violentos, 31,25% não apresentaram tal correlação e 12,5% obtiveram resultados inconclusivos. Dessa forma, são necessárias maiores investigações acerca da possibilidade de relação entre videogames violentos e *bullying*, até mesmo, pelo fato que, como é salientado por Matos *et al.* (2010), o *bullying* demanda atenção, pois apresenta-se como um fenômeno extremamente prejudicial para o desenvolvimento saudável de jovens, tanto psíquico, quanto físico.

Tendo em vista a permanência de lacunas diante dos diversos tipos de resultado e com o objetivo de investigar o cenário atual no que tange o *bullying* e o uso de jogos violentos, o presente estudo buscou investigar como este cenário se apresenta em duas turmas de uma escola pública da cidade de Juiz de Fora, Minas Gerais, sendo feito ao todo a aplicação de questionários em 33 alunos.

10.2 MÉTODO

O presente estudo foi realizado em uma escola pública localizada em um bairro periférico da cidade de Juiz de Fora – Minas Gerais. Realizou-se contato com o diretor da escola que apoiou e autorizou a participação da mesma. Os alunos, por serem menores de idade, assinaram o termo de assentimento e seus responsáveis assinaram o termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE) autorizando a participação dos menores. Cabe apontar que todas as determinações éticas foram seguidas, sendo que a pesquisa foi submetida e aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa Humana – UFJF sob o parecer 1.455.425.

A pesquisa abordou duas turmas do ensino fundamental II desta escola pública, mais especificamente uma turma do sexto ano e uma turma do sétimo ano, totalizando 33 alunos; sendo 18 alunos do sexto ano (54,5%) e 15 alunos do sétimo ano (45,5%). Para caracterização da amostra, tem-se idade mínima de 11 e máxima de 15 anos, média de idade de 12,42 anos e desvio padrão 0,867 anos. Foram 19 respondentes do sexo masculino (57,6%) e 14 do sexo feminino (42,4%). No que concerne a religião, a maioria dos respondentes apontou ser evangélico, 15 no total (45,5%); seguido de: católico 13 (39,4%), não tem religião 3 (9,1%), umbanda 1 (3%) e, por fim, um participante que não tem religião definida (3%). Em relação ao grupo étnico 13 respondentes se declararam brancos (39,4%), 13 pardos (39,4%) e 7 negros (21,2%).

Foram utilizados três questionários como instrumentos: sociodemográfico, questionário de utilização de videogames e Questionário de Bullying de Olweus. Os dados dos três questionários foram tabulados em um software estatístico de livre acesso. O primeiro questionário foi utilizado para caracterização da amostra, que inclui perguntas sobre idade, sexo, grupo étnico, entre outras; a construção foi baseada nas regras estabelecidas pela Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa (ABEP, 2019).

O segundo questionário, sobre utilização de videogames, foi elaborado especificamente para esta pesquisa com base na realização de uma revisão de literatura acerca do tema. Foi realizado contato por e-mail com três autores (Craig Anderson, Douglas A. Gentile e Christopher J. Ferguson), importantes referências na área, que gentilmente forneceram seus respectivos materiais/questionários para que os mesmos pudessem servir como base para a elaboração das perguntas que formaram o questionário atual. Após a elaboração do questionário sobre o uso de videogames, o mesmo passou pelo crivo de juízes especialistas para a avaliação dos itens. A

opção de criação do questionário é subsidiada pela inexistência de instrumento padronizado para mensuração da utilização de videogames. Sendo assim, o questionário aborda questões sobre utilização de videogames, tempo de uso, controle parental na quantidade de horas jogadas e restrição a jogos específicos, dentre outras. Ademais, ele inclui uma parte final para detalhamento dos cinco jogos mais utilizados pelos participantes. Destaca-se que a introdução das perguntas sobre jogos mais utilizados foi realizada primeiramente no estudo de Anderson e Dill (2000), posteriormente incorporadas em outras pesquisas, com variações entre dois a cinco jogos.

Cabe apontar que, para a classificação dos jogos em relação a classificação indicativa e descritores do jogo, assim como para a definição se é um jogo violento ou não, foram realizadas buscas no site da ESRB (www.esrb.org) para cada título de jogo. Para os jogos “mobile” foram utilizadas as classificações da própria Google Play Store (<https://play.google.com/store>), e de acordo com a própria plataforma, a classificação do conteúdo de aplicativos (apps) e jogos indica o nível de maturidade deles, sendo os desenvolvedores de apps e a IARC responsáveis pelas classificações. Neste sentido, foram classificados como jogos violentos todos os jogos que apresentavam em seus descritores o termo violência, mesmo que seja violência em desenhos ou fantasia, por exemplo. A utilização desta classificação da ESRB é recomendada pela literatura, pois ela apresenta grande vantagem em relação aos estudos que solicitam para que os próprios respondentes classifiquem a violência presente nos jogos, pois essa classificação pelo próprio usuário pode ser enviesada e não corresponder a realidade presente no jogo (Ferguson & Colwell, 2018).

O terceiro questionário foi desenvolvido por Olweus (1993), com tradução e adaptação realizada pelo Centro de Formação de Professores e Educadores de Infância, da Universidade do Minho em Portugal, especificamente por Pereira e Tomás (1994), revisado em 2006. A partir desta versão portuguesa, foi traduzido e adaptado para o Brasil por Barbosa (2010). O questionário é de autorrelato, dirigido a crianças e adolescentes e conta com 42 questões, entre questões abertas e fechadas. É dividido em quatro blocos, o primeiro bloco é para caracterização do participante; o segundo bloco destaca o envolvimento em *bullying* enquanto vítima; o terceiro bloco enfatiza a prática do *bullying* como agressor; e o quarto bloco é referente ao ambiente escolar, como companhias e espaços de recreação.

Na análise dos questionários de *bullying*, os participantes foram classificados como vítimas, agressores, vítimas/agressoras e não envolvidos diretamente. Os critérios para essa definição seguiram estudos relativos à temática, que também utilizaram adaptações do questionário de *bullying* (Oliveira & Barbosa, 2012; Zequinão *et al.*, 2016). Sendo assim, foram considerados como vítimas os sujeitos que apontaram, na questão específica, terem sofrido por três ou mais vezes qualquer tipo de agressão. Por sua vez, foram considerados como agressores os respondentes que cometeram três ou mais vezes qualquer tipo de agressão. Já a classificação de vítimas/agressoras descreveu os sujeitos que apresentaram as duas condições apresentadas anteriormente.

10.3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nesta seção, primeiramente, serão apresentados e discutidos, com base na literatura, os resultados obtidos em relação à utilização de vídeo games, posteriormente adentra-se ao tema do *bullying* e, finalizando esta etapa do texto, será abordada a temática da relação entre o uso de videogames violentos e o envolvimento em situações de *bullying*.

Todos os 33 respondentes (100%) utilizam videogames/jogos eletrônicos. Um importante resultado diz respeito ao monitoramento dos pais/responsáveis em relação ao uso de jogos eletrônicos por crianças e adolescentes, isto porque, 21 respondentes (63,6%) relataram que seus pais/responsáveis controlam a quantidade de tempo que eles utilizam os jogos eletrônicos e 11 (33,3%) apontaram que não existe esse controle; 1 participante (3%) não respondeu essa questão. Entretanto, no que diz respeito aos jogos e seus conteúdos, esses dados mudam, pois, de acordo com 19 participantes (57,6%), os pais/responsáveis não controlam o jogo que eles utilizam, enquanto 14 (42,4%) apontaram que exercem sim esse controle do jogo, impondo algumas restrições ou proibições para alguns jogos específicos.

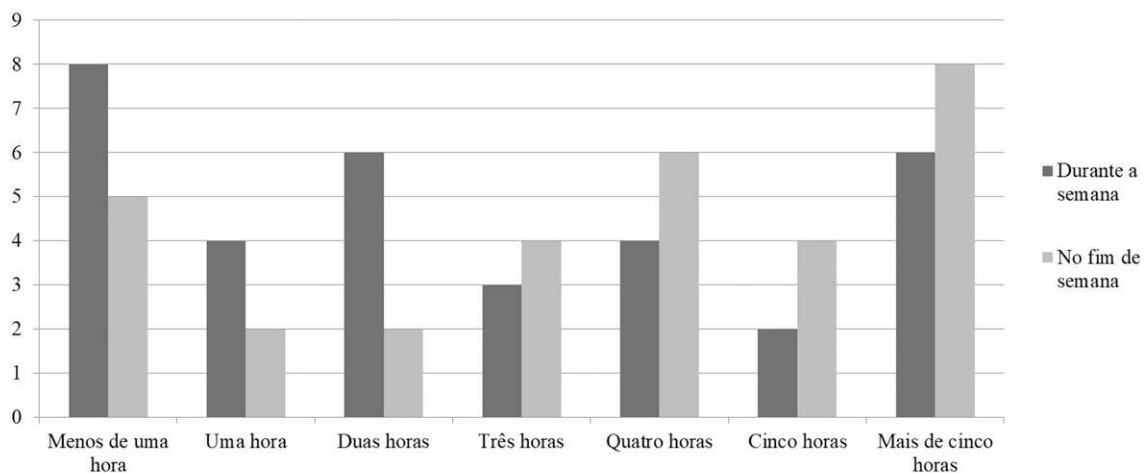
Neste sentido, devemos tecer breves considerações sobre o controle parental, pois esta é uma importante ferramenta para evitar a exposição de crianças e adolescentes a conteúdos impróprios presentes nos jogos. Existem quatro formas de controle parental: a) Supervisão; b) Mediação restritiva; c) Mediação ativa/instrutiva; e, por fim, d) Co-participação dos jogos (DeCamp, 2019; Zhai *et al.*, 2019). Portanto, apesar de ser muito importante, não é suficiente que os jogos sejam corretamente classificados pelas agências, pois também é necessário que os pais/responsáveis estejam cientes dessas classificações, as entendam e exerçam formas de controle parental.

Os participantes também responderam a uma pergunta fechada sobre, normalmente, quantos dias por semana eles utilizam vídeo games/jogos eletrônicos, sendo suas respostas as seguintes: a) “Nenhum dia”: 1 (3%); b) “Um dia”: 1 (3%); c) “Dois dias”: 4 (12,1%); d) “Três dias”: 4 (12,1%); e) “Quatro dias”: 3 (9,1%); f) “Cinco dias”: 0; g) “Seis dias”: 1 (3%) e, por fim, h) “Todos os dias”: 19 (57,6%). Neste sentido, pode-se observar que a maioria dos alunos utiliza videogames/jogos eletrônicos todos os dias, mostrando como o uso desta forma de tecnologia realmente faz parte do cotidiano destes alunos.

Ao observar a Figura 1, que apresenta o gráfico com o tempo médio por dia, em horas, que os respondentes costumam utilizar videogames/jogos eletrônicos durante a semana e no fim de semana, é possível observar que durante a semana as menores frequências de horas são mais recorrentes. Entretanto, para o fim de semana, as maiores frequências de horas são mais recorrentes, indicando que, aos finais de semana, existe um possível aumento na utilização de videogames/jogos eletrônicos por estes alunos. Cabe apontar também que existe um grande número de respondentes que utilizam videogames/jogos eletrônicos por um longo período diário, considerando, por exemplo, um recorte de três horas diárias, temos que 15 respondentes

(45,45%) durante a semana e 22 (66,66%) durante o fim de semana utilizam videogames/jogos eletrônicos por pelo menos três horas diárias. No extremo do gráfico, também observamos que 6 respondentes (18,18%) durante a semana e 8 (24,24 para o fim de semana) tem uma alta média diária, com mais de cinco horas por dia. Dois respondentes não sinalizaram a quantidade de horas que dedicam aos jogos nos finais de semana. Sendo assim, o n válido para essa variável é de 31 participantes.

Figura 1 - Tempo médio, em horas, que os participantes utilizam videogames/jogos eletrônicos por dia durante a semana e no fim de semana.



A Sociedade Brasileira de Pediatria (SBP), através de uma cartilha com orientações sobre o uso de aparelhos tecnológicos (SBP, 2019), recomenda que o tempo de tela dos seis aos onze anos deve ser limitado a no máximo duas horas diárias; já para idades entre 11 e 18 anos, o tempo de telas e videogames deve ser limitado a 2-3 horas por dia. Ainda dentro deste contexto, o crescente aumento da prática dos jogos eletrônicos reflete a diminuição, aos poucos, da vivência das brincadeiras e jogos populares, como por exemplo, pega-pega, amarelinha, pipa, esconde-esconde, pião, bola de gude, entre outras (Freire & Guerrini, 2016). A mesma publicação da SBP (2019), citada anteriormente, ainda enfatiza a importância e recomenda que sejam oferecidas alternativas para atividades esportivas, exercícios ao ar livre ou em contato direto com a natureza. De acordo com estas recomendações é possível perceber que cerca de 60% da amostra atende as recomendações da SBP, com a utilização entre 0-3 horas de jogos diários durante a semana. Em contrapartida, aos finais de semana, esse número cai para cerca de 40%. Vale ressaltar que nos finais de semana os participantes não estão em aula, o que pode ser uma variável de influência para o aumento da quantidade de tempo destinada à utilização de jogos eletrônicos.

Nesta etapa dos resultados, em relação aos jogos apontados pelos respondentes, tem-se que foram obtidas 121 respostas como jogos que eles mais utilizam. Dessas 121 respostas, com

títulos de jogos repetidos, 74 títulos são classificados como jogos violentos, o que representa aproximadamente 61,16% dos jogos mais utilizados. Ainda no que tange aos jogos violentos, 29 participantes (87,9%) responderam pelo menos um jogo violento e apenas 4 participantes (12,1%) não responderam nenhum jogo violento como um dos cinco jogos que mais utiliza. Dando prosseguimento a esses resultados, aqui será apresentado quantos jogos violentos cada respondente elencou como o mais utilizado, sendo que: a) zero jogos violentos foram respondidos por 4 participantes (12,1%); b) um jogo violento por 11 participantes (33,3%); c) dois jogos violentos por 4 (12,1%); d) três jogos violentos por 4 participantes (15,2%); e) quatro jogos violentos por também por 5 participantes (15,2%); e, por fim, f) cinco jogos violentos foram apontados por 4 participantes (12,1%).

Neste sentido, cabe enfatizar que os jogos eletrônicos violentos estão sim presentes nas atividades dos alunos participantes da pesquisa, sendo que apenas 12,1% dos participantes (quatro) não relataram nenhum jogo violento entre os cinco jogos que mais utiliza. Apesar de ser um contexto consideravelmente diferente, estes dados encontrados estão de acordo com Bajovic (2013), que, como exposto anteriormente neste texto, constatou, em um estudo realizado no Canadá, que os jovens pesquisados tinham como principal forma de entretenimento a utilização de jogos eletrônicos e que, a maioria deles, apresentava preferência por jogos violentos. Já em Portugal, no ano de 2013, foi realizada uma sondagem com 2303 sujeitos desde o 5º ano de escolaridade (10 anos) até ao Ensino Universitário (Mestrado). Os resultados também apontaram que os jogos contendo violência e violência extrema apresentam maior interesse por parte dos jogadores do gênero masculino, com exceção do jogo Grand Theft Auto (GTA) que ocupou posição de destaque também para o gênero feminino (Carvalho & Araujo, 2014).

Os jogos foram agrupados de acordo com a franquia de cada jogo e todos que apresentaram mais de duas respostas podem ser vistos na tabela abaixo (Tabela 1). Neste sentido, cabe apontar que, dos 33 participantes, 16 responderam que “Free Fire” é um dos seus jogos mais utilizados (aproximadamente 48,48% dos respondentes); 9 apontaram o jogo de futebol “FIFA” (FIFA, FIFA 18, 19, 20 ou FIFA Street) e 9 sinalizaram o “GTA” (GTA, GTA V, GTA Online ou GTA San Andreas), o que representa, aproximadamente 27,27% dos respondentes. A Tabela 1 apresenta, além dos títulos dos jogos que foram respondidos pelo menos duas vezes, suas respectivas classificações indicativas, seus descritores, as classificações dos jogos como violento ou não, e suas frequências de respostas. A classificação indicativa foi realizada de acordo com o site da ESRB (os descritores de conteúdo foram mantidos em inglês para evitar perdas de sentido nos termos) e para os jogos não classificados pela ESRB (em geral jogos *mobile*) a classificação foi consultada através do Google Play Store (termos já apresentados em português).

Tabela 1 - Classificações, descritores e frequência absoluta de resposta dos jogos

Título do jogo	Classificação indicativa	Descritores de conteúdo	Jogo violento	N
Free Fire	14 anos	Violência.	Sim	16
FIFA (ou FIFA 18, 19, 20 ou street)	Everyone	No Descriptors.	Não	9
GTA (ou GTA V, Online ou San Andreas)	Mature 17+	Blood and Gore; Intense Violence; Mature Humor; Nudity; Strong Language; Strong Sexual Content; Use of Drugs and Alcohol.	Sim	9
Minecraft	Everyone 10+	Fantasy Violence.	Sim	5
Call Of Duty (Black Ops II ou Mobile)	Mature 17+	Blood and Gore; Intense Violence; Strong Language; Suggestive Themes; Use of Drugs.	Sim	4
Fortnite	Teen 13+	Violence.	Sim	4
PES (ou PES 2018)	Everyone	No Descriptors	Não	3
Avakin Life	12 anos	Linguagem imprópria.	Não	2
Caça Palavras	Livre	Sem descritores.	Não	2
Critical Ops	14 anos	Violência.	Sim	2
Dream League Soccer	Livre	Sem descritores.	Não	2
Forza Horizon (ou Forza Horizon 2)	Everyone 10+	Mild Lyrics; Mild Suggestive Themes; Mild Violence.	Sim	2
Lego (Jurassic World ou Marvel)	Everyone 10+	Cartoon Violence; Crude Humor.	Sim	2
Mortal Kombat (ou Mortal Kombat 9)	Mature 17+	Blood and Gore; Intense Violence; Strong Language.	Sim	2
N.O.V.A. Legacy	10 anos	Violência.	Sim	2
Piano (Piano Beat)	Livre	Sem descritores.	Não	2
Roblox	Everyone 10+	Fantasy Violence.	Sim	2
Score Hero	Livre	Sem descritores.	Não	2

No que diz respeito ao *bullying*, obteve-se que 27 respondentes (81,82%) não são vítimas de *bullying* e que 6 (18,18%) são vítimas de *bullying*. Para agressores, 29 alunos (87,88%) não são agressores e 4 (12,12%) são agressores. Por fim, para vítimas/agressoras, 32 (97%) não são vítimas agressoras e, apenas 1 respondente (3%) assinalou ser vítima e agressor ao mesmo tempo.

Cabe apontar que, apesar da pequena amostra, estes dados estão próximos àqueles presentes na literatura, pois em uma pesquisa com 470 alunos do 6º ao 9º ano do ensino fundamental da rede pública de Juiz de Fora, Senra (2012), encontrou um percentual de agressores de *bullying* de 24,48%. No que tange a dados nacionais, a vitimização varia entre cerca de 5,4% e 67,5% e a agressão, em torno de 10,2% e 54,7% (Vieira *et al.*, 2020).

Além da classificação como vítima, agressor ou vítima/agressor, a pesquisa coletou dados referentes à quantidade de jogos violentos que os adolescentes costumam jogar no seu cotidiano. Para os indivíduos que se auto declararam vítimas de *bullying*, percebeu-se que dos seis respondentes,

apenas um deles (cerca de 16,67%) sinalizou que joga mais do que 2 jogos violentos. Um participante disse jogar no máximo 2 jogos violentos, enquanto que 3 adolescentes (50%) da amostra assinalaram em suas respostas, jogar apenas um jogo classificado como violento. Apenas uma pessoa disse que não joga nenhum jogo violento e se enquadrando nessa categoria. Entre aqueles que autodeclararam agressores, dos quatro respondentes, 75% (3 adolescentes) apontaram que jogam mais de 4 jogos violentos, com apenas 25% (1 pessoa) apontando jogar apenas 1 jogo violento. E no caso do jovem que se autodeclarou vítima e agressor ao mesmo tempo, ele sinalizou que joga apenas 1 jogo violento.

Foi suscitada a possibilidade de aplicação do teste qui-quadrado (χ^2) na pesquisa, por causa do “n” ser considerado pequeno, porém, a frequência observada nas categorias de agressor e agressor/vítima são menores do que 5, fazendo com que a aplicação da técnica não fosse recomendada. Quando os dados foram agrupados em categorias “com classificação” e “sem classificação”, foi possível aplicar o teste, porém, os resultados apresentados não foram estatisticamente significativos, além da perda de informação por conta da mudança na classificação. Sendo assim, as observações quanto às frequências absolutas de cada caso, foram consideradas objetos de estudo, devido à sua peculiaridade em questão.

Pôde-se observar que, nos casos da classificação como vítima, cerca de 83,33% da amostra apontou jogar entre 0 e 2 jogos violentos, sendo que em relação aos agressores, o número de 75% dos respondentes disse jogar mais do que 4 jogos considerados violentos. Quando se trata dos agressores, espera-se que os comportamentos apresentados por eles tenham um caráter mais agressivo do que o das vítimas (Lopes Neto, 2005). Sendo assim, pode-se pensar que os jogos violentos estejam relacionados com comportamentos violentos apresentados pelos jovens. Apesar dessa avaliação, cabe ressaltar que no que diz respeito a adolescente que se autodeclarou como vítima e agressora, que a quantidade de jogos violentos assinalado por ela foi de apenas 1.

De acordo com essa hipótese apresentada anteriormente, há apenas uma controvérsia na relação entre os jogos e a classificação de vítima/agressora, sendo que de acordo com a literatura (Castro-Sánchez *et al.*, 2020), acredita-se que indivíduos que apresentam comportamentos agressivos, tenham uma relação mais direta com a utilização de jogos agressivos. Essa controvérsia pode ser plausível, pela inserção da participante como vítima e agressora, porém, sugere-se mais estudos que possam elucidar a relação presente nessa classificação e na utilização de jogos eletrônicos violentos. Outro número que aponta a necessidade de novos estudos, é que, dentre os 22 participantes que não se enquadraram em nenhuma categoria relacionada ao *bullying*, cerca de 45,45%, disse jogar três ou mais jogos violentos, enquanto que 54,55% apontaram jogar 2 ou menos jogos desse estilo. Sendo assim, este fenômeno suscita a realização de pesquisas com amostras maiores, para que os resultados possam passar por uma análise estatística rígida e retornar resultados mais próximos da realidade deste público-alvo.

No que diz respeito ao sexo dos participantes, encontrou-se que dos seis adolescentes vítimas de *bullying*, quatro eram do sexo feminino e dois do masculino, o que está de acordo com a pesquisa de Bandeira e Hutz (2012), que apontou que as meninas têm mais chances de serem vítimas

de *bullying* do que os meninos. Sobre os agressores, dois eram do sexo feminino e dois do masculino, e o jovem que relatou ser vítima e agressor era do sexo feminino. Esses resultados vão contra a literatura, que aponta o “menino” como gênero mais frequente em situações de *bullying* (Bandeira & Hutz, 2012).

Apesar do foco do presente estudo não ser a classificação dos adolescentes dentro dos critérios diagnósticos das patologias relacionadas à utilização de jogos eletrônicos, vale a pena ressaltar algumas características que estão em consonância com os comportamentos apresentados pelos jovens. De acordo com a Classificação Internacional de Doenças (CID-11), o transtorno por uso de jogos é uma patologia que interfere na vida de crianças e adolescentes. Os pontos que devem ser observados para classificar um indivíduo nesse transtorno, dizem respeito aos prejuízos funcionais (sociais, acadêmicos, familiares, ocupacionais, etc.) provocados pela doença. De acordo com o manual, o indivíduo tem que se enquadrar nas seguintes categorias: (a) controle prejudicado em relação ao jogo; (b) abandono de interesses e atividades diárias em função da necessidade de jogar; e, (c) dedicação ao jogo mesmo tendo ciência dos prejuízos proporcionados por ele. Sobre o Manual Estatístico e Diagnóstico dos transtornos mentais (DSM-5), o transtorno é denominado de “Transtorno do Jogo pela Internet” e seus critérios de classificação são os seguintes: (1) preocupação com jogos pela internet; (2) abstinência em caso da retirada dos jogos; (3) necessidade de se dedicar cada vez mais aos jogos; (4) falhas ao tentar controlar sua participação em jogos pela internet; (5) perda de interesse por outras atividades e passatempos, a não ser os jogos; (6) continuidade da utilização de jogos, mesmo sabendo de seus prejuízos; (7) comportamento de enganar familiares e terapeutas sobre a quantidade de tempo destinado aos jogos; (8) utilização do jogo como forma de compensar emoções negativas; e, (9) se apresentou prejuízos na vida pessoal, amorosa, social, laboral e acadêmica por conta dos jogos pela internet. Vale salientar que de acordo com o DSM-5 (APA, 2014), para que o indivíduo seja classificado neste transtorno, ele tem que responder afirmativamente para cinco ou mais critérios dos listados acima, durante pelo menos 12 meses. Uma das críticas feitas ao diagnóstico do DSM é que ele leva em conta, majoritariamente, jogos que tenham uma relação direta com a internet, sendo que existem muitos outros jogos, como os de consoles, por exemplo (Fam, 2018). Na presente pesquisa, não foi possível elucidar questões relacionadas aos transtornos ou sua relação com o *bullying*, por se tratar de um estudo inicial sobre os jogos eletrônicos, porém é visível a necessidade de controle parental, mais constante e eficiente, sobre os comportamentos dos jovens, com o intuito de aumentar os fatores de proteção dos jogos eletrônicos, ao invés de potencializar os fatores de risco.

10.4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente capítulo, apesar de suas limitações como, por exemplo, o tamanho e especificidade da amostra, que impossibilitam generalizações dos resultados, encontrou como resultado que o *bullying* é um fenômeno presente na realidade escolar estudada, com frequência de 12,12% para agressores, 18,18% para vítimas e 3% para vítimas/agressoras. Destaca-se, também,

que foi encontrada uma alta prevalência de jogos violentos relatados pelos participantes, sendo que 87,9% apontaram pelo menos um jogo violento dentro dos jogos que mais costumam jogar. Além disso, também foi possível verificar que o uso de jogos eletrônicos faz parte do cotidiano destes alunos e que, em sua maioria, os alunos utilizam jogos eletrônicos por várias horas diárias durante a semana, além de um provável aumento no uso de jogos eletrônicos nos finais de semana. A falta de controle parental, principalmente no que diz respeito ao conteúdo dos jogos utilizados pelos respondentes, também é algo de demanda atenção.

No que diz respeito à relação entre *bullying* e a utilização de jogos violentos, fica evidente a necessidade da realização de pesquisas com amostras maiores do que a do presente trabalho, além da sugestão de uma pesquisa qualitativa que possa oferecer uma melhor compreensão sobre o fenômeno do *bullying* e suas particularidades. Alguns resultados foram ao encontro do que é visto na literatura, porém outros apontaram caminhos diferentes. Acredita-se que o tamanho e as características da amostra possam ter influenciado nesta discrepância.

Considera-se que o *bullying* é um fenômeno que afeta negativamente as vítimas, os agressores e os observadores, portanto salienta-se a importância de se investigar os possíveis fatores relacionados ao *bullying*, buscando clarificar e entender como possíveis relações se estabelecem para que seja possível prevenir o mesmo.

Como os videogames, com destaque para os jogos violentos, são presentes no cotidiano de crianças e adolescentes e sua possível relação com o *bullying* continua sendo controversa na literatura, entende-se que são necessários mais estudos, inclusive estudos nacionais, que possam criar maior arcabouço no que tange a temática, entender a possível relação entre *bullying* e jogos violentos para que pais e educadores possam ser orientados a respeito. Não se trata de simplesmente culpabilizar os jogos eletrônicos pelos diversos problemas presentes na sociedade, em especial com crianças e adolescentes, mas sim, buscar entender melhor como o uso destas tecnologias se relacionam com diferentes aspectos da vida humana, fornecendo informações sobre os fatores de risco e proteção dessa utilização.

REFERÊNCIAS

- Alves, L., & Carvalho, A. M. (2011). Videogame: é do bem ou do mal? Como orientar pais. *Psicologia em Estudo*, V. 16 (2), p.p. 251-258.
- American Psychological Association. APA. (2015). *Technical Report on the Review of the Violent Video Game Literature*. De: www.apa.org/pi/families/violent-media.aspx
- American Psychological Association. APA. (2020). *Resolution on Violent Video Games february 2020 revision to the 2015 resolution*. De: <https://www.apa.org/about/policy/resolution-violent-videogames.pdf>

- Anderson, C. A., & Dill, K. E. (2000). Video games and aggressive thoughts, feelings, and behavior in the laboratory and in life. *Journal of Personality and Social Psychology*, V. 78 (4), p.p.772–790.
- Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa – ABEP. (2019). *Critério de Classificação Econômica Brasil*. De: www.abep.org.
- Associação Psiquiátrica Americana. APA. (2014). *Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais*. Quinta edição: DSM-5 (5a ed.). Porto Alegre: Artmed.
- Bajovic, M. (2013). Violent video gaming and moral reasoning in adolescents: Is there an association? *Educational Media International*, V. 50 (3), p.p. 177–191. DOI: <https://doi.org/10.1080/09523987.2013.836367>.
- Bandeira, C. de M., & Hutz, C. S. (2012). Bullying: prevalência, implicações e diferenças entre os gêneros. *Psicologia Escolar e Educacional*, V. 16 (1), p.p. 35-44. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1413-85572012000100004>.
- Barbosa, A. J. G. (2010). Evidências de validade do Questionário de Bullying para o contexto brasileiro [CD-ROM]. In La Federación Iberoamericana de Asociaciones de Psicología – FIAP. *Anais do VII Congreso Iberoamericano de Psicología*.
- Braga, E., Santana, M., Duarte, S. L. O., & Lacerda, L. C. (2020). Jogos eletrônicos: A influência no comportamento das pessoas. *Diálogos: economia e sociedade*, V. 4 (2), p.p. 55–72.
- Carvalho, A. A., & Araujo, I. C. (2014). Digital games played by Portuguese students: Gender differences. *9th Iberian Conference on Information Systems and Technologies (CISTI)*, p.p. 1– 6. DOI: <https://doi.org/10.1109/CISTI.2014.6877076>.
- Castro-Sánchez, M., Lara-Sánchez, A. J., García-Mármol, E., & Chacón-Cuberos, R. (2020). Motivational Climate Is Associated with Use of Video Games and Violence in Schoolchildren: A Structural Equation Model According to Healthy Behaviors. *International Journal of Environmental Research and Public Health*, V. 17 (4), e1272. DOI: <https://doi.org/10.3390/ijerph17041272>.
- Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. (1988). Brasília. 1De: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/508200/CF88_EC85.pdf?sequence=1&isAllowed=y
- DeCamp, W. (2019). Parental influence on youth violent video game use. *Social Science Research*, V. 82, p.p. 195–203. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.ssresearch.2019.04.013>.
- Elgar, F. J., McKinnon, B., Walsh, S. D., Freeman, J., D. Donnelly, P., de Matos, M. G., Garipey, G., Aleman-Diaz, A. Y., Pickett, W., Molcho, M., & Currie, C. (2015). Structural determinants of youth bullying and fighting in 79 countries. *Journal of Adolescent Health*, V. 57 (6), p.p. 643–650. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.jadohealth.2015.08.007>.

- ESRB - *Entertainment Software Rating Board*. 2020. Disponível em: www.esrb.org.
- Fam, J. Y. (2018). Prevalence of internet gaming disorder in adolescents: A meta-analysis across three decades. *Scandinavian Journal of Psychology*, V. 59 (5), p.p. 524-531. DOI: <https://dx.doi.org/10.1111/sjop.12459>.
- Ferguson, C. J. (2007). The good, the bad and the ugly: A meta-analytic review of positive and negative effects of violent video games. *Psychiatr Q*, V. 78, p.p. 309-316.
- Ferguson, C. J., & Colwell J. (2018). A meaner, more callous digital world for youth? The relationship between violent digital games, motivation, bullying, and civic behavior among children. *Psychology of Popular Media Culture*, V. 7 (3), p.p. 202-215. DOI: <https://doi.org/10.1037/ppm0000128>.
- Ferguson, C. J., & Wang, J. C. K. (2019). Aggressive Video Games are Not a Risk Factor for Future Aggression in Youth: A Longitudinal Study. *Journal of Youth and Adolescence*, V. 48 (2), p.p. 1439–1451. DOI: <https://doi.org/10.1007/s10964-019-01069-0>.
- Filitto, D. (2018). *Classificação de conteúdo para jogo eletrônicos*. De: <https://www.makeindiegames.com.br/noticias/classificacao-de-conteudo-para-jogos-eletronicos-2/>
- Fleury, A., Nakano, D., & Cordeiro, J. H. D. (2014). *Mapeamento da Indústria Brasileira de Jogos Digitais*. 267 p. Pesquisa do GEDIGames, NPGT, Escola Politécnica, USP, para o BNDES.
- Freire, G. G., & Guerrini, D. (2016). Os Jogos na Sociedade Contemporânea: As Influências dos Avanços Tecnológicos. *Revista de Ensino, Educação e Ciências Humanas*, V. 17 (5), p. 463. DOI: <https://doi.org/10.17921/2447-8733.2016v17n5p463-469>
- Gomes, A. M., Ferreira, E., Silva, B., Castro Caldas A., & Cercatti, J. (2017). *Relationship Between Bullying Behaviours And Sleep Quality In School-Aged Children*. *EpSBS*, p.p. 857–869. DOI: <http://dx.doi.org/10.15405/epsbs.2017.10.83>.
- Griffiths, M. (1999). Violent video games and aggression: a review of the literature. *Aggression and Violent Behavior*, 4(2), 203-212.
- Hutchings, J, & Clarkson, S. (2015). Introducing and piloting the KiVa bullying prevention programme in the UK. *Educational & Child Psychology*, V. 32 (1), p.p. 49–61.
- ICD-11 for Mortality and Morbidity Statistics*. WHO. (2020). De: <https://icd.who.int/browse11/lm/en#/?view=GO>.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (Org.). (2009). *Pesquisa nacional de saúde do escolar*. ISBN 978-85-240-4107-5. De: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv43063.pdf>

- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (Org.). (2016). *Pesquisa nacional de saúde do escolar*. ISBN 978-85-240-4387-1. De : <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv97870.pdf>
- Katapally, T. R., Thorisdottir, A. S., Laxer, R., Qian, W., & Leatherdale, S. T. (2018). The association of school connectedness and bullying involvement with multiple screen-time behaviours among youth in two Canadian provinces: a COMPASS study. *Health Promotion and Chronic Disease Prevention in Canada*, V. 38 (10), p.p. 368–379. DOI: <https://doi.org/10.24095/hpcdp.38.10.03>
- Krahé, B. (2013). Restoring the spirit of fair play in the debate about violent video games. A comment on Elson and Ferguson. *European Psychologist*, V. 19 (1), p.p. 56-59.
- BRASIL, Secretaria Geral da Presidência da República do. (1990). *Lei nº 8069, 13 de Julho de 1990*. Subchefia para Assuntos Jurídicos. De: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm.
- Lima, T. (2015). *Mercado de jogos digitais dribla crise econômica e promete crescimento para os próximos anos: Cenário de Jogos*. Digitais PUC Campinas.
- Lopes Neto, A. A. (2005). Bullying: comportamento agressivo entre estudantes. *Jornal de Pediatria*, V. 81 (5 Suppl.), s164-172. DOI: <https://dx.doi.org/10.1590/S0021-75572005000700006>.
- Markey, P. M., Markey, C. N., & French, J. E. (2015). Violent video games and real-world violence: Rhetoric versus data. *Psychology of Popular Media Culture*, V. 4 (4), p.p. 277–295. DOI: <https://doi.org/10.1037/ppm0000030>.
- Matos, M. G., Simões, C., Gaspar, T., Negreiros, J., & Baptista, M. I. M. (2010). *Violência em contexto escolar*. In Ministério da Educação de Portugal, Direção geral de inovação e de desenvolvimento curricular. De: <https://www.dge.mec.pt/sites/default/files/Esaude/violenciacontextoescolar.pdf>.
- Ministério da Justiça e Segurança Pública (2014). *Portaria Nº 368, de 11 de fevereiro de 2014*.
- Neto, A. A. L. (2011). *Bullying saber identificar e como prevenir*. Brasiliense. ISBN 978851115632-2.
- Oliveira, J. C., & Barbosa, A. J. G. (2012). Bullying entre estudantes com e sem características de dotação e talento. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, V. 25 (4), p.p. 747–755. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0102-79722012000400014>
- Olweus, D., (1993). *Bullying at school: What we know and what we can do*. Oxford: Blackwell.
- Olweus, D, Solberg, M. E, & Breivik, K. (2018). Long-term school-level effects of the Olweus Bullying Prevention Program (Obpp). *Scandinavian Journal of Psychology*, V. 61(1), p.p 108–116. DOI: <https://doi.org/10.1111/sjop.12486>

- Pereira, B. & Tomás. (1994). *Questionário Bullying – A agressividade entre crianças no espaço escolar*. (Ed. Rev.).
- Przybylski, A. K., & Weinstein, N. (2019). Violent video game engagement is not associated with adolescents' aggressive behaviour: Evidence from a registered report. *Royal Society Open Science*, V. 6 (2), e171474. DOI: <https://doi.org/10.1098/rsos.171474>
- Secretaria Nacional de Justiça. (2018). *Classificação Indicativa Guia Prático*. (3a ed.), p. 48 Brasília De: <https://www.justica.gov.br/seus-direitos/classificacao/guia-pratico/classindicuiapratico-de-audiovisual-3o-ed.pdf>.
- Senra, L. X. (2012). *Associação entre violência doméstica e bullying em adolescentes da rede pública municipal de Juiz de fora*. [Dissertação de mestrado]. Programa de pós-graduação em psicologia - UFJF.
- Silva, A., Oliveira, J. C., Lamas, K. A., & Barbosa, A. G. (2011). Pesquisas sobre bullying no Brasil. p. 11-32. In Barbosa, A. G; Lourenço, L. M; & Pereira, B. (Orgs). *Bullying: conhecer e intervir*. Ed. UFJF
- Sociedade Brasileira de Pediatria (SBP) - *Grupo de Trabalho Saúde na Era Digital Manual de Orientação - #MENOS TELAS #MAIS SAÚDE*. 2019. 11 p. Disponível em: https://www.sbp.com.br/fileadmin/user_upload/_22246c-ManOrient_-_MenosTelas__MaisSaude.pdf.
- Stroppa, T.; Ladeira, C.; Gonçalves, G. H.; Amorim, G.; Mancini, L.; Guedes, L.; & Lourenço, L. M. (In Press). *Videogames e envolvimento com bullying: Revisão sistemática de literatura*. Manuscrito não publicado.
- Teng, Z., Nie, Q., Zhu, Z., & Guo, C. (2020). Violent video game exposure and (Cyber)bullying perpetration among Chinese youth: The moderating role of trait aggression and moral identity. *Computers in Human Behavior*, V. 104, Article e106193. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.chb.2019.106193>.
- Ttofi, M. M., Farrington, D., Losel, F., & Loeber, R. (2011). The predictive efficiency of school bullying versus later offending: A systematic/meta-analytic review of longitudinal studies. *Criminal Behaviour and Mental Health*, V. 21, p.p. 80–89. DOI: <https://doi.org/10.1002/cbm.808>.
- Vieira, F. H. M., Alexandre, H. P., Campos, V. A., & Leite, M. T. de S. (2020). Impactos do bullying na saúde mental do adolescente. *Ciência ET Praxis*, V. 13 (25), p.p. 91–104.
- Wolke, D., & Lereya, S. T. (2015). Long-term effects of bullying. *Archives of disease in childhood*, V. 100, p.p. 879–885. DOI: <http://dx.doi.org/10.1136/archdischild-2014-306667>
- Zequinão, M. A., Medeiros, P. de, Pereira, B., & Cardoso, F. L. (2016). Bullying escolar: Um fenômeno multifacetado. *Educação e Pesquisa*, V. 42 (1), p.p. 181–198. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1517-9702201603138354>.

Zhai, Z. W., Hoff, R. A., Howell, J. C., Wampler, J., Krishnan-Sarin, S., & Potenza, M. N. (2019). Differences in associations between problematic video-gaming, video-gaming duration, and weapon-related and physically violent behaviors in adolescents. *Journal of Psychiatric Research*, V. 121, p.p. 47-55. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.jpsychires.2019.11.005>.

AGRADECIMENTOS

Este trabalho contou com o apoio do CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico) e da CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) para financiamentos de pesquisa e bolsas de estudo.

SEGURANÇA E PROTEÇÃO NA AMIZADE ENTRE ADOLESCENTES VÍTIMAS DE *BULLYING* E PRATICANTES DE KARATE

HUGO SIMÕES
BEATRIZ PEREIRA
ABEL FIGUEIREDO

11.1 INTRODUÇÃO

A adolescência é o intervalo de transição entre os períodos da infância e da idade adulta. Ocorre durante o período da puberdade e representa um estágio de desenvolvimento físico e psicológico significativo com implicações profundas na idade adulta. É caracterizada por uma progressiva reorientação social centrada na qualidade do tempo que passam com os seus pares (Steinberg & Morris, 2001). Nesta fase, as amizades podem vir a representar um grande significado na vida adulta, pelo que, são um dos aspetos mais importantes na vida dos adolescentes. É neste período do desenvolvimento humano que as brincadeiras mútuas da primeira infância são substituídas pelas atividades mais compartilhadas e com maior exposição social aos amigos em geral (Bagwell & Schmidt, 2013).

A qualidade da amizade é um dos fatores que mais impacto pode ter na previsão de resultados de desenvolvimento social, pelo que foi identificada como um dos indicadores mais importantes na construção das relações de amizade (Berndt, 2002). Para além de contribuir para um maior bem-estar psicológico, promove a diminuição de comportamentos desviantes entre os jovens com amizades de tipologia diversa que podem ser simplesmente de suporte ou mais íntimas (Rubin *et al.*, 2004). Quando os adolescentes passam tempo com amigos, eles compartilham experiências num contexto íntimo e seguro, o que lhes permite elaborar sobre essas experiências e aprender com elas, melhorando, conseqüentemente, os sentimentos de autoeficácia, de bem estar (Caprara *et al.*, 2006; Cuadros & Berger, 2016) e de reciprocidade. As amizades podem abranger dinâmicas sociais com maior ou menor proximidade (mais íntimas) consoante o *status* social estabelecido.

Este *status*, é um conceito social determinado por todos os membros do grupo de pares (Meuwese *et al.*, 2016), está em permanente construção na adolescência e apresenta múltiplas dimensões de análise, no entanto, há alguns indicadores de referência a reter. Os indivíduos que manifestam elevados comportamentos pro-sociais e reduzidas qualidades antissociais asseguram uma aceitação entre pares mais positiva ou, segundo a literatura, têm mais “*popularidade sociométrica*” (Wolters *et al.*, 2014). Por oposição, indivíduos que apresentam, em simultâneo, elevadas qualidades pro-sociais e antissociais serão adolescentes mais populares ou, segundo a literatura, indivíduos com uma “*popularidade percebida*” (Cillessen *et al.*, 2005; Wolters *et al.*, 2014). Enquanto a “*popularidade sociométrica*” é baseada na aceitação dos pares pela franqueza, honestidade e cooperação, fatores que fornecem sentimentos de pertença e inclusão, a “*popularidade percebida*” evidência a visibilidade que o indivíduo tem no seu grupo de pares, seja por apresentar habilidades físicas extraordinárias, ter elevados recursos económicos (e.g. telemóveis caros, “roupa de marca”, moto, computadores pessoais de elevado desempenho, ser fisicamente atraente, entre outros), ou simplesmente, pela expressão de poder ou do *glamour* emitido sobre os seus pares (Bukowski, 2011). Estar associado a este poder pode fazer refletir nos seguidores algum do *status* evidenciado pelo indivíduo mais popular, ou seja, usufruir do “efeito da glória refletida” (Cialdini & Richardson, 1980). Embora a “*popularidade sociométrica*” e a “*popularidade percebida*” estejam associadas à qualidade das amizades nos estudos supracitados, outros não reportam qualquer associação entre o *status* dos indivíduos e a qualidade da amizade (Lansford *et al.*, 2006). Esta divergência resulta, segundo Meuwese *et al.* (2016), da não distinção entre a perceção da popularidade sociométrica e da popularidade percebida nos instrumentos de recolha de dados. A este propósito, no presente trabalho de investigação ressalvamos a intencionalidade estratégica de submetermos a recolha de dados numa perspetiva diádica, de modo a que, na análise e discussão dos resultados fosse possível examinar as respostas sob o ponto de vista do inquirido (e.g. popularidade percebida) e da amizade relatada (e.g. popularidade sociométrica).

As amizades são consideradas representações mais livres da construção social uma vez que não estão dependentes de relações “obrigatórias”, presentes em contextos como as relações familiares, de trabalho ou de casal. Dão maior ênfase na negociação mútua dos termos e interações do relacionamento, menos vinculadas às normas sociais, expectativas e relações de poder hierárquicas do que as nossas relações familiares ou de casal (Graham, 2005). É normalmente considerada um fator de proteção para as vítimas de *bullying* na escola, ou seja, raramente a vitimação é perpetrada por amigos (Wei & Jonson-Reid, 2011). No entanto, é precisamente dentro de relacionamentos interpessoais estabelecidos (e.g. amigos), e não com estranhos aleatórios, que ocorrem os comportamentos de *bullying* (Wei *et al.*, 2007). Não é incomum encontrar relacionamentos conflituosos diádicos no dia-a-dia, muitas vezes até de forma íntima, como violência doméstica, abuso infantil ou agressão no namoro (Gauthier-Duchesne *et al.*, 2017; Vivolo-Kantor *et al.*, 2016; Vonderlin *et al.*, 2018). Esta condição ocorre quando há assimetria de poder ou relações afetivas mal pareadas, ou seja, é um argumento que concorre com uma das principais premissas para ocorrer o fenómeno de *bullying* (Costa *et al.*, 2013;

Olweus, 1997; Pereira, 2008). As evidências sugerem ainda que é no domínio dos fatores relacionais e individuais que as interações psicossociais se desenvolvem, bem como os seus impactos, positivos ou negativos. A qualidade das amizades pode ser complexa e multidirecional, podendo assumir um papel mutuamente antagônica, podendo exaltar, em simultâneo, relações afetivas positivas ou negativas, de acordo com o contexto. Basta, por exemplo, um indivíduo ser amigo de um determinado par enquanto também é hostil a outro num mesmo grupo de pares. É, por ventura, por esta razão que programas de prevenção e intervenção contra o *bullying*, baseados apenas na concetualização do constructo fora das redes de amizade proximais, podem não ter a eficácia desejada para um extenso grupo de adolescentes intervencionados (Mishna *et al.*, 2008). Os estudos normalmente negligenciam o fato de que ser aceito por colegas é diferente de ser aceito por amigos. Pares referem-se a uma ecologia social mais ampla em que o indivíduo se desdobra e define a sua posição na hierarquia social, enquanto amigos constituem um ambiente emocional no qual o indivíduo procura encontrar em pessoas próximas, relacionamentos seguros e estimulantes (Cuadros & Berger, 2016).

Diferenciar *bullying* de conflito na amizade nem sempre é claro para os adolescentes, no entanto, é evidente que, progressivamente, tem vindo a aumentar nos espaços da adolescência a intensidade agressiva com que alguns amigos se relacionam. Alguns investigadores consideram que estes comportamentos têm uma função evolutiva e que estão relacionados com o desenvolvimento de estratégias de sobrevivência em contextos de adolescentes (Pellegrini *et al.*, 2007) contrariando, de alguma forma, outros estudos que referem que os comportamentos mais agressivos são parte de brincadeiras de luta, amistosas e sem intenção e magoar ou de se exibir (Smith *et al.*, 2004).

O Karate é uma arte marcial e um desporto de combate (AM&DC) originária da Ásia, praticada em todo o mundo por milhares de indivíduos de quase todas as idades. É também uma disciplina de AM&DC que é amplamente praticada como uma forma de autodefesa, ou como recurso bio psíquico que permite alcançar o equilíbrio físico, mental e de prevenção para a saúde (Chang *et al.*, 2018). É procurada pelos adolescentes como prática desportiva regular e está associada a diferentes tipos de motivação: diversão, prazer, melhoria de habilidades, aprendizagem, estar com amigos, sucesso, vitória e saúde (Bandura, 1997; Murcia *et al.*, 2007). No âmbito das Ciências Sociais, os estudos realizados na área do karate ou das AM&D dos últimos anos têm enfatizado o seu foco na análise dos comportamentos externalizantes (e.g, características de desafio, impulsividade, hiperatividade, oposição ou agressão), agressividade ou autoeficácia (Greco *et al.*, 2019; Gubbels *et al.*, 2016; Harwood *et al.*, 2017; Simões *et al.*, 2020). Não encontramos nenhum que explorasse a análise dos comportamentos internalizantes (e.g., ansiedade, retraimento, depressão, sentimento de inferioridade, isolamento social, falta de aceitação, solidão, propensão para o choro, demonstrações de tristeza, debilidade física e retração social) sob o olhar científico do treino de karate ou das AM&DC. Estes tendem a aumentar no período pré-escolar e escolar, e estão, frequentemente, associados nesta fase a crianças do gênero feminino e podem ter um impacto adverso no desenvolvimento socioemocional e na saúde das crianças (Flett & Hewitt, 2013). Trabalhos de investigação realizados por Hwang *et al.* (2017) sugerem que, adolescentes em suas relações de amizade, que interpretem de forma imprecisa situações inofensivas ou neutras

como ações de *bullying*, podem vir a apresentar mais tarde comportamentos de externalização ou internalização. Com a prática de karate (como AM&DC) os adolescentes aprendem no seu *currículum* de habilidades sociais a lidar com as regras inter e intrapessoais e desenvolvem, ao abrigo dos princípios marciais, o respeito pelos seus pares (Van Noorden *et al.*, 2015). É comum pais ou encarregados de educação de crianças em risco de comportamentos internalizantes ou externalizantes incluírem o seu educando num ambiente estruturado de aprendizagem de karate (e.g. *dojo*) como suporte ao seu desenvolvimento biopsicossocial, medida considerada viável por alguns autores (Avelar-Rosa & Figueiredo, 2015; Twemlow *et al.*, 2008). Ter amigos na adolescência é um preditor de adaptação ao meio adulto (Bagwell *et al.*, 1998). Na perspetiva de que o crescimento, sustentação e proliferação das relações interpessoais durante o período da adolescência são essenciais para o desenvolvimento psicossocial deste, importa para o presente trabalho analisar o seu estudo tendo por referência a prática de karate.

A qualidade das amizades como potencial fator de intermediação dos fenómenos de *bullying* tem sido estudada na perspetiva das relações interpessoais estabelecidas em contexto escolar. Concorrendo para esta linha de investigação e sendo o karate uma prática marcial de desenvolvimento multidisciplinar com efeitos (diretos e indiretos) nas dinâmicas psicossociais dos seus praticantes, importa analisar os seus efeitos nas dinâmicas agressivas ou intimidatórias.

11.2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Deste modo, formulou-se como objetivo central deste trabalho descrever as semelhanças e diferenças nas respostas psicossociais de vitimação entre pares, tendo por referência as relações de amizade com praticantes de karate. O presente estudo apresenta-se com um desenho descritivo-comparativo e transversal. A recolha de dados foi realizada na zona centro de Portugal Continental, em locais de prática de karate e escolas do primeiro e segundo ciclos do ensino básico. Os instrumentos utilizados para recolha de dados foram o questionário “*Bullying – a agressividade entre crianças no espaço escolar*” de Olweus (1989) adaptado para a língua e população portuguesa por Pereira e Tomás (1994 *apud*. Pereira, 2008) e revisto para a versão digital por Costa *et al.* (2013), e o questionário “*Caracterização sócio marcial de crianças portuguesas sobre o Karate*” desenvolvido na Universidade do Minho (Portugal) no âmbito dos trabalhos de investigação de doutoramento de um dos autores deste trabalho e tendo como objetivos principais caracterizar a prática marcial e avaliar a perceção sócio afetiva que esta tem nos comportamentos de vitimação entre pares, praticantes ou não praticantes. Todas as ações de recolha de dados foram realizadas com conhecimento e autorização dos órgãos de gestão dos estabelecimentos escolares e cumprindo os preceitos éticos exigidos para estudos com adolescentes. Para este trabalho, o desenho do estudo pretendeu realizar um conjunto de comparações feitas entre grupos representativos da sua condição de vítima ou não-vítima no fenómeno de *bullying*. Estas comparações pretenderam pôr em evidência as semelhanças e diferenças entre os dois subgrupos perante as seguintes questões:

Q1 - “Teres amigos que praticam karate faz-te sentir mais seguro e protegido?”

Q2 - “Eras capaz de fazer mal a outros se tivesses a ajuda de um praticante de karate?”.

Os dados foram obtidos a partir de 336 crianças, incluindo 79 karatecas (24%) e 257 não praticantes de karate (76%). A análise dos dados compreendeu 3 fases distintas: análise global dos dados, seguido da análise discriminatória das respostas dos praticantes e dos não praticantes de karate. Para análise dos dados quantitativos categóricos foi utilizado o teste de Chi-quadrado e Teste de Fisher para valores esperados menores que 5. O nível de significância definido foi de 5%. O Coeficiente Phi foi calculado para determinar o significado prático da diferença, tendo-se utilizado o V de Cramer em tabelas de contingência maiores que 2x2. O limiar dos valores do tamanho do efeito para V de Cramer (*Effect sizes for Cramer’s V*) apresentados por Cohen (1988). Resíduos ajustados foram usados para identificar combinações nos estudos comparativos que ocorreram em níveis maiores que o acaso.

11.3 RESULTADOS

11.3.1 ANÁLISE DAS RESPOSTAS À QUESTÃO Q1 - “TERES AMIGOS QUE PRATICAM KARATE FAZ-TE SENTIR MAIS SEGURO E PROTEGIDO?”

Considerando a análise da vitimação por referência ao *bullying* podemos verificar na Tabela 1 que a maioria dos inquiridos revelam que se sentem mais protegidos quando têm amigos karatecas (47,8%), cerca de um terço (34,8%) não sentem proteção adicional, enquanto 17,4% não têm opinião.

Tabela 1 - Distribuição e análise comparativa intragrupos à questão Q1 - “Teres amigos que praticam karate faz-te sentir mais seguro e protegido?” (amostra total, n=336)

Perfis		Não	Sim	Sem opinião	Total	Teste estatístico
Vítimas	Obs	24	33	12		
	Exp	28,3	22,6	18,1	69,0	
	Column %	34,8%	47,8%	17,4%	100,0%	**
	Adj. Res	-1,2	3,0	-1,9		§p=0,009
Não-Vítimas	Obs	114	77	76	267	x ² (2)=9,441
	Exp	109,7	87,4	69,9	267,0	φ _c = 0,168
	Column %	42,7%	28,8%	28,5%	100,0%	
	Adj. Res	1,2	-3,0	1,9		
Total	Obs	138	110	88	336	
	Column %	41,1%	32,7%	26,2%	100,0%	

Nota: § Teste de Chi-quadrado; no valor Pearson, chi-quadrado surge entre parênteses, os graus de liberdade (DF); φ_c phi coefficient or Cramer’s V; os resíduos ajustados que estão a bold são aqueles que excedem +/- 2.

Foram verificadas diferenças estatisticamente significativas entre as três respostas no teste Qui-Quadrado, $\chi^2(2, n=336) = 0,009, p < 0,05$, e de efeito pequeno no Teste de V de Cramer ($\phi_c = 0,168$). Duas células desta tabela foram associadas a resíduos ajustados maiores que ± 2 e nenhuma célula produziu resíduos ajustados maiores que ± 3 . A célula associada àqueles que se identificaram como vítimas de *bullying* e responderam que “*Sim, sentem-se mais protegidas se tiverem amigos karatecas*” tiveram valor residual positivo, indicando que havia mais participantes a dar essa resposta do que seria esperado. Da totalidade dos sujeitos inquiridos, cerca de uma em cada duas (47,8%) vítimas sentem-se mais seguras quando tem amigos praticantes de karate. Quanto às não-vítimas, este valor reduz para cerca de uma em cada quatro (28,8%). Por outro lado, a célula associada àqueles que indicaram não serem vítimas de *bullying* tiveram valores residuais negativos à mesma resposta, indicando que havia menos participantes a dar essa resposta do que seria esperado ao acaso. .

Quando analisados os resultados a esta questão (Q1) somente no subgrupo dos Praticantes de Karate (n=79), constatamos na Tabela 2 que, quase metade dos karatecas consideram que se sentem mais protegidos e seguros se tiverem um amigo praticante de karate (45,6%), no caso das vítimas verificamos que uma em cada duas (50%) e no caso das não vítimas esse valor também é bastante próximo (44,6%).

Tabela 2 - Distribuição e análise comparativa intragrupos à questão Q1 - “Ter amigos que praticam karate faz-te sentir mais seguro e protegido?” associado aos praticantes de karate (subamostra de Praticantes de Karate, n=79)

Perfis		Não	Sim	Sem opinião	Total	Teste estatístico
Vítimas	Obs	3	7	4	14	$\S p = 0,507$ $\chi^2(2) = 1,464^{\text{a}}$ $\dagger p = 0,507$ $\phi_c = 0,136$
	Exp	4,8	6,4	2,8	14,0	
	Column %	21,4%	50,0%	28,6%	100,0%	
	Adj. Res	-1,1	,4	,9		
Não-Vítimas	Obs	24	29	12	65	
	Exp	22,2	29,6	13,2	65,0	
	Column %	36,9%	44,6%	18,5%	100,0%	
	Adj. Res	1,1	-,4	-,9		
Total	Obs	27	36	16	79	
	Column %	34,2%	45,6%	20,3%	100,0%	

Nota: a) Duas células têm valor esperado inferior a 5; a contagem mínima esperada é de 2,84; § Teste de Chi-quadrado; no valor Pearson chi-quadrado surgem entre parenteses os graus de liberdade (DF); † Teste de Fisher; ϕ_c phi coefficient or Cramer’s V.

Investigados de forma mais atenta, os resultados observados revelam que, no âmbito do processo de vitimação, metade do grupo das vítimas karatecas (50,0%) refere que se sente mais protegida por ter um amigo praticante de karate. Não foram verificadas diferenças estatisticamente significativas.

Ao examinarmos os resultados da análise comparativa intragrupos da subamostra dos inquiridos não praticantes de karate (n=257) na Tabela 3 constatamos que, em 43,2% o praticante de karate não é considerado como um amigo que transmite proteção e segurança. Esse reconhecimento só ocorre em segundo lugar com quase um terço das respostas dadas (28,8%), sendo a resposta “sem opinião” a que obteve menor expressão (28,0%).

Tabela 3 - Distribuição e análise comparativa intragrupos à questão Q1 - “Teres amigos que praticam karate faz-te sentir mais seguro e protegido?” associado aos não praticantes de karate (subamostra de Não Praticantes de Karate, n=257)

Perfis		Não	Sim	Sem opinião	Total	Teste estatístico
Vítimas	Obs	21	26	8	55	*** §p=0,001 x ² (2)=13,237 φ _c = 0,227
	Exp	23,8	15,8	15,4	55,0	
	Column %	38,2%	47,3%	14,5%	100,0%	
	Adj. Res	-,8	3,4	-2,5		
Não-Vítimas	Obs	90	48	64	202	
	Exp	87,2	58,2	56,6	202,0	
	Column %	44,6%	23,8%	31,7%	100,0%	
	Adj. Res	,8	-3,4	2,5		
Total	Obs	111	74	72	257	
	Column %	43,2%	28,8%	28,0%	100,0%	

Nota: § Teste de Chi-quadrado; no valor Pearson chi-quadrado surgem entre parenteses os graus de liberdade (DF); φ_c phi coefficient or Cramer's V; os resíduos ajustados que estão a bold são aqueles que excedem +/- 2; dois resíduos ajustados excedem +/- 3.

Quando analisamos os resultados apurados a partir das vítimas não praticantes de karate verificamos que, quase metade (47,3%), refere que se sente mais protegido por ter um amigo karateca, seguido da opção “Não, não me sinto mais protegido com um amigo karateca” (38,2%) e “Sem opinião” (14,5%). A maioria das respostas dadas no grupo das não-vítimas indica que não tem fator de proteção e segurança adicionais a existência de um amigo karateca (44,6%), seguido da resposta aonde manifestam não ter opinião sobre este assunto (31,7%) e da opção afirmativa (23,8%) por último. Quando analisados os resultados sobre a perspetiva da frequência absoluta e esperada verifica-se que, no grupo da opção “Sim, sinto-me mais protegido com um amigo

karateca” há diferenças relevantes com impactos significativos nos Ajustamentos Residuais. Nesta comparação foram verificadas diferenças estatisticamente significativas entre as respostas no teste Qui-Quadrado, $\chi^2(2, n=336) = 0.001, p < 0.001$ e de efeito pequeno no Teste de V de Cramer ($\phi_c = 0.227$).

11.3.2 ANÁLISE DAS RESPOSTAS À QUESTÃO Q2 – “AS CRIANÇAS AGRIDEM OUTRAS SE TIVEREM AMIGOS PRATICANTES DE KARATE PARA AS AJUDAR A AGREDIR?”

Globalmente, a totalidade dos inquiridos, quando questionados se agridem outros se tiverem a ajuda de um praticante de karate, uma larga maioria (77,7%) referiu que não, cerca de um quinto (19,0%) não tinha opinião e somente 3,3% sugeriu que sim. Neste particular foram verificadas diferenças estatisticamente significativas entre o perfil das vítimas e o de não vítimas para as respostas no teste Qui-Quadrado, $\chi^2(2, n=336) = 0.038, p < 0.05$.

Tabela 4 - Distribuição e análise comparativa intragrupos à questão Q2 - “Eras capaz de fazer mal a outros se tivesses a ajuda de um praticante de karate?” (amostra total, n=336)

Perfis		Não	Sim	Sem opinião	Total	Teste estatístico
Vítimas	Obs	46	4	19	69	
	Exp	53,6	2,3	13,1	69,9	
	Column %	66,7%	5,8%	27,5%	100,0%	*
	Adj. Res	-2,5	1,3	2,0		§p=0,038
Não-Vítimas	Obs	215	7	45	267	$\chi^2(2)=6,329^a$
	Exp	207,4	8,7	50,9	267,0	†p=0,037
	Column %	80,5%	2,6%	16,9%	100,0%	$\phi_c = 0,137$
	Adj. Res	2,5	-1,3	-2,0		
Total	Obs	261	11	64	336	
	Column %	77,7%	3,3%	19,0%	100,0%	

Nota: a) uma célula tem valor esperado inferior a 5; a contagem mínima esperada é de 2,26; § Teste de Chi-quadrado; no valor Pearson chi-quadrado surgem entre parenteses os graus de liberdade (DF); † Teste de Fisher; ϕ_c phi coefficient or Cramer’s V; os resíduos ajustados que estão a bold são aqueles que excedem +/- 2;

Ainda nesta comparação, quatro células da Tabela 4 foram associadas a resíduos ajustados maiores que +/- 2 e destas, duas células produziram resíduos ajustados maiores que +/- 3. Na comparação, 2 foram também verificadas diferenças estatisticamente significativas entre as três respostas no teste Qui-Quadrado, $\chi^2(2, n=336) = 0.000, p < 0.01$, Teste de Fisher= 0,000, $p < 0,001$

e de efeito médio no Teste de V de Cramer ($\phi_c=0.308$). Por último, referimos que seis células da tabela foram associadas a resíduos ajustados maiores que +/- 2 e destas, duas produziram resíduos ajustados maiores que +/- 3, outras duas produziram resíduos ajustados maiores que +/- 4 e as restantes duas produziram resíduos ajustados maiores que +/- 5.

Se para esta questão em particular (Q2) efetuarmos uma análise comparativa semelhante, mas circunscrita aos praticantes de karate (n=79) observamos que a tendência global é a mesma.

Na tabela 5 verificamos que uma maioria relativa (87,3%) respondeu de forma negativa a questão, 10,1% refere que não tem opinião e somente 2,5% responde afirmativamente.

Tabela 5 - Distribuição e análise comparativa intragrupos à questão Q2 - “Eras capaz de fazer mal a outros se tivesses a ajuda de um praticante de karate?” (subamostra de Praticantes de Karate, n=79)

Perfis		Não	Sim	Sem opinião	Total	Teste estatístico
Vítimas	Obs	11	0	3	14	$\S p=0,233$ $x^2 (2)=2,727^a$ $\dagger p=0.315$ $\phi_c = 0.186$
	Exp	12,2	,4	1,4	14,0	
	Column %	78,6%	0,0%	21,4%	100,0%	
	Adj. Res	-1,1	-,7	1,5		
Não-Vítimas	Obs	58	2	5	65	
	Exp	56,8	1,6	6,6	65,6	
	Column %	89,2%	3,1%	7,7%	100,0%	
	Adj. Res	1,1	,7	-1,5		
Total	Obs	69	2	8	79	
	Column %	87,3%	2,5%	10,1%	100,0%	

Nota: a) Três células têm valor esperado inferior a 5; a contagem mínima esperada é de 0,35; § Teste de Chi-quadrado; no valor Pearson chi-quadrado surgem entre parenteses os graus de liberdade (DF); † Teste de Fisher; ϕ_c phi coefficient or Cramer’s V.

As comparações intragrupos refletem um retrato igualmente semelhante com uma preponderância sistemática da opção “Não, não era capaz de fazer mal a outros se tivesse a ajuda de um praticante de karate”. Como fator diferenciador, destacamos a ausência de respostas (0,0%) à questão em estudo por parte das vítimas praticantes de karate.

Por último, o estudo das respostas dadas pelos não praticantes de karate (n=257) reflete uma opção com maioria relativa da resposta “Não, não era capaz de fazer mal a outros se tivesse a ajuda de um praticante de karate” (74,7%).

Na Tabela 6 podemos verificar também uma ligeira diferença percentual entre as vítimas e não vítimas não praticantes de karate, com especial incidência para as primeiras relativamente à opção de poder agredir terceiros com ajuda do amigo-karateca.

Tabela 6 - Distribuição e análise comparativa à questão Q2 - “Eras capaz de fazer mal a outros se tivesses a ajuda de um praticante de karate?” associado aos não praticantes de karate (subamostra de Não Praticantes de Karate, n=257)

Perfis		Não	Sim	Sem opinião	Total	Teste estatístico
Vítimas	Obs	35	4	16	55	§p=0,058 x ² (2)=5,701 ^a †p=0.055 φ _c = 0.149
	Exp	41,1	1,9	12,0	55,0	
	Column %	63,6%	7,3%	29,1%	100,0%	
	Adj. Res	-2,1	1,7	1,5		
Não-Vítimas	Obs	157	5	40	202	
	Exp	150,9	7,1	44,0	202,0	
	Column %	77,7%	2,5%	19,8%	100,0%	
	Adj. Res	2,1	-1,7	-1,5		
Total	Obs	192	9	56	257	
	Column %	74,7%	3,5%	21,8%	100,0%	

Nota: a) uma célula tem valor esperado inferior a 5; a contagem mínima esperada é de 1,93; § Teste de Chi-quadrado; no valor Pearson chi-quadrado surgem entre parenteses os graus de liberdade (DF); † Teste de Fisher; φ_c phi coefficient or Cramer’s V; os resíduos ajustados que estão a bold são aqueles que excedem +/- 2;

11.4 DISCUSSÃO

O presente estudo gerou informações que contribuem para a compreensão das relações de amizade com praticantes de karate e as suas relações de proteção e segurança. Relativamente ao processo de vitimação, os resultados apurados indicam que, na sua maioria, o amigo-karateca exerce junto das vítimas uma influência socio afetiva positiva, geradora de segurança e/ou proteção. Os dados recolhidos apontam para uma influência significativamente positiva em todos os adolescentes que são vítimas de *bullying* (p<0,01) com especial incidência para aqueles que não são praticantes de karate (p=0,001). Ou seja, e complementando os trabalhos de Barcaccia *et al.* (2018), estes dados robustecem o papel que o amigo, como karateca, pode ter nas relações interpessoais concebidas a partir da oportunidade de introduzir sentimentos de proteção e segurança simplesmente por praticar karate. No caso das vítimas não praticantes de karate, as suas respostas assumem especial relevo pelo potencial de auxílio e confiança que estas aduzem para as relações de amizade estabelecidas. As vítimas de *bullying*, ao estarem associadas a amigos com características assentes em princípios marciais de respeito e inclusão pelos seus pares (Van Noorden *et al.*, 2015) poderão beneficiar o suficiente de modo a atenuar as variáveis específicas de natureza individual mobilizadoras de sentimentos de insegurança elencadas por Pereira (2008). Mais, decorrente da fragilidade da condição socio emocional das vítimas de *bullying* ou da manifestação de comportamentos internalizantes (Flett & Hewitt, 2013), o receio de ser repetidamente agredido é frequentemente maior do que a

sua incidência real (Randall 1996 *apud*. Seixas, 2006) pelo que os dados analisados sugerem que esta consciência poderá ser diminuída pela presença de um amigo-karateca já que este providencia um sentimento percebido de proteção e segurança associados à prática marcial. A qualidade das amizades com praticantes de karate pode, deste modo, ser fator primordial de acesso ao desenvolvimento psicossocial das vítimas de *bullying*, estando em linha com os trabalhos de Berndt (2002). Concomitantemente, e complementando os trabalhos de Rubin *et al.* (2004), a amizade gerada entre as vítimas de *bullying* e os praticantes de karate pode contribuir para promoção de um maior bem estar-psicológico e minimização dos efeitos dos comportamentos internalizantes junto das mesmas com consequências positivas para ambos, em situações de amizade recíproca. Deste modo, os amigos-karatecas, quando associados a comportamentos positivos, inclusivos e cooperativos, podem mais facilmente receber o atributo de amizade sociométrica de “melhor amigo(a)” ou “daquele(a) que gosto mais” (Wolters *et al.*, 2014). Esta tendência está em linha com trabalhos de investigação relacionados com a transposição para o meio social dos princípios e valores como aqueles que são exercitados pela prática marcial (Van Noorden *et al.*, 2015). Os dados recolhidos com o presente estudo refletem uma tendência para se considerar o amigo-karateca como um agente social passível de não ser instrumentalizado para consubstanciar agressões adicionais por parte de vítimas de *bullying*. Outro fator pertinente é a inexistência de vítimas de *bullying* praticantes de karate (0,0%) a referir que eram capazes de fazer mal a terceiros com ajuda de um amigo-karateca. Este retrato sócio emocional poderá refletir o impacto que os valores e princípios marciais desenvolvidos na prática marcial (Hernandez & Anderson, 2015; Murcia *et al.*, 2007; Simões *et al.*, 2020; Twemlow *et al.*, 2008) têm nas relações entre pares estabelecidas em contexto escolar. Concluímos deste modo que, o amigo-karateca, por seu *status*, pode exercer, junto das vítimas de *bullying*, uma aparente influência sócioafetiva positiva, geradora de segurança e/ou proteção, com especial incidência naquelas que não são praticantes de karate. Concomitantemente, é também resultado deste estudo a perceção de que os amigos-karatecas não são, para as vítimas de *bullying*, alvo de amizades percebidas, tendo, em vista, a agressão de terceiros após ter sido vitimizado.

Neste estudo, as vítimas reconhecem nos karatecas o potencial de minimização de novos episódios de *bullying*, em contexto escolar, pelo que não deverá ser descurado o papel promotor de segurança adicional que os karatecas podem ter na vida psicossocial destes adolescentes, bem como um sentimento adicional de proteção a agressões futuras. Não será possível afirmar perentoriamente a eficácia desta relação, uma vez que, depende, também, de fatores estruturais da prática marcial como o tipo de orientação oferecido aos praticantes, as qualidades estruturais da prática desportiva oferecida, as características dos praticantes e o contexto social (Vertonghen & Theeboom, 2010). Deste modo, e na esteira dos trabalhos desenvolvidos por Avelar-Rosa e Figueiredo (2015), poderão as presentes conclusões ser complementadas com projetos de desenvolvimento fundamental que envolvam a perceção do sentido global da prática de karate com vista ao desenvolvimento da aprendizagem e disseminação dos valores implícitos na sua prática diretamente a partir da Escola por intermédio de planos curriculares específicos.

REFERÊNCIAS

- Avelar-Rosa, B., & Figueiredo, A. (2015). As Artes Marciais e Desportos de Combate na Educação Física Escolar. Interpretação Curricular. *Journal of Sport Pedagogy and Research*, V. 1 (8), p.p. 14-21.
- Bagwell, C., Newcomb, A., & Bukowski, W. (1998). Preadolescent Friendship and Peer Rejection as Predictors of Adult Adjustment [Amizade pré-adolescente e rejeição de pares como preditores de ajustamento adulto]. *Child Development*, V. 69, p.p. 140-153. DOI: <https://doi.org/doi:10.2307/1132076>.
- Bagwell, C., & Schmidt, M. (2013). *Friendships in Childhood and Adolescence [Amizades na Infância e na Adolescência]*. Guilford Press.
- Bandura, A. (1997). *Self-efficacy: The exercise of control [Autoeficácia: o exercício de controle]*. Freeman.
- Barcaccia, B., Pallini, S., Baiocco, R., Salvati, M., Saliani, A., & Schneider, B. (2018). Forgiveness and friendship protect adolescent victims of bullying from emotional maladjustment [O perdão e a amizade protegem os adolescentes vítimas de bullying de desajustes emocionais]. *Psicothema*, 30, 427-433. <https://doi.org/10.7334/psicothema2018.11>.
- Berndt, T. (2002). *Friendship Quality and Social Development. Current Directions in Psychological Science [Qualidade de amizade e desenvolvimento social. Direções atuais na ciência psicológica]*. V. 11, p. 1, 7–10. DOI: <https://doi.org/https://doi.org/10.1111/1467-8721.00157>.
- Bukowski, W. (2011). *Popularity as a social concept: Meanings and significance [Popularidade como um conceito social: significados e significados]*. In Cillessen, A. H. N., Schwartz, D. & Mayeux, L. (Eds.). The Guilford Press.
- Caprara, G., Steca, P., Gerbino, M., Pacielloi, M., & Vecchio, G. (2006). Looking for adolescents' well-being: self-efficacy beliefs as determinants of positive thinking and happiness [Em busca do bem-estar dos adolescentes: crenças de autoeficácia como determinantes do pensamento positivo e da felicidade]. *Epidemiologia e psiquiatria sociale*, V. 15 (1), p.p. 30–43. DOI: [https://doi.org/ https://doi.org/10.1017/s1121189x00002013](https://doi.org/https://doi.org/10.1017/s1121189x00002013).
- Chang, Y., Yeh, T., Pai, F., & Huang, T. (2018). Sport Activity for Health!! The Effects of Karate Participants' Involvement, Perceived Value, and Leisure Benefits on Recommendation Intention [Os efeitos do envolvimento dos participantes de caratê, valor percebido e benefícios de lazer na intenção de recomendação]. *International Journal of Environmental Research and Public Health*, V. 15 (5), p. 953.
- Cialdini, R., & Richardson, K. (1980). Two indirect tactics of image management: Basking and blasting [Duas táticas indiretas de gerenciamento de imagem: Basking e detonação]. *Journal of Personality and Social Psychology*, V. 39, p.p. 406–415. DOI: <https://doi.org/https://doi.org/10.1037/0022-3514.39.3.406>.

- Cillessen, A., Jiang, X., West, T., & Laszkowski, D. (2005) . Predictors of dyadic friendship quality in adolescence [Preditores da qualidade da amizade diádica na adolescência]. *International Journal of Behavioral Development*, V. 29, p.p. 165–172. DOI: <https://doi.org/10.1080/01650250444000360>.
- Cohen, J.(1988). *Statistical power analysis for the behavioural sciences [Análise estatística de poder para as ciências comportamentais]*. (2a. ed.). Lawrence Erlbaum Associates.
- Costa, P., Farenzena, R., Simões, H., & Pereira, B. (2013). Adolescentes Portugueses e o Bullying Escolar: estereótipos e diferenças de gênero. *Revista Interações: Número Especial - Adolescência, Gênero e Violências*, V. 9, p.p. 180-201.
- Cuadros, O., & Berger, C. (2016). The protective role of friendship quality on the wellbeing of adolescents victimized by peers [O papel protetor da qualidade da amizade no bem-estar de adolescentes vitimizados por pares]. *Journal of youth and adolescence*, V. 45 (9), p.p. 1877–1888. DOI: <https://doi.org/10.1007/s10964-016-0504-4>.
- Flett, G., & Hewitt, P. (2013). Disguised Distress in Children and Adolescents “Flying Under The Radar”: Why Psychological Problems Are Underestimated and How Schools Must Respond [Angústia disfarçada em crianças e adolescentes “voando sob o radar”: por que os problemas psicológicos são subestimados e como as escolas devem responder]. *Canadian Journal of School Psychology*. V. 28 (1), p.p. 12–27. DOI: <https://doi.org/10.1177/0829573512468845>.
- Gauthier-Duchesne, A., Hébert, M., & Daspe, M. (2017). Gender as a predictor of posttraumatic stress symptoms and externalizing behavior problems in sexually abused children [Gênero como preditor de sintomas de estresse pós-traumático e problemas de comportamento externalizantes em crianças abusadas sexualmente]. *Child Abuse & Neglect*, V. 64, p.p. 79-88.
- Graham, A. (2005) . Families in society: Boundaries and relationships [Famílias na sociedade: limites e relacionamentos]. Police Press. DOI: <https://doi.org/10.1332/policypress/9781861346438.001.0001>.
- Greco, G., Cataldi, S., & Fischetti, F. (2019). Karate as anti-bullying strategy by improvement resilience and self-efficacy in school-age youth [Karatê como estratégia anti-bullying pela melhoria da resiliência e autoeficácia em jovens em idade escolar]. *Journal of Physical Education and Sport*, V. 19, p.p. 1863-1870.
- Gubbels, J., Stouwe, T. van der; Spruit, A., & Stams, G. J. J. M. (2015, 2016) Martial arts participation and externalizing behavior in juveniles: A meta-analytic review [Review Article] [Participação nas artes marciais e comportamento externalizante em jovens: uma revisão metaanalítica {artigo de revisão}]. *Aggression and Violent Behavior*, V. 28, p.p. 73-81. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.avb.2016.03.011>.

- Harwood, A., Lavidor, M., & Rassovsky, Y. (2017). Reducing aggression with martial arts: a metaanalysis of child and youth studies [Reduzindo a agressão com artes marciais: uma meta-análise dos estudos de crianças e jovens]. *Aggression and Violent Behavior*, V. 34, p.p. 96-101. DOI: <https://doi.org/https://doi.org/10.1016/j.avb.2017.03.001>.
- Hernandez, J., & Anderson, K. B. (2015). Internal Martial Arts Training and the Reduction of Hostility and Aggression in Martial Arts Students [Treinamento interno de artes marciais e redução da hostilidade e agressão em alunos de artes marciais]. *Psi Chi Journal of Psychological Research*, V. 20 (3), p.p. 169-176. DOI: <https://doi.org/https://doi.org/10.24839/2164-8204.JN20.3.114>.
- Hwang, S., Kim, Y., Koh, Y., Bishop, S., & Leventhal, B. (2017). Discrepancy in perception of bullying experiences and later internalizing and externalizing behavior: A prospective study [Discrepância na percepção de experiências de bullying e posteriormente internalização e externalização de comportamento: um estudo prospectivo]. *Aggressive Behavior*, 43(5), 493–502. <https://doi.org/https://doi.org/10.1002/ab.21707>.
- Lansford, J., Putallaz, M., Grimes, C., Schiro-Osman, K., Kupersmidt, J., & Coie, J. (2006). Perceptions of Friendship Quality and Observed Behaviors with Friends: How do Sociometrically Rejected, Average, and Popular Girls Differ? [Percepções da qualidade da amizade e comportamentos observados com amigos: como diferem as meninas sociometricamente rejeitadas, comuns e populares?] *Merrill-Palmer Quarterly*, V. 52, p.p. 694-720. DOI: <https://doi.org/http://www.jstor.org/stable/23096030>.
- Meuwese, R., Cillesen, A., & Güroğlu, B. (2016). Friends in high places: A dyadic perspective on peer status as predictor of friendship quality and the mediating role of empathy and prosocial behavior [Amigos em posições importantes: uma perspectiva diádica sobre o status dos pares como preditor da qualidade da amizade e o papel mediador da empatia e do comportamento pró-social]. *Social Development*, V. 26, p.p. 503-519. DOI: <https://doi.org/http://dx.doi.org/10.1111/sode.12213>.
- Mishna, F., Wiener, J., & Pepler, D. (2008). Some of my best friends—Experiences of bullying within friendships. *School Psychology International* [Alguns de meus melhores amigos - Experiências de bullying em amizades]. *School Psychology International*. V. 29 (5), p.p. 549–573. DOI: <https://doi.org/https://doi.org/10.1177/0143034308099201>.
- Murcia, J., Gimeno, E., & Coll, D. (2007). Young athletes' motivational profiles [Perfis motivacionais de jovens atletas]. *Journal of sports science & medicine*. V. 6 (2), p.p. 172–179.
- Olweus, D. (1989). Prevalence and Incidence in the Study of Antisocial Behavior: Definitions and Measurements [Prevalência e incidência no estudo do comportamento antisocial: definições e medidas]. Klein M. W. (Eds) *Cross-National Research in Self-Reported Crime and Delinquency*, V. 50. DOI: https://doi.org/https://doi.org/10.1007/978-94-009-1001-0_9.

- Olweus, D. (1997). Bully/victim problems in school: Facts and interventions [Problemas de intimidação / vítima na escola: fatos e intervenções]. *European Journal of Psychology of Education*, V. 12 (4), p.p. 495-510.
- Pellegrini, A., Dupuis, D., & Smith, P. (2007). Play in evolution and development [Jogue em evolução e desenvolvimento]. *Developmental Review*, V. 27 (2), p.p. 261-276.
- Pereira, B. (2008). *Para uma escola sem violência. Estudo e prevenção das práticas agressivas entre crianças*. (2a ed.). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian e Ministério da Ciência e Tecnologia (MTC).
- Rubin, K., Dwyer, K., Kim, A., Burgess, K., Booth-Laforce, C., & Rose-Krasnor, L. (2004). Attachment, Friendship, and Psychosocial Functioning in Early Adolescence [Apego, amizade e funcionamento psicossocial no início da adolescência]. *The Journal of early adolescence*, 24, 326–356. <https://doi.org/https://doi.org/10.1177/0272431604268530>.
- Simões, H., Santos, P., Pereira, B., & Figueiredo, A. (2020). Martial Arts and Combat Sports and the Bullying: a systematic review [Artes marciais e esportes de combate e o bullying: uma revisão sistemática]. *Retos*, V. 39. DOI: <https://doi.org/https://doi.org/10.47197/retos.v0i39.77412>.
- Smith, P., Smees, R., & Pellegrini, A. (2004). Play fighting and real fighting: Using video playback methodology with young children [Brinque de luta e de verdade: usando a metodologia de reprodução de vídeo com crianças]. *Aggressive Behavior*, V. 30, p.p. 164-173. DOI: <https://doi.org/10.1002/ab.20013>.
- Steinberg, L., & Morris, A. (2001). Adolescent development [Desenvolvimento adolescente]. *Annual Review of Psychology*, V. 52, p . p. 83–110. DOI: <https://doi.org/https://doi.org/10.1146/annurev.psych.52.1.83>.
- Twemlow, S., Biggs, B., Nelson, T., Vernberg, E., Fonagy P., & Twemlow, S. (2000). Effects of participation in a martial arts–based antibullying program in elementary schools [Efeitos da participação em um programa de antibullying baseado em artes marciais em escolas de ensino fundamental]. *Psychology in the Schools*, V. 45, p.p. 947-959. DOI: <https://doi.org/https://doi.org/10.1002/pits.20344> .
- Noorden, T. Van., Haselager, G., Cillessen, A., & Bukowski, W. (2015). Empathy and involvement in bullying in children and adolescents: a systematic review [Empatia e envolvimento no bullying em crianças e adolescentes: uma revisão sistemática]. *Journal of youth and adolescence*, V. 44 (3), p.p. 637–657. DOI: <https://doi.org/https://doi.org/10.1007/s10964-014-0135-6>.
- Vertonghen, J., & Theeboom, M. (2010). The Social-Psychological Outcomes of Martial Arts Practise Among Youth: A Review [Os resultados sociopsicológicos da prática das artes marciais entre os jovens: uma revisão]. *Journal of Sports Science & Medicine*, V. 9, p. 528-537.

- Vivolo-Kantor, A., Massetti, G., Niolon, P., Foshee, V., & McNaughton-Reyes, L. (2016). Relationship Characteristics Associated with Teen Dating Violence Perpetration [Características de relacionamento associadas à perpetração de violência em namoro adolescente]. *Journal of Aggression, Maltreatment & Trauma*, V. 25 (9), p.p. 936-954. DOI: <https://doi.org/10.1080/10926771.2016.1223774>
- Vonderlin, R., Kleindienst, N., Alpers, G., Bohus, M., Lyssenko, L., & Schmahl, C. (2018). Dissociation in victims of childhood abuse or neglect: a meta-analytic review [Dissociação em vítimas de abuso ou negligência na infância: uma revisão meta-analítica]. *Psychological Medicine*, 2018. V. 48 (15), p.p. 2467-2476. DOI: <https://doi.org/10.1017/S0033291718000740>.
- Wei, H., & Jonson-Reid, M. (2001). Friends can hurt you: Examining the coexistence of friendship and bullying among early adolescents [Amigos podem te machucar: examinando a coexistência de amizade e bullying entre os primeiros adolescentes]. *School Psychology International*. V. 32 (3), p.p. 244–262. DOI: <https://doi.org/https://doi.org/10.1177/0143034311402310>.
- Wei, H., Jonson-Reid, M., & Tsao, H. (2007). Bullying and Victimization Among Taiwanese 7th Graders: A Multi-Method Assessment [Bullying e vitimização entre alunos taiwaneses da 7ª série: uma avaliação multi-método]. *School Psychology International*, V. 28 (4), p. 479–500. DOI: <https://doi.org/https://doi.org/10.1177/0143034307084137>.
- Wolters, N., Knoors, H., Cillessen, A., & Verhoeven, L. (2014). Behavioral, Personality, and Communicative Predictors of Acceptance and Popularity in Early Adolescence [Preditores comportamentais, de personalidade e comunicativos de aceitação e popularidade no início da adolescência]. *The Journal of early adolescence*, V. 34, p.p. 585–605. DOI: <https://doi.org/https://doi.org/10.1177/0272431613510403>.

AGRADECIMENTOS

Este trabalho foi financiado por Fundos Nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia no âmbito dos projetos do CIEC (Centro de Investigação em Estudos da Criança da Universidade do Minho) com as referências UIDB/00317/2020 e UIDP/00317/2020.

PERCEPÇÃO DAS LUTAS E ARTES MARCIAIS EM RELAÇÃO À VIOLÊNCIA E AGRESSIVIDADE

FELIPE ALMEIDA DIAS MENDES
ANDRESSA HELENA QUIRINO

12.1 INTRODUÇÃO

A compreensão da temática proposta advém de uma mescla de conceitos e significados que antes precisam ser apresentados. A Organização Mundial da Saúde – OMS (Krug *et al.*, 2002) conceitua violência relacionando seu uso por meio da força física ou poder, diante de ameaças ou na prática, contra uma pessoa, grupo ou comunidade, trazendo como possibilidade ou desfecho, lesões, morte, dano psicológico, prejuízo no desenvolvimento físico ou privação.

Desta forma, a violência é percebida como um fenômeno intencional que almeja o alcance danoso de outrem. Diferentemente da agressividade, tomada aqui com base na explicação de Lourenço *et al.* (2007), erroneamente usada como sinônimo para violência, ela se aplica a diferentes tipos de comportamentos realizados de modo passivo ou ativo, motor ou verbal, com propósito de deferir dano e prejuízo de forma direta ou indireta a alguém. A agressividade, portanto, faz jus a um comportamento visto como mais enfático em uma determinada situação, causando detrimento.

Já as Artes Marciais, como práticas físicas e mentais provenientes de técnicas de guerra, são divididas em diferentes graus, com o objetivo de desenvolver seus praticantes para que possam defender-se atacando, subjugar seus agressores, além de expressar um ideal. Entretanto, atualmente, podemos considerar também as Artes Marciais como atividade de lazer, exercícios que visam o aumento da aptidão física, defesa pessoal, prática esportiva, além de serem constantemente associadas a um estilo de vida quando orientadas por determinados valores (Gonçalves & Silva, 2013). Assim, como o conceito Lutas, que possui uma concepção que não se distancia das Artes Marciais ao ser considerada como uma forma de manifestar a cultura a partir de práticas corporais construídas no decorrer da história para a sobrevivência, como também para recreações lúdicas (Rufino & Darido, 2013).

As distintas definições atribuídas às Artes Marciais e às Lutas, como mostra Gonçalves e Silva (2013), têm ampliado sua circulação e apropriação por diversas sociedades e culturas, gerando inúmeros questionamentos na esfera acadêmica, seja em relação aos seus benefícios, sua relação com a sociedade e as transformações oriundas da prática. Estas práticas, como objeto de significação, ganham cada vez mais espaço em academias de ginástica, clubes esportivos, escolas, entre outros ambientes, tornando-se suscetíveis a um complexo e indeterminado processo de transformação, possibilitando sua manifestação em diferentes contextos sociais. Gradualmente foram aperfeiçoadas e transmitidas de geração em geração, adaptando-se às novas realidades e necessidades.

Todavia, ainda assim, alguns autores comentam em sua literatura (Mocarzel, 2011; Oliveira, 2017; Ueno & Souza, 2014) sobre uma visão das Lutas e das Artes Marciais associadas pelo senso comum a algo agressivo ou mesmo violento. A confusa relação feita de “agressividade” com “violência”, como já mencionada (Lourenço *et al.*, 2007), acaba por auxiliar nesta visão, uma vez que as lutas possam ter relação direta com a agressividade, apesar de não ter a intenção de causar dano ao outro, como na violência (Oliveira, 2017). Esta percepção não condizente com a realidade, é bem apresentada por Mocarzel (2011) que aponta a fuga do ideário de violência que o pensamento filosófico oriental, possui ao haver uma diferenciação conceitual entre “marciais” e “bélico”. Desta forma, sua base é estruturada em filosofias pregadoras de harmonia, saúde, qualidade de vida e paz aos praticantes. Semelhante a esta percepção, Ueno e Souza (2014) comentam sobre a esportivização das Lutas, que, como nas Artes Marciais, tem como uma característica fundamental o desenvolvimento de técnicas na busca por sobressair o adversário e são marcadas por princípios de não agressão e respeito ao outro.

Exposto isto, no que diz respeito ao conhecimento produzido, este capítulo tem por objetivo evidenciar a produção nacional brasileira acerca do tema Artes Marciais nos últimos cinco anos. O material empírico é proveniente de três periódicos nacionais (CAPES, Scielo, BVS) que tratam de temas pertinentes à psicologia. A seleção dos artigos foi realizada a partir dos títulos e resumos de todas as edições dos periódicos delimitados, a fim de encontrar textos que se dedicaram a discutir as Artes Marciais e as Lutas como tema central. A partir dos artigos delimitados para a análise, foi possível evidenciar diferenças nítidas tanto de metodologia, seja ela quantitativa ou qualitativa, quanto de conteúdo, o qual será abordado e detalhado a partir das diferentes modalidades de artes marciais estudadas nos mesmos.

12.2 ARTES MARCIAIS E LUTAS

Apesar da busca por artigos referentes a estilos de lutas específicos, uma quantidade significativa de artigos comentando sobre Lutas/Artes Marciais (LAM) e até mesmo sobre Modalidades Esportivas de Combate (MEC) foi encontrada. Deste modo, foi percebida a importância e a necessidade da criação de um espaço, em particular, para estes estudos que abordam as lutas de maneira abrangente.

Assim, inicialmente é apresentada a abordagem de Miarka (2016) que realiza uma revisão de literatura abordando a caracterização do combate nas lutas de estilo livre, feminino e greco-romana com objetivo de analisar suas demandas técnico-táticas e fisiológicas para serem utilizados como fonte de informação na planificação de treinamentos. A mudança na estrutura temporal dos combates competitivos de luta olímpica, que fez aumentar o número de *rounds* e diminuir o tempo de combate, trouxe resultados de confrontos mais ofensivos e ativos, com maior quantidade de pontos técnicos. O artigo de Fabiani *et al.* (2016), por meio da discussão de processos de ensino, vivência e aprendizagem da Luta para crianças através de jogos, propõe estratégias pedagógicas considerando o jogo como mediador e as crianças como cocriadoras dos espaços e tempos das vivências. A liberdade de expressão, a ressignificação de objetos, a criação de uma situação imaginária, existência de regras sociais, motivação, desejos e satisfação, o enredo, cenário e personagens foram pressupostos encontrados. O papel do educador na organização do espaço e dos materiais é essencial para propor histórias, personagens, enredos e brincar junto com as crianças buscando sempre ações pedagógicas.

Envolvido também no ensino, Rufino e Darido (2015a) apresentam em seu artigo a análise do ensino da prática pedagógica de instrutores experientes de lutas (Judô, Jiu-Jitsu, Karate e Kung Fu), tendo em vista os processos didáticos de ensino e aprendizagem. Traços em comuns entre diferentes estilos dos instrutores foram encontrados, além de demonstrar a passagem da tradição pedagógica da prática, ao reproduzirem comportamentos que lhes foram ensinados por seus mestres. O ensino foi baseado no método parcial e organizacional das práticas em blocos, sendo seus processos baseados mais na visão conformista do que em nível crítico ou criativo, pela aceitação de algumas condições, sem haver reflexões críticas pelos alunos.

A análise da opinião de professores universitários especialistas sobre o tema das lutas foi abordado no artigo de Rufino e Darido (2015b) para discussão da prática pedagógica do conteúdo nas aulas de Educação Física. Uma análise de seu conteúdo foi realizada em entrevistas semiestruturadas de cinco especialistas e possibilitou a formação de duas categorias. A primeira está associada aos Fatores Restritivos, que envolveram a formação pedagógica deficiente referente ao ensino das lutas, a insegurança do professor, a infraestrutura deficitária na escola, falta de materiais, tempo escasso para aplicar a matéria, pouca informação sobre as lutas na sociedade, como também a associação com a violência. A categoria de Possibilidades, por sua vez, envolveu a proposta de adaptações e formação continuada do docente, inovações do ensino e produção de materiais didáticos.

Santos (2019) traz em seu artigo um relato de experiência do ensino de artes marciais para estudantes de Educação Física que ocorreu na cidade de Diamantina - MG. A ementa do ensino busca desenvolver os princípios artísticos, científicos e filosóficos das artes marciais baseando-se na ludicidade e expressão do gesto, com domínio do corpo e gesto em bipedia. O autor apresenta ainda, práticas aplicadas na disciplina, como o Aquecimento e harmonização psicofísica; Golpes; Sequência Marcial; Estudo livre; Projeções e Elevações; Deslocamento/Domínio do corpo no solo; Técnicas marciais de solo; Jogo Marcial; e a Automassagem. Por sua vez, Correia (2015) aborda sobre

como as Lutas/Artes Marciais e Modalidades Esportivas de Combate (L/AM/MEC) tem alcançado maior visibilidade e sido admitida em currículos da Educação Física Escolar. O autor avalia sobre a necessidade de desafiar as ideias, conceitos e representações advindas das interações na perspectiva da escolarização, além de fazer críticas quanto ao senso comum que aponta as L/AM/MEC como sendo atividades que incitam a violência nas escolas, como também apresenta sua preocupação sobre a falta de prática/conhecimento do tema para sua inserção eficaz, e para tanto, o autor indica a necessidade de transformação didática e pedagógica com sua problematização da temática.

O estudo de Mocarzel (2016), através de uma análise histórica de uma revisão narrativa de literatura, apresenta as visões educacionais atuais que refletem sobre a realidade das pessoas com deficiência e fazem com que surjam diversos movimentos e discussões, os quais buscam pela dignidade, direitos iguais e a garantia de integração social. Seron *et al.* (2015) destacam que não é de agora que a busca de uma atividade física rotineira e equilibrada, principalmente desde a infância, promove benefícios relevantes aos seus praticantes e Mocarzel conclui que as virtudes e diversidade cultural das lutas e artes marciais trazem colaborações significativas sob o olhar educacional, facilitando a inserção das pessoas com deficiência na sociedade e no universo da atividade física. No artigo de revisão de literatura de Moura *et al.* (2019) é discutido o ensino das lutas como conteúdo na Educação Física escolar, sendo constatado que a produção existente aponta como principais necessidades do ensino das lutas a sistematização desse conteúdo e uma maior reflexão pedagógica na sua intervenção, além de ser realçado nas formações dos docentes tais questões. É papel do professor proporcionar o debate sobre violência e lutas no contexto em que cada uma se apresenta, na busca de desassociar as lutas da violência.

12.3 CAPOEIRA

Melo e Barreira (2015) discutem o trânsito psicológico na capoeira entre brincadeira, luta e briga, como manifestações possíveis e pré-reflexivas, na experiência intersubjetiva, mobilizada por oscilações entre a brandura e a intensificação dos capoeiristas. Por meio da entrevista fenomenológica com os capoeiristas, revelou-se a subjetividade correspondente no encontro de suas fronteiras, dividindo entre Alegria de Jogar; Jogo da Cumplicidade; Negação do Jogo; Jogo de Prudências e, por fim, Jogo Duro. Quanto mais agressivo e incontrolável o combate, mais tende a se aproximar do que seria a briga. Por outro lado, o embate que ocorre, mesmo que com agressividade, sem hostilidade e com controle, é considerado como luta.

12.4 JIU-JÍTSU

Vicentini e Marques (2018) através da análise temática, quantificaram, classificaram e mapearam a produção sobre jiu-jítsu e identificaram que 76,2% dos trabalhos analisados são

pesquisas quantitativas, 16,2% qualitativas e os outros 7,7% ambas. As temáticas foram divididas em duas subáreas: “biodinâmica” com 80%, formada por linhas de pesquisa básica ou aplicada, orientadas pelas ciências naturais; e “sociocultural e pedagógica” com 20%, relacionada à pesquisa que desenvolve temáticas em interface com as ciências humanas e sociais. Lacunas passíveis de investigação futura, como disciplinas de estudo relacionadas à subárea sociocultural e pedagógica e sobre o esporte adaptado foram percebidas, além da importância do aumento da abrangência tanto da abordagem de pesquisa, quanto da diversidade dos participantes para melhor aproximação entre o meio acadêmico e a realidade dessa categoria.

12.5 JUDÔ

Adentrando a modalidade do judô, Assmann *et al.* (2018) investigaram as representações sociais constituídas pela Revista Veja sobre a participação dos atletas brasileiros no judô dos Jogos de 1972 até 1988. O ganho da medalha de bronze teve um sentido de “derrota” no início e resultados positivos ainda surpreendiam. Depois dos Jogos de 1984, buscando nova representação olímpica acerca do judô, as reportagens tentaram uma aproximação do público com os atletas, com aposta no crescimento da modalidade e destaque das performances e conquistas de medalhas. Por ser um instrumento midiático, a revista deve ser analisada com criticidade, sendo necessário atentar-se para a superficialidade e parcialidade dos discursos e suas repercussões, pois muitas vezes traz imagens estereotipadas, distorcidas ou fragmentadas da realidade. O artigo de Pimentel e Goellner (2017) apresentou através da História Oral a trajetória de Léa Maria Chaves Linhares e a liberação da participação das mulheres em competições de judô no Rio Grande do Sul. A materialização de práticas de autoconhecimento, controle de si e desenvolvimento do lado espiritual foram citados pela atleta, mas a desigualdade de chances entre homens e mulheres contribuiu e dificultou sua inserção e permanência no judô da época. Sua participação no judô possibilitou, futuramente, a participação da mulher no esporte competitivo, apesar de apenas dez anos após conquista da faixa-preta por Léa (1969) é que as mulheres tiveram direito a participar das competições no país, na busca em atender interesses masculinos da modalidade.

A princípio, So e Betti (2018), investigaram para compreender como os alunos se relacionam com os saberes das lutas nas aulas de Educação Física, relação temática muito recorrente ao analisar, como um todo, os estilos de luta citados neste capítulo. Através das entrevistas com alunos e docentes e, a observação de aulas, os resultados apontaram que, para alunos, com vivência prévia em lutas, o conteúdo era visto como prática corporal esportiva ou defesa pessoal, esperando aprenderem mais, enquanto que os alunos sem esta vivência classificaram a prática como violenta, podendo causar danos físicos a si e/ou terceiros. Os autores apontam que o ensino de lutas na escola encontra-se permeado por tensões, favorecendo sua exclusão mais que inclusão. Dando continuidade ao estudo anterior, So *et al.* (2018) analisam as relações de sentido e a mobilização das meninas com a prática

da modalidade, judô. Assim, por meio da observação de aulas em uma turma do 7º ano do Ensino Fundamental e de entrevistas semiestruturadas com dezessete alunos desta turma, os resultados indicaram menor participação e interesse das meninas em comparação aos meninos. Os fatores que levaram a esta desfavorável mobilização feminina foram: a masculinização e machismo na luta; o medo de se machucar e vergonha de se expor. Os discursos citados no estudo apontam que as lutas podem oferecer a oportunidade de quebrar estereótipos e preconceitos.

Em outra perspectiva, Oliveira *et al.* (2018) estudaram a motivação de homens adultos ao analisarem os principais fatores que levaram a prática do judô. O Inventário de Motivação à Prática de Atividade Física e Esporte foi utilizado para avaliar os fatores, assim como as diferenças deles em relação à idade. Foi encontrado que as dimensões prazer, saúde e sociabilidade, respectivamente, apresentaram os maiores resultados como motivadores na prática do judô, enquanto que o menos motivador foi a competitividade. No grupo de jovens adultos, entretanto, a competitividade foi vista como mais importante, enquanto houve a maior valorização da dimensão saúde pelo grupo de adultos experientes em relação ao grupo de adultos jovens. De outro lado, Silveira *et al.* (2018) buscaram analisar as mudanças contemporâneas na maneira como vem sendo lecionado o judô no Estado do Paraná e questionam as características do ensino e dos professores. Os resultados apresentaram maior predomínio de homens como senseis, uma conexão forte com o tradicionalismo da prática, apesar de mostrarem mudanças nos aspectos da prática pedagógica e afinidade maior com a Educação Física, com as aulas tradicionais aos poucos sendo substituídas por concepções mais modernas da Educação Física ou do treinamento desportivo. Isto faz com que os professores busquem, necessariamente, se atualizar e informar, mas mantendo o caráter de prática educativa, disciplinadora e formadora de valores.

Cavazani *et al.* (2016) com o objetivo de discutir os procedimentos pedagógicos para o ensino, vivência e aprendizagem do Judô infantil, contemplam os referenciais técnico-táticos, socioeducacional e histórico-cultural a partir de uma revisão bibliográfica de caráter crítico-reflexivo. Eles questionam a necessidade de um conjunto de procedimentos pedagógicos (conteúdo, metodologia e didática) para gerir e garantir os objetivos do processo de ensino, sendo, na observação das relações que se estabelecem entre os personagens, sempre considerado o sujeito em sua totalidade e contexto, a fim de entender o significado do esporte por esses indivíduos e garantir uma visão ampla do fenômeno esportivo. A noção de inclusão se instaurou para atender as pessoas com deficiência e, somente após o alicerçamento desse movimento e pensamento, é que ocorreu uma ampliação do seu significado e atuação. Esta alteração possibilitou mudar o olhar para outros grupos que também são excluídos socialmente como negros, homossexuais, mulheres, idosos, obesos, dentre outros em diferentes contextos, questões e intensidade (PNUD, 2017). Não há dúvida que é preciso incluir essas pessoas e, partindo dessa lógica, Cardoso *et al.* (2019) exploram o significado do judô paraolímpico, através de um estudo de caso, utilizando-se da metodologia História Oral. O percurso traçado pelo atleta analisado e considerado em sua totalidade (sentimentos, experiências,

crenças, resiliência), teve início antes de perder a visão, aos sete anos iniciou o treinamento e dois anos depois começou a competir. Apesar da deficiência adquirida por um acidente aos treze anos, a continuidade na prática esportiva contribuiu para que se adaptasse à nova condição e agregou ao atleta valores como: perseverança, dedicação, coragem, disciplina, dentre outros fundamentais ao esporte, como também para a aceitação da deficiência.

O artigo de Harnisch *et al.* (2018) aborda a temática do processo de ensino e aprendizagem do judô paralímpico, também dos deficientes visuais, analisando a importância de que os professores e técnicos estejam atentos às especificidades do aluno com deficiência visual. Dando foco a quatro pontos: Identificação dos professores; Técnicas e fundamentos; Cenário e Ensino, os autores conseguiram identificar que ainda há a predominância do método de ensino tradicional. Alguns professores mais atualizados conseguiam fazer adaptações e aplicação de métodos de ensino adequados, realçando novas perspectivas de aprendizado para os alunos, sem deixar de lado a importância de manter os princípios do judô.

12.6 KARATE

Se tratando de karate, Rossi e Tirapegui (2015) realizaram um estudo sobre a dependência de sua prática em uma amostra de atletas experientes, contrapondo a praticantes menos graduados, e os possíveis impactos negativos relacionados aos graus de dependência. Participaram do estudo quarenta e cinco praticantes recrutados em um dojô na cidade de São Paulo, no Brasil. O grau de Dependência da Prática de Karate foi avaliado pelo questionário “*Negative Addiction Scale*” com os atletas mais experientes e graduados, exibindo índices maiores e podendo experimentar sintomas de abstinência, diferente do encontrado nos atletas menos experientes. Uma das repercussões negativas da dependência de exercício físico, tanto em praticantes como atletas, é a insatisfação com imagem corporal que pode desencadear uma dependência secundária ao exercício, apesar do estudo sugerir que a prática traz melhores interpretações de autopercepção e conhecimento. Já Arcênio *et al.* (2018) fizeram uma revisão abrangente sobre a modalidade, analisando a produção científica sobre karate em língua portuguesa em diversas áreas temáticas, como da biomecânica e fisiologia do exercício, colaborando com os resultados encontrados em outros trabalhos de revisão, além de reforçar o perfil predominante dos participantes: homens, adultos e de diferentes níveis técnicos. A produção científica está concentrada principalmente nas regiões Sudeste e Sul do Brasil e é veiculada, em sua maioria, em periódicos de escopo relacionado à Educação Física e Esporte. É possível especular um interesse recente e crescente da comunidade científica, principalmente nos últimos dez anos, em analisar a modalidade sob diferentes perspectivas.

Já Lopes e Monteiro (2015) extrapolam o conceito da modalidade e buscam analisar os diferentes símbolos das instituições ou estilo de karate. Na etapa de catalogação, os autores buscaram em fontes como livros, artigos e páginas na internet de instituições e Federações de

karate, devido a existência de mais de sessenta estilos. Todos os símbolos, mesmo separados para cada escola, refletem a situação atual do karate no mundo, que não se configura mais como uma arte de combate exclusiva para a sobrevivência, mas sim um modelo de desenvolvimento pessoal de múltiplas faces, como indicam nos resultados ao mostrarem que nenhum estilo ou escola parece se apresentar como rival de outro em sua filosofia, mesmo que o sejam politicamente; são caminhos que se confundem e se completam. Sibirkin (2018) apresenta um estudo exploratório de literatura acerca do esporte adaptado e a inclusão social, precisamente, sobre o karate para a pessoa com deficiência. A história da origem do esporte adaptado é citada, assim como sua conceituação, apresentação do conceito e benefícios trazidos pelo karate e algumas iniciativas do karate adaptado no Brasil. Os dados apresentam breve discussão de cinco artigos sobre esporte adaptado e inclusão social, integração social, dimensões que devem ser consideradas no esporte adaptado, reabilitação da pessoa com deficiência e a compreensão do processo sobre a produção de conhecimento acerca do tema e também sobre três artigos referentes ao karate para a pessoa com deficiência, abordando a inclusão por meio da arte marcial, alterações fisiológicas proporcionadas pelo mesmo para pessoas cadeirantes e o impacto nas amizades por meio do karate para pessoas com síndrome de Down.

12.7 KUNG FU

Uma intervenção por aulas de Kung Fu para a compreensão do ensino dessa luta sob a ótica dos alunos foi realizada por Toledo *et al.* (2019), a fim de captar novas possibilidades didático-pedagógicas. Cinco alunos de ambos os sexos responderam questionários (pré/pós intervenção) para coleta de suas visões sobre o progresso do programa e expectativas. Após intervenção, houve respostas coerentes com o referencial utilizado para o projeto quanto à aprendizagem e didática, com afastamento do ensino tradicional técnico e apresentação de um ensino mais amplo, além da integração não limitante do projeto, sendo o oposto do encontrado em locais de ensino da luta tradicionais. Tralci (2016) abarca sobre a tradição presente no Kung Fu por meio da fala de cinco mestres brasileiros, discípulos de chineses, com diferentes estilos, entrevistados entre 2012 e 2013. Pela história oral temática, a tradição é apresentada como conectada a autoridade dos antepassados e o tempo, sendo a sucessão da arte entre gerações necessária para ser considerada tradição, esta reconhecida por ser componente estrutural da prática do Kung Fu. Sobre as mudanças na arte marcial, apesar dos mestres acordarem da relevância em preservar a origem e tradição, a reatualização e transformação nos diferentes contextos históricos devem ser levadas em conta, como uma renovação do legado.

Aspectos do treinamento do Wushu (Kung Fu) foi investigado por Yoshida e Santos (2016) em uma revisão de literatura por busca em base de dados na área de Educação Física entre janeiro de 1996 e dezembro de 2016. Os resultados mostram oito artigos referentes a aspectos físicos, como perfil nutricional, antropometria dos praticantes, gestão e planejamento de treinamento, respostas

fisiológicas, comparação entre categorias do Wushu, potência mecânica de salto, entre outros. Três artigos deles mostraram resultados relacionados a aspectos psicológicos, com comparações quanto o desempenho cognitivo e treinamento de atletas, estabelecimento do tipo de relação entre as orientações de objetivo e os parâmetros de vigor mental dos atletas e sobre a resiliência, robustez mental quanto ao impacto da mídia nos praticantes.

12.8 LUTA LIVRE

O único artigo que foi encontrado falando especificamente sobre a Luta Livre foi o de Garcia *et al.* (2016), discorrendo sobre a trajetória da luta no século XX, no Rio de Janeiro. Entrevistas orais, individuais ou em grupo foram analisadas pelo método de História Oral. O início da trajetória foi em 1920, com os principais mestres sendo citados, havendo popularização e divulgação em jornais sobre os eventos de vale-tudo. O uso de diferentes modalidades de combate era presente e os eventos eram organizados por lutadores conhecidos. Houve mudanças nas regras para controle de violência, mas o crescimento do esporte era visível na realização de eventos de vale-tudo internacionais com brasileiros utilizando novas técnicas e golpes desenvolvidos pela luta livre na cidade do Rio de Janeiro durante o século XX.

12.9 MIXED MARTIAL ARTS - MMA

Para o próximo estilo que fora encontrado na presente revisão, é importante ser feito uma breve explicação devido ao fato da sua diferença com todos os estilos que serão ou já foram abordados. O *Mixed Martial Arts* - MMA, diferentemente dos outros estilos citados de estilo único, é uma luta realizada através do uso de técnicas corporais de variadas artes marciais e/ou esportes de combate, como alguns já descritos anteriormente: Jiu-Jitsu, Boxe, Kickboxing, Muai Thay, Luta Greco-Romana, Kung Fu, Karate, Capoeira, Judô, entre outras (Awi, 2012; Alonso & Nago, 2013; Franchini & Vecchio, 2011, como citado em Camilo & Spink, 2019), que podem estar presentes dentro de um mesmo combate.

A popularização deste esporte, assim como sua profissionalização, foram discutidas por Furtado *et al.* (2018), que, por meio de dados obtidos de dados secundários, observaram aumento significativo dos eventos de MMA no Brasil, assim como sua profissionalização, dentro do tempo de janeiro de 2016 a dezembro de 2017. A procura por corpos com vigor físico ilimitado, associados à supremacia e invencibilidade, assim como a ausência da garantia de direitos trabalhistas básicos, foram apresentados. Apesar disso, a busca pela superação está presente no MMA, levando consigo valores como dedicação, disciplina, persistência e ambição. Camilo e Spink (2019) procuram identificar em seu artigo as diferentes versões dos atletas de MMA que estiveram na fase de preparação para um combate e atendimento multiprofissional. Os autores acompanharam um atleta nesse período,

em seus treinos, reuniões de grupo, gravações de vídeos, autógrafos, procedimentos para perda de peso, recuperação após pesagem, acompanhamento no dia da luta e conversas no pós-luta. O artigo apresenta como os lutadores do esporte passam por fases quase não-humanas como lesões, convívio com dores, cansaço, tensões, pesagem, alimentação rígida, amostra de masculinidade exagerada, exaustão pós-combate para o alcançar objetivos possíveis através do esporte, mostrando a grande multiplicidade para lidar com os desafios.

O processo de resiliência em atletas de MMA foi analisada por Pires *et al.* (2019), que realizaram entrevistas semiestruturadas e fizeram uso de questionário em dez praticantes. Foram analisados os fatores dos estressores, sendo encontrados com maior frequência na fala dos atletas os estressores “competitivos”, “organizacionais” e os “pessoais”. Por outro lado, para o processo de resiliência destes atletas fatores de proteção psicológica como “apoio social percebido”, “foco”, “motivação” e a “confiança” estiveram presentes em todas as falas e se mostram fonte para um bom desempenho no combate. O artigo de Bittencourt e Guimarães (2017) traz, por meio de uma pesquisa etnográfica em locais distintos com observação participante e entrevistas, a discussão sobre o fenômeno social e esportivo do MMA na cidade de Maceió - AL. Foi visto que, na prática do MMA, é buscado aguentar a intensidade dos combates nos corpos, sendo que, sua busca nas academias como atividade física, o distancia de uma arte marcial. Os telespectadores, entretanto, encontram um momento de lazer e excitação ao assistirem os eventos em bares, onde é percebida a chance de mercado pelos donos, criando o esporte-entretenimento. O termo “prática masculinizante” mostra como as relações entre gêneros são ainda reforçadoras e reproduzem uma estrutura estereotipada.

Camilo (2016), entretanto, busca compreender os sentidos atribuídos ao cuidado na modalidade de MMA nas reportagens da revista Tatame (versão digital) entre janeiro de 2011 a dezembro de 2013. Os resultados apresentaram que em todos os anos, o “autocuidado” foi o mais frequente, com visão do MMA como um esporte passível de lesões limitantes e derrota, além de comprometimento do atleta. Seguido pelo “cuidado com o outro”, as reportagens abordam tanto sobre o cuidado na luta em si, quanto com o outro que auxilia o atleta vencedor e terá ganhos com a vitória, assim como profissionais preocupados quanto a sua recuperação. O “cuidado como ameaça” foi pouco encontrado e abarcava sobre advertências do árbitro no ringue e ameaças aos adversários. Enquanto o “cuidado com o evento” abordava sobre aspectos do espetáculo, sua estrutura e escolha dos lutadores. A representação que os lutadores de MMA possuem sobre a violência na sua prática do esporte e o significado deste foi analisada por Barreira (2019) através de entrevistas com quarenta e três lutadores brasileiros entre os anos de 2016 e 2017. Os lutadores apontaram para o aspecto físico do uso de técnicas para alcançarem a vitória, com a violência sendo reconhecida por alguns atletas quando a luta continua mesmo com sangramento. Os atletas que não consideram o MMA um esporte violento apontam as aparências superficiais observadas, sendo, as regras e juízes, pontos considerados do esporte para não ser violento. O MMA na vida dos atletas mostrou ser um transformador pessoal e de envolvimento, trazendo mudanças e possibilidades.

O artigo de Salvani e Marchi (2016) busca, através de um recorte analítico na revista *Tatame*, analisar os discursos de rivalidade existentes entre as lutadoras de MMA Ronda Rousey e Cris Cyborg entre o período de julho de 2012 e julho de 2015. O discurso da rivalidade pode ser dividido em “baixar o peso”, “desqualificação pessoal”, “desqualificação técnica”, “descomprometimento enquanto atleta”, “*doping*”, “elogio”, “superioridade técnica”, “visibilidade para as mulheres”, “desafio para o “duelo”, ““duelo” como importante”, ““duelo” como não importante”, com o primeiro mais proferido. A troca de “insultos” dentro do MMA é posta como parte do *habitus* no esporte, naturalizada e incorporada. Fernandes *et al.* (2015) analisam a representação da feminilidade dentro de esportes de combate (Boxe e MMA) com objetivo de entender a transitoriedade e possibilidade de construção feminina no meio. Entrevistas temáticas foram realizadas em 2013 com três atletas profissionais do MMA e Boxe, sendo apontada a diferenciação quanto a representação da feminilidade entre as atletas nos seus diferentes ambientes (combate e social) e quanto às exigências que cada um deles fazem, divergindo de momentos fora desse cenário, como em eventos e entrevistas, onde é percebido a feminilidade como normalizada culturalmente nas atletas.

12.10 TAEKWONDO

Adentrando outro estilo, Pimenta e Drigo (2015) abarcam sobre o Taekwondo e a troca simbólica presente no esporte. Por meio de entrevistas semiestruturadas realizadas com três mestres que possuíam experiência de mais vinte anos. A simbologia da violência passada pelas competições do Taekwondo mostrou ser estratégico para a possibilidade de atração, passagem da cultura coreana e manifestações religiosas orientais, além de seu poder simbólico poder ser percebido nas falas dos mestres, quanto ao respeito à hierarquia militar, visto na relação mestre e aluno, e à graduação do praticante. Barbosa *et al.* (2018), no entanto, realizaram uma análise da motivação em vinte e quatro alunos de ambos os sexos praticantes de Taekwondo, fazendo uso de questionário e Escala de Motivação para Esporte II. Os dados apresentam como resultado, as motivações intrínseca e extrínseca, identificados sendo mais presentes nos praticantes que outros tipos de motivação, o que indica o interesse espontâneo pela prática. A comparação entre os atletas pelo nível de graduação, entretanto, mostra que apesar de os diferentes tipos de motivações estarem próximos, quanto à desmotivação há maior índice dos veteranos sobre os iniciantes.

Já Canova *et al.* (2019) avaliam, por meio de questionário e entrevistas com pais, professores e mestre, a percepção do desenvolvimento de funções executivas em crianças praticantes de taekwondo. Os resultados apresentam congruência na percepção dos pais e professores na maioria dos constructos avaliados quanto a mudanças comportamentais positivas referente à melhora dessas funções, sendo em apenas um tipo, “comportamentos agressivos e impulsos”, percebido maior discrepância, com metade dos pais não percebendo alteração. Todavia, a prática da arte marcial mostrou trazer, tanto na visão do mestre quanto dos pais e professores, melhora positiva no convívio interpessoal das crianças.

12.11 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A revisão de literatura apresentada neste capítulo possibilita ter-se uma visão ampla sobre o tema Lutas e Artes Marciais. Uma vez que, dentro do período pesquisado na literatura brasileira, menos da metade dos artigos encontrados comentam sobre a violência, ou mesmo agressividade, nas Lutas e Artes Marciais, percebe-se a incompreensão sobre estas quanto ao seu cunho essencial (Barreira, 2019; Canova *et al.*, 2016; Correia, 2015; Fernandes *et al.*, 2015; Garcia *et al.*, 2016; Melo & Barreira, 2015; Moura *et al.*, 2019; Pimenta & Drigo, 2015; Rufino & Darido, 2015b; So *et al.*, 2018; So & Betti, 2018). Curiosamente, o período de pesquisa dos artigos encontrados evidencia o fato de que a disseminação destas práticas nos países ocidentais, apesar de possuir suas particularidades – facilidades e dificuldades, está em crescente aumento, seja no número de praticantes, número de filmes, séries de TV ou estudos sobre o tema, revelam o aumento de interesse e suas manifestações (Pimenta, 2008). Pode-se observar uma destas manifestações principalmente em artigos que abordam sobre a possibilidade de inserção e prática das Lutas e Artes Marciais nas aulas de Educação Física (Correia, 2015; Fabiani *et al.*, 2016; Moura *et al.*, 2019; Rufino & Darido, 2015b; Santos, 2019; Silveira *et al.*, 2019; So & Betti, 2018; So *et al.*, 2018; Toledo *et al.*, 2019).

Deste modo, apesar de ser comentado ou citado sobre a violência em alguns artigos, em apenas um é dado maior ênfase sobre a violência, no estudo de Barreira (2019) sobre o MMA. Contudo, faz-se necessário pontuar que no referido artigo os autores não fazem a relação entre a prática do esporte e o aumento da violência pelos atletas, muito pelo contrário, sendo apresentada a percepção dos atletas de compreensão e respeito pelo outro competidor, mesmo com golpes enfáticos proferidos presentes. Isto vai ao encontro do que Ueno e Souza (2014) falam sobre a prática das lutas/artes marciais tradicionalmente pautadas pelo princípio de respeito ao próximo, além da parceria durante a prática e respeito às regras, distanciando-se da frequente relação feita entre luta e violência. Ademais, pode ser exposto que, de forma breve, o que vem sendo abordado na literatura brasileira nesses últimos anos referente às Lutas e as Artes Marciais, tem deixado em evidência a lacuna que existe ao se pesquisar sobre a relação entre o aumento da violência e praticantes de lutas e artes marciais. Apesar disto, relevantes assuntos foram levantados pelos artigos, como a representação da feminilidade abordada por Fernandes *et al.* (2015) em atletas profissionais de Boxe e MMA, estas que apresentaram comportamentos do feminino culturalmente construído quando estão fora dos ringues, a partir de uma aparência mais preservada, enquanto mostraram uma despreocupação sobre isso ao lutarem. Ainda, Pires *et al.* (2019) expuseram uma importante análise a respeito da resiliência em atletas de MMA, sendo identificados e apresentados fatores estressores enfrentados no dia-a-dia e fatores psicológicos que dão suporte e auxiliam para um bom desempenho no combate.

REFERÊNCIAS

- Arcênio, P. C., Jr., Ruschel, C., & Correia, C. K. (2018). Análise da produção científica sobre o karatê em língua portuguesa. *Caderno de Educação Física e Esporte*, V. 16 (1), p.p. 153-166.
- Assmann, A. B., Ledur, J. A., Begossi, T. D., & Mazo, J. Z. (2018). Representações sociais sobre o judô no Brasil veiculadas pela revista *Veja* (anos 1970/1980). *Caderno de Educação Física e Esporte*, V. 16 (1), p.p. 129-139.
- Barbosa, V. B. C., Contessoto, L. C., Anversa, A. L. B., & Refundini, L. B. (2018). Diferença motivacional entre praticantes iniciantes e veteranos do Taekwondo. *Caderno de Educação Física e Esporte*, V. 16 (1), p.p. 41-46.
- Barreira, C. R. A. (2019). Da violência no combate: o que dizem os lutadores de mma. *Psicologia & Sociedade*, V. 31.
- Bittencourt, J. B. de M., & Guimarães, F. C. (2017). Dentro e fora do octógono: corpo, consumo e êxtase nas tramas do MMA. *Revista de Ciências Sociais*, V. 47, p.p. 57-74.
- Camilo, J. A. de O. (2016). Os sentidos atribuídos ao “cuidado” em uma mídia especializada de Mixed Martial Arts. *Psicologia Revista*, V. 25 (2), p.p. 337-353.
- Camilo, J. A. de O., & Spink, M. J. P. (2019). Versões de atletas de mixed martial arts nas fases de preparação para um combate. *Psicologia & Sociedade*, V. 31.
- Canova, I. F., Gomes, C. M., & Tractenberg, S. G. (2016). Percepções de pais e educadores sobre o desenvolvimento de comportamentos relacionados às funções executivas em crianças praticantes de Taekwondo. *Aletheia*, V. 49 (2).
- Cardoso, A., Zanetti, M., Correa M., Sermarini, M., Freire, E., Rodrigues, G., & Brandão, M. R. F. (2019). Significado do judô paralímpico: um estudo de caso. *Cuadernos de Psicología del Deporte*, V. 19 (2), p.p. 198-208.
- Cavazani, R. N., Reverdito, R. S., Drigo, A. J., Scaglia, A. J., Montagner, P. C., & Paes, R. R. (2016). Pedagogia do esporte: tornando o jogo possível no judô infantil. *Motrivivência*, V. 28 (47), p.p. 177-190.
- Correia, W. R. (2015). Educação Física Escolar e Artes Marciais: entre o combate e o debate. *Revista Brasileira de Educação Física e Esporte*, V. 29 (2), p.p. 337-344.
- Fabiani, D. J. F., Scaglia, A. J., & Almeida, J. J. G. de. (2016). O jogo de faz de conta e o ensino da luta para crianças: criando ambientes de aprendizagem. *Pensar a Prática*, V. 19 (1).
- Fernandes, V., Mourão, L., Goellner S. V., & Grespan, C. L. (2015). Mulheres em combate: representações de feminilidades em lutadoras de Boxe e MMA. *Journal of Physical Education*, V. 26 (3), p.p. 367-376.

- Furtado, R. N., Camilo J. A. de O., & Camilo, R. C. (2018). Implicações da popularização e profissionalização do MMA no Brasil: uma análise biopsicossocial. *Psicologia Revista*, V. 27, p.p. 707-724.
- Garcia, R. A. G. A.; Silva, N. L. da; & Votre, S. J. (2016). A luta livre no século XX no Rio de Janeiro. *Movimento (ESEFID/UFRGS)*, V. 22 (2), p.p. 379-390.
- Gonçalves, A. V. L., & Silva, M. R. S. da. (2013). Artes Marciais e Lutas: uma análise da produção de saberes no campo discursivo da Educação Física brasileira. *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*, V. 35 (3), p.p. 657-671.
- Harnisch, G. S., Starch, J. A., Borella, D. R., Alves, M. L. T., & Almeida, J. J. G. de (2018). O ensino do judô paralímpico: a percepção dos técnicos brasileiros. *Motrivivência*, V. 30 (55), p.p. 140-155.
- Krug, E. G., Dahlberg, L. L., Mercy, J. A., Zwi, A. B., & Lozano, R. (Ed). (2002). *Relatório mundial sobre violência e saúde*. Genebra: Organização Mundial da Saúde. WHO.
- Lopes, B. J. P., Fº., & Monteiro, A. de O. (2015). A simbologia presente nos estilos de Karate-Dō. *Revista Brasileira de Educação Física e Esporte*, . 29 (3), p.p. 395-407.
- Lourenço, L. M., Silva, G. R., Rodrigues, T. P., & Carvalho, D. P. (2007). Um estudo das crenças no que concerne ao consumo/tráfico de drogas enquanto causa da violência/agressividade. *Psicologia em Pesquisa*, 2007. V. 1 (1), p.p. 34-40.
- Melo, F. de, & Barreira, C. R. A. (2015). As fronteiras psicológicas entre violência, luta e brincadeira: as transições fenomenológicas na prática da capoeira. *Movimento*, V. 21 (1), p.p. 125-138.
- Miarka, B. (2016). Demandas técnico-táticas e fisiológicas de combates da luta olímpica. *Revista de Artes Marciales Asiáticas*, V. 11 (1).
- Mocarzel, R. C. da S. (2011). *Artes marciais e jovens: violência ou valores educacionais? Um estudo de caso de um estilo de kung-fu*. [Dissertação de Mestrado em Ciências da Atividade Física, Programa de Pós-Graduação Strictu Sensu] Universidade Salgado de Oliveira.
- Mocarzel, R. C. da S. (2016). Inclusão de pessoas com deficiência através das lutas e artes marciais. *Revista de Artes Marciales Asiáticas*, V. 11 (2), p.p. 70-82.
- Moura, D. L., Silva, I. A. L. da, Jr., Araujo, J. G. E., Sousa, C. B. de, & Parente, M. L. da C. (2019). O ensino de lutas na Educação Física escolar: uma revisão sistemática da literatura. *Pensar a Prática*, V. 22.
- Oliveira, A. L. C. (2017). *Lutas e capoeira no ensino médio: possibilidades de prazer na Educação Física escolar*. [Trabalho de Conclusão de Curso, Curso de Especialização em Artes Marciais, Esportes de Combate e Lutas, Centro de Ciências da Saúde] Universidade Estadual do Ceará.

- Oliveira, A. J., Rangel, A. G., Henrique, J., Vale, W. S. do, & Ruffoni, R. (2018). Aspectos motivacionais de praticantes de judô do sexo masculino. *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*, V. 40 (2), p.p. 156-162.
- Pimenta, T. (2008). Imaginário e identidades ocidentais: contribuição para a interpretação de artes marciais orientais no Brasil. *1º Encontro da ALESDE*. UFPR, Curitiba.
- Pimenta, T. F. da F., & Drigo, A. J. (2015). A economia das trocas simbólicas no campo do Taekwondo. *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*, V. 37 (2), p.p. 165-171.
- Pimentel, G. G. de A.; & Goellner, S. V. (1960). Léa Linhares e o judô no Rio Grande do Sul na década de 1960. *Motrivivência*, V. 29 (50), p.p. 123-139.
- Pires, D. A., Lima, P. A., & Penna, E. M. (2019). Resiliência em atletas de Artes Marciais Mistas. *Cuadernos de Psicología del Deporte*, 2019. V. 19 (2), p.p. 243-255.
- Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD (2017). *Relatório Nacional de Desenvolvimento Humano do Brasil - Movimento é Vida: Atividades Físicas e Esportivas para Todas as Pessoas*. De: <https://www.undp.org/content/dam/brazil/docs/publicacoes/relatorionacional-desenvolvimento-humano-2017.pdf>
- Rosa, V. (2016). Perspetivas e entendimentos dos praticantes portugueses de karatê sobre o conceito de Budô. *Revista de Artes Marciales Asiáticas*, V. 10 (2), p.p. 124-134.
- Rossi, L., & Tirapegui, J. (2015). Avaliação da dependência à prática de karatê e a sua relação com o tempo de treino. *Revista Brasileira de Medicina do Esporte*, V. 21 (1), p.p. 32-35.
- Rufino, L. G. B., & Darido, S. C. (2013). Possíveis diálogos entre Educação Física escolar e o conteúdo das lutas na perspectiva da cultura corporal. *Conexões*, V. 11 (1), p.p. 144-170.
- Rufino, L. G. B., & Darido, S. C. (2015a). Análise da prática pedagógica das lutas em contextos não formais de ensino. *Revista Brasileira de Ciência e Movimento*, V. 23 (1), p.p. 12-23.
- Rufino, L. G. B., & Darido, S. C. (2015b). O ensino das lutas nas aulas de Educação Física: análise da prática pedagógica à luz de especialistas. *Revista da educação física/UEM*, V. 26 (4), p.p. 505-518.
- Salvini, L., & Marchi, W., Jr. (2016). Mais do que uma “questão de peso”: análise do conteúdo dos discursos de rivalidade entre as lutadoras de MMA. *Movimento (ESEFID/UFRGS)*, V. 22 (3), p.p. 795-808.
- Santos, G. de O. (2019). Relato de experiência com o ensino de artes marciais na formação em Educação Física em Diamantina-MG. *Horizontes-Revista de Educação*, V. 7 (14), p.p. 229-245.
- Seron, B. B., Arruda, G. A., & Greguol, M. (2015). Facilitadores e barreiras percebidas para a prática de atividade física por pessoas com deficiência motora. *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*, V. 37 (3), p.p. 214-221.

- Silveira, A. M. da, Violin D. Y. T., & Pimentel G. G. de A. (2018). Perfil dos professores de judô do Estado do Paraná-Brasil. *Caderno de Educação Física e Esporte*, V. 16 (1), p.p. 21-30.
- So, M. R., & Betti, M. (2018). Sentido, mobilização e aprendizagem: as relações dos alunos com os saberes das lutas nas aulas de educação física. *Movimento (ESEFID/UFRGS)*, V. 24 (2), p.p. 555-568.
- So, M. R., Martins, M. Z., & Betti, M. (2018). As relações das meninas com os saberes das lutas nas aulas de Educação Física. *Motrivivência*, V. 30 (56), p.p. 29-48.
- Toledo, C. R., Guerra, R. L. F., & Oliveira, R. C. (2019). Ensino do Kung Fu sob a ótica de alunos inseridos num contexto da pedagogia do esporte. *Revista Brasileira de Ciência e Movimento*, 27(3), 158-169.
- Tralci, M. A., Fº. (2016). Tradição no Kung Fu: mestres brasileiros entre permanências e transformações. *Movimento (ESEFID/UFRGS)*, V. 22 (1), p.p. 115-128.
- Ueno, V. L. F., & Sousa, M. F. (2014). Agressividade, Violência e Budô: temas da Educação Física em uma escola estadual em Goiânia. *Pensar a Prática*, V. 17 (4).
- Vicentini, L., & Marques, R. F. R. (2018). A produção científica sobre o Jiu-Jítsu: análise dos artigos, teses e dissertações publicados entre 1996 e 2016. *Movimento (ESEFID/UFRGS)*, V. 24 (4), p.p. 1335-1352.
- Yoshida, H. M., & Santos, S. R. dos, Neto. (2016). Wushu e aspectos do treinamento: uma revisão da literatura. *Caderno de Educação Física e Esporte*, V. 14 (1), p.p. 69-78.

VIOLÊNCIA NO TRABALHO: QUANDO A AGRESSIVIDADE CONSTRÓI A DOENÇA

IRACEMA ABRANCHES
LELIO MOURA LOURENÇO

13.1 INTRODUÇÃO

A violência é um fenômeno inerente ao processo de desenvolvimento humano e pode ser observada em toda a história e experiência dos seres vivos, sendo definida pela Organização Mundial da Saúde (OMS) “como o uso de força física ou poder, em ameaça ou na prática, contra si próprio, outra pessoa ou contra um grupo ou comunidade que resulte ou possa resultar em sofrimento, morte, dano psicológico, desenvolvimento prejudicado ou privação” (Dahlberg & Krug, 2006; World Health Organization [WHO], 2002). Os autores destacam que essa definição associa a intencionalidade ao ato violento, exceto quando se trata de queimaduras acidentais e lesões de trânsito. A violência é multifatorial e multifacetada; por isso mesmo, é preciso orientar a compreensão do tema para que sejam desenvolvidas ações e estratégias que conscientizem profissionais e agentes governamentais para a solução e/ou redução de danos da violência na realidade social (Senra & Lourenço, 2015). Além disso, impacta todos os setores da sociedade, sendo considerada um problema de saúde pública pela OMS (WHO, 2002).

O trabalho tem a função histórica de dar significado ao homem como agente social, participante do desenvolvimento tecnológico e de serviços, sendo, também, o lugar de pessoas que se relacionam imbuídos de seus valores éticos e morais, de sua personalidade, anseios, limites e possibilidades. Além dos aspectos pessoais dos trabalhadores, o mundo do trabalho é uma das funções máximas dos sistemas políticos, sociais, econômicos e culturais da estrutura humana no planeta (Seligmann-Silva, 2011). Este texto destaca os aspectos gerais sobre a violência; a violência no trabalho e as consequências desta violência para o trabalhador, com o objetivo de destacar a sutileza e complexidade da violência no trabalho e como pode ser uma ameaça à integridade do trabalhador, além de poder ser usada como um instrumento de poder e gestão.

13.2 VIOLÊNCIA: ASPECTOS GERAIS

Dahlberg e Krug (2006) destacam que a interdisciplinaridade do estudo sobre a violência demanda o conhecimento da sua conceituação e tipologia, da natureza dos atos violentos, das formas para medir essa violência e de seus impactos, uma vez que a violência envolve diversas situações e valorações. Considerando, por exemplo, a Psicologia Social, este fenômeno é estudado com foco em suas características psicossociais, sendo enfatizados os processos afetivos, cognitivos e comportamentais dos indivíduos e grupos em situação de violência (Gebara *et al.*, 2011). Com base nas descrições de Dalberg e Krug (2006), é possível destacar a tipologia e a natureza do ato violento quanto às características do autor do ato de violência e quanto à natureza do ato violento.

Tabela 1 - Tipologia e natureza do ato violento

Quanto às características do autor do ato de violência	Quanto à natureza do ato violento
Violência autoinfligida (dirigida a si mesmo), que é subdividida em comportamento suicida (ideação, tentativas e suicídios efetivos) e autoabuso (automutilação);	Natureza física, com o uso da força física para subjugar ou causar danos a outrem;
Violência interpessoal, subdividida em violência de família e de parceiro íntimo (abuso infantil, abuso pelo parceiro íntimo e abuso de idosos, fora ou dentro de casa);	Natureza sexual, que significa impor práticas de caráter sexual contra a vontade do outro ou que o vitimize;
Violência comunitária (aquela que ocorre entre pessoas sem laços de parentesco, como violência juvenil, estupro, violência no ambiente de trabalho etc.);	Natureza psicológica, que envolve a agressão verbal ou gestual a fim de humilhar, manipular, atingir negativamente a autoestima do outro etc.;
Violência coletiva, subdividida em social (atos terroristas, violência de multidão, violência de grupos organizados etc.), política (guerras e conflitos, violência do Estado etc.) e econômica (negar o acesso a serviços essenciais, monopólio econômico em detrimento da sociedade etc.).	Natureza que envolve privação ou negligência, que implica em negar ou negligenciar os cuidados a quem necessita deles.

Nota: elaborada pelos autores, adaptado de Dahlberg e Krug (2006).

A teoria crítica da sociedade, abordagem que diz respeito aos estudos da Escola de Frankfurt, promove a luta incessante contra a violência e a barbárie, tanto no aspecto material quanto no aspecto humano (Zanolla, 2010). Horkheimer e Adorno (1985) sublinham a importância do processo educativo como uma forma de enfrentar a violência, a barbárie e a banalização da vida, que acontece por meio da ameaça de domínio econômico globalizado através do desempenho. E, como esses autores conferem à violência um espaço de subjetividade e de coletividade, dizem que a banalização da violência ocorre quando o sujeito é coisificado. Portanto, a educação é o caminho para que a sociedade enfrente a violência, uma vez que a educação crítica dá ao sujeito condições de não ser coisificado. Para Adorno (1995), quanto mais alienado e isento de consciência crítica, mais o sujeito tende à violência. Dessa forma, este autor agrega o papel fundamental da educação ao conceito de violência.

Didaticamente, o estudo da violência pode ser estruturado desta forma. Mas, os autores em geral alertam para as variáveis e particularidades da violência e dos atos violentos diante da diversidade cultural, social e econômica do mundo, o que torna evidente também a complexidade e extensão do conceito de violência. Considerando o Brasil, é possível acessar informações, dados, políticas públicas, estado da violência no país por meio de mapas da violência, atlas da violência, cartilhas governamentais, que são materiais que acompanham o cenário da violência referente a várias temáticas (mulher, jovem, homicídios por arma de fogo, acidentes de trânsito, infância etc.) (Reichenheim *et al.*, 2011; Walselisz, 2010), além da produção científica na área.

13.3 VIOLÊNCIA NO TRABALHO

Apesar de ser uma das expressões da violência, a violência no trabalho também tem um grande número de variáveis, teóricos e objetos de pesquisa porque configura um complexo ambiente de relações interpessoais e organizacionais. Assim, pode-se destacar alguns enfoques como o assédio moral, o organizacional e o sexual, as doenças relacionadas ao trabalho, o sofrimento no trabalho, o ageísmo (preconceito etário), as desigualdades no ambiente laboral (gênero, etnia, cultura etc.), a psicopatologia do comportamento nas organizações, a morte pelo e no trabalho e várias outras possibilidades de estudo, todas fundamentadas na violência. Da mesma forma, os autores e pesquisadores que se dedicam à área da psicologia organizacional e do trabalho e da saúde do trabalhador configuram um grupo diverso e amplo no Brasil e no mundo, com diferentes objetos de estudo, embasados em teorias variadas, mas todos com o mesmo objetivo subjacente, que é o de melhorar a qualidade da relação homem e trabalho.

No relatório sobre violência no trabalho, a Organização Internacional do Trabalho (Organização Internacional do Trabalho [OIT], 2019) reconhece como âmbito laboral desde o espaço formal de trabalho até o espaço virtual, incluindo os deslocamentos, as comunicações e todo lugar ou atividade que sejam relacionados ao trabalho da pessoa. Como agentes do assédio moral no trabalho, este documento denomina todas as pessoas e organizações que de forma direta ou indireta podem se relacionar com o trabalhador (empregador, colegas de trabalho, cliente, fornecedor etc.). Quanto à violência e ao assédio no mundo do trabalho, a OIT os define como uma série de comportamentos ou ameaças, configurando práticas que não podem ser aceitas em nenhuma situação, mesmo que ocorra uma única vez ou que se repita, que pretendam, resultem ou que possam resultar em danos físicos, sexuais, econômicos ou psicológicos.

13.4 PRINCIPAIS MANIFESTAÇÕES DA VIOLÊNCIA NO TRABALHO

O Centro de Referências Técnicas em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP) relata que, em 2008, a situação política, econômica e social do Brasil indicava um investimento na área da saúde do trabalhador, com a ampliação da rede de assistência e melhoramento dos serviços já existentes.

Mas, em 2019, a realidade política, econômica e social mostrava-se muito diferente, apresentando uma reforma trabalhista que retira direitos do trabalhador e o coisifica ainda mais no mercado de trabalho, ampliando as formas de contrato que são benéficas ao empregador, mas muito prejudiciais ao trabalhador, e outras mudanças que levam a uma precarização ainda maior do trabalho (Conselho Federal de Psicologia, 2019).

A precarização do trabalho, segundo Antunes e Praun (2015), é um termo utilizado por autores da sociologia desde os anos 1980 para definir uma das consequências desastrosas da flexibilização ou flexibilidade do trabalho, que é a base do adoecimento no trabalho para os autores citados. A precarização do trabalho, então, é um termo utilizado para indicar as perdas trabalhistas, de direitos e garantias no trabalho. A flexibilização do trabalho é o que ordena e sustenta os diversos fatores que respondem pelas alterações na forma de ser social no capitalismo contemporâneo. No mundo do trabalho, a flexibilização pode ser observada, por exemplo, na ausência de fronteira entre o tempo do trabalho e o tempo particular do sujeito, no esforço que o trabalhador faz para executar sozinho um trabalho que antes era feito por mais pessoas, nos bancos de horas, nas metas, na informalidade do trabalho etc. Para estes autores, isso é consequência do “desmonte da legislação trabalhista, nas diferentes formas de contratação da força de trabalho e, em sua expressão negada, o desemprego estrutural” (Antunes & Praun, 2015, p. 412). Esta é uma realidade que transforma o trabalho em serviços, desmantelando a identidade e lugar do trabalhador na vida laboral (Cabreira & Wolff, 2013).

Desta forma, é possível constatar um adoecimento crescente na classe trabalhadora, decorrente, principalmente, da organização e precarização do trabalho e da forma como as relações se desenvolvem no ambiente laboral, processo que geralmente é intensificado nos momentos de crise (Antunes & Praun, 2015). As manifestações da violência e do adoecimento no trabalho são as consequências deste cenário político, social, econômico e cultural, configurando um fator decisivo para a saúde mental do trabalhador.

As principais manifestações da violência no trabalho apontadas pela literatura são:

13.4.1 ASSÉDIO MORAL NO TRABALHO

Um rol de comportamentos agressivos compõe o assédio moral no trabalho, partindo de violências aparentemente menores, contínuas e gradativas, como a incivildade, a falta de respeito e polidez, para atos de violência mais abrangentes e severos. O assédio sexual é englobado em assédio moral em alguns estudos, mas é preciso distingui-los ainda que tratados em uma mesma categoria, pois cada um contém um conjunto de comportamentos agressivos que podem ser muito diferentes (Mendonça *et al.*, 2018). A agressividade é contagiosa, segundo Foulk *et al.* (2016), o que pode provocar o aumento de assediadores em um mesmo de local de trabalho.

Como descrevem Guimarães e Rimoli (2006), são várias as expressões utilizadas para designar o assédio moral em países diferentes, tais como *harcèlement moral* (França); *molestie psicologiche* (Itália); *bullying, bossing* ou *harassment* (Inglaterra, Austrália e Irlanda); *mobbing*

(Estados Unidos, Europa Central e países nórdicos e bálticos); *murahachibu* (Japão); *coacção moral* (Portugal); *acoso moral*, *acoso psicológico* ou *psicoterrorismo* (países hispânicos) e assédio moral, assédio psicológico ou *mobbing* (Brasil), de acordo com as variações culturais.

De acordo com Soares e Oliveira (2012), o histórico conceitual do assédio moral foi desenvolvido a partir de 1976, com a primeira tentativa de definição, feita por Brodsky (1976), que afirma que assédio moral se configura por tentativas obstinadas que alguém faz para atormentar, frustrar ou provocar uma reação do outro. Configura as ações que, persistentes, pressionam, intimidam, causam medo ou incomodam outra pessoa. Em 1996, Leymann (1996) diz que o assédio moral no ambiente de trabalho é feito através da hostilidade e falta de ética na comunicação e comportamento que, isoladamente, podem ser vistos como algo sem importância, mas que, sendo constantes e sistemáticos, provocam efeitos perniciosos e duradouros em quem é agredido. Este autor sistematizou a frequência das agressões para serem consideradas como um assédio em pelo menos uma vez na semana e pelo menos durante seis meses. Em 1998, Hirigoyen (1998, p. 55) define o assédio moral como “[...] toda conduta abusiva que se manifesta por comportamentos, palavras, atos, gestos e escritos que podem atingir a personalidade, a dignidade ou a integridade física ou psíquica de uma pessoa, colocar em perigo o trabalho desta pessoa ou degradar o clima de trabalho”.

Soares e Oliveira (2012) destacam que, este primeiro livro de Marie-France Hirigoyen, de 1998, provocou uma grande sensibilização e movimento social na França, culminando com a criação e aprovação de uma lei que criminaliza o assédio moral no trabalho. A partir de 1998, os estudos sobre o tema ampliaram-se pelo mundo. No Brasil, existem importantes autores na área, com pesquisas relevantes mundialmente, como Margarida Barreto, Roberto Heloani e Maria Ester de Freitas.

O assédio moral pode ser agrupado em quatro categorias, de acordo com Hirigoyen (2002), sendo a deterioração intencional das condições de trabalho; o isolamento e falta de comunicação; o atentado contra a dignidade; e a violência verbal, física e/ou sexual. Para esta autora, o assédio moral também pode ser distinguido em quatro tipos, que são o vertical descendente que, considerado o mais frequente, é o assédio feito pelo superior hierárquico em relação ao subordinado; o assédio horizontal, praticado por pares, ou seja, por pessoas que tenham o mesmo nível hierárquico; o assédio misto, quando ocorrem, concomitantemente, dois tipos de assédio; e o assédio ascendente, considerado o tipo mais raro, é o assédio praticado pelo subordinado em relação ao superior hierárquico.

Hirigoyen (2005) acredita que o principal fator determinante do assédio moral no trabalho é de ordem psicológica, alegando que as personalidades perversas narcisistas assumem o lugar de assediadores no âmbito laboral. Para esta autora, o trabalho é o meio utilizado para a agressão. Vieira *et al.* (2012) analisam este posicionamento da autora, questionam se o assédio é totalmente moral e relatam que as explicações sobre o fenômeno do assédio moral têm duas direções principais, sendo a primeira, voltada para uma psicologização dos conflitos entre as pessoas no ambiente de trabalho, e, a segunda, direcionada a uma judicialização desses conflitos. Ambas as direções levam a uma preconcepção de que o assédio é de natureza moral, tratando-se de conflitos entre pessoas onde os danos podem ser objetos de reparação judicial. Esses autores não ignoram as características perversas

do comportamento dos assediadores, sejam pessoas ou organizações, mas entendem que o cerne do assédio no trabalho envolve muito mais do que somente a personalidade dos agentes envolvidos, apontando como fundamentos do assédio, além da moralidade dos comportamentos individuais, as questões associadas às formas de sociabilidade atuais, aos modos de gestão e à organização do trabalho.

Barreto e Heloani (2015) trazem o aspecto da intolerância como um dos facilitadores do assédio moral, identificando-a como uma característica cada vez mais relevante na sociedade atual. Para esses autores, a intolerância pode ser conceituada como “a expressão de uma vontade de assegurar a coesão daquilo que é considerado como saído de si, idêntico a si, que destrói tudo o que se opõe a essa proeminência absoluta” (Barreto & Heloani, 2015, p. 546). Assim, a intolerância apresenta-se com uma lógica, atendendo a um fim de sustentar o que aparentemente fornece a sensação de segurança e estabilidade. No ambiente de trabalho, isso se reflete quando, por exemplo, pessoas que não alcançam a meta determinada são dispostas em um grupo separado dos demais, o que evidencia a punição a quem não corresponder o que se espera e aumenta a segregação intimidadora e preconceituosa.

Soboll *et al.* (2017) discutem a questão da intencionalidade no assédio moral, partindo de duas proposições: a primeira, tratando a intencionalidade como critério obrigatório para a caracterização do assédio, e, a segunda, que encara a intencionalidade como um critério complementar na caracterização do assédio. A intencionalidade no assédio é defendida na visão de Hirigoyen (2005), que entende o assédio como resultado de personalidades narcísico-perversas, e de autores como Roberto Heloani e Margarida Barreto (Barreto, 2006; Heloani & Barreto, 2010) que analisam o assédio moral como algo que envolve questões do indivíduo e além dele, mas que este indivíduo tem a intenção e premedita as atitudes de assédio. A ideia da intencionalidade como uma das características do assédio é defendida por Soboll *et al.* (2017), que entendem que a intenção é um conceito muito complexo, o que necessita de mais investigação, e que existem agressões que não têm o objetivo de humilhar o outro, principalmente se as condições sociais e culturais do sujeito forem consideradas; e que, muitas vezes, o contexto organizacional impulsiona a ação do assediador, através das condições de trabalho que oferece. De qualquer forma, os estudos sobre assédio moral no trabalho ganham projeção e importância cada vez maiores na atualidade, com o objetivo de melhorar as relações de trabalho.

13.4.2 ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO

A organização do trabalho envolve toda a estruturação do trabalho, e pode ser dividida didaticamente em grandes áreas que se correlacionam para formar o todo dessa organização em determinado contexto. Dessa forma, a organização do trabalho pode ser analisada desde o seu aspecto ideológico, expressado nas formas de gestão mais significativas no mundo, como o Taylorismo, o Fordismo, o Toyotismo e outras, por exemplo, até sua estrutura física, como as linhas de montagem, o *layout* das empresas, a ergonomia, passando pela estrutura organizacional, com o organograma e fluxograma, comunicação, cargos e funções, carga horária de trabalho, poder organizacional e todas as variáveis que compõem o mundo laboral (Pinto, 2010). Considerando a diversidade que

constitui o conceito de organização do trabalho, muitos autores como Roberto Heloani, Margarida Barreto, Ricardo Antunes e Christophe Dejours consideram que a origem do assédio moral está nesta organização, mas associada ao cenário político, econômico e cultural do momento histórico em questão e às características pessoais do assediador. Christophe Dejours (1988) afirma que o aparelho psíquico humano sofre o impacto da ação específica que a organização do trabalho exerce, o que faz com que possa surgir um sofrimento, resultante do choque entre a história individual, com seus anseios, projetos e desejos, e uma organização do trabalho que os ignora.

Quanto às formas de gestão, Barreto e Heloani (2014) destacam que sofreram profundas mudanças no decorrer do tempo para atender à demanda capitalista de produção e consumo, o que impacta na formação do trabalhador e do sujeito. Os autores relatam que as modificações ocorridas nas últimas três décadas (como privatizações, fusões, arranjos organizacionais para a redução de custos e aumento dos lucros) acarretaram rapidamente implicações quanto ao perfil profissional (exigência de maior qualificação), demissões (ocorreram demissões em massa em todo o mundo), terceirizações (o que pode significar menos direitos), os bancos de horas (disfarçando o trabalho excessivo) e, por fim, a precarização do trabalho.

As modificações nos modos de gestão durante o séc. XX e séc. XXI trouxeram formas diferentes de manejo com o trabalhador, assim como transformações na maneira como o sujeito-trabalhador era visto e (des)valorizado. No decorrer do século XX, o trabalhador foi visto apenas como uma força física de trabalho, como uma parte da linha de montagem, como um detentor de habilidades a serem treinadas e como uma peça do empreendedorismo. O início do séc. XXI é marcado por heranças de gestão participativa; as condições de trabalho pioram, com grandes danos à saúde do trabalhador, a violência é banalizada e naturalizada, e o trabalhador precisa cumprir suas metas a qualquer custo (Barreto & Heloani, 2014). Todo esse quadro reforça os comportamentos que levam ao assédio moral e outras agressões.

13.5 A SÍNDROME DE BURNOUT COMO UMA DAS CONSEQUÊNCIAS DA VIOLÊNCIA NO TRABALHO

13.5.1 SÍNDROME DE BURNOUT

Segundo Benevides-Pereira (2014), o primeiro artigo que trouxe a expressão *burn-out* (especificamente a expressão *staff burn-out*) foi escrito por Brandley, em 1969, onde o autor discorria sobre o desgaste de profissionais e propunha ações organizacionais de enfrentamento. Mas, os estudos sobre Burnout despertaram interesse após as publicações de Freudenberger, a partir de 1974, e de Maslach e Jackson, a partir de 1981. No Brasil, a primeira publicação sobre o tema foi do médico cardiologista Hudson Hubner França, em 1987. Desde então, as publicações sobre Burnout têm crescido mundialmente.

Burn-out é uma expressão que significa, no jargão inglês, aquilo que parou de funcionar por completa falta de energia. Por analogia, significa aquele que chegou ao seu limite, que não tem mais condições de desempenhar qualquer atividade física ou mental por total exaustão. Muitas expressões foram utilizadas ao longo do tempo para designar o estado físico e mental que hoje caracteriza a Síndrome de Burnout, remetendo a fadiga e estresse, mas nenhuma se tornou não difundida e popular como o termo *burn-out* (Benevides-Pereira, 2014).

Benevides-Pereira (2014) descreve termos utilizados por diversos autores na tentativa de conceituar e tipificar o Burnout, como Estresse Laboral Assistencial, Estresse Ocupacional, Síndrome de queimar-se pelo trabalho, Neurose Profissional ou Neurose de Excelência, Síndrome de Esgotamento Profissional, dentre outros. Mas, a autora alerta que Maslach *et al.* (2001) lembram que o esgotamento é somente um dos sintomas da síndrome e não serve para designar a complexidade social que a caracteriza.

Para compreender a Síndrome de Burnout, é preciso compreender o Estresse, palavra derivada do latim, empregada de forma popular no séc. XVII, que significa “cansaço”, “fadiga”. Mais tarde, a partir dos séculos XVIII e XIX, o termo é associado à “força”, “tensão”, “esforço”. E é atribuído ao médico endocrinologista Hans Selye a utilização do termo estresse no meio científico, para dar nome às ações mútuas de forças que ocorrem no corpo, constituindo um processo de adaptação do corpo às transformações físicas e mentais (Benevides-Pereira, 2014). De acordo com esta autora, os agentes estressores podem ser de três tipos: estressores físicos (provenientes do ambiente, como ruídos, frio, calor, fome, dor etc.); estressores cognitivos (avaliados como ameaçadores à integridade individual, como violência, assalto, acidente, seleção para empregos etc.) e estressores emocionais (sentimentos de medo, perda, ira em situações como divórcio, mudanças, casamentos etc.).

O Burnout, então, é uma resposta ao estresse crônico, a um período longo de estresse, quando as defesas e enfrentamentos pessoais falharam; uma passagem da perspectiva individual do estresse para uma perspectiva social e relacional. O estresse tem um lado negativo e um lado positivo (eustresse – quando o estresse acontece em níveis assimiláveis e impulsiona o sujeito para a ação consciente), enquanto o Burnout só tem o aspecto negativo. Além disso, há um consenso entre os pesquisadores do tema quanto à influência direta do mundo do trabalho no processo do Burnout, com a ocorrência da despersonalização e prejuízo das relações interpessoais, o que nem sempre ocorre com o estresse (Benevides-Pereira, 2014).

Oliveira *et al.* (2014) descrevem cinco abordagens pelas quais o Burnout é mais discutido: a clínica, que considera que o trabalhador, ao se sentir exausto, tem dificuldades em identificar suas necessidades individuais; a social – psicológica, que associa o estresse ao papel que o indivíduo desempenha em seu trabalho; a organizacional, que associa as abordagens clínica e social-psicológica, ampliando a visão para as organizações, e afirma que as afinidades organizacionais são causadoras do Burnout; a social – histórica, que defende que a interferência da sociedade no indivíduo é mais determinante no processo do Burnout do que as influências individuais e/ou organizacionais; e a psicologia do trabalho, que tem como referência teórica a psicologia do trabalho de Marx e Leontiev.

As pessoas que desenvolvem a Síndrome de Burnout podem não apresentar todos os sintomas descritos, sendo que a intensidade, o número e as manifestações dos sintomas dependem de fatores individuais e ambientais, além da fase em que a pessoa se encontra no processo deste fenômeno ocupacional. Os prejuízos com o Burnout vão, além da saúde mental e física do sujeito, atingindo as organizações e o mundo do trabalho como um todo. Os efeitos para o sujeito podem ser devastadores, com ruptura de laços familiares e de amizade, com os extremos ataques à identidade, integridade e construção do sujeito. A depressão e a ansiedade podem surgir como comorbidades da Síndrome de Burnout, caracterizando-se como Transtornos em muitos casos. O suicídio também é analisado como um dos possíveis componentes da Síndrome, nos casos mais extremos.

Segundo Benevides-Pereira (2014), os principais sintomas do processo de Burnout podem ser compreendidos em sintomas físicos, psíquicos, comportamentais e defensivos.

Tabela 2 - Sintomas físicos, psíquicos, comportamentais e defensivos mais frequentes na Síndrome de Burnout

Sintomas Físicos	Sintomas Psíquicos	Sintomas Comportamentais	Sintomas Defensivos
Fadiga constante e progressiva	Falta de atenção e de concentração	Negligência ou escrúpulo em excesso	
Dores musculares ou osteomusculares	Alterações de memória	Irritabilidade	Isolamento
Distúrbios do sono	Lentificação do pensamento	Agressividade	Sentimento de onipotência
Cefaléias e enxaquecas	Sentimento de alienação	Incapacidade para relaxar	
Perturbações gastrointestinais	Sentimento de solidão	Dificuldade para aceitar mudanças	Perda de interesse pelo trabalho e pelo lazer
Imunodeficiência	Impaciência	Perda de iniciativa	Absenteísmo
Transtornos cardiovasculares	Sentimento de impotência	Aumento do consumo de substâncias que podem ser nocivas	Ímpetos de abandono do trabalho
Distúrbios do sistema respiratório	Labilidade emocional		Ironia e cinismo
Disfunções sexuais	Baixa autoestima	Comportamento de alto risco	
Alterações menstruais	Astenia, desânimo, disforia, depressão	Suicídio	
	Desconfiança e paranoia		

Nota: elaborada pelos autores, adaptada de Benevides-Pereira, A. M. T. (org.) (2014).

As pessoas que desenvolvem a Síndrome de Burnout podem não apresentar todos os sintomas descritos, sendo que a intensidade, o número e as manifestações dos sintomas dependem de fatores individuais e ambientais, além da fase em que a pessoa se encontra no processo deste

fenômeno ocupacional. Os prejuízos com o Burnout vão, além da saúde mental e física do sujeito, atingindo as organizações e o mundo do trabalho como um todo. Os efeitos para o sujeito podem ser devastadores, com ruptura de laços familiares e de amizade, com os extremos ataques à identidade, integridade e construção do sujeito. A depressão e a ansiedade podem surgir como comorbidades da Síndrome de Burnout, caracterizando-se como Transtornos em muitos casos. O suicídio também é analisado como um dos possíveis componentes da Síndrome, nos casos mais extremos.

13.5.2 PREVENÇÃO AO BURNOUT

Conhecer o problema é o primeiro passo para a sua solução. Aqui estão listadas duas formas que a psicologia tem para prevenir o Burnout, embora existam muitas possibilidades de intervenção, de acordo com a fundamentação escolhida pelo profissional. Garrosa-Hernández *et al.* (2014), com base na Teoria Cognitiva Comportamental (TCC), fazem sugestões de intervenções para a prevenção e acompanhamento do Burnout no ambiente de trabalho. Segundo esses autores, os programas preventivos podem ter três focos: programas que tenham por foco a resposta do indivíduo (treinamento de enfrentamento pessoal); programas centrados no contexto da organização (ações que melhorem a atividade ou os instrumentos que o trabalhador tenha para executá-las); e programas que promovam a interação entre o trabalhador e a organização (intervenções tanto na aprendizagem individual para o enfrentamento quanto às condições de trabalho).

Para Garrosa-Hernández *et al.* (2014), existe uma cronologia de intervenção que compreende conhecer o problema, reconhecer o problema e o perfil pessoal, aprender estratégias de enfrentamento, promover o enfrentamento orientado para a emoção e o enfrentamento orientado para o problema. Quanto às técnicas para a intervenção, os autores indicam técnicas de relaxamento, técnicas cognitivas, promoção de comportamento saudável, técnica de solução de problemas, treinamento em assertividade, treinamento quanto ao manejo do tempo, intervenção na estrutura das tarefas e na organização do trabalho, intervenções com o objetivo de melhorar a comunicação, grupos de suporte, grupos de reflexão, plantão psicológico e, se for o caso, um programa de transferência institucional.

Em uma visão psicanalítica, Dejours (1988; Heloani & Lancman, 2004), descreve uma forma de intervenção no trabalho para a prevenção do sofrimento do trabalhador. Esta intervenção compreende dois processos, cada uma com os seus desdobramentos, sendo que o primeiro processo envolve a construção do estudo, a pré-enquete, que, após a anuência dos trabalhadores e da organização, é construída por um grupo de pesquisadores e estudiosos (grupo de pilotagem ou grupo gestor). Nesta fase, há a preparação do ambiente para a realização da enquete, as informações sobre o referencial teórico da intervenção (Psicodinâmica do Trabalho) e organização dos grupos que participarão do processo.

No segundo processo, é realizada a enquete, que é constituída de discussões grupais que ocorrem de acordo com a disponibilidade dos envolvidos. O objetivo, nesse momento, é provocar

uma reflexão que leve a uma ação transformadora. Os pesquisadores devem identificar as falas e reflexões que denunciem o prazer e o sofrimento relacionado ao trabalho. Esta fase é dividida em quatro momentos: a análise da demanda (entender de quem é a demanda, a quem ela é dirigida, o que é solicitado); análise do material da enquete (todas as informações dos trabalhadores e informações dos pesquisadores); a observação clínica (observação dos pesquisadores sobre as falas, expressões, reflexões, conteúdo dos encontros com a fundamentação da psicanálise); a interpretação (identificação dos elementos subjetivos que surgiram durante as sessões e da relação destes com a fundamentação teórica da Psicodinâmica do Trabalho); validação e refutação (relatório de cada sessão, assim como o relatório final, deve ser discutido com os participantes para refuta-lo ou corroborá-lo); validação ampliada (relatório final deve ser discutido com os trabalhadores que não participaram da intervenção e com a direção da organização, a fim de difundir as interpretações e reflexões gerais dos grupos).

13.6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A violência no trabalho é um estudo amplo e contínuo, mas profundamente necessário. Neste texto, é possível refletir sobre alguns aspectos deste universo, que provocam profundas mudanças na vida do trabalhador. A dinâmica do trabalho é constante, respondendo aos acontecimentos, valores sociais e história mundial, e isso provoca nos pesquisadores e teóricos do trabalho uma inquietação para novas reflexões e formas de intervenção.

O momento histórico que está sendo construído a partir do ano de 2020 já causou transformações do nível individual ao comunitário, passando por todas as instituições. Em dezembro de 2019, houve a transmissão de um novo coronavírus (SARS-CoV-2) para o homem, identificado em Wuhan, na China, causando a Corona Vírus Disease (COVID-19), sendo o número 19 referente ao ano em que a doença surgiu. Desde então, o mundo enfrenta uma pandemia, com um número impactante de mortes devido ao alto grau de contaminação e complicações do quadro (International Labour Organization [ILO] (2020).

As transformações causadas pela pandemia do Covid-19 estão em seu curso, com repercussões muito além do que talvez se consiga vislumbrar nesse momento. No mundo do trabalho, as modificações foram estruturais. De um dia para o outro, o trabalho teve sua estrutura transformada com o trabalho remoto, o *home office*, as reuniões virtuais, o distanciamento social e mudanças nas relações interpessoais. Essas transformações podem ser instrumentos da violência no trabalho dependendo da forma como se processam. O trabalhador precisa se adaptar a um novo mundo do trabalho; se a violência associada a este movimento aumentar, aumenta-se também a precarização do trabalho e as condições degradantes de qualidade de vida dos trabalhadores.

Por isso, os estudos sobre o mundo do trabalho e do trabalhador não têm limites de possibilidades, sendo necessário que a produção científica seja intensa, gerando intervenções benéficas ao trabalhador. A violência no trabalho é perniciosa e extremamente prejudicial ao

desenvolvimento humano e à construção de um trabalho digno; é preciso avançar em ações eficazes para a construção de um ambiente laboral edificante. A saúde mental e física do homem depende disso.

REFERÊNCIAS

- Adorno, T. W. (1995). *Educação e emancipação*. (3a ed.). p. 257. Rio de Janeiro: Paz e Terra. De: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/>
- Antunes, R., & Praun, L. (2015). A sociedade dos adoecimentos no trabalho. *Serviço Social & Sociedade*, V 123, p.p. 407-427. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/0101-6628.030>.
- Barreto, M. (2006). *Violência, saúde e trabalho: uma jornada de humilhações*. São Paulo: EDUC. De: <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/17175>.
- Barreto, M., & Heloani, R. (2014). O assédio moral como instrumento de gerenciamento. Merlo, Á. R. C., Bottega, C. G., & Perez, K. V. (Orgs.). *Atenção à saúde mental do trabalhador: sofrimento e transtornos psíquicos relacionados ao trabalho*, p. 52-74. ISBN 978-85-7727-644-8
- Barreto, M., & Heloani, R. (2015). Violência, saúde e trabalho: a intolerância e o assédio moral nas relações laborais. *Serviço Social & Sociedade*, V. 123, p.p. 544-561. DOI: <https://doi.org/10.1590/0101-6628.036>.
- Benevides-Pereira, A. M. T. (Org.). (2014). *Burnout: quando o trabalho ameaça o bem-estar do trabalhador*. (4a ed.). São Paulo: Casa do Psicólogo. ISBN 85-7396-193-7
- Brodsky, C. M. (1976). *The harassed worker*. DC Heath & Co. ISBN: 0669010413.
- Cabreira, L. F., & Wolff, S. (2013). Precarização e informalidade na indústria de confecções em cianorte: crise na tutela trabalhista. *Avesso do trabalho III*, V. 199. De: <http://www.tramas.ufc.br/wp-content/uploads/2019/12/o-avesso-do-trabalho.pdf#page=193>.
- Conselho Federal de Psicologia (Brasil). (2019). *Saúde do trabalhador no âmbito da saúde pública: referências para atuação da(o) psicóloga(o) [recurso eletrônico]*. Conselho Federal de Psicologia. (2a ed.), Brasília: CFP. ISBN 978-85-89208-95-6.
- Dahlberg, L. L., & Krug, E. G. (2006). Violência: um problema global de saúde pública. *Ciência & Saúde Coletiva*, V. 11, p.p. 1163-1178. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1413-81232006000500007>.
- Dejours, C. (1988). *A loucura do trabalho: estudos de psicopatologia do trabalho*. (3a ed.). São Paulo: Cortes/Oboré. Originalmente publicado em 1980). ISBN 85-249-0101-2.
- Fouk, T., Woolum, A., & Erez, A. (2016). Catching rudeness is like catching a cold: The contagion effects of low-intensity negative behaviors. *Journal of Applied Psychology*, V. 101 (1), p. 50. De: <https://psycnet.apa.org/buy/2015-28930-001>.

- Garrosa-Hernández, E., Benevides-Pereira, A. M. T., Moreno-Jiménez, B., González, J. L. (2014). Prevenção e intervenção na Síndrome de Burnout. Como prevenir (ou remediar) o processo de Burnout. In Benevides-Pereira, A. M. T. (Org.). *Burnout: quando o trabalho ameaça o bem-estar do trabalhador*. São Paulo: Casa do Psicólogo. ISBN 85-7396-193-7.
- Gebara, C. F. P., Lourenço, L. M., & Ronzani, T. M. (2011). Violência e saúde pública: uma análise psicossocial a partir do estudo das crenças. In Barbosa, A. J. G. (Org.). *Atualizações em psicologia social e desenvolvimento humano*. Juiz de Fora: Ed. UFJF. ISBN 978-85-7672-104-8.
- Guimarães, L. A. M., & Rimoli, A. O. (2006). “Mobbing” (assédio psicológico) no trabalho: uma síndrome psicossocial multidimensional. *Psicologia: teoria e pesquisa*, V. 22 (2), p.p. 183-191. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0102-37722006000200008>.
- Heloani, J. R., & Barreto, M. (2010). Aspectos do trabalho relacionados à saúde mental: assédio moral e violência psicológica. In Glina, D. M. R., & Rocha, L. E. *Saúde Mental no trabalho: da teoria à prática*. São Paulo: Editora Roca. ISBN 978-85-7241-862-1.
- Heloani, R., & Lancman, S. (2004). *Psicodinâmica do trabalho: o método clínico de intervenção e investigação*. V. 14 (3), p. p. 77-86. Peoduction. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-65132004000300009>.
- Hirigoyen, Marie-France. (1998). *Le harcèlement moral: la violence perverse au quotidien*. Paris, Syros. <https://doi.org/10.4000/communicationorganisation.2302>.
- Hirigoyen, Marie-France. (2002). *Mal-estar no trabalho: redefinindo o assédio moral*. São Paulo: Bertand Brasil. ISBN 978-85-286-0955-4.
- Hirogoyen, Marie-France. (2005). *Assédio moral: a violência perversa no cotidiano*. São Paulo: Bertrand Brasil. ISBN 978-85-286-0740-6.
- Horkheimer, M., & Adorno, T. W. (1985). *Dialética do esclarecimento*. p.p. 19-52 Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- International Labour Organization – ILO (2020). *Monitor: COVID-19 and the world of work. Fifth edition Updated estimates and analysis*. De: https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/-/dgreports/---dcomm/documents/briefingnote/wcms_749399.pdf.
- Leymann, H. (1996). The content and development of mobbing at work. *European journal of work and organizational psychology*, V. 5 (2), p.p. 165-184. DOI: <https://doi.org/10.1080/13594329608414853>.
- Lourenço, L. M (Org.). (2015). *Violência e agressividade: perspectivas psicossociais e educacionais*. Lourenço, L. M., Senra, L. X. (Org.). Curitiba: Juruá.

- Maslach, C., Schaufeli, W. B., & Leiter, M. P. (2001). Job burnout. *Annual review of psychology*, V. 52 (1), p.p. 397-422. ISBN 978-85-362-5103-5
- Mendonça, J. M. B., Siqueira, M. V. S., Santos, M. A. F., & Medeiros, C. R. D. O. (2018). Violências no ambiente de trabalho: ponderações teóricas. *Psicologia & Sociedade*, V. 30. DOI: <https://doi.org/10.1590/1807-0310/2018v30176960>.
- Oliveira, H. C., Gurguel, F. F., Costa, M. E. M., & El-Aouar, W. A. (2014). *Saúde Mental x Síndrome de Burnout: reflexões teóricas*. V. 6 (2) p.p. 53-66. DOI: <http://dx.doi.org/10.21714/raunp>.
- Organização Internacional do Trabalho (OIT). (2019). *Acabar com a violência e o assédio no mundo do trabalho*. Relatório V(2A). Conferência Internacional do Trabalho. 108.ª Sessão, Genebra. <https://www.ilo.org/brasil>.
- Pinto, G. A. (2010). *A organização do trabalho no século 20: taylorismo, fordismo e toyotismo*. (2a ed.). São Paulo: Expressão Popular. ISBN 978-85-7743-028-4.
- Reichenheim, M. E., de Souza, E. R., Moraes, C. L., de Mello Jorge, M. H. P., da Silva, C. M. F. P., & de Souza Minayo, M. C. (2011). Saúde no Brasil 5 . Violência e lesões no Brasil: efeitos, avanços alcançados e desafios futuros. *Veja*, V. 6736 (11), e60053-6. Disponível em: http://www.escoladesaude.pr.gov.br/arquivos/File/Material_1_violencia_lancet.pdf.
- Seligmann-Silva, E. (2011). *Trabalho e desgaste mental: o direito de ser dono de si mesmo*. São Paulo: Cortez. ISBN 978-85-249-1756-1.
- Senra, L. X., & Lourenço, L. M. (2015). Aportes teóricos sobre o fenômeno da violência. In Lourenço, L. M. (Org.). *Violência e agressividade: perspectivas psicossociais e educacionais*, p.p. 23-38. Curitiba: Juruá.
- Soares, A., & Oliveira, J. (2012). A. Assédio moral no trabalho. *Revista Brasileira de saúde ocupacional*, V. 37 (126), p.p. 195-202. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0303-76572012000200002>.
- Soboll, L. A., Miara, T., & Moscalewsky, J. (2017). A questão da intencionalidade no assédio moral. *Trabalho (En) Cena*, V. 2 (nº 2), p.p. 03-17. DOI: <https://doi.org/10.20873/2526-1487V2N2P3>.
- Vieira, C. E. C., Lima, F. D. P. A., & Lima, M. E. A. (2012). E se o assédio não fosse moral? Perspectivas de análise de conflitos interpessoais em situações de trabalho. *Revista Brasileira de Saúde Ocupacional*, V. 37 (126), p.p. 256-268. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0303-76572012000200007>.
- Waiselfisz J. J. (2010). *Mapa da Violência no Brasil: anatomia dos homicídios no Brasil*. São Paulo: Instituto Sangari. De: <http://www.senado.gov.br/noticias/agencia/docs/MapaViolencia2010.pdf>.

World Health Organization. WHO, (2002). *World report on violence and health*. Geneve: WHO. ISBN 924156207-2.

Zanolla, S. R. S. (2011). Educação e barbárie: aspectos culturais da violência na perspectiva da teoria crítica da sociedade. *Sociedade e cultura*, V. 13 (n1), p.p. 117-123. DOI: [https:// doi.org/10.5216/sec.v13i1.11182](https://doi.org/10.5216/sec.v13i1.11182).

DILEMAS DOS HOMICÍDIOS EM JUIZ DE FORA/MG: CONTRADIÇÕES DO AUMENTO E DA REDUÇÃO DAS TAXAS

LETÍCIA PAIVA DELGADO
PAULO FRAGA
DOUGLAS DOS REIS SALAZAR

14.1 CONTEXTUALIZAÇÃO TEÓRICA

O homicídio, enquanto forma específica de violência, desafia estudiosos e cientistas dos mais diversos campos epistemológicos. A área da saúde pública, por sua vez, tem dado especial atenção ao fenômeno nas últimas décadas, face aos seus impactos diretos na morbimortalidade da população, bem como de suas consequências para a integridade física, psicológica e emocional das pessoas, sejam elas vítimas diretas ou indiretas, secundárias. No entanto, é no campo das políticas públicas de segurança que o homicídio, por evidenciar a própria ineficácia das ações governamentais, reforça o caráter seletivo desse fenômeno que atinge de forma desigual parcelas da população brasileira.

Já na década de 1990, no Brasil, o homicídio surge como a primeira causa de morte da população jovem entre 15 e 24 anos, dado este que sinaliza algo que é, até os dias atuais, o padrão das mortes violentas no Brasil. Segundo dados apresentados pelo Atlas da Violência 2020, os homicídios são a principal causa de mortalidade de jovens, grupo etário de pessoas entre 15 e 29 anos. Foram 30.873 jovens vítimas de homicídios no ano de 2018, o que significa uma taxa de 60,4 homicídios a cada 100 mil jovens, e 53,3% do total de homicídios do país. Embora os números sejam alarmantes, eles indicam um cenário de queda quando comparados ao ano de 2017: diminuição de 13,6% na taxa e de 13,7% nos números absolutos. No entanto, os homicídios foram a principal causa dos óbitos da juventude masculina, responsável pela parcela de 55,6% das mortes de jovens entre 15 e 19 anos; de 52,3% daqueles entre 20 e 24 anos; e de 43,7% dos que estão entre 25 e 29 anos.

Outro recorte para análise dos homicídios no Brasil é o racial, face a forte concentração dos índices de violência letal da população negra que possuem índice de mortalidade muito maiores quando comparados aos brancos. De acordo com dados do Atlas da Violência (2020), no ano de 2018, os negros (soma de pretos e pardos, segundo IBGE) representaram 75,7% das vítimas de homicídios.

Assim, embora haja a percepção de ser o homicídio um fato social imprevisível e, portanto, incontrolável, Soares (2008) afirma que esse tipo de violência é previsível no seu conjunto, o que gera certa estabilidade quando comparado a outros tipos de mortalidade, segundo determinados parâmetros. Neste sentido, Fraga e Delgado (2020, p. 424) afirmam que os homicídios, enquanto fenômenos estruturais, são norteados pelas seguintes noções: “tendência de mudanças graduais; padrão estável, estabilidade da sua composição interna – sempre dentro de alguns parâmetros – por idade, sexo e raça/cor”.

Em termos históricos, Huggins (2010) afirma que na década de 1990 o Brasil tinha a quinta maior taxa de homicídios no mundo, seguindo a Guatemala, El Salvador, a Colômbia e a Jamaica, indicador que se aproximava daqueles observados em países impactados por conflitos militarizados internos. No entanto, ao argumento de que “em países que passaram por mudanças políticas profundas, há uma tendência natural a associar mudanças ocorridas na sociedade às mudanças no regime político” (Soares, 2005, p. 195), Soares (2005) alerta para o risco da associação entre aumento das taxas de homicídios e o processo de redemocratização no Brasil. Nesse mesmo sentido, Huggins (2010) afirma que entre os anos de 1979 e 1997, a taxa de homicídios no Brasil aumentou de 11,5 para 25,4 homicídios por cem mil habitantes.

Esse intervalo de 18 anos estende-se desde os seis anos anteriores à saída dos militares do poder até mais do que doze anos posteriores ao retorno do governo democrático formal. Entre 1979 e 1997, a população do Brasil aumentou 65%, mas a sua taxa de homicídios subiu 120%. (Folha, 1999b, p.3). Em contraste com a taxa de homicídios do Brasil, de 25,4 por cem mil habitantes em 1997, a taxa de homicídios nos Estados Unidos foi de 10,1 por cem mil habitantes (Internet: www.iabd.org), a qual caiu significativamente, em 1998, para 6,3. (Huggins, 2010, p. 541-542).

Considerada como armadilha a afirmação de que, o aumento das taxas de homicídios são consequências do fortalecimento das instituições democráticas, é certo, entretanto, que foi somente na década de 1990 que o Brasil passou a contar com um sistema unificado e capaz de produzir uma base de dados confiável para a contabilização de óbitos, sejam por causas naturais ou externas, ocorridas em todo território nacional. A criação do DATASUS (Decreto nº 100, de 16.04.1991), surge a partir da demanda de que os serviços de saúde obedecessem a parâmetros técnicos e fossem organizados e acessíveis de forma a atender às necessidades impostas pela saúde pública e pelo recém-criado Sistema Único de Saúde (SUS).

O sistema DATASUS, além de criar a cultura da sistematização de indicadores no Brasil, possibilitou o melhor acompanhamento de taxas e de frequências de determinados fenômenos que agridem a saúde pública. Nesse contexto, os incrementos das causas externas elevaram o homicídio, ou as mortes por agressão, como a causa é notificada no sistema do DATASUS, como um dos indicadores mais eficazes para se medir o fenômeno da violência em determinado espaço social e temporal. Outro aspecto relevante foi consolidar um indicador de criminalidade, considerando as características da vítima.

Face às suas especificidades – o homicídio é um crime que deixa vestígio -, tornando possível sua padronização internacional, a realização de estudos comparativos com certo nível de confiança e o acompanhamento de suas curvas ao longo dos anos. Pimenta *et al.* (2020), citando Schabbach (2011), afirmam que:

O homicídio é considerado um indicador eficaz para “se medir a magnitude da violência em determinado espaço social e a probabilidade de risco de sua população”, pois trata-se de um tipo de crime que atinge todos os grupos sociais e é mais difícil de não ser registrado, o que gera “uma cifra oculta pequena em comparação com outros delitos”. (Pimenta *et al.*, 2020, p. 19-20).

Embora algumas pesquisas sobre homicídios sejam elaboradas tendo como parâmetro outras bases de dados, tais como o sistema REDS da Polícia Militar, o Núcleo de Pesquisa em Violência, Direitos Humanos e Política de Drogas da UFJF (NEVIDH) vêm desenvolvendo pesquisas sobre homicídios, tendo como referência o Sistema DATASUS, justamente por reconhecerem a confiabilidade dessa base de dados. Para além da escolha da base de dados do Ministério da Saúde para orientação metodológica, valorizamos pesquisas que tenham por objeto a cidade de Juiz de Fora. O recorte geográfico de várias de nossas pesquisas busca, para além de privilegiar as questões locais, fomentar uma atuação mais próxima da UFJF com a sociedade e com as demandas sociais emergentes, além de reforçar o papel dessa instituição como agente promotora de transformação social, mantendo, assim, uma relação recursiva com a sociedade onde está inserida.

Nesse sentido, os dois primeiros autores vêm desenvolvendo pesquisas cujos resultados foram apresentados, não somente na ANPOCS - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais -, como também em publicação da Revista de Políticas Públicas da Universidade Federal do Maranhão (2020). O trabalho, intitulado “Mortes que se acumulam: homicídios, perfis das vítimas e políticas públicas Juiz de Fora”, teve por finalidade discutir o aumento das taxas de homicídios na cidade Juiz de Fora/MG, tendo como fonte os dados referentes ao ano de 2013. A coleta de dados, feita com base nos dados do Sistema DATASUS e também uma série de reportagens Jornal Tribuna de Minas – mídia impressa de grande circulação local -, além de trazer dados indicando o substancial aumento da taxa de homicídios, principalmente após o ano de 2012, concluiu, em síntese, que, dos 139 óbitos que ocorreram no ano de 2013:

- i - 8,63% são de vítimas do sexo feminino, com idade entre 25 a 49 anos de idade. No restante, 91,36% dos óbitos, as vítimas foram homens, distribuídos de forma irregular na faixa etária entre 14 e 87 anos de idade. A falta de dados relacionados à comunidade LGBT, são reflexo, ainda, da falta de dados específicos em relação a esse tipo específico de violência;
- ii – Em relação às vítimas do sexo masculino, 61,72% estão compreendidas na faixa etária entre 14 a 29 anos;
- iii - 82,68% das mortes das vítimas do sexo masculino foram causadas por disparo de arma de fogo, outros 13,39% por algum tipo de arma branca, o restante das agressões foram causadas

por espancamento, fogo e meios não informados. Em relação às vítimas do sexo feminino, a realidade é outra, posto que 66,6% dos óbitos são causados por material perfurante/cortante; iv – Em termos de disposição territorial, a região norte da cidade acumulou 28,46% das mortes, enquanto a região sudeste, 24,62%. Ao analisarmos especificamente as localidades em que ocorreram as agressões, o bairro Olavo Costa (8,46%), Benfica (6,92%) e Caiçaras (4,62%) se destacaram como os mais violentos. “No geral, os locais mencionados são conhecidos como repositórios da população de mais baixa renda das cidades, de desempregados e/ou de populações precariamente inseridas nos sistemas nos projetos de urbanização das cidades” (Fraga & Delgado, 2020, p. 435).

Os resultados obtidos sinalizam que o padrão de mortalidade por agressão da cidade mineira não destoa daquela observada em âmbito nacional, embora o aumento percentual dos homicídios em Juiz de Fora tenha sido bem mais expressivo do que no Estado de Minas Gerais ou no Brasil. Apesar de variações como região e unidade da federação, as análises revelam que existem algumas características gerais dos homicídios que, como dito, o tornam evento previsível, quando observadas variáveis como faixa etária, sexo, cor/raça e local de ocorrência. Assim, tanto em Juiz de Fora, como no Brasil, o homicídio é um fenômeno jovem (a maioria das vítimas tem entre 15 e 29 anos), fato esse que reflete, não somente o lado perverso do fenômeno da mortalidade no país, como também a própria seletividade das políticas de segurança pública, que se mostram inócuas para, ao menos, minimizarem o fato de que mais de metade das vítimas de homicídio no Brasil, e também em JF, são jovens do sexo masculino, pretos ou pardos, com plena capacidade produtiva, na perspectiva de ingressar no mercado de trabalho e construir uma rede familiar própria. Nesse mesmo sentido, Pimenta *et al.* afirmam que:

No Brasil, as pesquisas e as informações sistemáticas sobre violência homicida abrangendo país, estados e municípios já esclareceram muitas de suas características gerais. Como confirmam várias pesquisas nacionais e internacionais, as vítimas preferenciais dos homicídios são jovens solteiros, do sexo masculino, negros ou pardos, pobres, com baixa escolaridade e que habitam as periferias urbanas. Em relação aos agressores, sabe-se que eles possuem características muito semelhantes às de suas vítimas, quanto à idade, sexo e background socioeconômico. O principal instrumento utilizado são as armas de fogo. (Pimenta, *et al.*, 2020, p. 22).

Embora os dados do Sistema DATASUS nos forneçam informações para verificar o padrão das vítimas de homicídios no Brasil, a identificação das causas das mortes violentas apresenta um maior grau de dificuldade, por depender, via de regra, da detecção do autor do fato, bem como de sua motivação, face às próprias especificidades do homicídio, que abrange características diferenciais das vítimas e dos acusados, abarcando aspectos estruturais, processuais e dinâmicos. Nesse mesmo sentido, Misse (1995, p. 86) afirma que é necessário analisar a violência urbana sem retificá-la, ou seja, os homicídios devem ser inseridos na “teia de inter-relações sociais complexas que constituem

o espaço urbano das grandes metrópoles brasileiras, construídas sobre uma miséria industrial e moderna sem paralelo na história”.

No entanto, Secretaria Nacional de Segurança Pública, em pesquisa apresentada no ano de 2015, apresentou as macrocausas dos homicídios no Brasil. De acordo com o relatório, determinados fatores apresentam riscos de causar homicídios ou potencializar a sua concretização, são elas: disponibilidade de armas de fogo; acúmulo de vulnerabilidades sociais; organização de gangues e drogas; consumo e tráfico de algumas drogas ilícitas, especialmente “crack”; abuso sexual e violência doméstica; rivalidade e padrões violentos para a resolução de conflitos; desordem urbana; entre outros. Se analisados em conjunto, os dados da pesquisa da SENASP nos permitem inferir algumas hipóteses para a compreensão do fenômeno na cidade de Juiz de Fora-MG.

Situada no interior do estado de Minas Gerais, na Zona da Mata, Juiz de Fora é conhecida como um importante polo cultural, de serviços, industrial e educacional. A cidade, que possui uma população estimada de 573.285 habitantes, segundo dados do IBGE/2020 – encontra-se próxima a duas importantes capitais: Rio de Janeiro e Belo Horizonte. Apesar de vários indicativos favoráveis à qualidade de vida na cidade, houve um aumento significativo das taxas de homicídios principalmente após o ano de 2012, às taxas abaixo, calculadas com base nos números obtidos no Sistema DATASUS, revelam que a cidade, no ano 2001 tinha uma taxa de 6,3 hom/100.000 hab, chegou a apresentar uma taxa de 26,84 hom/100.000 hab no ano de 2016, uma variação muito superior às observadas nas taxas estadual e nacional.

Tabela 1 - Taxas de Homicídios em Brasil/Minas Gerais/Juiz de Fora (2000-2018).

Ano	Brasil	Minas Gerais	Juiz de Fora
2000	26,15	11,59	8,75
2001	27,26	12,86	6,3
2002	27,87	16,07	7,87
2003	28,26	20,52	7,76
2004	26,45	22,50	9,27
2005	25,70	21,93	5,59
2006	26,23	21,49	7,5
2007	25,18	21,00	9,38
2008	26,16	19,60	9,29
2009	26,57	18,74	9,21
2010	26,73	18,08	11,41
2011	26,44	20,99	12,36
2012	28,28	22,29	18,86
2013	28,26	22,89	25,53
2014	29,43	22,75	26,03
2015	28,44	21,68	22,53
2016	29,67	21,98	26,84
2017	30,70	20,26	24,3
2018	26,73	15,80	15,23

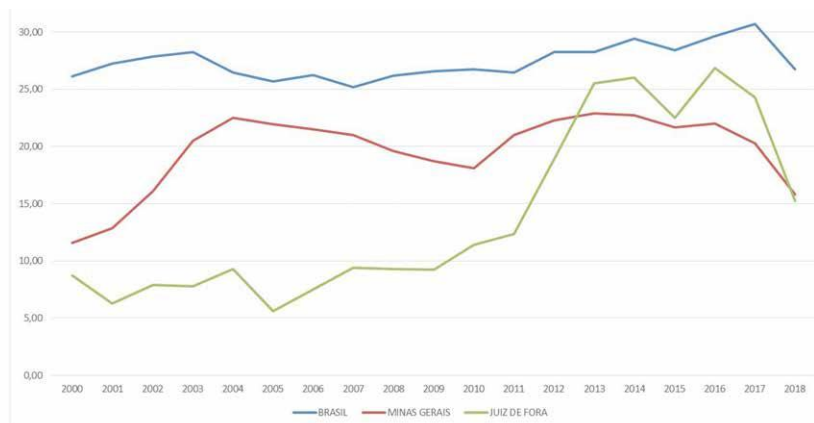
Fonte: Datasus/IBGE.

Para fins metodológicos, explica-se que a coleta dos dados que permitiu a elaboração do gráfico foi feita tendo como fonte o sistema DATASUS (Ministério da Saúde), utilizando-se o seguinte critério: óbitos por causas externas, grande grupo CID 10 (mortes causadas por agressões), tendo como referencial o local de residência. Assim, foram sistematizados os números de óbitos por agressão no Brasil, Minas Gerais e Juiz de Fora, dentro de um mesmo período (2001 até 2018). No entanto, algumas ressalvas são importantes: 1) como dito, a utilização dos dados do DATASUS objetiva, principalmente, a partir de uma única base de dados, viabilizar a comparação dos números apresentados; 2) Morte por agressão é uma categoria utilizada pelo sistema de saúde, ou seja, não é uma categoria jurídica. Desta forma, os números de morte por agressão incluem as seguintes categorias jurídicas: homicídio doloso, latrocínio e lesão corporal seguida de morte (todos os crimes violentos). Ou seja, o que classificamos como homicídios, para fins de verificação de taxas, incluem outros crimes violentos com resultado de morte; 3) Na categoria “morte por agressão” estão excluídas mortes causadas não intencionalmente, mortes naturais, mortes causadas por acidentes e autoextermínio. Por fim, as taxas foram calculadas tendo como referencial a projeção da população das unidades da federação por sexo e grupo de idade: 2000/2030, bem como as estimativas populacionais por município, idade e sexo – 2000/2020, constantes na base de dados do sistema DATASUS.

No entanto, apesar da curva ascendente, o ano de 2018 é marcado por um exponencial declive da taxa de homicídio da cidade. Se analisadas as frequências dessas mortes, no ano de 2012 foram 101 mortes, seguidas por 138 (2013); 142 (2014); 124 (2015); 149 (2016); 136 (2017) e 86 (2018). Os dados preliminares do Sistema DATASUS, referentes ao ano 2019, também indicam uma queda nos números: foram 66 mortes contabilizadas na categoria “morte por agressão”, categorizados no sistema como X85-Y09.

No entanto, apesar do declive substancial das taxas de homicídios na cidade mineira, duas considerações devem ser feitas: a primeira refere-se ao fato de não ser possível afirmar que os números do ano de 2018, bem como os preliminares do ano de 2019, representam uma tendência de queda das taxas na cidade. Ou seja, embora a queda seja significativa, 02 (dois) anos é um período considerado pequeno para inferir-se que as taxas continuarão caindo ou mesmo se estabilizarão em um patamar mais baixo que as dos anos anteriores. A segunda relaciona-se à percepção de que, embora em patamares diferentes, a diminuição das taxas de homicídio não ocorreu somente na cidade de Juiz de Fora, sendo observada tanto no estado de Minas Gerais, como no Brasil, conforme demonstra a figura 1.

Figura 1. Comparação de taxas de homicídio entre cidade, estado e país.



Fonte: DATASUS/IBGE.

O Atlas da Violência 2020, publicação elaborada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), confirma o quadro de redução em 12% das taxas de homicídio no país, entre os anos de 2017 e 2018. Segundo os autores, os números de 2018 podem ser explicados por alguns fatores, dentre os quais a continuidade da queda de homicídios observada na maioria dos estados-membros em 2017. A redução das taxas teria causas variadas, desde a mudança no perfil da população, como alterações na própria dinâmica da criminalidade violenta no País. Ao comentarem os resultados apresentados no Atlas da Violência 2019 – que apresentou os dados referentes ao ano de 2017 –, os pesquisadores responsáveis pela publicação afirmam que:

Naquele documento, apontamos as principais razões que estariam influenciando a queda dos homicídios pelo país afora até 2017, a saber: i) a mudança no regime demográfico, que fez diminuir substancialmente, na última década, a proporção de jovens na população; ii) o Estatuto do Desarmamento, que freou a escalada de mortes no Brasil e que serviu de mecanismo importante para a redução de homicídios em alguns estados, como São Paulo, que focaram fortemente a retirada de armas de fogo das ruas; e iii) políticas estaduais de segurança, que imprimiram maior efetividade à prevenção e ao controle da criminalidade violenta em alguns estados. Destacamos ainda, no Atlas da Violência 2019, que um quarto fator que conspirou a favor do aumento dos homicídios, entre 2016 e 2017, em alguns estados, sobretudo do Norte e do Nordeste, foi a guerra desencadeada entre as duas maiores facções penais no Brasil (Primeiro Comando da Capital – PCC e Comando Vermelho – CV) e seus parceiros locais, que eclodiu em meados de 2016, gerando número recorde de mortes no Acre, Amazonas, Pará, Ceará, Pernambuco e Rio Grande do Norte. (Cerqueira *et al.*, 2020, p. 08-09).

Aos fatores acima indicados, os autores do Atlas da Violência 2020 somam, a fim de tentar compreender a redução de homicídios ocorrida no ano de 2018, o aumento recorde do número de mortes violentas com causas indeterminadas (MVCI). Identificados no Sistema DATASUS através do referencial Y10-Y34, sob o signo eventos cuja intenção é indeterminada, esse fator, além de refletir uma piora substancial na qualidade dos dados de mortalidade no Brasil, pode contribuir para maquiagem ou ocultar os reais indicadores de mortes violentas no País. Neste sentido, vale observar que em relação ao ano de 2017, a taxa de MVCI aumento 25,6% em relação aos anos anteriores. Vale dizer, no ano de 2018 foram contabilizadas 55.914 mortes por agressão e 12.310 mortes cuja

intencionalidade não pôde ser identificada. Ou seja, mais de 10.000 pessoas morreram sem que o Estado tivesse competência para responder uma pergunta simples: de que morreram?

Em um contexto de exponencial aumento das taxas de mortes por causas indeterminadas no País, o estado de Minas Gerais se destaca dentre aqueles com maior proporção de aumento dessas taxas, estando somente atrás de São Paulo e Bahia. Ao analisarmos a taxa de MVCI em 2018, a taxa de Minas Gerais é de 9,8/100000. Assim, para além da desconfiança em relação às taxas reais de homicídios nas diversas regiões do Brasil, o aumento das taxas de mortes violentas com causas indeterminadas, coloca em xeque a qualidade das políticas públicas que passam a ser construídas a partir de informações não confiáveis.

Embora tradicionalmente as pesquisas sobre homicídios não levem em consideração as taxas de mortes violentas com causas indeterminadas, a exemplo daquela desenvolvida por esses autores (Fraga & Delgado, 2020), é necessário reconhecer a importância de esse dado ser contabilizado para a análise das variações das taxas ao longo do tempo. Nesse sentido, percebe-se que a cidade de Juiz de Fora teve variações significativas no número de mortes com causas indeterminadas ao longo do período analisado, chegando a alcançar a taxa de 14,3/100.000 no ano de 2014. No entanto, diferentemente do cenário nacional, os números de MVCI diminuíram no ano de 2018, quando comparados ao ano anterior, não sendo possível inferir que a diminuição das taxas gerais de homicídios esteja relacionada ao aumento dessas taxas. A tabela abaixo traz as taxas de mortes por agressão (X85-Y09), comparadas às mortes cuja intenção é indeterminada (Y10-Y34).

Tabela 2 - Taxas e frequências por MCVI, Juiz de Fora (2000-2018)

Ano	Homicídios	Taxa	MVCI	Taxa
2000	41	8,75	28	5,97
2001	30	6,3	11	2,31
2002	38	7,87	18	3,72
2003	38	7,76	19	3,88
2004	46	9,27	43	8,66
2005	28	5,59	13	2,59
2006	38	7,5	8	1,58
2007	48	9,38	10	1,95
2008	48	9,29	9	1,74
2009	44	9,21	15	2,87
2010	60	11,41	16	3,04
2011	65	12,36	30	5,65
2012	101	18,86	18	3,36
2013	138	25,53	19	3,51
2014	142	26,03	78	14,3
2015	124	22,53	57	10,35
2016	149	26,84	54	9,72
2017	136	24,3	45	8,04
2018	86	15,23	25	4,43

Fonte. DATASUS/IBGE

X85-Y09: Grande GRUPO CID 10, mortes por agressão, por local de residência.

Y10-Y34: Grande GRUPO CID 10, eventos cuja a intenção é indeterminada, por local de residência.

Apesar de não ser possível inferir relações entre as variações das taxas gerais de homicídios e àquelas relacionadas às MVCI, os dados demonstram que um percentual significativo das mortes violentas não tem causa especificada, o que compromete não somente a qualidade dos dados sobre a cidade, como o planejamento de políticas públicas adequadas à realidade.

Neste cenário, refutada como infundada a hipótese de que a diminuição das taxas gerais de homicídios na cidade de JF tenha relação com o aumento das taxas de mortes violentas com causas indeterminadas, a diminuição das taxas precisa ser explicada por outras causas. Embora haja certa dificuldade metodológica na identificação das causas que impactam as taxas de homicídios, é também correto afirmar que o perfil das vítimas, bem como as representações trazidas pela imprensa sobre o fenômeno, podem nos fornecer dados que, se bem controlados, podem ditar caminhos e hipóteses de pesquisas e ações de políticas públicas.

Assim como no Brasil, o padrão de mortes violentas na cidade de Juiz de Fora reflete que os homicídios se distribuem desigualmente, de acordo com critérios como idade, cor da pele, sexo, desigualdade essa reforçada pela própria seletividade das políticas de segurança pública. Apesar do recuo nas taxas, as mortes violentas na cidade não apresentaram alteração quando considerado o perfil de vitimização. As principais vítimas continuam sendo homens, jovens, entre 15 e 29 anos, que em sua maioria, são pretos ou pardos, conforme tabelas abaixo:

Tabela 3 - Taxas de homicídios de jovens, sexo masculino (Juiz de Fora, 2000-2018)

Ano	15/19 Anos	20/29 Anos	15/29 Anos	Taxa 15/29
2000	3	13	16	26,94
2001	5	8	13	21,51
2002	6	8	14	22,80
2003	2	16	18	28,90
2004	4	18	22	34,94
2005	3	12	15	23,66
2006	3	12	15	23,36
2007	7	21	28	43,16
2008	3	15	18	27,53
2009	7	9	16	24,31
2010	10	18	28	42,30
2011	6	20	26	39,24
2012	25	39	64	96,55
2013	35	39	74	111,66
2014	24	64	88	132,94
2015	20	50	70	106,06
2016	27	65	92	140,22
2017	28	51	79	121,42
2018	14	31	45	69,84

Fonte: DATASUS/IBGE

Tabela 4 - Percentual de homens pretos e pardos vitimados por homicídios em relação à população geral masculina atingida

Percentual de homicídios de homens pretos e pardos					
Ano	Homens	Pretos	Pardos	Total	%
2000	35	8	10	18	51,42
2001	29	6	2	8	27,5
2002	35	7	10	17	48,57
2003	35	6	11	17	48,57
2004	41	8	13	21	51,21
2005	26	6	8	14	53,84
2006	35	6	13	19	54,28
2007	43	12	16	28	65,11
2008	41	11	12	23	56,09
2009	36	10	15	25	69,44
2010	49	23	15	38	77,55
2011	56	16	17	33	58,92
2012	96	24	38	62	64,58
2013	128	39	48	87	67,96
2014	136	25	54	79	58,08
2015	116	35	42	77	66,37
2016	140	40	42	82	58,57
2017	124	42	47	89	71,77
2018	76	33	22	55	72,36

Fonte: DATASUS/IBGE

Um dos poucos exemplos, senão o único, de política pública de segurança voltada para a prevenção de homicídios nas áreas de risco é o denominado Fica Vivo, vinculado ao programa de prevenção social à violência do estado de Minas Gerais. Instalado na cidade em março de 2018, o programa, que é voltado para jovens entre 12 e 24 anos, foi instalado na Vila Olavo Costa, região sudeste da cidade, justamente pelo número de execuções ocorridas neste bairro entre os anos de 2012 e 2017. Os dados que embasaram a instalação do programa nesta localidade, se alinham com aqueles trazidos por Fraga e Delgado (2020): 8,46% dos homicídios no ano de 2013 ocorreram no bairro Olavo Costa que, para além de ser conhecido como um local onde vivem pessoas pobres, passa a ser rotulado como um bairro onde vivem pessoas violentas.

As manchetes abaixo, retiradas de jornais locais, trazem uma mostra de como a imprensa, ao noticiar, vincula as mortes ao bairro Olavo Costa, local onde ocorreram.

JOVEM É MORTO A TIROS NO BAIRRO VILA OLAVO COSTA EM JUIZ DE FORA: Segundo a PM, suspeitos fugiram em uma motocicleta em direção ao Bairro Furtado de Menezes. Ninguém foi preso.

ADOLESCENTE É MORTO A TIROS NO BAIRRO VILA OLAVO COSTA EM JUIZ DE FORA: crime ocorreu na tarde desta segunda-feira (10) na rua Filonila Carlota de Jesus.

ENVOLVIDO EM HOMICÍDIO É PRESO NA VILA OLAVO COSTA.

Neste contexto, é possível problematizar no sentido de que a própria abordagem da imprensa pode contribuir para representações dominantes no sentido de relacionar violência e pobreza, reforçando o estereótipo de que a população desses locais, em risco social em virtude da pobreza, também oferece risco social à sociedade.

Ao apresentar os resultados de sua pesquisa no Centro de Referência da Juventude da Cidade de Deus, Motta (2016, p. 88) alerta para o fato de que a ideia de risco social pode confundir significados que associam pobreza e violência, “as políticas públicas para pobres não devem apenas protegê-los da pobreza e da falta de acesso a direitos, mas também proteger o restante da sociedade dos riscos de essa pobreza, essa vulnerabilidade, supostamente, trazem”.

Com efeito, a noção de risco tem sido a tônica na forma de entender e “atender” a população pobre. Se, por um lado, o risco refere-se à agudização da representação da violência urbana decorrente da expansão do “mundo do crime” (Feltran, 2010), que se configura como uma ameaça, por outro, influencia a forma de pensar a condição da pobreza dos sujeitos que vivem nas periferias, expressa em termos de “vulnerabilidade social” ou “risco social”. A população “em risco”. A população ‘em risco’ é também uma população ‘de risco’, que ameaça, que contagia. (Motta, 2016, p. 88).

A diminuição dos homicídios em Juiz de Fora, como já referido, acompanha a redução das taxas para essa criminalidade que se observou em quase todo o Brasil nos anos de 2017 e 2018. A sensível melhora dos indicadores não encontra fatores causais que a expliquem prontamente, necessitando ainda de investigações sociológicas mais aprofundadas. Haja vista que não houve grandes investimentos de políticas públicas nesse sentido nos últimos anos na cidade.

Há, todavia, hipóteses que podem servir de caminhos para os estudos que venham a ser investidos nessa direção. Em pesquisa que vem sendo desenvolvida pelos autores deste artigo, no âmbito do NEVIDH, com atores representativos da cidade que possuem relação direta com a temática como autoridades, lideranças comunitárias, ativistas de coletivos sociais e sobreviventes de homicídios, algumas narrativas que se pretendem explicativas podem ser relevantes ou, pelo menos, precisam ser consideradas.

O trabalho de investigação ainda está em desenvolvimento e requer maior investimento para a sua conclusão. No entanto, duas explicações merecem maiores atenções até o momento. A primeira destacada aponta a maior resolução dos casos pela Polícia Judiciária como fator determinante para a diminuição dos homicídios. Nosso trabalho ainda não analisou as taxas de resolução para verificar se nos últimos quatro anos houve, realmente, maior eficiência para desvendar casos de mortes intencionais na cidade.

Adorno e Pasinato (2010) chamam a atenção para a importância para a resolução de crimes como forma de abrandar medidas de violação de direitos humanos, seja por representar concretização da justiça, seja como medida de evitar o rompimento do princípio do monopólio estatal da violência e, conseqüentemente, ceifar ações privadas de realização de justiça, o nominado justicamento.

Assim, há, realmente, relevante relação entre impunidade e aumento de crimes como homicídios. A confiança da população nas instituições, também, compõe robusto indicador em relação à impunidade. Entretanto, a verificação da resolução de crimes não pode estar restrita ao trabalho da polícia judiciária, apenas, ainda que sejam atores estatais fundamentais nesse processo. A questão é mais complexa e necessita envolver a ação do Ministério Público e da Justiça Penal como um todo. A análise fluxo de justiça é um componente basilar para avaliar a questão da impunidade. O processo precisa ser concluído e com sentença proferida, notadamente, em tempo médio que expresse confiança institucional.

Outra hipótese revelada pelos atores é a diminuição de conflitos entre quadrilhas ou grupos que se enfrentam na cidade. Segundo informações, teria havido, nos últimos dois anos, a diminuição desses conflitos que acarretam em desfecho com vítimas fatais. Esses conflitos não estariam relacionados ao tráfico de drogas na cidade. Ainda, segundo informantes, o tráfico na cidade não apresenta características violentas que estimulasse conflitos por disputa de pontos, mas, de um conflito entre grupos criminais locais que muitas vezes estariam relacionados a rixas por motivos de disputas de afirmação de poder territorial.

Essa hipótese também merece maior aprofundamento, pois carece de maior investigação e consistência. No entanto, ela se coaduna com motivos de causalidades alegadas por especialistas para explicar o recuo das taxas de homicídios nos anos de 2017 e 2018.

Vários motivos têm sido alegados para explicar a queda dos homicídios no Brasil, além do já referido aumento das MVCI, como intervenções integradas de segurança pública que focaram em medidas de prevenção e de policiamento preditivos em alguns estados onde os índices eram altos e, maior controle impostos em instalações prisionais. Outro motivo destacado teria sido o arrefecimento das lutas de quadrilhas em estados importantes, notadamente do Nordeste brasileiro.

Todavia, essas explicações necessitam de maiores investigações para serem comprovadas, assim como as taxas de homicídios necessitam manter-se em patamares baixos por mais tempo. Assim, cabe ainda destacar que, embora muito bem-vinda, a diminuição das taxas de homicídios em Juiz de Fora deve estabilizar-se em patamares baixos para que a sociedade juiz-forana possa comemorar a melhoria do indicador.

14.2 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O homicídio, visto como vilão da saúde e da segurança públicas nas últimas décadas no Brasil (Souza, 1994), apresentou arrefecimento das taxas nos anos de 2017 e 2018, despertando a esperança de uma transição epidemiológica (Prata, 1992), em que deixe de liderar as causas de mortalidade entre jovens. De outra maneira, espera-se que as baixas das taxas possam, também, representar melhoria nos padrões de desigualdades. Poucos indicadores têm revelado o quão é

desigual e racista a sociedade brasileira como o que expressam as taxas de homicídios e o perfil de suas principais vítimas.

Sabemos, contudo, que o tempo e as ações de políticas públicas é que poderão responder mais claramente sobre a estabilidade em baixos patamares desses indicadores que tanto preocupam a sociedade brasileira.

Juiz de Fora, importante cidade mineira, conviveu com altas taxas nos últimos anos e precisa retomar as baixas taxas que possuía no início dos anos 2000, com padrões quase europeus de mortalidade. No entanto, igualmente como o resto país, ainda aguarda uma série histórica mais longa para verificar qual o caminho epidemiológico que terá em relação à mortalidade por homicídio ou morte por lesão. A expectativa é que a mudança de padrão represente, igualmente, a inclusão social de parte significativa de sua população, notadamente os jovens pobres dos bairros periféricos, e um caminho seguro sem volta em direção ao respeito aos direitos humanos.

REFERÊNCIAS

- Adorno, S., & Pasinato, W. (2010). Violência e impunidade penal: da criminalidade detectada à criminalidade investigada. *Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*, V. 3, p.p. 51-84.
- Cerqueira, D., Bueno, S., Alves, P. P., Lima, R. S. D., Silva, E. R. A. da Ferreira, H., & Figueiredo, T. da, S. (2020). *Atlas da Violência 2020*. Ipea. De: <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/10214/1/AtlasViolencia2020.pdf>.
- Fraga, P. C. P., & Delgado, L. F. P. (2020). Mortes que se acumulam: homicídios, perfis das vítimas e políticas públicas em Juiz de Fora. *Revista de Políticas Públicas*, V. 24 (1), p.p. 422-441.
- Huggins, M. K. (2010). Violência urbana e privatização do policiamento no Brasil: uma mistura invisível. *Caderno CRH [en línea]*, V. 23 (60), p.p. 541-558.
- Motta, L. D. (2016). Sobre as relações entre pobreza e violência: notas sobre uma etnografia no centro de referência da Juventude da cidade de Deus – RJ. *Gestão e Desenvolvimento*, V. 43 (1), p.p. 87-98.
- Pimenta, M. M., Fachinetto, R. F., Stuncker, P., Hilgert, R. D., Michelon, G.L., & Schabbach, L.M. (2020). Dinâmicas dos homicídios em Porto Alegre: discursos e interpretações sobre a violência letal. *Revista Brasileira de Segurança Pública*, V. 14 (2), p.p. 18-45.
- Prata, P. R. (1992). A transição epidemiológica no Brasil. *Cadernos de Saúde Pública*, V. 8 (2), p.p. 168-175.
- Soares, A. M. F. (2011). Vitimização por homicídios segundo características de raça no Brasil. *Revista de Saúde Pública*, V. 45 (4), p.p. 745-755.

- Soares, G. A. D. (2005). As co-variadas políticas das mortes violentas. *Opin. Pública*, V. 11 (1), p.p. 192-212.
- Soares, G. A. D. (2008). *Não Matarás: desenvolvimento, desigualdade e homicídios*. Rio de Janeiro: FGV.
- Souza, E. R. de. (1994). Homicídios no Brasil: o grande vilão da saúde pública na década de 80. *Cadernos de Saúde Pública*, V. 10 (Suppl. 1), p.p. 45-60.

CLÍNICA TRANSDISCIPLINAR: A QUESTÃO DA RESISTÊNCIA NAS SUAS DIVERSAS FACETAS

LUIZ GIBIER DE SOUZA

15.1 INTRODUÇÃO

A ideia inicial deste texto foi pensar os desdobramentos da Clínica Transdisciplinar em relação à questão das resistências dos homens que são encaminhados pelo Poder Judiciário para os Grupos de Reflexão de homens que tiveram um episódio de violência contra as mulheres na cidade de Juiz de Fora. Os participantes do projeto foram encaminhados pelo poder judiciário local para frequentarem os grupos de reflexão, que funcionam no Centro de Psicologia Aplicada (CPA) da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Muitos homens, principalmente nos encontros iniciais, resistem em participar dos grupos. A nosso ver, um dos motivos dessa resistência é que eles foram condenados sem que pudessem narrar a sua versão do acontecido, portanto, foram enquadrados na Lei Maria da Penha, sem poder falar. Outro motivo de resistência é que a participação destes nos grupos tem o caráter obrigatório.

Para pensar a questão da resistência, a equipe responsável pelo projeto busca problematizá-la e entendê-la como um dispositivo importante nos encontros iniciais dos homens nos grupos. É importante esclarecer que os homens encaminhados para o projeto, obtiveram a suspensão condicional do processo e, com isto, não se faz necessário que na audiência inicial no fórum eles tenham necessariamente que falar. Um acordo processual entre o advogado do caso e a acusação se dá no sentido que se estabeleça uma suspensão condicional do processo e, assim, este homem aceitaria ir para o grupo de homens em vez de ser preso. Isso tudo acontece na audiência inicial na 2ª Vara da Comarca de Juiz de Fora após a mulher registrar um Boletim de Ocorrência e do acompanhamento do Ministério Público. Este é o motivo pelo qual a maioria dos homens que foram acusados pelo Ministério Público não puderam falar durante esta audiência inicial. Caso estes homens fossem a julgamento formal, sem acordo, aí sim teriam direito a defesa e a todos os recursos disponíveis na lei. Deste modo, o encaminhamento para o grupo e o cumprimento de um mínimo de 10 encontros é fundamental para a obtenção do certificado de conclusão do grupo de reflexão.

Na nossa visão, a Clínica Transdisciplinar aposta na ideia de que a “*prática psi*” pode ser eternamente reconstruída. As invenções e tentativas de fazer encaixes permanentes na clínica

transdisciplinar se dão no sentido de tentar abarcar a variedade de acontecimentos e de grupos sociais que compõem a sociedade, apontando, assim, para um posicionamento ético, político, mas não uma corrente. O “dispositivo psi” de interiorização dos sentimentos e de resolução dos conflitos não dá conta dos efeitos da realidade mais ampla, dos modos de subjetivação dos indivíduos, numa sociedade marcada pela desigualdade social e em transição constante, a qual tem buscado fortalecer políticas de segurança, na expansão dos dispositivos jurídico-penal, buscando o aumento do controle e manutenção dessa ordem social. A Clínica Transdisciplinar utiliza fragmentos de teorias, parentescos não autorizados e, por isso mesmo, a chamamos de uma clínica – política, entendendo-se, por clínica, um cuidado do singular que se dá no terreno da constituição do tecido da via humana.

Sobre a adoção das penas e medidas alternativas no âmbito judicial, das esferas responsáveis pelo julgamento dos sujeitos, é importante analisar o fenômeno da judicialização dos conflitos. Segundo o Observatório Judicial de Violência contra a Mulher de vários estados do Brasil, os conflitos no âmbito da Lei Maria da Penha, cada vez mais, têm se direcionado diretamente para a esfera judicial, diferente do movimento que era registrado anteriormente. Isso faz com que se desenvolvam questões sobre essa nova realidade. Por exemplo, como mensurar o impacto do controle coercitivo penal nos conflitos de violência doméstica? É possível que estas medidas adotadas estejam auxiliando na diminuição dos casos de violência? Ou essa medida promove sentimentos e comportamentos de revolta nos homens condenados? Vale salientar que essa questão poderia auxiliar na aplicação de medidas efetivas para a diminuição dos casos de violência (ISER, 2016).

Ainda segundo os autores das Comunicações do ISER, é importante pensar sobre esse tema. Segundo eles,

“... é preciso pensar em ações que fujam à lógica punitivista clássica e de fato possam contribuir para a mudança de comportamento, principalmente a partir da responsabilização, da liberdade e autonomia dos envolvidos, bem como a restauração das relações violadas, sempre que possível. Nesse sentido, os grupos educativos/reflexivos possuem um potencial expressivo para realizar tais finalidades, configurando-se claramente, a partir do presente estudo, como uma ferramenta essencial para o enfrentamento da violência doméstica. Os homens que passaram pela experiência prisional relatam que a prisão não resolve os problemas de violência doméstica, pelo contrário, essa experiência gera revolta, provoca desemprego e o distanciamento dos filhos. Em contrapartida, boa parte dos homens que tiveram acesso às ferramentas disponibilizadas nos processos reflexivos, acaba encontrando outros mecanismos para resolver os conflitos, sem o uso da violência. Muitos relatam melhoria nas relações familiares e profissionais” (ISER, 2016).

Esse movimento, de se pensar na efetividade das penas alternativas é algo que deve ser levado a sério pelas autoridades e pelos pesquisadores, pois implica na mudança da visualização do crime cometido pelos homens agressores. Não somente oferecendo alternativas ao cárcere, bem como oferecendo medidas capazes de fazer com que os comportamentos agressivos e violentos sejam discutidos e se tornem menos frequentes. Ainda segundo os autores,

Para que as alternativas penais possam se configurar de fato como uma alternativa à prisão, impactando os crescentes índices de encarceramento em curso no país, é necessário que haja, sobretudo, uma mudança de visão por parte do sistema de justiça e da sociedade como um todo, em relação à função da pena e da punição na vida das pessoas e no convívio social, deslocando o foco da mera retribuição para a promoção da justiça social e a restauração das relações, sempre que possível (ISER, 2016).

15.2 RESISTÊNCIA DOS/NOS HOMENS

A Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), em parceria com o Ministério Público, Poder Judiciário, Prefeitura Municipal de Juiz de Fora e, com a Casa da Mulher, através da Rede de Combate à Violência Doméstica de Juiz de Fora (REVID), apresentou uma proposta de montagem dos Grupos de Reflexão dos Homens que tiveram um episódio de violência contra a mulher. Este, funciona semanalmente no Centro de Psicologia Aplicada (CPA) da UFJF desde outubro de 2013. Em decorrência da pandemia de Sars-CoV-2 (Covid-19), no ano de 2020, os grupos foram suspensos de acordo com as recomendações de distanciamento social elaboradas pela instituição responsável pelos grupos.

Como apontado anteriormente, o fato de os homens condenados terem como pena alternativa, para a suspensão condicional do processo; a obrigação de participarem dos grupos de reflexão, faz com que muitos desses homens cheguem ao Centro de Psicologia Aplicada da Universidade Federal de Juiz de Fora (CPA/UFJF) preocupados, arredios, tensos e também resistentes para falar com o psicólogo do projeto e ser encaminhado para o grupo de reflexão. Naturalmente, como não conhecem como funciona uma universidade pública, acham que ela é uma extensão do poder judiciário. Na verdade, o nosso projeto é e não é uma extensão do poder judiciário. É sim, na medida em que assinou um acordo de cooperação com o Poder Judiciário no sentido de oferecer aos homens condenados pela Lei Maria da Penha, a possibilidade de ingressarem nos grupos de reflexão do CPA/UFJF para conversar e problematizar sobre as questões que geraram o episódio de violência doméstica, além de conversarem sobre a vida em geral e receberem os *feedbacks* dos colegas de grupo. Neste sentido, a UFJF age como parceira do Poder Judiciário e obriga que os homens encaminhados frequentem no mínimo 10 dos 12 encontros do grupo, o qual se dá semanalmente durante 3 meses.

Por outro lado, o funcionamento do grupo de homens no CPA/UFJF não tem nada a ver com o Poder Judiciário. Ou seja, a instituição Universidade Federal de Juiz de Fora, através de seu *modus operandi*—projetos de ensino, extensão e pesquisa—desenvolve atividades de formação, além de projetos que, dependendo da área e do setor, irão buscar um impacto imediato na sociedade local, diminuindo a incidência de problemas, como a questão da violência doméstica. Portanto, somos autônomos em nosso funcionamento, na nossa elaboração de propostas de projetos e, somos uma instituição de ensino e intervenção. E é desta forma que esse projeto de extensão pode ser compreendido.

O grupo reflexivo tem o número máximo de 15 homens e é um grupo fechado, ou seja, tem o ciclo de 12 encontros definido como condição para obtenção do certificado. A estrutura de funcionamento do grupo se dá da seguinte forma: a) um coordenador e um bolsista, b) os

participantes tem que cumprir pelo menos 10 encontros dos 12 propostos. As reuniões do grupo são semanais com a duração de uma hora e quarenta minutos. A metodologia de funcionamento do grupo é aberta, ou seja, cada membro pode trazer questões referentes à vida em geral, assuntos que aparecem no dia-a-dia ou que estão sendo vividos pelos participantes e, em coordenação com o grupo, procuramos explorar esses temas e ver se tem alguma ressonância entre os membros. A metodologia é construtivista, ou seja, se constrói simultaneamente nas reuniões dos grupos e, ao mesmo tempo, promove a fala e reflexão de todos os participantes. O sentido construtivista é o apresentado por Felix Guattari (2001), quando ele diz que “a clínica é um construtivismo”, no livro “As Três Ecologias”, na qual fazia alusão ao construtivismo russo. Uma clínica não dogmática, que privilegia a invenção de estratégias no sentido da potencialização da vida.

O funcionamento do grupo não se propõe a docilização dos corpos e nem de apaziguar os conflitos, mas sim a evitar a recorrência dos conflitos conjugais/com pessoas íntimas e, mostrar que existem diferentes maneiras de resolução dos conflitos. Hannah Arendt (1985) dizia que “falar evita a violência”.

O andamento do grupo não engloba uma metodologia clínica psicopatologizante nem didática/educativa, mas sim um tipo de clínica que busca entender os acontecimentos que esse homem carrega, que o acolhe na sua singularidade, que abre espaço para ele conversar sobre os eventos que geraram a condenação e, em última análise, que ele possa pensar o que vem a ser “homem” no momento que atravessamos na sociedade atual. Neste sentido, o grupo se propõe a ser um local de conversas, em que todos os integrantes têm direito a fala, aonde as regras de funcionamento do grupo são acordadas entre os membros do grupo. Há a proposição de duas regras iniciais. A primeira, proposta pela equipe de coordenação, é a de não agressão física entre os membros e que durante o percurso do grupo, nenhum homem agrida nenhuma outra pessoa fora do grupo. Desta maneira, caso um homem esteja muito tomado pela vontade de brigar com alguém, ele deve telefonar para o coordenador do grupo e/ou outros participantes para conversar sobre essa questão. A segunda é que nenhum dos membros da equipe seja agredido fisicamente. Essas são as regras fundamentais do grupo.

Como a procura ao grupo de reflexão por parte dos homens é obrigatória, pelo poder judiciário, muitos chegam ao CPA com bastante resistência em participar do grupo, de fazer a entrevista inicial e com medo estar em mais um local punitivista.

15.3 RESISTÊNCIAS: FORÇAS E USOS

Para estudar a resistência, optamos por vários autores, sendo que um deles é o filósofo Espinosa, na qual, destacamos algumas passagens. De acordo com o filósofo e, nós concordamos, “tudo que existe, esforça-se por perseverar existindo” (Spinoza, 2009, p.6). Decorre necessariamente da essência de cada indivíduo o desejo pelo qual julga útil a própria existência, a busca por alegrias e bons encontros, o desejo pelo conhecimento verdadeiro, a expressão da potência. Espinosa constata que existe nos encontros, uma resistência de existir. Nos inevitáveis encontros com outras coisas singulares, que muitas vezes lhe superam a potência, a essência de cada indivíduo é um esforço de

resistência à própria destruição, resistência à tristeza, resistência à servidão. Spinoza (2009) define como a própria essência de cada coisa singular um esforço pela própria existência, um esforço de resistência à própria destruição, uma dinâmica de resistência ontológica em que existir é resistir. A resistência ontológica de cada modo finito por perseverar na existência determina que “nenhuma coisa pode ser destruída senão por uma causa exterior.” A existência se afirma sempre em toda sua intensidade, a todo instante até que algo externo a elimine. O tempo da existência das coisas singulares é aquele da sua constante afirmação do “*conatus*” (potência de vida), até que um mau encontro limite sua potência de agir, até que outra coisa singular determine o seu padecimento, destruição. Cada indivíduo persiste indefinidamente no seu ser até que um veneno, uma tolice, um acidente, uma violência externa por parte de alguém, algo que lhe supere em potência determine a sua decomposição. E sempre, cada coisa singular existente, haverá outra que lhe supera em potência.

Espinoza foi além e nos mostrou que existe uma resistência ao regime de governação. Diria ele que resistir ao poder régio é justo quando da ruptura deste contrato, e é um dever quando advém a forma tirânica – pecado diante de Deus e perjúrio diante dos homens. Nesse caso, defender uma insurreição contra o tirano, e mesmo conceder com sua eliminação física, não é contraditório (Spinoza, 2009, p. 17).

15.4 VISÕES NA PSICANÁLISE SOBRE A RESISTÊNCIA

O campo da psicologia se firmou como *locus* de produção de conhecimento e, também resiste e se mantém atuante na produção de saberes. Seguem abaixo visões de autores sobre a questão da resistência e suas particularidades.

15.4.1 RESISTÊNCIAS – DE QUEM? SERÁ UM SINAL DE NEGATIVIDADE OU DE POSITIVIDADE?

Nestes tempos de pandemia, vemos que a sociedade brasileira está passando por uma série de crises. Aliás, a psicanálise, assim como as ciências humanas em geral, também não passa incólume por toda esta discussão. Buscar alternativas para o trabalho clínico está na ordem do dia, sendo individual ou em grupo, assim como a novidade dos atendimentos *online*. Estamos pensando todos os efeitos da pandemia nas diferentes teorias do campo psicológico e sobre as novas formas de junção da teoria/prática, além de buscarmos entender os novos possíveis arranjos sintomáticos, provocados pela pandemia do COVID 19, seja pela reclusão forçada, seja pelo medo de contrair a doença, seja pela obrigatoriedade de ter que trabalhar nas ruas em período de uma enorme taxa de mortalidade (mais de 162 mil pessoas) e de propagação do vírus. Afora isso, ainda neste momento de pandemia, temos a eterna busca de resultados rápidos e urgência decorrentes de uma intervenção terapêutica (Canavêz & Herzog, 2012).

Na psicanálise, mais precisamente na práxis do analista, “o conceito de resistência surge atrelado ao de transferência, cuja importância se traduz no motor da experiência analítica” (Canavêz & Herzog, 2012). Tanto Freud quanto Reich reconhece que as resistências servem para manutenção da neurose, do núcleo patogênico, e estabelecem estratégias para superá-las.

A resistência surge como uma força que tem como objetivo “impedir a revelação dos desejos inconscientes no desenrolar do processo de análise” (Freud, 1974 *apud*. Canavêz & Herzog, 2011). Ainda segundo os autores citados acima,

Foi a partir daí que Freud começou a pensar o fenômeno na clínica. A resistência aparece no início da elaboração freudiana como o principal obstáculo para o dispositivo analítico. Tal dispositivo funcionaria como um ringue no qual analista e as resistências que perpassam o psiquismo do analisando travariam sua luta, dependendo o sucesso do tratamento do trabalho a ser realizado com tais resistências (Canavêz & Herzog, 2011, p. 112).

Ainda, em concordância com o exposto anteriormente, Baroni e Cunha, exprimem o que consideram ser a força de resistência do indivíduo para com o tratamento através do seguinte:

À primeira vista, pode parecer muito estranho que o paciente, supostamente buscando um alívio para o seu sintoma, apresente uma oposição permanente ao tratamento, à possibilidade de mudança de lugar em relação àquilo que o faz sofrer. Entretanto, a resistência não deve ser percebida apenas como um obstáculo que se impõe ao tratamento e que deve ser extirpado para que esse prossiga; as resistências que se apresentam nessa situação são preciosos indícios dos meios pelos quais o sujeito resiste em sua vida cotidiana, o que pode trazer elementos importantes para serem elaborados na própria situação clínica. (Baroni & Cunha, 2008, p. 690).

Canavêz & Herzog (2011) apontam na direção da importância da resistência, ao mesmo tempo em que salientam a necessidade dos analistas de não se prenderem a este fenômeno, correndo o risco de ficarem presos a ele, caso não obtenham sucesso em superar a resistência. De acordo com isso, os autores exprimem a seguinte ideia,

Ao considerar a resistência ameaçadora, também o psicanalista se coloca como guardião de uma pretensa boa continuidade do processo analítico, erigindo tentativas de entrar as produções do sujeito que se opõem ao enquadre pré-estabelecido. Na verdade, ao tentar rechaçar a resistência, agora entendida como afirmação primeira do sujeito, o psicanalista acaba por se distanciar desta produção subjetiva que está a serviço de resguardar um espaço marcadamente peculiar do sujeito, singularizando-o. Nesta perspectiva a resistência adquire um sentido político, advogando a favor do que se coloca frente a projetos totalizantes, isto é, às injunções que aspiram à universalidade e, com isso, chegam a subsumir as singularidades. Sugerimos que faz parte do fazer analítico acolher esta resistência, posto que demarca um espaço próprio ao sujeito (Canavêz & Herzog, 2011, p. 116).

Sendo assim, eles consideram que a clínica psicanalítica reconhece a importância da subjetividade do indivíduo em contraste à necessidade orgânica de outros modelos teóricos em

padronizar os indivíduos. Há consonância dessa fala com a posição de Tedesco (2006 *apud.* por Baroni & Cunha, 2008). Segue na íntegra:

A clínica, portanto, não remete os impasses do sujeito a uma realidade essencialmente psíquica, circunscrita a conflitos intimistas, ou mesmo a estruturas subjetivas universais. Ela traz à tona o plano de forças, no qual lutas, impasses constantes, exprimem certa modalidade de funcionamento. Para além do sujeito constituído, produzido, existe a subjetividade, modo como denominamos seu plano de produção. Esse plano torna-se o real objeto da clínica. (Tedesco, 2006 *apud.* por Baroni & Cunha, 2008, p. 688).

As autoras ainda apresentam sua versão sobre as forças presentes na relação terapêutica, alertando para a necessidade de verificação da essência da relação, cuidando para que ela não se torne uma variável baseada em questões de poder. Segundo Baroni e Cunha,

A relação estabelecida no ambiente terapêutico, não se tratando de uma relação de dominação, não deixa de conter estratégias de resistência que podem subverter a ordem estabelecida no foco terapêutico e trazer novas configurações. Quando um tipo de movimento de impermeabilidade relacional opera transformando a relação terapêutica em relação de dominação, há mudanças consideráveis no processo clínico que certamente interferem na proposta do tratamento, posto que as estratégias e objetivos traçados para a modificação do quadro apresentado pelo sujeito em questão dependem da dinâmica da relação paciente-terapeuta (Baroni & Cunha, 2008, p. 688).

Direcionando sobre os pontos que podem influenciar na análise, e, apontando para a importância da resistência e de outras forças presentes na relação terapêutica, elas delimitam como acreditam que deva ser o trabalho clínico ideal, de acordo com o manejo desses conceitos, para o favorecimento da subjetividade do sujeito. De acordo com as autoras,

Um trabalho clínico poderia se nortear pela tentativa de utilizar da própria condição de “jogo de poder” presente no setting terapêutico e das estratégias de normalização reproduzidas nessa relação paciente-terapeuta como algo a ser problematizado, revisado, reconstruído. É nesse caminho que somos levados a questionar o limite, a linha que separa a experiência clínica como relação de dominação da relação de poder e, então, a analisar as manifestações das formas de resistência na relação paciente-terapeuta (Baroni & Cunha, 2008, p. 689).

Dilemas surgem através destes questionamentos, e as autoras nos auxiliam a entender esse fenômeno e a pensar nas consequências dessa luta diária. Mas quais são os pontos que devem ser levados em consideração? Baroni e Cunha expressam com maestria essa questão.

De que maneira, nesse jogo que, através de lutas e afrontamentos incessantes as transforma, reforça, inverte (Foucault, 1998, p. 88), pode o paciente criar uma situação extra ao repertório clínico e que traga a marca de uma subjetivação de si independentemente dos limites impostos pelo quadro terapêutico? (Baroni & Cunha, 2008, p. 689).

Não nos cabe perguntar o que no sujeito resiste, mas como algo no evento de sua enunciação aparece como resistência, e não como pura anuência. Poderíamos então considerar a recusa

do paciente diante da injunção de dizer a verdade sobre si mesmo como uma resistência à modalidade de subjetivação imposta pela técnica terapêutica? Seria esse movimento uma prática de liberdade, um movimento de questionamento do estabelecido e uma possibilidade de direcionar-se para um novo modo de subjetivação ou, conforme indicado pela práxis psicanalítica, tratar-se-ia de uma barreira que pode tanto se situar como mola propulsora para a terapia quanto defesa à não entrada no processo terapêutico? (Baroni & Cunha, 2008, p. 689).

Para fechar essa análise sobre a questão da resistência e da subjetividade do indivíduo, vale a pena analisar o que as autoras falam sobre a visão foucaultiana deste fenômeno. De acordo com a exposição de Baroni e Cunha (2008),

Em Foucault, o sujeito não se constitui sobre uma identidade psicológica, mas por meio de práticas de poder e de conhecimento e por técnicas de si encontradas na cultura. Foucault refere-se à produção de modos de existência como o processo pelo qual se constitui um sujeito, ou melhor, uma subjetividade: subjetividade é a maneira pela qual o sujeito faz a experiência de si mesmo num jogo de verdade, no qual ele se relaciona consigo mesmo (Foucault citado por Revel, 2005). Já o termo sujeito faz referência a um objeto social e historicamente constituído, o tipo de subjetividade moderna; portanto, pode-se dizer que a subjetivação diz respeito à construção de jogos de verdade consigo mesmo, isto é, ao modo concreto pelo qual o homem moderno ocidental se constitui em sujeito de conduta moral (Baroni & Cunha, 2008, p. 691).

Foucault opera a descentralização do sujeito, instaurando um novo tempo e um novo olhar nos estudos sobre o homem ocidental moderno. Ao recusar a universalidade do indivíduo, a concepção de um sujeito cognoscente e transcendental, concebendo-o não como autônomo e heterogêneo, Foucault passa a considerá-lo um ser que não se governa e não é dono e senhor de suas próprias ideias, um sujeito efeito de vários discursos e que se constitui através das práticas de si (Baroni & Cunha, 2008, p. 691).

15.5 HOMENS DO GRUPO DE REFLEXÃO E A QUESTÃO DA RESISTÊNCIA

“Eu cheguei aqui achando que seria um grupo, sei lá o que, tenso e difícil, mas vejo que o grupo de fato ajuda muito a gente conversar e pensar sobre a vida (R.S.)”

“Eu aprendi muito sobre a vida neste grupo, ouvindo as experiências de vida de cada um me fez pensar sobre o que vale a pena na vida (C.A.)”

Apesar da resistência inicial de alguns homens de participarem do grupo de reflexão de homens que tiveram um episódio de violência contra a mulher, percebe-se claramente que, com a participação obrigatória de terem que frequentar 10 dos 12 encontros, estes acabam encontrando eco para as suas questões existenciais, desde os desafios de terem sido condenados pela Lei Maria da Penha, até, na maioria dos casos, as dificuldades de manter as relações íntimas em bases afetivas boas para ambos e, com certeza, com menos violência.

Cada homem, com sua resistência, carrega sua história com ela. Este percurso está marcado pela singularidade de cada um, pela família, pela cultura, pela sociedade e, com isso, revelando os modos de subjetivação predominante das masculinidades contemporâneas. A obrigatoriedade de participação nos grupos traz, em si, a desconfiança, mas ao mesmo tempo abre a possibilidade de conversa com os outros na mesma situação, onde todos se escutam e nenhum domina o outro, apontando assim para um escutar ao outro e ao entendimento das suas razões e sentidos.

O episódio de violência pelo qual os homens foram condenados indica que sempre existem forças maiores que cada um de nós as possui, neste caso, o poder judiciário. Portanto, os arranjos e leis sociais, desde que expressem o desejo do coletivo e da multidão, indicam que a violência quando tem em si uma marca de destrutividade nas relações domésticas, produzem afetos tristes e decompõem as relações.

A participação dos homens nos grupos de reflexão produz uma diferença na vida deles e oferece, ao mesmo tempo, ferramentas para que estes possam lidar com a questão da violência. A parceria entre o projeto e os poderes públicos, de fato, é uma alternativa para esse homem condenado.

REFERÊNCIAS

- Arendt, H. (1985). *Da Violência*. Trindade, M. C. D. (Trad). Brasília: Ed.
- Bove, L. (1996) *La stratégie du conatus – Affirmation et résistance chez Spinoza*. Paris: Vrin.
- Canavêz, F. & Herzog, R. (2011). *De Freud a Deleuze: os descaminhos da resistência*. V. 21 (48), p. p.p. 111-118. Paidéia.
- Canavêz, F. & Herzog, R. (2012). *A linguagem das resistências: considerações sobre o trauma na clínica psicanalítica*. V. 15 (2). Ágora.
- Dreyfus, H. L., Rabinow, P. (1995). *Michel Foucault: uma trajetória filosófica para além do estruturalismo e da hermenêutica*. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- Foucault, M. (1995). O sujeito e o poder. In Rabinow, P.; Dreyfus, H. *Michel Foucault, uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica*. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- Freud, S. (1974). Estudos sobre a histeria (Oiticica, C. M. Trad.). In J. Salomão (Org.), S. Freud, *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. V. 2. Rio de Janeiro: Imago. (Original publicado em 1895).
- Freud, S. (1987a) . Estudos sobre a histeria (Oiticica, C. M. Trad.). *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud 1987*. V. 2. Rio de Janeiro: Imago. (Originalmente publicado em 1895).

- Freud, S. (1987b) . Novas conferências introdutórias sobre a psicanálise (Ribeiro, V. Rev. Trad.). *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas. V. 22.* Rio de Janeiro: Imago. (Originalmente publicado em 1933).
- Gondar, J. (2003). A sociedade de controle e as novas formas de sofrimento. In M. Arán (Org.), *Soberanias.* p.p. 81-89. Rio de Janeiro: Contra Capa.
- Guattari, F. (2001) . *As três ecologias.* Bittencourt, M. C. F. (Trad.). Campinas: Papirus.
- ISER . (2016). Imparcialidade ou cegueira: um ensaio sobre prisões provisórias e alternativas penais. *Comunicações do ISER, V. 70 (35).*
- Reich, W. (2001). *Análise do caráter.* Rio de Janeiro: Martins Editora.
- Revel, J. (2005). *Foucault: conceitos essenciais.* São Carlos: Editora Claraluz.
- Schneider, M. (1993). *Afeto e linguagem nos primeiros escritos de Freud.* (Seincman, M. M. Trad.). São Paulo: Escuta.
- Sennett, R. (1999). *A corrosão do caráter.* Rio de Janeiro: Record.
- Spinoza, B. (2009). *Ética.* (Tadeu, T. Trad.). Belo Horizonte: Autêntica.
- Tedesco, S. (2006). As práticas do dizer e os processos de subjetivação. *Interação em Psicologia, V. 10 (2),* p.p. 357-362.

A VISÃO DE JUNG PERANTE O MAL E A VIOLÊNCIA

RICARDO KAMIZAKI

O presente capítulo, dentro dessa coletânea a respeito da violência sob diversas abordagens psicológicas, versará sobre a Teoria da Psicologia Analítica de Carl Gustav Jung e os seus desdobramentos. Nos dias atuais a violência nos ronda de incontáveis modos, seja no trânsito com xingamentos e acionamento de buzinas, em assaltos no sinal fechado; no trabalho onde a competição é sem precedentes, além de possíveis assédios morais; em nossos lares, no noticiário da TV, que, em grande parte focam sobre questões e fatos em que a violência assume o protagonismo.

Guggenbuhl-Craig (1995) afirma que a violência é natural. Esteve e está presente desde os primórdios da humanidade até os dias de hoje. É cada vez mais raro, infelizmente, conhecer alguém que não tenha sofrido algum tipo de violência, seja esta, moral, racial, sexual, física ou de gênero. Isso ocorre provavelmente porque temos uma proliferação de pessoas imensamente narcisistas, com alto grau de egoísmo, pouco grau de empatia, sem humildade, muitas com características de perversão e desconectadas da natureza. Assim, uma parte do *si-mesmo* ou *self* que foi reprimido e/ou negado atua. Este exige ser reconhecido como parte integrante do ser humano. Mais adiante neste capítulo, falaremos sobre o arquétipo da sombra que pertence ao *self*.

Jung, em sua obra completa, não se ateu na temática da violência, porém enfatizou que o mal cabe unicamente ao homem, ao contrário de Rousseau que afirmou que “o homem nasce bom” e a “sociedade o corrompe” (Marone, 1996). O mal está na ética e na política, ou seja, na sociedade. Jung afirma que o mal existe no seu humano e que devemos conviver com este e que o aceitemos como real.

Jung reforça essa questão na obra autobiográfica *Memórias, Sonhos, Reflexões*:

“Quem, por conseguinte, desejar encontrar uma resposta ao problema do mal, tal como é colocado hoje em dia, necessita em primeiro lugar de um *conhecimento de si mesmo* a totalidade, também conhecido como *self*, isto é, de um conhecimento tão profundo quanto possível do seu todo. Deve saber, sem se poupar, a soma de atos vergonhosos e bons de que é capaz, sem considerar a primeira como ilusório ou a segunda como real. Ambas são verdadeiras enquanto possibilidades e não poderá escapar a elas se quiser viver (como obviamente deveria), sem mentir a si mesmo e sem vangloriar-se” (Jung, 1987, p. 285).

Este prossegue nesse caminho no trecho do Livro Vermelho:

“...Os pensamentos crescem em mim como uma floresta, diversos animais a habitam. Mas o ser humano é autoritário em seu pensar e com isso mata o prazer da floresta e dos animais selvagens. O ser humano é violento em sua cobiça, e ele mesmo se torna a floresta e animal selvagem...” (Jung, 2019b, p. 250).

Quando Jung quebrou a perna e teve um infarto em 1944, discorreu sobre o mal e o poder além do mal que se encontra no ser humano. Numa carta para Max Pulver cita o *Anthropos* afirmando que, Deus, ao fazer o ser humano, era passivo do bem e do mal:

“Quanto ao problema do mal e do poder sempre me ocorreu que *Macht* (poder) provém de *machen* (fazer); e como ‘fazer’ é uma atividade específica do ser humano, pode-se concluir eventualmente que a expressão característica do ser humano traz o caráter do mal e que em consequência o *Anthropos* é realmente Lúcifer” (Jung, 2001. p. 357).

Em outra carta, para Henley, seu amigo, após o fim da II Grande Guerra Mundial, Jung afirma que o mal chegou ao seu auge, ensinando duras lições para a humanidade. Enfim, essa luta contra o mal é constante:

“Eu realmente nunca havia pensado que o homem pudesse ser tão absolutamente mau. Pensei que pudesse ser mau, tendo o mal ao menos certo caráter, mas na Alemanha o mal chegou ao extremo da perversão. Foi uma imundície de maldade, inimaginavelmente pior do que a perversidade normal. Mas como a Alemanha não está na Lua, tirei minhas conclusões com referência ao restante da humanidade” (Jung, 2002, p. 28).

Não se pode perder a meta de que ao lidar com o Deus metafísico lida-se com o Divino que é Uno. Entretanto, o parâmetro humano é a dualidade, portanto em questões como o bem e o mal, vamos ter sempre duas visões, a de Deus e a do homem. Para fugir um pouco da palavra Deus, pode-se usar arquétipo, que para tal fim não faria muita diferença, principalmente o arquétipo que Jung chamou de *self* ou *si-mesmo*.

Colocando o Divino em evidência temos a unidade, a totalidade. Nas palavras de Jung:

“Quando digo ‘Deus’, isto é *uma imagem psíquica*. Também o *si mesmo* é uma imagem psíquica do transcendente, porque é uma totalidade indescritível e inatingível da pessoa. Ambos são expressos empiricamente pelos mesmos símbolos ou por símbolos semelhantes, de modo que não se pode distingui-los entre si” (Jung, 2002, p. 93).

“Simplesmente não sabemos como os opostos estão reconciliados ou unidos em Deus. Também não entendemos como estão unidos no *si-mesmo*. O *si-mesmo* é transcendental e só parcialmente consciente. Empiricamente ele é bom e mau. Assim como os ‘atos de Deus’ tem indiscutivelmente aspectos contraditórios. Mas este fato não justifica o julgamento teológico de que Deus seja bom ou mau. Ele é transcendental, assim como o *si-mesmo*, e por isso não está sujeito à lógica humana” (Jung, 2002, p. 227).

Citando São Tomás de Aquino:

“Também mergulhei em Sto. Tomás, mas não me senti refrescado com isso. Todos desconsideram o fato de que o bem e o mal são as metades equivalentes de um julgamento lógico. Todos se omitem também de discutir a eternidade do demônio, do inferno e da condenação” (Jung, 2002, p. 147).

Souza (2006) mostra que o ser humano, ao contrário da divindade que é *una*, é uma dissociação. É a consciência representada pelo ego e o outro lado, ou simplesmente a sombra. Ao que tudo indica, o ego tenta desesperadamente negar a existência desse arquétipo. Enfim, a problemática do ser humano parece quase sempre lidar com os seus opostos, seus conflitos.

Jung aponta que o mal não é a ausência do bem, se levar em conta que o *si-mesmo* é bom e mal ao mesmo tempo, mas sim que estão na bipolaridade, como o Deus que Jung também chama de *si-mesmo*. Assim o mal pode, às vezes, se apossar do ser humano, via inconsciente pessoal, porém ligados aos determinados arquétipos.

“O demoníaco baseia-se no fato de que há forças inconscientes de negação e destruição e de que o mal é real. Reconhece-se por exemplo o demoníaco não só porque práticas de magia negra são possíveis, mas também porque possuem um efeito sinistro, e poderíamos supor até que o praticante da magia negra estivesse possuído por um demônio.” (Jung, 2002, p. 256).

“Cristo como um símbolo está longe de ser inválido, ainda que ele seja um lado do *si-mesmo* e o demônio seja o outro. Este par de opostos está contido no Criador como sua mão direita e esquerda, como diz Clemente Romano. Do ponto de vista psicológico, a experiência de Deus criador é a percepção de um impulso irresistível, provindo da esfera do inconsciente. Não sabemos se esta influência ou compulsão merece ser chamada de boa ou ruim, mesmo que não possamos deixar de saudá-la ou amaldiçoá-la, dando-lhe um nome bom ou mau, de acordo com a nossa disposição subjetiva. Javé possui os dois aspectos porque é essencialmente o criador (*primus motor*) e porque ainda é irrefletido em toda sua natureza.” (Jung, 2002, p. 304).

Enfim, Jung versa sobre o ser humano vivenciar sua bipolaridade, a conciliar seus opostos. Ele reforça essa questão nas vivências que teve durante a II Grande Guerra:

“Na verdade, nossa sociedade nem começou a defrontar-se com sua sombra e nem a desenvolver aquelas virtudes cristãs tão urgentemente necessárias para lidar com as forças da escuridão. Nossa sociedade não pode dar-se ao luxo de separar-se da *imitatio Christi*, mesmo que soubesse que o *conflito com a sombra, isto é, Cristo contra Satanás, é apenas o primeiro passo no caminho para o objetivo mais distante da unidade do si-mesmo em Deus.*” (Jung, 2002, p. 305).

Eis outro relato de Jung que já mostrava a sombra coletiva da época:

“Todos estávamos de volta ao lar, e Jung encontrava-se em Bollingen, quando a Europa, horrorizada, recebeu a notícia do terrível pacto entre Alemanha e Rússia. Jung ficou ainda mais perturbado com um sonho deveras indigesto, que ele teve imediatamente depois disso. Sonhou que Hitler era ‘o Cristo do diabo’, o anticristo, mas que, entretanto, como tal, ele era um instrumento de Deus. Ele disse que levou muito tempo e esforço até que fosse capaz de aceitar a ideia. Embora Jung estivesse ocupado com a ideia da face sombria de Deus desde a sua infância, ainda faltava muito até que ele finalmente conseguisse enfrentar o problema em Resposta a Jó, e a ideia de que um lunático perigoso como Hitler pudesse ser um instrumento de Deus ainda estava longe de fazer parte de sua consciência quando teve este sonho” (Hannah, 2003, p. 275).

Na Bíblia (2007), a citação do *Gênesis* I 27 é proferida: “Assim Deus criou os seres humanos, ele os fez à sua imagem e semelhança. Ele os criou homem e mulher...”. Ele os fez à sua imagem e semelhança, mas não igual, porque vai de encontro à afirmação de Jung quanto a existência do bem e do mal em Deus, visto que encontramos no ser humano aspectos tantos referentes ao bem, quanto o mal, só que separados.

Outro ponto a favor dessa premissa se encontra nos deuses gregos. Todos possuíam ambiguidades. Bolen (2005) cita que Zeus era o todo poderoso, mas também era áspero e imaturo. Poseidon era o rei dos mares, altamente leal, mas com instabilidade emocional. Hefesto era o artesão dos deuses, altamente criativo, porém era inadequado socialmente. Hermes era um comunicador de ideias, mas, altamente impulsivo e com traços de sociopatia.

Esses exemplos mostram que os deuses gregos eram ambíguos. A semelhança com os seres humanos está inclusive que o bem e o mal destes estão clivados. O Deus ocidental, segundo Jung, é a interação do bem com o mal, sendo a unicidade.

Porém, acho interessante pontuar um fato. Os deuses gregos eram ambíguos, mas nem por isso entraram em conflito. Ao contrário, eram integrados. Havia a cultura de valorizar os dois lados da questão. O Deus cristão é Uno. É por natureza integrado!

Vergueiro *et al.* (2006) questionam se um arquétipo sabe o que é bem e mal, se sabe o que é mau ou bom para o ser humano. Acredita-se que o arquétipo tenha os dois internamente e os use indiscriminadamente sem se importar como tal (o próprio *self*). E prosseguem:

“Seres humanos possuem a visão dualista bom x mau, bem x mal, claro x escuro, gosto x não gosto e, assim, tendem a classificar tudo a sua volta. Mesmo quando são extremamente unilaterais, estão agindo num sistema dualista em que o outro polo não está sendo considerado no momento.” (Vergueiro, Marques & Siqueira, 2006).

É importante chamar a atenção para esse aspecto do tema: A cultura religiosa. A tradição judaico-cristã que herdamos já nos ensina a separar o bem (Deus) do mal (Demônio). Interessante que esse nome é derivado da palavra *daemon* que se originou com os gregos na antiguidade. O nome em latim é *daemon*, que veio a dar o vocábulo em português, ou seja, demônio. Seu temperamento liga-se ao elemento natural ou vontade divina que o origina. Não se fala em “bem” ou “mal”. Um

mesmo *daemon* pode apresentar-se “bom” ou “mau” conforme as circunstâncias do relacionamento que estabelece com aquele ou aquilo que está sujeito à sua influência. Novamente aqui se focam o bem e o mal nessa personificação. Eis dois exemplos de tipos de Daemons: Eudaemones é um grupo de espíritos bons que personificavam as virtudes, que acompanham os homens como seus guardiões durante toda a vida e Cacodaemones que é um grupo de espíritos maus que personificavam todos os males que devastam a humanidade (<https://pt.wikipedia.org/wiki/Daemon>).

Uma pergunta que não quer calar: Deus e todos os outros deuses são, então, projeções da alma humana? De certo modo sim, pois eles existem no nosso imaginário, na nossa fé e são uma tradução do que ansiamos. E, de certo modo, não. Porque como diz Jung, precisamos deles e à medida que a humanidade foi se afastando da espiritualidade e ficando cada vez mais materialista, os transtornos modernos como, *stress*, ansiedade e depressão se acentuaram.

Iniciaremos agora o desenvolvimento do arquétipo da sombra que pode ser definido como o “lado escuro” da personalidade. É um submundo feroz da alma onde se armazena a parte mais primitiva do ser humano. Abrigados neste arquétipo costuma-se encontrar o egoísmo, os instintos reprimidos, o eu “não aprovado” que a mente consciente rejeita e tudo mais que os meios sociais consideram negativos. É na sombra que se encontra o gatilho para a atuação da violência.

Porém se torna mister diferenciar a agressividade da violência. A agressividade é inata e sua utilização é mediada pela cultura. Esta pode ser uma manifestação da emoção primária, a raiva (Ekman, 2011). Esta é útil na defesa contra predadores, proteção de território, lutar para conseguir alimentos, como o ato de caçar e está geralmente, a serviço da vida.

Já no caso da violência, que envolve intensidade e perigo, se encontra no arquétipo da sombra. Sempre que a violência se manifesta, os conteúdos desse arquétipo são constelados e emergem, tendendo a se expressar com autonomia. Isso explica o perigo da ação impulsiva e destrutiva nessa situação, na qual o ego deixa de coordenar a ação psíquica e os conteúdos da sombra se manifestam concretizando a violência.

Fordham (2006) afirma que a violência é consequência da falha na integração de aspectos normais e agressivos da personalidade. Isto é, uma falha na utilização da agressividade para a afirmação do ego no mundo exterior e o afastamento deste da sua sombra deixando a cada vez mais inconsciente.

Para Edinger (2006), os atos de violência são devidos a alienação. Sentir-se rejeitado pode levar a pessoa ao suicídio ou assassinato. A pessoa, no processo de individuação, pode seguir para a sua independência e afirmação do ego, e a outra, advinda de estados patológicos de alienação que pode resultar em atos altamente violentos podendo chegar a assassinatos e suicídios.

A conscientização da violência faz com que o ser humano possa se adaptar e conviver com seus semelhantes de maneira aceitável. Caso esta não seja reconhecida é porque esse aspecto do arquétipo da sombra está clivado. Necessita-se o reconhecimento do ego para que o obscuro se manifeste por impulso inconsciente. Uma vez consciente é preciso relacionar e integrar as partes cindidas, o ego e a sombra, para seguir o caminho da individuação. Pessoas violentas continuam a

ter esse aspecto da sombra não reconhecido. O caminho da individuação pode levar à transformação e a consequente realização como pessoa. Para isso é necessário que sentimentos e atitudes de violência sejam evidenciados, reconhecidos e trabalhados.

Para muitas pessoas a própria violência é inconsciente. Motivados pelo egoísmo, desrespeitam seu próximo e a natureza, pois seus egos estão inflados. Suas sombras estão no comando das ações ocasionando a crescente onda de assaltos, atos de corrupção e agressões gratuitas. Huskinson (2002) apontou que o *self* tem um lado violento, como Jung afirmou, o Divino sendo Uno é composto pelo bem e o mal. Assim o *self* é um espelho de Deus. Temos como exemplo da força de *self*, emanado pelo inconsciente coletivo, as experiências destrutivas atuais como a Covid-19.

Neumann (1991) explica essa questão associando a situação social da manifestação da sombra com o desenvolvimento do ser humano. Afirmo como é complicado assumi-la. Todo ser humano, independentemente do tipo psicológico e do sexo, possui sua função de menor valor em sua sombra. E geralmente este é negado veementemente. Porém é tarefa do ser humano descobri-lo, enfrentá-lo e elaborá-lo.

“O ser humano que é abalado coletivamente, mas não reflete sobre sua própria sombra, torna-se um perigo para o mundo. Fazem-se, pois, necessárias a introspecção e a visualização da sombra pelo próprio indivíduo. O abalo coletivo do homem moderno, principalmente quando permanece inconsciente e não elaborado, ou seja, não se tornou experiência individual do homem, conduz a uma série de reações perigosas, que marcam, coletiva e individualmente, a imagem de nossa época e de nossos contemporâneos.” (Neumann, 1991 p. 64).

“O ser humano atual possui duas orientações básicas, uma dessas tendências representa uma reação deflacionista: é coletivista e desvaloriza o indivíduo e o ego. A outra é uma reação inflacionária: é individualista e supervaloriza e dá maior peso ao indivíduo e ao ego. Ambas são tentativas inconscientes de fugir do problema propriamente dito. Ambas comungam em querer ocultar que se faz necessária uma nova ética para que possamos acalmar os conflitos que molestem o homem moderno.” (Neumann, 1991, p. 65).

Dessa forma esse autor sugere que o ser humano assuma a sua própria sombra, ou seja, uma nova ética que respeite a conscientização das forças positivas e negativas da estrutura humana e sobre a sua inserção consciente na vida do indivíduo e da comunidade.

“Ela é a forma individual que o lado escuro da humanidade assume em mim e por mim como parte de minha personalidade” (Neumann, 1991), p. 74).

“Portanto é necessário desenvolver consciência do coletivo, do pertencimento e da dependência de dimensões de vida além da concreta e imediatamente vivida. Se queremos fazer nosso conteúdo específico acessível a outros, temos que diferenciá-lo: nós vestimos o conteúdo pessoal específico e o estampamos com forma simbólica e aplicabilidade coletiva. Aqui, nós usamos nossa segunda tendência, de assimilar ou dissolver, que se opõe à diferenciação. Assimilação produz a condição de unidade considerada como eu em uma considerada nós.

Dissolução e assimilação transformam essa experiência pessoal numa experiência coletiva na forma de trabalhos como arte, sonhos, simbolismo patológico, fazendo um nós do eu.” (Spielrein, 1994, p. 174).

A monografia ‘A explosão da Violência’ de César (2012) nos expõe os acontecimentos que deram lugar na Universidade de Stanford, em 1971. Esta pode ser um exemplo da atuação da sombra. Trata-se de uma investigação que parte de uma experiência de aprisionamento, que demonstra o surgimento de padrões violentos suscitados por humilhação, desconsideração e atitudes invasivas em pessoas consideradas de bem. No Experimento de Psicologia Social foram selecionadas vinte e quatro pessoas, consideradas de boa saúde e psicologicamente estáveis. Eram homens brancos em sua maioria, universitários e de classe média. O local escolhido foi o subsolo do departamento de psicologia da Universidade. Os participantes foram recrutados através de um anúncio de jornal que procurava voluntários para uma experiência comportamental, onde seriam observados os efeitos psicológicos da vida prisional e a única exigência era a de que nenhum deles tivesse cumprido pena. Setenta inscritos foram submetidos a entrevistas e testes psicológicos para que fossem excluídos os que tivessem problemas criminais, uso de drogas, ou apresentassem problemas psicológicos. A cada um seria pago o valor de U\$15,00 de diária e o experimento teria a duração de duas semanas. Durou apenas seis dias.

A seguir, a transcrição de fragmentos deste trabalho:

“Os participantes foram separados em dois grupos, dos prisioneiros e dos guardas. Os prisioneiros tiveram que usar roupões, chinelos e sem roupa de baixo. Eram identificados por números colocados no uniforme e usavam correntes nos tornozelos. Os guardas usavam uniformes de estilo militar e óculos de sol espelhados para evitar o contato visual com os prisioneiros. Tinham também, em seu poder, bastões e apitos emprestados da polícia. A orientação dada aos guardas era que, em hipótese nenhuma, se usasse de violência, pois, se isso acontecesse, a experiência seria cancelada imediatamente e os participantes não receberiam o pagamento estipulado. Apenas os guardas tinham essa informação. Tinham liberdade para manter a ordem e a disciplina e eles mesmos elaboraram as regras para tal.

O objetivo da pesquisa era verificar o que fazia com que as pessoas fossem más. Essa simulação foi feita de forma extremamente realista. Os presos foram despídos e desinfestados, o que era degradante e humilhante, pois cada prisioneiro era, segundo as regras estabelecidas pela equipe, revistado e despido, imediatamente desinfestado com um spray, pois, assim, passavam-lhe a ideia que poderia ter germes e/ou piolhos. A cada infração de regras ou desobediência aos guardas, estes últimos imputavam exercícios físicos como flexões. Esses exercícios, a princípio, não eram tão agressivos, mas, com o tempo, foram tomando grandes proporções. Houve uma rebelião já no segundo dia da carceragem o que gerou nos guardas uma resposta mais agressiva e disciplinadora. Os guardas reuniram-se e decidiram lidar com a força pela força. Arranjaram um extintor e dispararam um jato frio de dióxido de carbono, obrigando os reclusos a manterem-se afastados das portas. Entraram nas celas, despiram os reclusos, deixando-os nus, retiraram as camas, colocaram os cabeças da rebelião em celas solitárias e começaram maltratar e a intimidar os reclusos.

Para que os guardas tivessem controle sobre os prisioneiros e pudessem manter a ordem, utilizavam artifícios tais como acordar os prisioneiros subitamente, usando apitos estridentes, durante a madrugada (na maioria das vezes) para contá-los. Ainda não familiarizados com seus papéis (guardas e prisioneiros), não levavam muito a sério essa contagem.

Enquanto o grupo de prisioneiros ainda tentava firmar sua independência, o grupo de guardas não sabia como exercer sua autoridade. Era um exercício para ambos os lados. O primeiro dia ocorreu sem grandes incidentes, mas no segundo dia os prisioneiros se rebelaram, xingaram os guardas, arrancaram seus próprios gorros, montaram barricadas na cela e os carcereiros que não sabiam como agir, sentiam-se irados e frustrados e decidiram, entre eles, usar a força pela força. Durante o experimento, os guardas despiram os prisioneiros e aplicaram maus tratos, intimidando-os. Posteriormente tomaram a decisão de aplicar táticas psicológicas em lugar de castigos físicos. Colocariam prisioneiros em celas privilegiadas, o que incitaria a quebra de solidariedade entre todos. Depois de privilegiados com cama e comida decente, eram recolocados nas celas dos rebeldes e estes últimos ocupavam a cela privilegiada. Isso fazia com que ficassem desconfiados uns dos outros, pois pensavam que estavam passando informações e delatando seus companheiros. Com isso, os carcereiros promoveram uma quebra de confiança entre os detentos. Assim, os guardas se uniram e, com medo de serem ameaçados, aumentaram a agressividade, o controle e a vigilância. Os guardas decidiam se os prisioneiros podiam ou não urinar e defecar. Estes últimos utilizavam baldes onde fezes e urina se amontoavam, o que provocava mais degradação no ambiente.” (César, 2012).

As atitudes dos homens colocados na posição de carcereiros, diante da posição de poder, demonstraram como homens de bem podem se transformar e praticar violência. Este Experimento mostrou que a violência existe potencialmente dentro de cada um, e pode ser disparada por estímulos externos. A forma de manifestação vai depender do contato que cada um tem com sua sombra. Como todos os participantes eram pessoas comuns, sem desvios aparentes, esse experimento demonstrou como os seus *personas* podem constelar nos seus inconscientes e passaram a agir como carcereiros e prisioneiros.

A *persona*, como arquétipo que é, faz a mediação entre o ego e o mundo externo.

[...] ela é uma simples máscara da psique coletiva, máscara que aparenta uma individualidade, procurando convencer aos outros e a si mesma que é uma individualidade, quando, na realidade, não passa de um papel, no qual fala a psique coletiva (Jung, 2019a, p. 245).

Quando o ego se identifica com a *persona*, o indivíduo se orienta pelo meio social de tal modo que fica inconsciente de seus sentimentos, e acaba camuflando o verdadeiro ser. Porém, quando a pessoa tem conhecimento de sua *persona*, das várias máscaras que utiliza, ele pode colocá-la e retirá-la conforme sua necessidade e circunstância. Caso contrário, quando absolutamente incorporada à mente, essa passa a ser inconsciente. Foi o que ocorreu tanto com os prisioneiros e os guardas. Identificação total com a *persona* proposta no experimento. Tal identificação fez surgir a sombra nos inconscientes dos participantes.

Nas palavras de Von Franz (2002):

“[...] podemos dizer que se os demônios coletivos nos afetam, é porque devemos ter algo deles em nós — caso contrário não nos afetariam e a porta de nossa psique não estaria aberta à sua entrada. Quando partes de nossa sombra pessoal não estão suficientemente integradas, a sombra coletiva pode passar furtivamente por essa porta. Consequentemente devemos estar conscientes da existência desses dois aspectos, porque este é um problema ético e prático capaz de causar enormes danos.” (Von Franz, 2002, p. 16).

“Platão disse certa vez que se alguém observar algo maligno, alguma coisa desse mal entra em sua própria alma. Ninguém pode observar o mal sem que algo brote nele em resposta, porque o mal é um arquétipo e todo arquétipo provoca um impacto infeccioso nas pessoas. Olhá-lo significa tornar-se contaminado por ele.” (Von Franz, 2002, p. 347).

Continuando com mais um fragmento da monografia de César (2012):

“Com a explosiva mescla de *persona* e sombra que resultou em inúmeras humilhações e agressões que os guardas imputaram sobre os reclusos, houve uma rebelião e a violência se instaurou. Os detentos, com expressões de ódio estampadas no rosto agrediram de forma violenta todos os guardas. Os pais de alguns reclusos vão à superintendência da prisão para solicitar advogados para retirarem seus filhos de lá. Nem detentos, nem guardas, nem familiares, se lembram de que aquele era apenas um experimento e não uma prisão real. E assim, a experiência é suspensa.

Aparentemente, a experiência de Stanford deixa evidente que uma estrutura social pode “cutucar a onça com vara curta”, mas não faz mais do que trazer à luz o lado animal que carregamos dentro de nós.” (César, 2012).

“A besta em nós está viva, muito viva — só que a maior parte do tempo encarcerada. Muitos antropólogos e sociobiólogos acreditam que a maldade humana seja resultado do controle da nossa agressividade animal, da nossa opção pela cultura em detrimento da natureza e da perda de contato com a nossa selvageria primitiva. O médico e antropólogo Melvin Konner conta, em *The Tangled Wing*, que foi a um zoológico, viu uma placa que dizia “O Animal Mais Perigoso da Terra” e se descobriu olhando para um espelho” (Zweig, Abrams 1991, p. 20).

Já que carregamos o mal, vê-lo projetado no mundo externo pode despertá-lo e provocar comportamentos violentos. Por outro lado, se temos consciência dessa “maldade oculta”, temos a possibilidade de aprender a lidar com ela e não ficaremos totalmente à mercê de seus impulsos.

“[...] não há luz sem sombra, nem totalidade anímica sem imperfeição. A vida em sua plenitude não precisa ser perfeita, e sim completa. Isto supõe os ‘espinhos na carne’, a aceitação dos defeitos, sem os quais não há progresso, nem ascensão.” (Jung, 2019c, p. 208).

Von Franz (2002) relata que, em sua experiência notou que se a personalidade não levar a sombra a sério, sem lográ-la, o problema pode continuar.

“Se o ego assume uma postura ética e uma atitude moral unilaterais, entrando em conflito real com a sombra, então não há solução”. (Von Franz, 2002, p. 75).

No processo de individuação há que se experimentar o lado destrutivo, o escuro, o sombrio. A opção que temos é encarar nossa contraparte obscura enigmática, certificar-se dela como é de fato, e tomar certos cuidados contra ela. É preciso entrar em contato com a sombra, tornar esse aspecto consciente e não se identificar com ela, embora exista uma inclinação a se opor ao mal manifestado. Vergueiro, Marques & Siqueira (2006) descrevem que esse processo é a realização progressiva da unidade na vida e toma forma de um confronto entre o consciente e o inconsciente, ou seja, o ego e o *self*.

Dessa maneira, a experiência de sermos vítimas da violência pode estimular várias questões. Em que medida essa violência nos pertence? Somos responsáveis por ela por conta de nossa alienação e não ação? Quais são nossas dificuldades em relação a agressividade e como canalizá-la?

Para tal, é necessário que assumamos que a agressividade nos pertence. Ela faz parte de nós. Projetamos a para o meio social como uma forma de defesa. Precisamos reconhecer que essa agressividade existe tanto em nós como no meio social.

O processo de individuação é a realização progressiva da unidade na vida e toma forma de um confronto entre o consciente e o inconsciente, o ego e o *self*. Nesse confronto o ego parece, de início, o perdedor. Resultado originariamente do *self*, o ego está para o *self*, como o que é movido para aquilo que move, como o objeto para o sujeito, porque os fatores determinantes que se irradiam do *self* cercam o ego por todos os lados e são, portanto, superiores a ele. Assim tendo esse reconhecimento, o próximo passo é a integração ego-*self* (Guggenbuhl-Craig 1995, p. 89).

Assim, o autor nos diz que o *self* integrado com o ego pode estar a serviço da vida. Este deve ser reconhecido e utilizado para o desenvolvimento do ser humano como um todo. O processo de individuação de Jung tem esse objetivo. Elaborar produtivamente as defesas e a sombra e integrar os conteúdos aí fixados, este é o caminho para a individuação e a realização. Como diz o ditado popular, se uma pessoa mudar, o mundo estará mudado, e integrando o arquétipo sombra (contida no *self*) no ego, para melhor!

REFERÊNCIAS

- Bíblia Sagrada. (2007). *Gênesis*. São Paulo: Ed. Paulinas.
- Bolen, J. S. (2005). *Os deuses e o homem uma nova psicologia da vida e dos amores masculinos*. (2a Ed.). Paulus.
- César, I. B. A. (2012). *A explosão da violência, a agressividade diante de humilhação e desrespeito* [Monografia de TCC não publicada]. Universidade Cidade de São Paulo.
- Edinger, E. F. (2003). *Ego e arquétipo: uma síntese fascinante dos conceitos psicológicos fundamentais de Jung*. (Sobral, A. U. Trad.). (7a ed.). Cultrix.
- Ekman, P. (2011). *A Linguagem das Emoções*. Lua de Papel.

- Fordham, M. (2006). *A criança como indivíduo*. (Rosas, M. Trad.). (10a ed.) Cultrix.
- Guggenbuhl-Craig, A. (1995). The blessings of violence. In Guggenbuhl-Craig, A. *From the wrong side – a paradoxical approach to psychology*. (Hartman, G. V. Ed. Trad.). Spring Publications.
- Hannah, B. (2003). *Jung - vida e obra: uma memória biográfica*. Porto Alegre: Artmed.
- Huskinson, L. (2002). *The Self as a violent Other: the problem of defining the self*. *Journal of Analytical Psychology*, V. 47, p.p. 437-458.
- Jung, C. G. (1987). *Memórias, Sonhos, Reflexões*. (9a. ed.). Nova Fronteira.
- Jung, C. G. (2001). *Cartas – 1906-1945*. V. 2. Ed. Vozes.
- Jung, C. G. (2002). *Cartas – 1946-1955*. V. 2. Ed. Vozes.
- Jung, C. G. (2019a). *O eu e o inconsciente*. V. 2. Petrópolis: Ed. Vozes.
- Jung, C. G. (2019b). *O Livro Vermelho Liber Novus*. Petrópolis: Ed. Vozes.
- Jung, C. G. (2019c). *Psicologia e Alquimia*. V. 12. Petrópolis: Ed. Vozes.
- Marone, A. (1996). *Jung, Rousseau: A Questão do Mal*. Junguiana 13: São Paulo.
- Neumann, E. (1991). *Psicologia Profunda e Nova Ética*. Paulinas.
- Souza, P. C. (2006). *O bem e o mal na correspondência de Carl Gustav Jung*. [Monografia de TCC não publicada]. Universidade Católica do Paraná.
- Spielrein, S. (1994). *Destruction as the cause of coming into being*. *Journal of analytical psychology*, V. 39, p.p. 155-186.
- Vergueiro, P. V., Marques, G. O., & Siqueira, G. T. (2006). Violência Ágora, *Psicologia Revista*. V. 15 (1), p.p. 59-75. São Paulo.
- Von Franz, M. L. (2002). *A Sombra e o Mal nos Contos de Fadas*. Paulus.
- Zweig, C., & Abrams, J. (Org.) (1991). *Ao encontro da sombra*. Cultrix.

SOBRE OS AUTORES ORGANIZADORES

LELIO MOURA LOURENÇO

Pós Doutor em Estudos da Criança pelo Instituto da Criança da Universidade do Minho - Braga, Portugal. Doutor em Psicologia Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Possui Mestrado em Psicologia Social pela Universidade Gama Filho. Atualmente é professor titular da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Coordenador do Núcleo de Estudos em Violência e Ansiedade Social (NEVAS) da UFJF. Bolsista de Produtividade CNPq. Membro da APICSA - Asociación Psicológica Iberoamericana de Clínica y Salud. Coordenador do Programa de Pós Graduação em Psicologia da UFJF.

E-mail: leliomlourengo@gmail.com

FELIPE ALMEIDA DIAS MENDES

Graduado em psicologia pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Mestre em Psicologia da Saúde pela UFJF. Pós-Graduação em Terapia Cognitiva Comportamental pelo Núcleo de Estudos Interdisciplinares em Saúde Mental (NEISME). Psicólogo voluntário no projeto Grupo de Tímidos do Núcleo de Estudos em Violência e Ansiedade Social (NEVAS). Psicólogo Clínico.

E-mail: felipe.admendes@gmail.com

THIAGO VIRGÍLIO DA SILVA STROPPA

Doutorando e Mestre em psicologia, subárea Processos Psicossociais em Saúde, pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Graduado em Psicologia pela (UFJF). Membro do Núcleo de Estudos em Violência e Ansiedade Social (NEVAS).

E-mail: thiagostroppa@gmail.com

DANIEL ALEXANDRE GOUVÊA GOMES

Graduado em psicologia pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Doutor e Mestre em Processos Psicossociais em Saúde pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UFJF. Membro do Núcleo de Estudos em Violência e Ansiedade Social (NEVAS).

E-mail: gouvea.dag@gmail.com

SOBRE A(O)S AUTORA(E)S

ABEL FIGUEIREDO

Doutor em Motricidade Humana, na especialidade de Ciências do Desporto pela Universidade Técnica de Lisboa, Portugal (UTL). Mestre em Ciências da Educação, na metodologia de Educação Física, pela UTL. Licenciado em Educação Física, Ramo de Desporto, com Estágio Profissionalizante em Karate, pela Universidade Técnica de Lisboa. Atualmente é Professor de Ciências do Desporto, Director do Departamento de Ciências do Desporto e Motricidade, Coordenador do Curso de Desporto e Atividade Física no Instituto Politécnico de Viseu - Escola Superior de Educação de Viseu, Portugal. Assessor Técnico Nacional do Departamento de Formação e Formador em cursos e ações de formação de Treinadores, Árbitros e Dirigentes de Karaté da Federação Nacional de Karate – Portugal. Treinador de Karate de Grau IV, sendo Presidente da Associação Nacional de Treinadores de Karaté - Portugal. Vice-Presidente da IMACSSS - International Martial Arts and Combat Sports Scientific Society. Cinto Negro 7º dan de Karate Gojuryu.

E-mail: abel.figueiredo@esev.ipv.pt

ANA REGINA NOTO

Graduada em psicologia e em farmácia bioquímica. Mestrado e Doutorado em Psicobiologia pela Universidade Federal de São Paulo. Atualmente é Professora do Departamento de Psicobiologia da Universidade Federal de São Paulo. Coordenadora do Núcleo de Pesquisa sobre Saúde e Uso de Substâncias (NEPSIS) e do MBRP-Brasil (Centro de Pesquisa e Formação em Mindfulness-Based Relapse Prevention). Contribui para desenvolvimento e nucleação em Programas de pós-graduação em Psicologia de universidades nacionais (UFJF e UNESP) e internacionais (UNT- Argentina).

E-mail: anareginanoto@gmail.com

ANDRESSA HELENA QUIRINO

Graduanda em Psicologia na Universidade Federal de Juiz de Fora -UFJF. Membro na empresa júnior Apsi Consultoria Júnior (2019/1-2019/2). Membro do Núcleo de Estudos em Violência e Ansiedade Social (NEVAS).

E-mail: andressah.quirino@hotmail.com

BEATRIZ PEREIRA

Pós-doutoramento na University of Flinders, Adelaide, Austrália, doutora em Estudos da Criança, mestre em Ciências da Educação, UTL, FMH e licenciada em Educação Física pela UP, Portugal. É professora catedrática da Universidade do Minho, Instituto de Educação onde é professora dos cursos de graduação e pós-graduação. É membro do Centro de Investigação em Estudos da Criança

(CIEC), financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT). É membro do Núcleo de Estudos em Violência e Ansiedade Social (NEVAS), UFJF. Foi Diretora do Curso de Doutorado em Estudos da Criança, UM.

E-mail: beatriz@ie.uminho.pt

CARLA FERREIRA DE PAULA GEBARA

Doutora em Ciências pelo Departamento de Psicobiologia da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP). Mestre em Psicologia e Psicóloga pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Professora Adjunta dos cursos de Graduação e Mestrado em Psicologia da Universidade Católica de Petrópolis (UCP). Pesquisadora colaboradora Núcleo de Estudos em Violência e Ansiedade Social (NEVAS).

E-mail: carla.gebara@ucp.br

CLARA EFFGEN LADEIRA

Graduanda em psicologia na Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), bolsista de iniciação científica e membro do Núcleo de Estudos em Violência e Ansiedade Social (NEVAS) da UFJF e bolsista de monitoria do Grupo de Cognição e Linguagem (CogLin) da UFJF.

E-mail: claraeffgen@hotmail.com

DOUGLAS DOS REIS SALAZAR

Graduado em direito pela Universidade Federal de Juiz de Fora. Mestrando em ciências sociais pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (PPGCSO) da UFJF.

E-mail: douglas@sahesadvocacia.com.br

FABÍOLA LEANDRA BARBOSA CORDEIRO RAYBOLT

Mestre em Psicologia pela Universidade Católica de Petrópolis. Psicóloga do Projeto Violeta no Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJ/RJ), comarca de Petrópolis, fórum Itaipava. Atualmente, também participa do projeto Apoiar Saúde coordenado pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia (PPG-Psi) da UNIVERSO de Niterói, Rio de Janeiro. Graduada em Psicologia pela Universidade Católica de Petrópolis.

E-mail: fabiolaleandra.raybolt@gmail.com

FERNANDA MONTEIRO DE CASTRO BHONA

Doutora em Psicologia pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Psicóloga e mestre em Psicologia pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). É pós-graduada em Aspectos Conceituais e Metodológicos da Pesquisa Científica e em Psicologia e Desenvolvimento Humano. Atualmente é Psicóloga Judicial do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG) e pesquisadora do Núcleo de Estudos em Violência e Ansiedade Social (NEVAS) do Departamento de Psicologia da UFJF.

E-mail: fbhona@gmail.com

FRANCESCA STEPHAN

Graduada em psicologia, mestre e doutora em psicologia na área de Processo Psicossociais e Saúde pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Pesquisadora Membro do NEVAS - Núcleo de Estudos em Violência e Ansiedade Social (UFJF\CNPq). Docente e orientadora de estágio no curso de Psicologia do Centro Universitário Governador Ozanam Coelho - UNIFAGOC\Ubá. Docente dos Cursos de Especialização em Terapia Cognitivo-Comportamental (Universo JF) e do curso de Formação em Terapia de Família e Casal (Curso Consciência-JF). Psicóloga clínica com especialização em Terapia Familiar Sistêmica e Terapia Cognitiva Sexual. Membro da Associação de Terapias Cognitivas de Minas Gerais (ATC-MG). Psicoterapeuta da família, casal, grupos e comunidades.

E-mail: francesca_st@yahoo.com.br

GABRIEL HENRIQUE VELOZO GONÇALVES

Graduando em Psicologia pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), bolsista de iniciação científica no Núcleo de Estudos em Violência e Ansiedade Social (NEVAS) da UFJF.

E-mail: gabrielvelozog@gmail.com

GABRIELE SANTOS DE AMORIM

Graduanda em psicologia pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), membro e bolsista de pesquisa e extensão do Núcleo de Estudos em Violência e Ansiedade Social (NEVAS) da UFJF.

E-mail: contatogabrieleamorim@gmail.com

HUGO SIMÕES

Doutorando em Estudos da Criança pela Universidade do Minho, Portugal. Pós-Graduado em Gestão do Desporto e Educação Especial nos domínios Cognitivo e Motor. Licenciado em Educação Física com especialização em Desportos de Combate pela Escola Superior de Educação de Viseu (IPV), Portugal. Colaborador do Centro de Investigação em Estudos da Criança do Instituto da Educação da Universidade do Minho (Portugal) na área do Bullying. Professor de Educação Especial no Agrupamento de Escolas Dr. Mário Sacramento, em Aveiro, Portugal. Treinador de Karate Grau II certificado pelo IPDJ (Portugal) e Diretor da modalidade de Karate. 2º Dan JKF Goju Kai.

E-mail: ugosimoes@gmail.com

IRACEMA ABRANCHES

Graduada em psicologia, Mestre em Comunicação e Cultura pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Didata do Instituto Brasileiro de Psicanálise, Dinâmica de Grupo e Psicodrama (SOBRAP). Membro do Núcleo de Estudos em Violência e Ansiedade Social (NEVAS). Membro do Grupo de Trabalho da Psicologia Organizacional e do Trabalho do CRP 4º (GTPOT/CRP 4º). Professora do curso de Especialização em Gestão de Recursos Humanos da Faculdade Machado Sobrinho.

E-mail: iracemaabbranches@gmail.com

JULIA DE OLIVEIRA QUEIROZ MURY

Graduada em psicologia pela Universidade Católica de Petrópolis (UCP). Colaboradora do Núcleo de Estudos Interdisciplinares em Cognição Social (NEICOS).

E-mail: julia.mury98@gmail.com

JÚNIA DE ANDRADE SILVEIRA

Mestre em Psicologia pela Universidade Católica de Petrópolis (UCP) e graduada em psicologia pela Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ). Atualmente é coordenadora do Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) de Pirapetinga-MG e professora da Faculdade Santo Antônio de Pádua (FASAP).

E-mail: junia.silveira@yahoo.com.br

KARINE BARBOSA DE ASSIS

Graduada em psicologia pela Universidade Federal de Juiz de Fora e membro do Núcleo de Estudos em Violência e Ansiedade Social (NEVAS).

E-mail: karine1bassis@gmail.com

LARISSA DOS REIS MANCINI

Graduada em psicologia pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) e membro do Núcleo de Estudos em Violência e Ansiedade Social (NEVAS) da UFJF.

E-mail: ldr.mancini@gmail.com

LEONARDO DE MELO GUEDES

Graduando em psicologia na Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), bolsista de iniciação científica do Núcleo Interdisciplinar de Investigação em Psicossomática, Saúde e Organizações e membro do Núcleo de Estudos em Violência e Ansiedade Social (NEVAS) ambos da UFJF.

E-mail: leomguedess@gmail.com

LETÍCIA PAIVA DELGADO

Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito (UFF), com ênfase em Políticas de Segurança Pública e Administração Institucional de Conflitos. Possui mestrado em Ciências Sociais pela UFJF e graduação em Direito (FIVJ). Atualmente é pesquisadora do Instituto de Estudos Comparados em Administração de Conflitos (INCT/InEAC), do Núcleo de Pesquisas em Violência e Direitos Humanos (NEVIDH/UFJF) e do Núcleo de Pesquisa em Sociologia do Direito (NSD/UFF). Membro titular do Conselho Municipal de Segurança Urbana e Cidadania de Juiz de Fora/MG (COMSUC/JF).

E-mail: leticiapdelgado@gmail.com

LUCIANA XAVIER SENRA

Doutora e Mestra em Processos Psicossociais em Saúde pela Universidade Federal de Juiz de Fora. Psicóloga pelo Centro de Ensino Superior de Juiz de Fora (atualmente UniAcademia). Professora Adjunto dos Cursos de Mestrado e Graduação em Psicologia da Universidade Católica de Petrópolis-UCP. Coordena no Núcleo de Estudos Interdisciplinares em Cognição Social (NEICOS).

E-mail: senra.lx@gmail.com

LUIZ GIBIER DE SOUZA

Mestrado na Geórgia State University. Doutor pela Universidade Federal Fluminense (UFF) na área de Subjetividade e Clínica. Professor do Departamento de Psicologia da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF).

E-mail: luizgibier@gmail.com

MAKILIM NUNES BAPTISTA

Graduado em Psicologia pela Universidade São Judas Tadeu, mestre em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas e doutor pelo departamento de Psiquiatria e Psicologia Médica da Universidade Federal de São Paulo. Atualmente é docente do Programa de Pós-Graduação Stricto-Sensu em Psicologia da Universidade São Francisco - Campinas; bolsista produtividade pelo CNPq; Coordenador do Laboratório de Avaliação Psicológica em Saúde Mental (LAPSAM-III) do Programa de Pós- Graduação Stricto-Sensu em Psicologia da Universidade São Francisco; Presidente do Instituto Brasileiro de Avaliação Psicológica (IBAP); Membro do Grupo de Trabalho de Família da União Latino-Americana de Entidades de Psicologia (ULAPSI); Membro del Red Mundial Suicidólogos.

E-mail: makilim01@gmail.com

MARCEL DE TOLEDO VIEIRA

Ph.D. em Estatística pela University of Southampton, mestre em Engenharia Elétrica (Métodos de Apoio a Decisão) pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro e graduado em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Atualmente é Professor Associado 4 do Departamento de Estatística e Membro do Corpo Permanente do Programa de Pós-Graduação (Mestrado e Doutorado) em Economia Aplicada, da Faculdade de Economia, da UFJF. Membro do International Statistical Institute; de Comissões de Assessoramento do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais; do Grupo de Trabalho de Amostragem da PNAD-Covid (2020) e da Comissão Consultiva do Censo 2020 do IBGE.

E-mail: marcel.vieira@ice.ufjf.br

MONIQUE BERNARDES DE OLIVEIRA FERREIRA

Graduada e Mestre em Psicologia pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) na linha de Processos Psicossociais em Saúde. Especialista em Terapia Cognitivo-Comportamental. Membro do Núcleo de Estudos em Violência e Ansiedade Social (NEVAS).

E-mail: moniqueberolifer@gmail.com

PATRÍCIA SANTA ROSA LOURENÇO TRINDADE

Mestranda em Processos Psicossociais em Saúde pelo programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Membro do Núcleo de Estudos em Violência e Ansiedade Social (NEVAS).

E-mail: patriciasrlt@gmail.com

PAULO FRAGA

Bacharel e licenciado em Ciências Sociais pela Universidade Federal Fluminense, possui mestrado em Planejamento Urbano e Regional pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e doutorado em Sociologia pela Universidade de São Paulo. Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Juiz de Fora (PPGCSO/UFJF). Coordenador do Núcleo de Estudos de Violência e Direitos Humanos (NEVIDH/UFJF). Professor colaborador do doutorado em Ciências Sociais, do Centro de Estudios Rurales do Colégio de Michoacán, México. Foi pesquisador visitante da École de Criminologie, Université de Montréal; professor visitante da Universidade Católica Portuguesa-Porto e compõe a Reseau Cannabis Sud-Centre Émile Durkheim-U. Bordeaux. Foi pesquisador visitante da Fundação Oswaldo Cruz, consultor da UNESCO e professor da Universidade Estadual de Santa Cruz.

E-mail: paulo.fraga@uff.edu.br

POLLYANNA SANTOS DA SILVEIRA

Graduada em psicologia. Doutora em Ciências da Saúde pela Universidade Federal de São Paulo. Mestre em Psicologia pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Professora adjunta da Universidade Católica de Petrópolis. Professora colaboradora do Programa de Pós Graduação em Psicologia da UFJF. Pesquisadora do Centro de Pesquisa, Intervenção e Avaliação em Álcool e outras Drogas (CREPEIA).

E-mail: pollyanna.silveira@ucp.br

RICARDO KAMIZAKI

Graduado em psicologia. Mestre e Doutor em Psicobiologia pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo (USP). Professor do Departamento de Psicologia do Instituto de Ciências Humanas – Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Membro do Núcleo de Estudos em Violência e Ansiedade Social (NEVAS).

E-mail: rkz57@hotmail.com

THAYNARA BARBOSA

Graduada em Psicologia pela Universidade Federal de Juiz de Fora e Membro do Núcleo de Estudos em Violência e Ansiedade Social (NEVAS).

E-mail: thaynarakta@gmail.com

VÂNIA MARIA MORAIS NOGUEIRA

Graduada em psicologia pela Universidade Federal de Juiz de Fora - UFJF (2019) e Membro do Núcleo de Estudos em Violência e Ansiedade Social (NEVAS).

E-mail: vanianogueira230@gmail.com